UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA (PPGLin)

MARILDO DE OLIVEIRA LOPES

O GÊNERO DISCURSIVO *DEBATE* EM CENA: ARGUMENTAÇÃO, IDEOLOGIA E INTERAÇÃO EM AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA

VITÓRIA DA CONQUISTA - BA
2017

MARILDO DE OLIVEIRA LOPES

O GÊNERO DISCURSIVO *DEBATE* EM CENA: ARGUMENTAÇÃO, IDEOLOGIA E INTERAÇÃO EM AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLIN), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), como requisito parcial e obrigatório para obtenção de título de Mestre em Linguística.

Área de Concentração: Linguística

Linha de Pesquisa: Texto, Significado e Discurso

Orientadora: Profª Drª Márcia Helena de Melo Pereira

VITÓRIA DA CONQUISTA - BA

2017

Lopes, Marildo de Oliveira.

L854g O gênero discursivo debate em cena: argumentação, ideologia e interação em aulas de língua portuguesa /Marildo de Oliveira Lopes, 2017.
235f.

Orientador (a): Drª Márcia Helena de Melo Pereira.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Linguística – PPGLin, Vitória da Conquista, 2017.
Inclui referência F. 196 – 199.

1. Gênero discursivo. 2. Linguagem em Discurso – Debate. 3. Argumentação – Linguística. 4. Ideologia – Discurso. I. Pereira, Márcia Helena de Melo. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Linguística. III. T.

CDD: 400

*Catalogação na fonte**: Cristiane Cardoso Sousa – CRB 5/1843***
UESB – Campus Vitória da Conquista - BA

Título em inglês: The discursive genre *debate* on stage: argumentation, ideologyand interaction in Portuguese classes.

Palavras-chave em inglês: Discursive genre; Debate;Interaction; Argumentation; Ideology.

Área de concentração: Linguística

Titulação: Mestre em Linguística.

Banca Examinadora: Profª Drª Marcia Helena de Melo Pereira (Presidente-Orientadora); Profª Drª Maíra Avelar Miranda (UESB); Profª Drª Rosa Helena Blanco Machado (UNEB).

Data da Defesa: 17 de fevereiro de 2017.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Linguística.

FOLHA DE APROVAÇÃO

MARILDO DE OLIVEIRA LOPES

O GÊNERO DISCURSIVO DEBATE EM CENA: ARGUMENTAÇÃO, IDEOLOGIA E INTERAÇÃO EM AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título de Mestre em Linguística.

Data da aprovação: 17 de fevereiro de 2017.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Márcia Helena de Melo Pereira (Presidente) Ass.: Márcia Helena de Melo Pereira
Instituição: UESB

Profa. Dra. Maíra Avelar Miranda Ass.: Maíra Avelar Miranda
Instituição: UESB

Profa. Dra. Rosa Helena Blanco Machado Ass.: Rosa Helena Blanco Machado
Instituição: UNEB

Aos que fazem uso da linguagem para construir um mundo mais humano

Aos que lutam pela democracia

Aos que se opõem aos fundamentalismos perversos.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, por terem me dado a vida, por torcerem para o meu sucesso pessoal e profissional.

A toda equipe do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin) da UESB, especialmente aos meus professores no curso de mestrado, os quais foram profissionais, éticos e encorajadores, e aos funcionários, sempre dispostos a ajudar.

À minha orientadora, Márcia Helena, pela maneira singular com a qual lida com os seus orientandos, encorajando-os e ensinando-os a serem cada vez melhores na vida acadêmica. Serei eternamente grato pelo profissionalismo desse belíssimo ser humano, cujo contentamento, em ver seus orientandos crescendo academicamente,é contagiante. Sua disciplina e métodos de orientação são exemplares. Todo o meu respeito, admiração e amor por ela!

À Edvania, pelo impacto que me causou, provocado pelo seu altíssimo nível de competência acadêmica, sua linda história de vida, por seu estilo único de ensinar e de se relacionar com os alunos. Jamais esquecerei seus incentivos e seu olhar acolhedor, carinhoso, humano.

À professora Maíra, que contribuiu grandemente com esta investigação, ao participar da banca de qualificação, tecendo comentários imensamente relevantes para todo o trabalho. E por, também ter estado na banca de defesa, e ter contribuído de forma muito significativa para a versão definitiva desta dissertação. Impressionante foi o quanto cresci com suas contribuições. Obrigado por torcer e depositar confiança em mim.

À professora Rosa Helena, por ter aceitado fazer parte da banca examinadora de defesa deste trabalho, por ter se mostrado tão disponível, pela altíssima competência e humildade demonstradas. Suas considerações acerca desta investigação foram imprescindíveis para o estudo. Muito obrigado.

Aos meus colegas do curso de mestrado, especialmente a Florisbete, Janaína, Luana, Sinval, Fernando e Mariza, pelo companheirismo, pela partilha de ideias e pelo carinho. À Sandra, por todos os momentos de acolhimento em situações pessoais e acadêmicas, sendo uma forte âncora intelectual, pessoal, emocional e espiritual em todo o processo.

A Everaldo Mendes, por todos os momentos vividos, em âmbito pessoal, profissional e acadêmico. Um grande mestre em minha caminhada pela vida.

À Enói, grande exemplo de ser humano, pelo suporte em todas as etapas desse curso de mestrado. Será sempre amada por mim!

À Anedi, tão amorosa e compreensiva. Obrigado, de todo coração, pelo apoio. Sem você, o caminho seria muito mais difícil.

A Ananias, diretor da escola onde leciono. Obrigado pela valorização, pela atenção, pela preocupação e disponibilidade em ajudar.

À Tainara Isis, por ter sido tão generosa na elaboração dos meus horários de trabalho na escola, facilitando grandemente o meu acesso ao curso de mestrado. Obrigado pela compreensão e apoio.

Aos trinta e três participantes deste estudo, por terem aceitado serem peças fundamentais da minha investigação do gênero debate, e pelo entusiasmo e dedicação demonstrados em todo o processo.

A Lívia, Adaltro, Cátia Eliane, membros do grupo gestor do Colégio Estadual Wilson Lins, por terem aderido à minha proposta de estudo na referida escola, proporcionando-me um ambiente aconchegante e acolhedor.

À Mariana, pela atenção e assistência durante a coleta de dados. Grato pela amizade e carinho.

À Andréa Luz, minha eterna amiga e parceira acadêmica, cujos incentivos foram imprescindíveis para que eu acreditasse em mim. Todo o meu amor a ela.

A Célia e Totonho, por terem sempre cuidado de mim com tanto amor.

À Eliene Machado, tão terna, por ter sido uma irmã para mim em Vitória da Conquista e por fazer parte da minha vida.

À Daniela Reis, pela amizade e pelo suporte emocional e acadêmico durante todo o trabalho e a muitas outras, não mencionadas aqui, que estiveram envolvidas, direta ou indiretamente, em toda essa caminhada. Muito obrigado!

"Na história, conseguiu-se frequentemente varrer do mapa o homem enquanto ser atuante, mas não em escala mundial – seja na forma da tirania que hoje nos dá a impressão de estar fora de moda, na qual a vontade de um homem 'exige pista livre'; seja na forma moderna de dominação total, na qual se deseja liberar os processos e 'forças históricas' impessoais supostamente mais elevadas e escravizar os homens para elas".

(Hannah Arendt)

RESUMO

O presente estudo objetiva investigar aspectos sociointeracionais, argumentativos e ideológicos do gênero discursivo debate, à luz dos postulados teóricos de Mikhail Bakhtin (2003; 2006). Na perspectiva bakhtiniana, a linguagem é ideológica e dialógica por essência, sendo que a enunciação (interação verbal entre sujeitos sócio-históricos) atualiza a língua por meio dos gêneros discursivos. Nesse sentido, foi nossa intenção: 1.discutiras características fundamentais desse gênero, tomando por base os postulados de Bakhtin (2003), especialmente os relativos aos três pilares do gênero discursivo: estrutura composicional, conteúdo temático e estilo; 2. descrever o contexto sociointeracional no qual o gênero foi produzido; 3. investigar como os estudantes, participantes da pesquisa, utilizaram tanto o sistema linguístico quanto estratégias retóricas para argumentar durante a atividade; 4. analisar como diversas ideologias se materializaram no debate proposto. Para realizar nossos objetivos, realizamos, em aulas de Língua Portuguesa, um debate público regrado deliberativo, dentro de um júri-simulado, que envolveu trinta e três participantes, divididos da seguinte forma: uma Juíza, um Oficial de Justiça, uma Conselheira Tutelar, seis casais candidatos à adoção de uma criança abandonada, seis advogados, sete jurados e cinco membros da equipe assistente. O debate, que visava escolher o melhor casal para essa adoção, foi viabilizado por uma sequência didática, sugerida por Dolz e Schneuwly (2011a; 2011b) e colaboradores, e gravado em áudio e vídeo para fins de transcrição. Uma semana após o debate, entrevistamos os seis alunos que foram os advogados (os debatedores), a fim de confirmar algumas informações relacionadas com os argumentos utilizados por eles na atividade. Nossos dados revelam a seguinte estrutura composicional do debate regrado realizado: entrada da juíza, abertura do debate (leitura do processo, seleção dos jurados e instruções), seis turnos de argumentação (cada um composto de argumento inicial, réplica e tréplica), deliberação e veredicto. O conteúdo temático foi bastante controverso, devido aos tópicos discursivos presentes nos perfis dos casaispreviamente elaborados, os quais trouxeram à tona ideologias, questões identitárias e discursos construídos sócio-historicamente e comuns naquela comunidade, sobretudo valores cristãos evangélicos. Na análise do estilo, investigamos a interrupção, hesitação e marcadores discursivos, fenômenos que conferiram ao debate uma sintaxe própria do texto falado, motivada por demandas enunciativas concretas. A análise da correção e da repetição, que não são típicas da oralidade, revelou, contudo, particularidades nessa esfera, como as funções de promover interação, colaborar com a compreensão do interlocutor, reiterar as regras do jogo, intensificar ideias, servindo também como estratégias argumentativas importantes. A análise

dos operadores argumentativos e das funções argumentativas de dois fenômenos do processo de referenciação (recategorização anafórica e encapsulamento anafórico) revelaram que a língua é capaz de argumentar. A argumentação também se deu por intermédio da retórica, mostrando três importantes funções da persuasão: função lógica, função afetiva e função estética. Observamos a utilização de três tipos de argumentos da Nova Retórica, a saber: argumentos quase lógicos, argumentos baseados na estrutura do real e argumentos que visam fundar a estrutura do real. Esta investigação comprova que nenhuma palavra é neutra. Ao contrário, como os indivíduos são sócio-historicamente constituídos, seus discursos são dialógicos, atravessados pela ideologia e pelo ato enunciativo concreto.

PALAVRAS-CHAVE

Gênero discursivo. Debate. Interação. Argumentação. Ideologia.

ABSTRACT

This study aims to investigate three main elements (social interaction, argumentation and ideology) in a study of the discursive genre debate, in the light of the theoretical postulates of Mikhail Bakhtin (2003, 2006). According to this author´s perspective, language is ideological and dialogical by nature, and enunciation (verbal interaction between sociohistorical subjects) updates linguistic system through discursive genres. Our goals are: 1. discuss the fundamental characteristics of this genre, based on the postulates of Bakhtin (2003), particularly those related to the three pillars of the discursive genre: compositional structure, thematic content and style; 2. describe the interactional context in which the genre was produced; 3. investigate how the students, participants in the study, used both the language and rhetorical strategies to produce their arguments, during the activity; 4. analyze how ideologies were materialized in the proposed debate. In order to achieve our goals, we conducted, in Portuguese classes, a public regimented deliberation debate, within a simulated jury, involving thirty-three participants, divided as follows: a Judge, a Justice Officer, a Children's Protective Services worker, six couples wishing to adopt an abandoned child, six lawyers, seven jurors and five assistant team members. The debate, which aimed to choose the best couple for this adoption, was made possible by a didactic sequence, suggested by Dolz and Schneuwly (2011a; 2011b) and collaborators, and recorded on audio and video for transcription purposes. A week after the debate, we interviewed the six students who were the lawyers (the debaters), in order to confirm some information related to the arguments used by them in the activity. Our data reveals the following compositional structure of the debate conducted: Judge's entry, Opening of the debate (the charge, selection of the Jury, and instructions), six shifts of argumentation (each one composed of opening arguments, reply and rejoinder), deliberation and verdict. The thematic content was highly controversial, due to the discursive topics present in the profiles of the couples (previously developed), which brought up ideologies, identity issues and discourses socially and historically built, common in that community, especially evangelical Christian values. In the analysis of the style, we investigated the interruption, hesitation and discursive markers, phenomena that gave the debate a syntax of the spoken text, motivated by concrete enunciative demands. The analysis of correction and repetition, which are not typical of orality, revealed, however, particularities in this sphere, such as the functions of promoting interaction, collaborating with the interlocutor's understanding, reiterating the rules of the game, intensifying ideas, serving also as important argumentative strategies. The analysis of argumentative operators and the

argumentative functions of two phenomena of the referential process (anaphoric recategorization and anaphoric encapsulation) revealed that language is capable of producing argumentation. Rhetoric was also used to build argumentation, showing three important functions of persuasion: logical function, affective function and aesthetic function. We also observed the use of three types of arguments of The New Rhetoric: quasi-logical arguments, appeals to reality and arguments that establish the real. This research proves that no word is neutral. On the contrary, as individuals are sociohistorically constituted, their discourses are dialogical, crossed by ideology and by the concrete enunciative act.

KEYWORDS

Discursive genre.Debate.Interaction.Argumentation.Ideology.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Propriedades do discurso retórico..... 26
Figura 02 – Características que sempre nortearam a retórica..... 30
Figura 03 – Partes componentes da Retórica Antiga..... 31
Figura 04 – Esquema da sequência didática 71
Figura 05 – Operadores em escala orientados para a afirmação ou negação da totalidade 81
Figura 06 – Cena enunciativa com a Juíza, Conselheira Tutelar e a boneca 91
Figura 07 – Cena enunciativa com a Juíza, Conselheira Tutelar, boneca, Oficial de Justiça e os seis advogados 92
Figura 08 – Advogado do casal nº 1 apresentando seus argumentos iniciais 93
Figura 09 – Alunos que formaram os seis casais 93
Figura 10 – Membros do Corpo de Jurados 94
Figura 11 – Conselheira tutelar segurando Isabela 95
Figura 12 – Escala argumentativa sinalizada pelo operador "*nem"* 153

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Áreas de conhecimento na concepção de Aristóteles..... 27
Quadro 02 – Funções da persuasão..... 27
Quadro 03 – Principais programas de debate na TV brasileira em 2016..... 41
Quadro 04 – Proposições bakhtinianas acerca do subjetivismo individualista e do objetivismo abstrato 49
Quadro 05 – Características próprias da fala 60
Quadro 06 – Marcadores discursivos sequenciadores 67
Quadro 07 – Marcadores discursivos interacionais 67
Quadro 08 –Pressupostos que incitaram Dolz, Schneuwly e Pietro (2011, p. 214) a estudarem o debate público enquanto objeto de ensino 73
Quadro 09 – Perfil dos casais candidatos à adoção de Isabela..... 89
Quadro 10 – Normas de transcrição adotadas no estudo 99
Quadro 11 – Estrutura geral do debate regrado deliberativo 105
Quadro 12 – Estrutura de cada turno argumentativo do debate regrado deliberativo. 107
Quadro 13 – Logística dos seis turnos de argumentação do debate realizado 107
Quadro 14 – Esquema da deliberação do debate regrado deliberativo realizado …. 108
Quadro 15 – Esquema do desempate 109

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Resultado da votação do debate público regrado deliberativo..... 165
Gráfico 02 – Religião dos participantes do debate público regrado deliberativo..... 167
Gráfico 03 – Frequência dos participantes do debate à igreja 168

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... **17**
1 O DEBATE AO LONGO DOS TEMPOS 21
1.1 O DEBATE E A DEMOCRACIA NA GRÉCIA ANTIGA 21
1.2 RELAÇÕES ENTRE O GÊNERO DEBATE E A RETÓRICA 25
1.3 O GÊNERO DEBATE NO BRASIL A PARTIR DOS ANOS 1980.....39
2 O DEBATE EM UMA PERSPECTIVA LINGUÍSTICA **45**
2.1 A FILOSOFIA DE LINGUAGEM DE MIKHAIL BAKHTIN.....45
2.1.1 Dialogismo 53
2.1.2 O conceito de gênero discursivo.....55
2.2GÊNEROS DISCURSIVOS ORAIS.....58
2.2.1 Especificidades da oralidade.....59
2.2.2As investigações do Grupo de Genebra acerca do ensino de gêneros orais e dos tipos de debate.....68
2.3 ARGUMENTAÇÃO.....75
3 METODOLOGIA.....**86**
4 O DEBATE EM DISCUSSÃO **98**
4.1 CONTEXTO INTERACIONAL DO DEBATE 99
4.2 ESTRUTURA COMPOSICIONAL.....105
4.3 CONTEÚDO TEMÁTICO.....109
4.4 ESTILO.....111
4.4.1 Abertura do debate: análise da correção.....112
4.4.2 Primeiro turno de argumentação: análise da interrupção.....116
4.4.3 Segundo turno de argumentação: análise da expressão hesitativa "eh" 124
4.4.4Terceiro turno de argumentação: análise de outras formas de hesitação.....128
4.4.5Quarto turno de argumentação: análise da repetição 140
4.4.6 Quinto turno de argumentação: análise da repetição hesitativa.....146
4.4.7 Sexto turno de argumentação: análise introdutória dos operadores argumentativos/discursivos.....150
4.4.8 Deliberação: análise de operadores argumentativos e heterocorreção 154
4.4.9 Marcadores discursivos 172
4.5REFERENCIAÇÃO.....177
5CONCLUSÃO.....**186**

REFERÊNCIAS **196**
APÊNDICE A –SITUAÇÃO-PROBLEMA DO DEBATE.....**200**
A**PÊNDICE B –MODELO DE TCLE: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO** (para os participantes maiores).....**202**
APÊNDICE C –MODELO DE TCLE: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO(para os pais/responsáveis).....**204**
APÊNDICE D – TERMO DE ASSENTIMENTO.....**206**
APÊNDICE E –TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS.....**208**
APÊNDICE F – SEQUÊNCIA DIDÁTICA REALIZADA **209**
APÊNDICE G – QUESTIONÁRIO APLICADO.....**210**
APÊNDICE H –TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS.....**211**

INTRODUÇÃO

> [...] a mais importante atividade para o ser-livre desloca-se do agir para o falar, da ação livre para *a palavra livre* (ARENDT, 2006, p.56, grifos nossos).

Desde os primórdios da humanidade, os seres humanos sempre interagiram por meio da linguagem, elemento intrínseco à condição humana. Enquanto seres de linguagem, os humanos lançam mão da *palavra* como uma forma de, nela, materializar, sobretudo, posições ideológicas. Muitas vezes, as interações linguísticas não são tão harmônicas. A discussão, o questionamento, a contestação e ideias, entre outros, frequentemente fazem com que a interação verbal seja tensa. É da ordem da própria vida *travar embates por intermédio da linguagem*. Esse fenômeno é próprio de seres pensantes, seres sócio-históricos e ideologicamente atravessados.

Nesse ínterim, a argumentação desempenha um papel imprescindível. A arte de persuadir, a tentativa de conquistar a adesão do outro à alguma ideia, é muito antiga. Foi na Grécia Antiga que a fala pública, o discurso que visava a persuadir, foi sistematizado, por Aristóteles, em um campo de estudo chamado retórica. A Retórica Antiga representou o conjunto das primeiras teorias que ensinavam a fala pública persuasiva. Tendo tomado contornos modernos, a retórica, após algumas fases, chega à Nova Retórica, criada por Chaïn Perelman, tornando-se uma teoria mais moderna de argumentação, superando conceitos anteriores das abordagens lógico-formais. As bases da retórica nos fornecem embasamento relevante para estudar o gênero escolhido para esta investigação: o gênero discursivo debate, por seu caráter intrinsecamente persuasivo.

O interesse em investigar o gênero debate surgiu em momentos nos quais o pesquisador, então professor da área de linguagem, promovia bastantes debates em suas aulas. Um deles, em particular, chamou a sua atenção – um debate que recebe o nome de *O Caso Isabela*, que discutia qual casal, de seis casais candidatos, era o mais adequado para adotar uma criança abandonada. Para cada um desses casais havia um perfil escrito, entregue previamente aos alunos, o qual, certamente, fomentaria um debate bastante acirrado, visto que nesse perfil havia muitas informações polêmicas acerca do casal. Esse debate ocorreu em alguns semestres, em âmbito escolar, com turmas diferentes, em diferentes escolas. Assim, o pesquisador, diante do alto nível de interação e produção linguística propiciados por esse debate, interessou-se pelo estudo desse gênero. Assim, repetimos o debate mais uma vez, para investigá-lo em nível científico. É com esse propósito que nasce o presente trabalho.

Ancorados nos postulados de Dolz, Schneuwly e Pietro (2011), nomeamos da seguinte forma o debate em questão: *debate público regrado deliberativo*.

Para concretizar o nosso projeto, realizamos, em circunstâncias concretas, um debate com alunos de Ensino Médio, a fim de respondermos à seguinte pergunta da pesquisa: *Como se dá a interação, a argumentação e a materialização de ideologias em um debate público regrado deliberativo, realizado em aulas de Língua Portuguesa no Ensino Médio?* A fim de responder a esta pergunta, várias questões precisam ser elucidadas, a saber:

a) Quais são as características principais desse gênero?
b) De que maneira o gênero em questão provoca interação entre as pessoas?
c) Como os debatedores elaboram o processo argumentativo realizado no debate?
d) De que forma questões ideológicas se materializam no gênero investigado?

No intuito de categorizar esses questionamentos, elaboramos os nossos objetivos, nossa bússola para essa empreitada investigativa, sendo o nosso objetivo geral: **estudar a dimensão sociointeracional, argumentativa e ideológica do gênero discursivo debate público regrado deliberativo**. Quanto aos nossos objetivos específicos, estes são apresentados agora. Vejamos:

- Discutir as características fundamentais desse gênero, tomando por base os postulados de Mikhail Bakhtin (2003) sobre os gêneros discursivos, especialmente os relativos aos três pilares do gênero: a estrutura composicional, o conteúdo temático e o estilo;
- Descrever o contexto sociointeracional no qual o gênero foi produzido;
- Investigar como os estudantes, participantes da pesquisa, atualizaram o sistema linguístico e utilizaram estratégias retóricas para argumentar durante a atividade;
- Analisar como diversas ideologias se materializaram no debate proposto.

Antes da realização do debate, solicitamos a autorização do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB. Após a obtenção dessa autorização, iniciamos a pesquisa. Para tanto, promovemos uma sequência didática, ou seja, etapas para ajudar os alunos a se apropriarem do gênero debate, ancorados nos postulados de Dolz, Noverraz e Schneuwly (2011) e colaboradores. No momento das assinaturas das devidas autorizações dos alunos e

pais/responsáveis, o pesquisador aplicou um questionário (APÊNDICE G), objetivando colher algumas informações dos participantes da pesquisa, importantes para o nosso estudo. Ao final da sequência didática, realizamos o debate regrado deliberativo. Participaram desse debate trinta e três alunos de uma turma de Ensino Médio e uma professora convidada. Esse debate foi gravado em áudio e vídeo, para fins de transcrição. Uma semana após o debate, o pesquisador retornou à escola e conduziu entrevistas semiestruturadas (APÊNDICE H) com alguns dos alunos que participaram do debate. Essas entrevistas visaram a esclarecer ainda melhor a atividade realizada, com perguntas que objetivavam expandir nossos dados relativos ao contexto de produção, posições ideológicas e aspectos interacionais do gênero. Em posse dos dados, demos continuidade ao nosso trabalho com a transcrição do debate e das entrevistas.

Antes da análise dos dados, e para que pudéssemos realizar nossa investigação com maior propriedade, empreendemos um estudo teórico que nos serviu de âncora na posterior análise do *corpus*. Detalhamos, a partir de agora, como organizamos, no trabalho, os tópicos em estudo.

No **primeiro capítulo**, estudamos o percurso histórico do debate ao longo dos tempos. Iniciamos esse percurso na Grécia Antiga, onde acreditamos que o debate tem fortes raízes, e, por ter sido propiciado pela democracia grega, associamos esse regime político ao gênero debate. Além disso, foi na Grécia Antiga que surgiu a retórica, a qual acreditamos estar relacionada ao gênero debate. Ainda nesse percurso histórico do gênero, discutimos sua história recente do Brasil, a partir dos anos 1980, com a Redemocratização e a atual Constituição Federal de 1988, que fortaleceram o debate, que passou a ter maior representatividade, especialmente na vida política (BRASIL, 1988).

No **segundo capítulo**, estudamos os principais postulados teóricos da nossa pesquisa. Em primeiro lugar, discutimos as bases filosóficas de Bakhtin (2003; 2006), abordando alguns dos seus conceitos-chave, como o conceito de dialogismo, a teoria dos gêneros discursivos e suas considerações acerca dos três pilares do gênero (estrutura composicional, conteúdo temático e estilo). Como o gênero sob investigação (o debate) é um gênero predominantemente oral, inserimos, também, nesse capítulo, os postulados relativos à produção do texto falado, encontrados na *Gramática do Português Culto Falado no Brasil*, de Jubran (2015) e colaboradores. Posteriormente, apontamos recentes estudos de alguns pesquisadores da Universidade de Genebra, como Dolz e Schneuwly (2011a; 2011b) e colaboradores, acerca do ensino de gêneros orais e dos tipos e características do debate. Na sequência, direcionamos esse capítulo para a discussão de algumas teorias da argumentação,

visto que o gênero discursivo debate é argumentativo por essência. Para explicar isso, apresentamos os postulados de Anscombre e Ducrot (1983) – criadores da semântica argumentativa. A teoria da argumentação da *Nova Retórica*, de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) também recebe um destaque nesta dissertação. Além desses estudos, também apresentamos, no segundo capítulo, abordagens contemporâneas que discutem a argumentação, ancoradas, especialmente na teoria de argumentação linguística, como os estudos de Koch (2009; 2011), Koch e Elias (2016) e estudos sobre a orientação argumentativa das expressões referenciais, de Conte (2003) e Cavalcante (2014). Esse suporte teórico foi bastante significativo para nos subsidiar na análise posterior do *corpus*.

No **terceiro capítulo**, explicamos a metodologia adotada na pesquisa e os seus instrumentos.

No **quarto capítulo**, realizamos a análise dos dados, que foi ancorada nas teorias presentes em todos os capítulos precedentes. Nesse último capítulo, analisamos o contexto de interação da produção do debate e os três pilares desse gênero (a estrutura composicional, o conteúdo temático e o estilo). Essa análise, embora discuta esses três pilares, explora em maior profundidade o terceiro pilar, o estilo (as marcas linguísticas do nosso debate).

Compreendemos que o debate apresenta, como os demais gêneros, uma relativa estabilidade, perceptível por meio de uma configuração prototípica, que possibilita a ativação de conteúdos dizíveis numa dada esfera, possuindo marcas linguísticas próprias, que são o corpo da ideologia, no ato enunciativo, conforme detalhamos neste trabalho. Iniciemos, então, nossa jornada.

1 O DEBATE AO LONGO DOS TEMPOS

O passado é quase sempre revisitado pelo presente. Segundo Jacques Le Goff (1990, p. 24), "o interesse do passado está em esclarecer o presente". Apropriando-se de Benedetto Croce (1938)[1] para dizer que a história tem ressonância no presente e está ligada às suas necessidades, por mais afastadas que estejam no tempo, o autor (1990)apresenta também a ideia de Galdiner (1952)[2], para o qual a história é o "conhecimento do eterno presente" (LE GOFF, 1990, p. 24). Nesse sentido, acreditamos que, para compreendermos melhor a investigação sobre o debate que propomos fazer, neste trabalho, necessitamos voltar ao passado, no intuito de conhecer um pouco a história desse gênero, que pode ser um relevante subsídio para o olhar que lançamos sobre o assunto.

Contudo, torna-se quase impossível dizermos quando surgiu o gênero debate, diante da sua natureza intrinsecamente dialogal, já que diálogos certamente ocorreram em toda a história da humanidade. Compreendemos que a palavra debate pode também significar controvérsia, contudo nosso interesse é estudar o debate enquanto gênero discursivo. Tentar definir a origem do debate é tão desafiador quanto definir a primeira conversa entre os seres humanos. Isso certamente nos levaria a uma discussão teológica, mitológica, biológica ou física, impelindo-nos a defender uma verdade sobre a criação do mundo e dos seres humanos, algo impossível de se fazer.

Ao contrário dessa dificílima tarefa, optamos por investigar o debate em uma perspectiva linguística, traçando, inicialmente, um panorama histórico do gênero, a partir da Grécia Antiga, onde esse gênero é associado à democracia, e onde surgiu a Retórica Antiga, criada por Aristóteles, que deu origem a outras versões da retórica, com as quais acreditamos que o gênero debate mantém relações.

1.1 O DEBATE E A DEMOCRACIA NA GRÉCIA ANTIGA

Na Grécia Antiga, o debate esteve associado à democracia. Para ilustrarmos isso, apresentamos, em primeiro lugar, *O Debate Persa*, narrado por Heródoto e a análise desse debate por teóricos mais recentes. Em segundo lugar, apresentamos algumas considerações da obra *Política*, de Aristóteles, que nos permite dizer que, para esse filósofo, a democracia favorece o debate (debate enquanto discussão de ideias para fins de deliberação política),

[1] Croce, B. *La storia come pensiero e come azione*, Laterza, Bari, 1938.
[2] Gardiner, P. *The Nature of Historical Explanation*, Oxford University Press, London, 1952.

sendo que isso nos faz acreditar que em um sistema democrático o gênero debate é livre, sem proibições. Iniciamos essa discussão com *O debate Persa, que é o relato de um debate* pelo "primeiro historiador", "pai da história", Heródoto (LE GOFF, 1990, p. 9). Para isso, vamos ao século V a. C., no qual temos um outro registro sobre o gênero debate que nos permite associar este gênero, pelo menos na história ocidental, à Grécia Antiga. Heródoto, historiador grego, em *Histórias*, livro III, narra um relato chamado *O debate persa*. Nessa narrativa, os protagonistas são três nobres persas que debatem acerca da melhor forma de governo. Otanes defende a democracia; Megabizo, a oligarquia; e Dario, a Monarquia. Então, não estaria esse marco histórico do debate na Pérsia ao invés de na Grécia? Absolutamente não. O gênero debate é tipicamente grego (GALLO, 2015) e explicaremos o porquê. Primeiramente, é importante salientar que Heródoto, por ser um historiador grego, conhecia muito bem a tendência grega para a prática do gênero debate no contexto das formas democráticas de governo gregas. Em segundo lugar, o debate é um gênero atípico à Pérsia, que possuía formas de governos monárquicos, até mesmo tiranos, ambientes políticos que não favorecem o debate. Conforme Gallo (2015),

> O fato de um persa ter mencionado a democracia, de acordo com a narrativa herodotiana, é visto como um problema por muitos autores. O próprio Heródoto admitiu que os discursos relatados no fragmento causariam espanto entre os gregos (Hist.,III, 80). O modelo democrático, defendido por Otanes, seria uma forma de governo estranha à realidade da Pérsia, cuja tradição residia nas instituições monárquicas. Não bastasse isso, o primeiro exercício democrático devidamente documentado que nós conhecemos surgiria apenas em 508/507 a. C., em Atenas, com as reformas de Clístenes (GALLO, 2015, p. 18).

A diferença entre o mundo persa e o mundo grego era bastante forte, como podemos observar em Gallo (2015). A Pérsia, um estado integrado constituído por um território bastante vasto, era dominada pela monarquia, enquanto as cidades-Estado gregas (as *pólis* gregas) eram territórios menores e autônomos, autogovernavam-se e já possuíam, no século V a.C., um modelo democrático de governo. Essas diferentes formas de governo entre a Pérsia e a Grécia afastam a possibilidade de o debate entre Otanes, Megabizo e Dário ser, de fato, um debate Persa, pois carrega mais características gregas. Apropriando-se de Thompson (1996, p. 53)[3] ePires (2012, p. 183), Gallo (2015, p. 21) salienta que esse é um ponto muito controverso da obra herodotiana, principalmente porque os persas não tinham a tradição do debate, sendo

[3] THOMPSON, Norma. Herodotus and the origins of the political community: Arion's Leap. New Haven and London: Yale University Press, 1996.

este um costume típico da *pólis*. Vejamos como as características desse "suposto" debate persa revelam ser características tipicamente gregas, conforme Pires (2012):

> É predominante, entre os críticos modernos, a tese de que o debate persa fala grego e diz a(s) realidade(s) histórica(s) da *pólis*. O cenário é situado por Heródoto no mundo oriental e os oradores são apresentados como nobres persas. Porém, os valores, as instituições, as ideias e as concepções pelos quais eles discorrem e refletem sobre as formas de governo remetem todos para o horizonte do mundo histórico da Grécia do século V. Trata-se do horizonte mental do *lógos* helênico que o texto de Heródoto assim projeta sobre a história aquemênida. Ele transpira a ambiência dos fundamentos retóricos da sofística. Ele discute e teoriza pelo debate as formas que estruturam a política, já bem consciente da evolução democrática cujos princípios virtuosos (isonomia, liberdade, mérito e responsabilidade cívica) são resolutamente contrastados com os vícios despóticos e transgressores dos bárbaros. O texto de Heródoto pensa, portanto, os avatares da história do Estado pelo enquadramento da experiência helênica [...] (PIRES, 2012, p. 184).

Como podemos ver, o debate persa herodotiano, apesar de se referir à Pérsia, tem muito mais características do contexto democrático da política das cidades-Estado gregas do século V, além de apresentar características da sofística grega da época. Por essa razão,Pires (2012) afirma que o debate persa é "uma plena realização discursiva do *lógos* helênico, assim entendendo que ele fala estritamente o grego e que ele diz apenas o mundo clássico da *pólis*" (PIRES, 2012, p. 185).

Aristóteles (1998) aborda, em seus escritos, o debate político, inaugurando a filosofia política do Ocidente. Esse filósofo, na obra *Política,* apresenta o modelo de debate que ocorria na *pólis* grega ateniense (cidade-Estado de Atenas), marcado pela participação dos cidadãos em todos os assuntos políticos da cidade. O homem é concebido enquanto um animal político por natureza (ARISTÓTELES, 1998, p.207). As cidades-Estado gregas eram independentes, autônomas, possuíam legislação própria e se autogovernavam. Aristóteles (1998) analisa as constituições e regimentos de governo conhecidos na época, estabelecendo um debate acerca do regime ideal de governança. Nesse contexto, o filósofo descreve em detalhes o debate ateniense travado nas assembleias populares, onde os que eram considerados cidadãos deliberavam, ao erguer os seus jetons[4], que tinham em mãos, acerca de todos os assuntos da *pólis*.

[4]Os Jetons (*psèphoi*) eram objetos em formas de discos utilizados para votar, erguidospara o alto, no momento da votação. De acordo com Menezes (2010**),** apropriando-se de Hansen (1993, p.1600), cada cidadão grego, ao chegaràAssembleia, recebia um jetom, que garantiam a contagem correta dos votos, já que umapessoa não tinha dois jetons **(**MENEZES, 2010).

Nesse ínterim, o gênero debate representa uma condição essencial para que a *pólis* cumpra o seu papel, o qual, segundo Aristóteles (1998), era proporcionar a felicidade aos seus cidadãos[5]. A reunião nas assembleias, a discussão, o voto por meio do erguimento dos jetons, a deliberação dos cidadãos gregos nos assuntos da cidade – todo esse processo apenas foi possibilitado na Grécia Antiga quando se conheceu um sistema de governo democrático. Por isso, concordamos com Pires (2012), que acredita ser improvável que o *debate persa* seja realmente persa, já que a história da Pérsia era marcada pela monarquia e pela tirania. A mudança social experimentada na Grécia Antiga com o regime democrático abre espaço para o diálogo entre os cidadãos sobre as questões políticas, o que é improvável em sistemas monárquicos ou tiranos.

Percebe-se que, para que o debate ocorra, é necessário que haja um regime político que o possibilite. Caso contrário, teremos, não o debate – que no caso grego era deliberativo, mas a predominância da vontade e decisão de um indivíduo (como no caso da monarquia), ou de um grupo pequeno de indivíduos (como no caso da oligarquia). Aristóteles (1998), com a análise das constituições e regimes políticos da época, deixa claro que são os regimes mais democráticos que abrem espaço para debate popular.

Buscamos outra importante contribuição em Aristóteles: a criação da Retórica Antiga, a qual acreditamos que mantém fortes relações com o gênero debate, juntamente com as demais versões da retórica, como a Retórica Clássica, a Retórica das Figuras e a Nova Retórica, cada uma com seus diferentes representantes.

Nesse contexto democrático grego do séc. V a.C., Aristóteles mostra o poder da linguagem quando faz o debate ganhar ênfase na criação de uma disciplina que sistematiza a fala pública na Grécia Antiga: a Retórica, também chamada de Retórica Antiga. Vejamos essa relação entre democracia, debate e retórica em Klinkenberg (2004):

> Tal retórica somente pôde vir à luz porque a sociedade que a viu nascer tinha passado por uma mudança até então nunca presenciada. Nela, uma certa forma de democratização havia conduzido a uma nova forma de gerar os conflitos de interesses. Até então, era a violência e o face a face. A partir daí, os conflitos deveriam ser acertados não mais diretamente entre as pessoas neles implicadas, mas diante de um determinado público: o dos pares, que se denomina público, ou o dos especialistas, juízes ou outros. À força física dever-se-ia, portanto, substituir-se a força do simbólico: somente aquele que detivesse o domínio sobre os signos, obteria a adesão da coletividade (KLINKENBERG, 2004, p. 10).

[5]O conceito de felicidade aristotélico referia-se a uma vida boa, virtuosa, racional e ética, equilibrando a posse de bens materiais com a posse de bens espirituais.

A autora supracitada mostra que o debate, possibilitado pela democracia, substitui o embate físico entre as pessoas, o que era comum na Antiguidade. Surge, com a Retórica de Aristóteles, uma nova concepção de mediação de conflitos, que se daria, agora, com o bom manejo das palavras, objetivando vencer nos conflitos não com a força do corpo, mas com a utilização do poder simbólico dos signos. Isso só foi possível, segundo Klinkenberg (2004), porque a democracia autoriza o debate, já que promove um universo que valoriza o pluralismo de ideias. A maneira de um orador expor suas ideias, na Grécia Antiga, exercia um importante papel no convencimento de um auditório. Por essa razão, Klinkenberg (2004, p. 13) afirma que "a retórica viveu enquanto arte da argumentação".

Desse modo, impossível não desejar ir às raízes da retórica para entender melhor suas relações com o gênero discursivo debate, que é intrinsecamente argumentativo, é poligerado, pressupondo, no mínimo, dois debatedores que discutem um tema controverso, defendo um ponto de vista, na perspectiva de convencer o seu interlocutor com seus argumentos (DOLZ, SCHNEUWLY, PIETRO, 2011; CRISTÓVÃO, DURÃO, NASCIMENTO, 2003). Compreendamos, a seguir, algumas características da retórica para podermos, posteriormente, discutir suas relações com o gênero debate.

1.2 RELAÇÕES ENTRE O GÊNERO DEBATE E A RETÓRICA

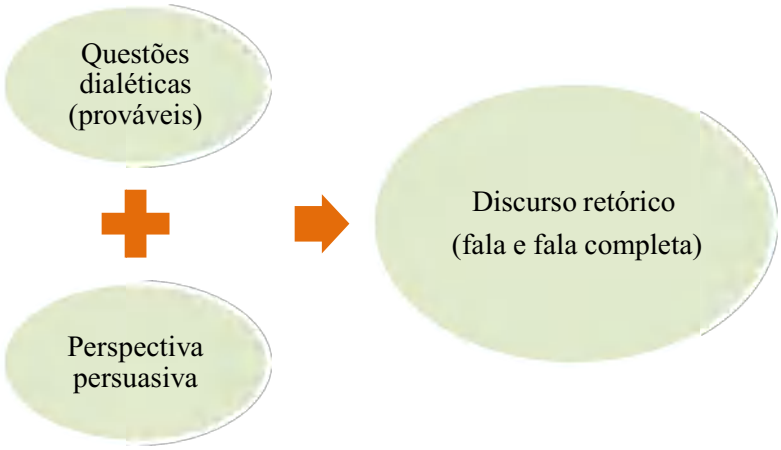
Segundo Tringali (1988, p. 17), a Retórica Antiga, que tem suas bases em Aristóteles, continua muito atual. Recebe a definição de *Antiga* apenas para se diferenciar das demais retóricas que surgiram a partir dessa primeira. Encontramos, nesse autor, uma definição bastante resumitiva para o conceito de retórica:

> Ela [a Retórica], tradicionalmente, se define como teoria e prática do discurso retórico. Explica os problemas referentes à elaboração, produção e efeitos do discurso. Ela contém duplo objetivo: ensina a fazer discursos persuasivos e ensina a fazê-los bem feitos (TRINGALI, 1988, p. 17).

Tringali (1988) apresenta aqui a palavra discurso para se referir a *discurso retórico*, diferenciando esse conceito de outras significações da palavra discurso como "fala", enquanto uso, atualização da língua (que é abstrata) ou "texto/composição", enquanto uma fala completa com início, meio e fim, uma "unidade temática e estrutural" (TRINGALI, 1988, p. 18-19). Para Tringali, o discurso retórico pressupõe esses dois conceitos de discurso que acabamos de mencionar, ou seja, ele é "uma fala e uma fala completa". Mas, além disso, o

discurso retórico possui três características especiais: a primeira é que ele trata de questões dialéticas[6], que são questões controversas, sobre as quais não há certezas garantidas – apenas probabilidades, por isso são questões prováveis, logo, discutíveis. A segunda característica é a sua perspectiva persuasiva, até porque, de acordo com Tringali (1988, p. 18), a primeira condição para a "retoricidade" de um discurso consiste no fato de haver um emissor (um orador) e um receptor (um auditório). O objetivo do orador é persuadir o auditório. O autor ressalta que um discurso retórico é feito a partir de um discurso que o antecede e um outro posterior que o confronta, mesmo que de modo nãoimediato ou mesmo que fique em aberto. A terceira característica do discurso retórico (na concepção da Retórica Antiga) é ele ser um discurso de *cunho oral*, sendo que, para Tringali (1988, p. 18), o texto escrito é um subproduto dele, um "documento". A Figura 01 ilustra essas características:

Figura 01 – Propriedades do discurso retórico



Fonte: Elaborada pelo pesquisador, com base em Tringali (1988, p. 19).

Resumindo, com base em Tringali (1988), o discurso retórico é uma fala (atualização da língua); é uma fala completa (um texto); é um texto oral que trata de questões dialéticas (prováveis) e, por último, é um discurso com perspectiva persuasiva.

Tringali (1988, p. 24) afirma que Retórica Antiga e Dialética estão intimamente relacionadas, sendo "irmãs". Para compreendermos melhor essa relação, elaboramos o Quadro 01, explicando as três áreas de conhecimento de acordo com Aristóteles:

[6]O conceito de questões dialéticas está relacionado à Dialética de Aristóteles, que é da ordem do diálogo acerca de questões prováveis, discutíveis, em oposição a questões da Analítica ou da Sofística, conforme detalharemos neste estudo. Salientamos, que há outros conceitos diferentes de Dialética, apontados por Tringali (1998, p. 27-30), havendo, entre eles, o conceito moderno de Dialética de Hegel e Marx, os quais não são o foco desta dissertação.

Quadro 01 – Áreas de conhecimento na concepção de Aristóteles

• *Conhecimentos científicos* (pertencentes à Analítica): conhecimentos que possuem valor de certeza, obtidos por meio da ciência, por meio de "raciocínio analítico, demonstrativo, apodítico". Esses conhecimentos não visam *persuadir* e sim *expor* e, por esta razão, não são objeto da Retórica.
• *Conhecimentos falsos* (pertencentes à Sofística): conhecimentos obtidos por meio de sofismas (raciocínios falsos). Apesar de a Sofística integrar-se à Lógica Aristotélica no que diz respeito ao estudo desses raciocínios enganadores, os conhecimentos sofísticos não se integram à Retórica.
• *Conhecimentos dialéticos* (pertencentes à Dialética): conhecimentos obtidos por meio de raciocínios prováveis, cujo objetivo é chegar "ao estado de opinião". A Dialética também se integra à Lógica do provável, a qual se ocupa dos conhecimentos dialéticos/prováveis – estes, sim, são os conhecimentos que fazem parte da Retórica.

Fonte: Elaborado pelo pesquisador, com base em Tringali (1988, p. 24-25).

Das áreas de conhecimento que explicitamos, a Dialética de Aristóteles é a que faz parte da Retórica. Como dissemos, o discurso retórico trata de questões dialéticas e tenta persuadir, sendo que "a tarefa de um orador consiste em persuadir um auditório, através de um discurso, a aceitar o seu ponto de vista, sobre uma questão e rejeitar o ponto de vista contrário" (TRINGALI, 1998, p. 20). Observemos, portanto, as três funções da persuasão, no Quadro 02, a seguir:

Quadro 02 – Funções da persuasão

Funções da persuasão		
Convencer	Comover	Agradar
Função lógica Persuadir a mente com provas lógicas: indutivas (exemplos) ou dedutivas (argumentos).	*Função afetiva* Conquistar o intelecto pela comoção do coração, "pela excitação da afetividade".	*Função estética*: Seduzir, encantar, agradar a "faculdade do gosto", pelas "louçanias de estilo" no bem falar.

Fonte: Elaborado pelo pesquisador, com base em Tringali (1988, p. 21).

Ser persuasivo é condição *sine qua non* do discurso retórico. O foco desse discurso é um auditório. Logo, a atividade retórica é uma atividade comunicativa, possuindo elementos interdependentes: orador e auditório. Cabe ao orador influenciar o auditório a aceitar seu ponto de vista como o ponto de vista "mais provável". É imbricado nesse processo de sedução que se encontra a necessidade do orador de conhecer "o contexto sociológico e psicológico do auditório" (TRINGALI, 1988, p. 30-31). Aristóteles concebe o discurso convincente como aquele que é capaz de fazer o público se identificar com "o seu produtor e a sua proposta"

(MOSCA, 2004, p. 21). Nesse respeito, Mosca (2004, p. 22) explica que o discurso persuasivo tem o objetivo de agir sobre os outros, apontando os três elementos importantes nessa questão: o *logos,* o *ethos* e o *pathos. O logos* (palavra, razão), refere-se ao próprio discurso, ou seja, são os argumentos lógicos utilizados para persuadir. O *ethos* refere-se à imagem conferida ao orador, que, para conseguir adesão do auditório, deve construir, estrategicamente por meio do discurso retórico, virtudes morais (características que são consideradas virtudes para o auditório para o qual o discurso está sendo proferido). Essas virtudes visam dar credibilidade ao orador e fazer com que ele seja considerado pelo auditório uma pessoa digna de fé. Isso facilitará a adesão desejada. O *ethos* relaciona-se com a identificação do auditório com o orador, por meio dos lugares-comuns. Já o *pathos* é o estado de espírito, conjunto de emoções favoráveis que o orador deve despertar em seu auditório para que este aceite a sua proposta mais facilmente. Esses elementos essenciais da retórica pressupõem uma outra noção essencial chamada *noção de juízo* dos ouvintes, pois "aquele a quem se fala também é juiz" (MOSCA, 2004, p. 22). Isso revela, inclusive, segundo esta autora, que a retórica possui importante cunho "interativo e dialógico", premissa frequente nas Neo-Retóricas. Esse caráter argumentativo da retórica é reafirmado por Mosca (2004) ao dizer que

> A retórica se identifica com a teoria do discurso persuasivo, tanto para Aristóteles como para Perelman. Para este, argumentação e retórica são ligadas, pois não existe discurso sem auditório e não há argumentação sem retórica. Na realidade, porém, não se trata de exclusividade de uma ou outra dessas tendências, ocorrendo antes uma superposição (MOSCA, 2004, p. 24).

Assim, há um imbricamento entre retórica e argumentação. Mosca deixa claro que o discurso visa um público e objetiva persuadi-lo. A argumentação possui aqui um relevante papel. Essa premissa básica perpassa todas as fases da retórica, desde Aristóteles até o século passado, com Perelman, conforme mostramos, um pouco mais à frente, neste mesmo subitem.

Ainda sobre a natureza argumentativa do discurso retórico, Mosca (2004, p. 27) corrobora a tese de Ducrot e Anscombre (1988)[7] que defendem que a argumentação está na própria língua, conforme veremos em mais detalhes no item 2.3 (Argumentação). Por enquanto, entendamos que Mosca (2004), ao estudar as propriedades argumentativas do

[7] DUCROT. O.; ANSCOMBRE, J. C. *L' Argumentation dans la langue*. 2ª ed. Bruxelles, Mardaga, 1988.

discurso retórico, apropria-se desses autores para enfatizar que a linguagem vai além de informar; ela *argumenta* no processo de diálogo entre os sujeitos.

Em se tratando da primeira função da persuasão (convencer), queremos salientar, com base em Mosca (2004), que as atividades discursivas são argumentativas por natureza. Essa é uma maneira de negociar, que envolve o outro em um embate de ideias. Isso reflete alguns princípios internos da retórica: "aceitação da mudança, respeito à alteridade e a consideração da língua como lugar de confronto das subjetividades" (MOSCA, 2004, p. 17). Ao se referir a esse caráter argumentativo das atividades discursivas, a autora afirma que:

> Partindo-se do princípio de que a argumentatividade está presente em toda atividade discursiva, tem-se também como básico o fato de que argumentar significa considerar o outro como capaz de reagir e de interagir diante das propostas e teses que lhe são apresentadas. Equivale, portanto, a conferir-lhe status e a qualificá-lo para o exercício da discussão e do entendimento, através do diálogo. Na verdade, o envolvimento não é unilateral, tendo-se uma verdadeira arena em que os interesses se entrechocam, quando o clima é de negociação, e em que prevalece o anseio de influência e de poder (MOSCA, 2004, p. 17).

Esse princípio da negociação intrínseca à retórica advém da doutrina aristotélica. Conforme nos aponta Mosca (2004, p. 20), Aristóteles considera ser a retórica "do domínio dos conhecimentos prováveis e não das certezas e das evidências, os quais caberiam aos raciocínios científicos e lógicos". A autora explica que o campo da retórica é o campo da "controvérsia, da crença, do mundo da opinião, que se há de formar dialeticamente, pelo embate das ideias e pela habilidade no manejo do discurso" (MOSCA, 2004, p. 20). Inegável o papel que a argumentação desempenha nesse contexto negociativo.

A argumentação em retórica é, de acordo com Tringali (1988), essencial ao discurso retórico. Nesse respeito, o autor apresenta a argumentação como uma forma de "batalha" tática (TRINGALI, 1988, p. 85) nas fases do discurso retórico. Na visão desse autor, a argumentação representa o elemento de maior densidade no discurso, pois é o lugar no qual se processam duas atividades importantes: *confirmação* (emissão de argumentos em defesa do ponto de vista defendido)e refutação *(*atividade de invalidar os argumentos que defendem/sustentam o ponto de vista oposto). Nessa perspectiva, Mosca (2004) explica o processo argumentativo intrínseco à Retorica, dizendo:

> Aristóteles nunca propôs [...] o privilégio puro e simples do plano da **elocução** (recursos de expressão). Parte significativa de sua obra foi dedicada à **inventio** (a temática) e a **dispositio** (arranjo das partes). Portanto,

> quando se fala que a Retórica se caracteriza por ser uma técnica (techne), trata-se simultaneamente de uma técnica de argumentação e de uma habilidade na escolha dos meios para executá-la (MOSCA, 2004, p. 20, grifos da autora).

As fases mencionadas pela autora, que se ancoram em Aristóteles, referem-se às etapas do processo de elaboração e concretização do discurso retórico, que envolvem, basicamente, uma técnica argumentativa que se preocupa com o ato de argumentar, tendo, habilidosamente, escolhido os meios necessários para realizá-lo.

Tringali (1988) também corrobora essas ideias, pontuando que o orador precisa percorrer essas fases, metodicamente, na seguinte ordem: a reunião do material (invenção), a organização (disposição) e, em seguida, a redação do trabalho (elocução). O autor afirma que essas "são as etapas a percorrer na realização do discurso" (TRINGALI, 1988, p. 61). Percebe-se que se trata de uma atividade planejada, que exige uma técnica. É válido ressaltarmos que, embora Tringali (1988, p. 61) mencione o termo *redação do discurso*, o discurso retórico na Retórica Antiga era oral, podendo haver o texto escrito como subproduto do oral, conforme já dissemos.

As bases da retórica foram lançadas por Aristóteles. Apesar de ter percorrido diferentes fases, conforme veremos, a essência da retórica sempre permaneceu viva. Mosca (2004) aponta duas características que sempre nortearam a retórica, a saber: eficácia e caráter utilitário, conforme mostrado na Figura 02:

Figura 02 – Características que sempre nortearam a retórica

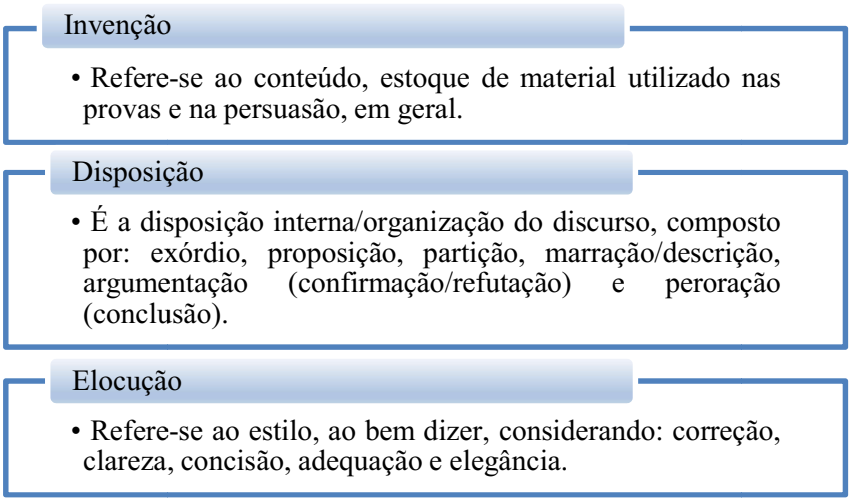
Eficácia
• Recursos retóricos são utilizados para a produção de efeitos de sentido (compreendemos que *efeito de sentido,* aqui, é similar à descrição de Marcuschi (2010, p. 9), a saber, "efeito de sentido pretendido numa dada situação", que trazemos também no item 2.2.1, na página 48. A argumentação é determinada pelo sujeito que enuncia, pela sua construção retórica. O objetivo é obter a adesão dos outros, pela criação da identidade do ouvinte com o falante e com a sua fala, por meio dos lugares-comuns, estereótipos, entre outros. Esse é o caráter persuasivo da retórica.
Caráter utilitário
• Na Grécia Antiga, essa característica estava ligada à luta para defender as terras da Sicília. Atualmente, ela é estudada pela Pragmática. Segundo essa característica, entende-se que os discursos possuem um caráter utilitário, prático: convencer/persuadir, não apenas um caráter informativo.

Fonte: elaborada pelo pesquisador, com base em Mosca (2004, p. 22- 27).

Conforme a Figura 02, a Retórica Antiga sempre esteve atrelada ao utilitarismo, possuindo uma finalidade importante: conquistar eficazmente a adesão do auditório por meio de uma elaboração daquilo que deve ser dito, a fim de fazer o ouvinte se identificar tanto com o que diz quanto com o que se diz. A eficácia relaciona-se com o caráter utilitário, pois visa a um fim prático. Tringali (1988, p. 18) salienta que há dois tipos de textos: “utilitários e não utilitários ou artísticos”. Assim, o discurso retórico (da Retórica Antiga) é um texto oral utilitário.

As três partes que compõem o sistema retórico antigo são apresentadas por Mosca (2004). Esses elementos são elaborados com vistas a orientar a escolha daquilo que se vai dizer no discurso retórico, como se vai realizar esse discurso, quais serão as escolhas estilísticas do orador, ou seja, são elementos que devem ser levados em conta no processo de preparação do discurso retórico. A Figura 03 resume as características desses elementos:

Figura 03 – Partes componentes da Retórica Antiga



Fonte: elaborada pelo pesquisador, com base em Mosca (2004, p. 28-29).

Os três elementos que apresentamos na Figura 03 possuíam igual importância na Retórica Antiga, cuja razão de sua existência era a produção de um bom discurso retórico, atingindo todos os seus objetivos, os quais já mencionamos. Surge, contudo, uma outra fase da retórica, a qual possui algumas diferenças em relação à Retórica Antiga. Estamos falando da Retórica Clássica.

A *Retórica Clássica*, também conhecida como Retórica do Classicismo da Renascença, do Século XVI, de acordo com Tringali (1988), tem suas bases na Retórica Antiga, porém com algumas diferenças. Como já dissemos, na Retórica Antiga, *discurso* não é qualquer texto, mas um texto de cunho *oral*, um texto *retórico* (no sentido de tratar de questões dialéticas/controversas) e um texto *utilitário*, possuindo um fim prático, que é persuadir pessoas. Já na Retórica Clássica, *discurso* quer dizer *texto* – no sentido estrito da palavra – *qualquer texto*, sobretudo o texto literário escrito, conforme salienta Tringali (1988, p. 110): "para a Retórica Clássica, o discurso é simplesmente um texto retórico ou não, utilitário ou não". Outra diferença entre as duas retóricas é que enquanto a Retórica Antiga dava igual importância aos três elementos que já mostramos na Figura 3, a saber: invenção, disposição e elocução, a Retórica Clássica tem como foco um elemento: a *elocução*. Os demais elementos, segundo Tringali (1988), ou são descartados ou servem apenas aos propósitos da elocução na Retórica Clássica.É por isso que esse autor afirma que a Retórica Clássica reduziu a Retórica Antiga à uma teoria da elocução. Na concepção desse contorno clássico renascentista, compreende-se que "a retórica se limita, pois, a ser uma *arte de escrever e falar bem*",sendo consideradapelo autor como precursora da Estilística de Bally e

Vossler (TRINGALI, 1988, p. 105-106, grifos do autor). A Retórica Clássica tinha como preocupação a elocução, a linguagem, o texto bem escrito, ou seja, uma retórica que estava especialmente relacionada ao estilo, tendo como axioma "escrever bem é escrever com figuras" (TRINGALI, 1988, p. 114). Partindo desse pressuposto, cria-se uma outra retórica: a Retórica das Figuras.

A *Retórica das Figuras*, também chamada de Retórica Geral, desenvolveu-se dentro da Retórica Clássica e, segundo Tringali (1988, p. 105-106), acabou por reduzir a elocução às figuras. A Retórica das Figuras se desenvolveu entre 1730 a 1830, sob a representação de Dummarsais e Fontanier. A noção de discurso na Retórica das Figuras é: discurso com estilo, com figuras, conforme dito pelo autor supracitado. Qual é a marca essencial da Retórica das Figuras? A função poética da linguagem (que perpassa, necessariamente, pelas figuras) e não a função utilitarista dela. As figuras são definidas como "artifícios da linguagem" (TRINGALI, 1988, p. 120-121). Torna-se imperativo apresentarmos as próprias palavras desse autor, para compreendermos melhor o conceito de *figuras*:

> As figuras são modificações da linguagem seja da palavra, seja da frase e tanto no nível da expressão, como do conteúdo, ou acrescentando alguma coisa (levantar, alevantar) ou subtraindo (ainda-inda), ou repetindo (Deus, Deus), ou permutando (da vida pela estrada), tendo como objetivo obter efeito artístico, em outros termos, obter o efeito poético ou retórico ou estilístico da linguagem (TRINGALI, 1988, p. 121).

Como podemos observar, as figuras possuem essas características: modificações na linguagem, buscando um efeito estilístico, um toque artístico. É válido ressaltarmos que isso não significa que as figuras não fossem importantes na Retórica Antiga ou na Retórica Clássica. As figuras sempre foram importantes. Contudo, nas fases anteriores da retórica, as figuras não eram a característica mais marcante, como ocorre na Retórica das Figuras. As figuras possuem *valor persuasivo* na Retórica Antiga e *valor artístico* na Retórica Clássica (justamente aqui nasceu a Retórica das Figuras), primordialmente pela beleza, que visa "persuadir agradando" (TRINGALI, 1988, p. 122).

Todavia, Tringali (1988, p. 119) observa que a Retórica Antiga é encolhida, mutilada na Retórica Clássica, a qual tem como elemento constitutivo apenas a elocução. Do mesmo modo, a Retórica Clássica é reduzida com o surgimento da Retórica das Figuras, que tem como foco as figuras. Mesmo diante de diferenças entre as retóricas já discutidas nesse estudo, o autor afirma que a Retórica Antiga (a de Aristóteles) sempre esteve viva e majestosa, especialmente em um momento posterior: na Nova Retórica.

A *Nova Retórica* é um significativo retorno a Aristóteles e tem como fundador e representante Chaïm Perelman (final da década de 1950). De acordo com Tringali (1988, p.149), essa é uma "Retórica da invenção", concentrando-se nas provas. Essa característica da Nova Retórica a aproxima, segundo Tringali (1988), mais da Lógica do que da Retórica. Na verdade, o autor até explica que a retórica possui, nessa fase, um papel "subsidiário, irrelevante" e que a "Retórica" de Perelman é muito mais um retorno para a Dialética aristotélica do que para a Retórica Antiga propriamente dita. Para compreendermos melhor a configuração da Nova Retórica, recapitulemos, brevemente, a distinção aristotélica entre Analítica, Dialética e Sofística, a partir das palavras de Tringali (1988):

> Os raciocínios analíticos são certos, verdadeiros, evidentes e levam à ciência. Os raciocínios dialéticos são prováveis, baseados na crença mais geral e levam a uma conclusão provável. Os raciocínios sofísticos são falsos com aparência de verdade, pretendem enganar. Os dialéticos ficam entre os raciocínios científicos e sofísticos. Aristóteles os estuda em dois livros: "Tópica" e "Arte Retórica". Fixemos que tanto a Retórica como a Dialética só lidam com raciocínios dialéticos ou prováveis (TRINGALI, 1988, p. 149).

A partir dessa perspectiva, Tringali (1988, p. 150), ao explicar as características da Nova Retórica, aponta qual é o retorno que Perelman faz a Aristóteles. Segundo Tringali (1988), a *Lógica de Aristóteles*, que é composta por três elementos distintos (Analítica, Dialética e Sofística), é mutilada, sofrendo uma redução a partir da modernidade, época na qual apenas a Analítica se torna suprema com seus raciocínios científicos, comprováveis e evidentes. Essa perspectiva é fortemente observada em Kant, no que diz respeito a valorizar a Analítica, em detrimento da Dialética. Esse racionalismo ocidental, o qual é, na visão de Tringali (1988, p. 150), "absoluto" e "monopolizador", é superado por Perelman com a Nova Retórica, a qual ganha o retorno dos três elementos da Retórica Antiga (Analítica, Dialética e Sofística) e não apenas da Analítica, como preconizavam as correntes racionalistas modernas. Esse é o retorno que Perelman faz à Lógica aristotélica. Importante destacarmos a observação feita por Tringali (1988, p. 150) ao dizer que Perelman "foge da palavra Dialética", chamando-a de "lógica da argumentação", ao mesmo tempo em que chama a Analítica de "lógica demonstrativa".

Essa atualização das ideias aristotélicas, por meio de inserções conceituais próprias de Perelman, representa uma nova roupagem para essa nova fase da retórica, chamada *Nova Retórica*. Assim, há diferenças entre a Retórica Antiga e a Nova Retórica. Entendamos melhor essas diferenças com as palavras de Tringali (1988):

> Acentue-se, neste ponto, que a Retórica Nova não se volta para a Retórica, mas para a Dialética. A Retórica Antiga entra aí como Pilatos no Credo. A Retórica Nova é, pois, uma Dialética Nova! E por que não a chama assim? É fácil entender porque a chama de "Nova", porque participa de um movimento neo-aristotélico e se incumbe de restaurar, de introduzir de novo, renovando, a Dialética de Aristóteles, mas sob o nome de Retórica. Por que Retórica? É fácil de compreender que a palavra Dialética já se comprometeu totalmente com o sentido hegeliano e marxista e pareceria absurdo empregar a palavra também com o sentido Aristotélico, embora seja o sentido fundamental, básico. Por outro lado, ele julgou que a palavra Retórica se acha disponível porque caiu em desuso (TRINGALI, 1988, p. 150).

Assim, entende-se que a Nova Retórica tem muito mais a ver com a Dialética do que com a Retórica Antiga, justamente porque, em primeiro lugar, apesar de agregar a Analítica e a Sofística, reinsere a Dialética – que se encontrava bastante desprivilegiada pela modernidade. Em segundo lugar, isso é uma importante contraposição à visão meramente científica e racionalista. Essa reinserção foi uma forma de dizer o que estava faltando aos modernos. Obviamente, conforme apontado por Tringali (1988, p. 50), é uma "Dialética Nova", definida como "lógica da argumentação", que tem como foco "a prova".

Adiante, Tringali (1988) explica que há semelhanças e diferenças entre a Nova Retórica e a Retórica Antiga. Primeiramente, o autor afirma que a Nova Retórica possui doses mais fortes de Dialética do que de Retórica, entretanto mostra que há um ponto em comum entre as duas: ambas visam persuadir alguém, logo, ambas supõem esses dois elementos essenciais da Retórica – *auditório* e *persuasão*. Por sua vez, apesar dessa semelhança entre a Retórica Antiga e a Nova Retórica, o conceito de auditório não é o mesmo nas duas correntes. Para Aristóteles, auditório é o público heterogêneo concreto que efetivamente escuta um discurso retórico oral, definido por Tringali (1988, p. 31) como um auditório "no sentido restrito e padrão", que "se realiza ao vivo com a presença dos ouvintes". O autor chama a atenção para o fato de que, nos dias atuais, o conceito de auditório não é mais o mesmo, diante dos meios eletrônicos de comunicação à nossa mão, diante da mudança de perspectiva da retórica em relação à primazia do oral (o escrito ganha também a sua importância na retórica). As palavras de Tringali (1988, p. 107), quais sejam "o mundo deixa, cada vez mais, de ser uma aldeia primitiva de contatos diretos" e "a palavra escrita compete com a palavra falada e a vence", tornam-se necessárias aqui para explicarmos que o conceito de auditório na Nova Retórica é diferente. Perelman (2005), apesar de partir das premissas aristotélicas (como, por exemplo, a de que se deve planejar o discurso pensando em um auditório), inova esse conceito de auditório. Tringali (1998) acrescenta que "ele [Perelman] pensa num

auditório construído pelo argumentador, auditório virtual de leitores" (TRINGALI, 1988, p. 151). Ou seja, o auditório, em Perelman (2005), vai além do público que escuta um discurso[8] ao vivo.

Há três classificações do auditório na Nova Retórica. A primeira classificação é o *auditório particular* – que se assemelha ao modelo aristotélico, ou seja, composto pelas pessoas que estão envolvidas no diálogo concreto (um grupo restrito de pessoas). A segunda classificação é o *auditório individual*, sendo o auditório composto por apenas um indivíduo. É válido salientarmos que o auditório individual possui dois subtipos: o primeiro é o auditório composto por um único interlocutor (ouvinte/ leitor), e o segundo subtipo é o auditório composto pelo próprio locutor, em contato com o seu próprio discurso – convencendo a si mesmo, testando os seus próprios argumentos, apreciando o próprio discurso para verificar a sua força argumentativa. A terceira classificação é o *auditório universal*, que, em caráter bem mais amplo, abarca todos os leitores em potencial. Nesta última categoria, estão as pessoas que irão ler, por exemplo, uma crônica escrita anos atrás, ou pessoas que irão ler ou escutar uma postagem que alguém fez no *Facebook*, cujo texto tenha sido escrito ou falado sem que o escritor soubesse exatamente a quem ele se dirigia, e que, por essa razão, pode-se dizer que é um *auditório em potencial*. Esse conceito perelmaniano de auditório abarca possíveis ouvintes e, também, leitores (que não estarão necessariamente face a face com o orador).

Ainda segundo Tringali (1988), uma outra diferença entre a Retórica Antiga e a Nova Retórica é que a primeira consistia na elaboração criteriosa de um discurso para ser proferido diante de um auditório, sendo que o processo de elaboração desse discurso acerca de questões contrárias era composto pela invenção, elocução e disposição. Já a Nova Retórica consiste na invenção de raciocínios prováveis, "em qualquer linguagem, seja em discursos ou em diálogos" (TRINGALI, 1988, p. 151).

Em síntese, a Nova Retórica realiza um importante retorno à Retórica Antiga de Aristóteles, acrescentando relentes ideias à teoria da argumentação de Perelman.

Por fim, todas as *retóricas*, pelas suas bases fundamentais, pelas suas características, apesar de suas diferenças em diversas fases e representantes, tornam-se absolutamente indispensáveis nesta investigação, que busca compreender o gênero discursivo debate.

Há muitos elementos comuns entre retórica e o gênero debate. Para explicá-las, elaboramos quinze pontos que mostram essas interfaces, quais sejam:

---

[8] Compreendemos que o conceito de discurso da Nova Retórica é de *discurso argumentativo*(qualquer texto oral ou escrito que se proponha a argumentar). Como temos dito, a Retórica Antiga Concebe discurso enquanto texto oral, dialético (trata de questões prováveis), utilitário e persuasivo. Na Retórica Clássica, discurso é qualquer texto (sobretudo o literário escrito), não necessariamente utilitário, dialético, persuasivo ou argumentativo.

1. Tanto a retórica quanto o gênero debate mostram que a linguagem é interação social (conceito de linguagem que adotamos neste estudo, à luz de Bakhtin (2003; 2006);
2. As questões dialéticas (discutíveis, controversas, prováveis) interessam tanto à retórica quanto ao gênero debate;
3. Ambos sempre carregaram uma natureza nãoracionalista;
4. Tanto a retórica quanto o gênero debate perpassam pelos estudos da Lógica de Aristóteles, atravessando, de certo modo, reflexões acerca de questões analíticas, questões dialéticas e até mesmo questões sofísticas;
5. Os vieses sofísticos e/ou manipuladores de discursos são objetos de críticas tanto em retórica quanto em estudos sobre o gênero debate. Aristóteles sempre se opôs à falta de compromisso com a verdade dos sofistas, com seus raciocínios falsos com forte potencial manipulador. Isso nos faz lembrar da crítica ao péssimo modelo dos debates televisivos feita por Dolz e Schneuwly (2011b, p. 150), comparando esses debates com os debates ocorridos em *mercados de peixe* (muito provavelmente porque nesses locais, frequentemente, impera o vale tudo na linguagem, para vender). Tanto os discursos dos sofistas quanto alguns discursos atuais de debatedores em programas televisivos, sobretudo os políticos, possuem uma natureza manipuladora e antiética;
6. Nos dois, existem um locutor e um interlocutor, contudo com uma diferença: na retórica há um orador e um auditório, sem alternância de turnos (o discurso retórico é ininterrupto). Já o gênero debate pressupõe locutor e interlocutor na perspectiva de alternância de turnos da fala.
7. Há interação do *eu* com o *outro* na retórica e no debate. Mesmo no discurso retórico, onde não há troca de turnos como há no debate, a compreensão desse discurso retórico é intrinsecamente intersubjetivo. A compreensão faz parte da atitude responsiva da qual trata Bakhtin (2003). Além disso, pressupor o auditório (em retórica) ou o oponente (em um debate) é também marca de interação.
8. Assim como em retórica, há dois conceitos de auditório: um que recebe o discurso face a face, ao vivo, e outro que é mais amplo, o auditório em potencial – postulado pela Nova Retórica, conforme já explicamos. O gênero debate também comporta esses dois conceitos de auditório. Um debate pode ser realizado em um local fechado, onde o auditório se restringe às pessoas ali presentes. Pensemos em um outro caso: um debate televisionado: neste, o auditório seria composto, primeiramente, pelas pessoas presentes no local onde ocorre o debate (não importando o número dessas pessoas – se

o programa tem plateia ou apenas equipe do programa de TV e os debatedores) e, em segundo lugar, comporiam também esse auditório as pessoas que estariam assistindo ao debate ao vivo ou não. O exemplo que mais nos interessa aqui é o debate que realizamos com alunos do Ensino Médio (objeto de nosso estudo). Esse debate foi gravado em áudio e vídeo. Quem é o auditório desse debate? Diversos. Os pesquisadores, a plateia do debate composta por alunos da turma, a profissional da filmagem (todos que assistiram ao debate ao vivo); os próprios alunos e respectivos pais/responsáveis e/ou outros familiares que assistirão ao vídeo ou ouvirão o áudio no futuro, leitores deste trabalho que irão ler excertos da transcrição do debate, futuros pesquisadores que irão citá-lo (e seus possíveis leitores) ou qualquer outra pessoa que venha a ter acesso a qualquer parte desse material. Inegavelmente, o gênero debate abarca os conceitos de auditórios das *retóricas*, sendo eles restritos ou amplos e/ou virtuais. Percebemos, contudo, que precisamos de suporte teórico mais sólido que dê conta desses fenômenos. A retórica, por si só, é insuficiente para nossa investigação, conforme detalharemos mais à frente.

9. O elemento *persuasão* é intrínseco tanto à retórica quanto ao gênero debate;

10. A negociação é imperativa aos dois;

11. Há interfaces entre os dois quanto à especificidade – a argumentação, pertencente tanto ao gênero debate quanto aos três gêneros abordados por Aristóteles no âmbito da Retórica Antiga, a saber: deliberativo (ou político), o gênero judicial e o gênero epidítico (ou laudatório), conforme Aristóteles (2005, p. 104). Esses gêneros serão retomados brevemente no capítulo 2;

12. As figuras, objeto da Retórica das Figuras (Retórica Geral) – o estilo, a linguagem modificada com seus fins estéticos – podem também fazer parte do processo da elaboração de um debate, visando conseguir adesão do interlocutor durante o debate. Entretanto, nossa compreensão é que o debate é de cunho muito mais utilitário (no viés da Retórica Antiga) do que artístico (como postula a Retórica das Figuras), pois possui um fim prático: influenciar a opinião do interlocutor;

13. Compreendemos que todos os elementos que compõem a Retórica Antiga (invenção, disposição e elocução) são muito úteis para o bom desempenho de um debatedor;

14. A modalidade oral do debate (que estudamos) nos faz lembrar do discurso retórico da Retórica Antiga, que era unicamente oral. Nas fases posteriores, o escrito, por conta das demandas dos novos tempos, também foi valorizado. Foi o caso da Retórica

Clássica, Retórica das Figuras e Nova Retórica. Atualmente, há também possibilidades de debate escrito, conforme nos sinaliza Dolz, Schneuwly e Pietro (2011, p. 214); acreditamos que também por necessidades pragmáticas da atualidade;
15. Tanto a retórica quanto o gênero debate só acontecem em contextos sociais democráticos, pois em contextos autoritários ou ditatoriais, o que há é imposição pelas palavras, e não a tentativa de convencer por meio delas.

Apesar das semelhanças observadas entre retórica e o gênero discursivo debate e das elaborações epistemológicas da retórica que nos dão um suporte teórico relevante, pretendemos compreender o gênero debate à luz de teorias sociointeracionistas mais abrangentes que consigam explicar fenômenos mais complexos da atividade linguageira humana. A limitação da ideia de um *orador* e de um a*uditório* não dão conta de analisar com maior profundidade algumas das questões que nos interessam neste estudo, como argumentação, ideologia e interação, possibilitados pelo gênero discursivo debate em um contexto escolar, numa comunidade linguística que possui suas especificidades cognitivas, socioculturais e ideológicas. Certamente, compreendemos que as bases filosóficas do debate foram lançadas desde a Antiguidade e que elas nos servem grandemente para partir de fundamentos sólidos. No entanto, são as descobertas que movem a ciência e provocam inovações nas pesquisas, mesmo que elas ocorram a partir do já-aí.

Como já dissemos, este estudo se dará à luz de teorias que concebem a linguagem enquanto prática social na vida concreta, como manifestação linguística, social, cultural e ideológica de seres constituídos também sócio-historicamente, conforme nos aponta Bakhtin (2003; 2006). Antes de iniciarmos nossa análise do gênero debate, à luz das ideias bakhtinianas, continuemos com o objetivo deste capítulo, que é apresentar o percurso histórico desse gênero, porque nos interessa compreender o funcionamento do gênero nos dias atuais, nos quais nossa pesquisa foi feita. A partir de agora, nosso foco é explanar um pouco da história do debate no Brasil, a partir dos anos 1980.

1.3 O GÊNERO DEBATE NO BRASIL A PARTIR DOS ANOS 1980

Após nossa discussão acerca de algumas bases filosóficas do gênero debate e suas raízes ocidentais a partir da Grécia Antiga, temos interesse em compreender o percurso desse gênero em sua história recente no Brasil. Estamos, obviamente, tratando do gênero debate na esfera pública, nos registros encontrados na história, que, inevitavelmente, nos faz cair na

esfera política. Aqui, faz-se necessário um retorno a Aristóteles, quando associa o debate político popular a um regime político que o autorize, isto é, um regime democrático. Quando um regime político é autoritário ou totalitário, o debate é inibido, proibido, castrado. A liberdade para dizer, contradizer, maldizer, opinar, sugerir, duvidar e questionar não é uma garantia em todos os regimes políticos. Como já dissemos, Aristóteles acredita que o homem é um *zoon politikon*, ou seja, um animal político por essência. Se isso procede, teremos que inferir que apesar da política fazer parte da essência humana, ela não garante a liberdade política e a liberdade de dizer, estando elas muito longe de ser uma condição *sine qua non* da humanidade. A liberdade para utilizar a linguagem livremente estaria, então, condicionada a uma autorização prévia por um regime político estabelecido (e obviamente que não estamos tratando de um *laissez faire* linguístico a ponto de se poder dizer absolutamente qualquer coisa, como se faz, por exemplo, nos discursos de ódio, de forma criminosa).

Em suma, como temos dito, o gênero debate é, no sentido aristotélico, de cunho bastante dialético, pois trata de questões prováveis, estabelecendo controvérsia por meio do diálogo. Muitas vezes esse diálogo não é tão harmônico, mas marcado por lutas ferrenhas. Em toda história da humanidade, o debate fez parte de grandes acontecimentos sociais.

No Brasil, os anos 1980 foram bastante importantes para o fortalecimento da liberdade de dizer, de discutir assuntos políticos e houve, consequentemente, um fortalecimento do gênero debate. Findada a Ditadura Militar, no governo de José Sarney (1985-1990), um passo importante para a nossa atual democracia foi a convocação de uma Assembleia Constituinte, e a promulgação da Constituição Federal de 1988 estabelece princípios importantíssimos para que o debate ocorresse no país: pluralismo político, cidadania, dignidade da pessoa humana. Em seu artigo 5º, vejamos algumas garantias asseguradas, que, certamente, favoreceram um ambiente político propício ao gênero debate:

> Parágrafo III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;
> Parágrafo IV - é livre a manifestação do pensamento [...];
> Parágrafo V - é assegurado o direito de resposta [...];
> Parágrafo VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença [...];
> Parágrafo VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política [...];
> Parágrafo IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.

Essas garantias constitucionais criaram uma situação jurídica contrária ao que imperou na Ditadura: boicote da opinião, das ideias, do debate. A Constituição Federal abre esse importante espaço para a liberdade da expressão das ideias por meio do debate.

Em função da Redemocratização e da atual Constituição brasileira, temos o debate no Brasil, em todas as esferas da sociedade. Esse contexto favorece o debate, que agora é livre, desde que não seja criminoso de acordo com os preceitos legais. Para ilustrar isso, podemos observar que, principalmente a partir da CF/1988, a TV Brasileira tem hospedado diversos debates acerca de diversos temas, marcando o seu lugar na vida pública. Assim,

> A televisão é também um **espaço de realização da vida pública**, lugar em que a república brasileira – ainda inacabada – tenta encontrar **um espaço de informação, de debate e de repercussão**. A televisão captou e foi ela própria um lugar de negociações e mudanças da sociedade brasileira: foi suporte e agente provocador da passagem de um Brasil de fazendas e de negócios privados para a um Brasil complexo, democrático, ruidoso, saturado e vibrante. O nascimento do país urbano que conhecemos hoje é uma história narrada – e impulsionada – pela televisão: ela registra a modernização de um país num espaço em constante mutação, que organiza o movimento das multidões, do consumo de massas, num primeiro momento, e depois **dos novos sujeitos e vozes sociais e culturais**. A renovação da vida econômica e da vida política são aspectos que a televisão capta e ajuda a produzir (GIL, 2006, p. 6, grifos nossos).

Sem a censura, houve um expressivo crescimento de programas de debate na TV brasileira desde então, especialmente os debates regrados, aqueles em que há os debatedores e um moderador, que controla o tempo das falas de cada um, que dá ou toma a palavra. Esse moderador é, geralmente, o apresentador do programa. O país experimenta a oportunidade de questionamento, de indagação filosófica, afrontamentos na política e o direito de, por meio do discurso, sugerir um país melhor. O Quadro 03, a seguir, apresenta uma lista ilustrativa dessa onda de debates televisivos no Brasil, na atualidade, acerca de questões diversas, não apenas questões políticas. Certamente todos esses debates elencados suscitam questões polêmicas e controversas. Há, na história da TV brasileira, muitos outros programas similares a esses, contudo seria impossível listar todos eles aqui. O quadro 03 também contém o *link* dos sites da internet de cada um desses programas, cujos arquivos dos vídeos dos debates são disponibilizados gratuitamente. Vejamos, no Quadro 03, alguns exemplos de programas televisivos especificamente dedicados à promoção do debate na TV Brasileira, em 2016:

Quadro 03 – Principais programas de debate na TV brasileira em 2016

Programa	Hospedeiro	Alguns dos últimos temas debatidos até 15 de julho de 2016 e sites dos respectivos programas na internet
Ver TV	TV Brasil	Humor na TV e seus limites éticos; A cultura do estupro; O papel das TV´s legislativas; O movimento estudantil pelas lentes da TV; Mídia alternativa e a crise política. Site do programa: http://tvbrasil.ebc.com.br/vertv
Repórter Brasil	TV Brasil	Aborto; Política Mundial de Combate às drogas; Terceirização do trabalho; Crise da água; Reforma Política; Uniões homoafetivas; Diminuição do número de fumantes no Brasil. Site do programa: http://www1.folha.uol.com.br/tv/tvfolhaaovivo/
Debate Brasil	Rede TV	Olimpíadas; Abuso de autoridade; Saída do Reino Unido da União Europeia; Rodrigo Maia e o novo comando da Câmara dos Deputados; A crise de Eduardo Cunha. Site do programa: http://www.redetv.uol.com.br/jornalismo/debatebrasil/
Brasil em Debate	TV Câmara	Foro privilegiado; Endividamento dos Estados; Política externa brasileira; Limitação da banda larga fixa; Ensino Religioso nas escolas. Site do programa: http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/tv/programa/9-BRASIL-EM-DEBATE.html
Programa roda viva	TV Cultura	Articulação política e medidas econômicas e fiscais; Operação Lava-Jato e o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff; As desigualdades no sistema educacional brasileiro. Site do programa: http://tvcultura.com.br/programas/rodaviva/
TV Folha	Site da Folha e TV Cultura	Consumo consciente; Cantoras transexuais; Feminismo; Idade para aposentadoria. Site do programa: http://www1.folha.uol.com.br/tv/tvfolhaaovivo/
JC Debate	TV Cultura	Supersimples no Projeto de Lei 125/2015; Exposição da vida dos filhos nas redes sociais; Dislexia; Julho Verde, mês de conscientização sobre o câncer de cabeça e pescoço; Projeto de Lei "Vagão Rosa". Site do programa: http://tvcultura.com.br/programas/jcdebate/
Entre Vistas	TV Senado	*Impeachment* da presidente Dilma Rousseff; Liberação da fosfoetanolamina; Combate ao Aedes aegypti. Site do Programa: http://www.senado.leg.br/noticias/TV/Programa.asp?p=2092&_page=2

Fonte: Elaborado pelo pesquisador, com base em informações coletadas nos sites dos respectivos programas na internet (mencionados no quadro). Acesso em: 15 Jul. 2016.

Como podemos observar, a TV brasileira vive uma época de grandes debates. Obviamente, existem muitos outros programas. Intencionamos apresentar apenas alguns exemplos ilustrativos. Essa onda de debates fez o país presenciar tensões entre diferentes opiniões acerca de uma variedade de acontecimentos sociais e políticos, como: a cassação do deputado Eduardo Cunha, os Projetos de Lei da bancada evangélica (como o Estatuto da

Família e Escola sem partido, por exemplo); maioridade penal, operação Lava-Jato, legalização da Maconha, amamentação de bebês em público, o suposto golpe (cassação do mandato da Presidente Dilma Rousseff) e a posse de Michel Temer como presidente da República. Esses debates foram ao ar, alcançando um universo gigante de telespectadores. Hoje em dia, esses sites disponibilizam esses debates na internet, alcançando um número ainda maior de pessoas, um auditório de uma amplitude inimaginável, em esfera planetária. Trata-se, portanto, das instâncias enunciativas da contemporaneidade, possibilitadas pelo advento das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação. Em outras palavras, uma multimodalidade de debates *ao vivo e a cores*, ou acessados virtualmente, sem limites temporais ou geográficos; material geralmente curtido, comentado e compartilhado no *Facebook* e outras redes sociais; um clamor nacional e internacional que exprime a necessidade de participar da vida política, realizando a urgente vontade de dizer.

A respeito dessas novas configurações comunicativas na contemporaneidade, Tringali (1988, p. 197), em seus estudos sobre retórica, aborda algo interessante nesse sentido, ao afirmar que um elemento revitalizador da retórica (pois, de fato, há formas bem atuais de retórica) foi a luta pelos direitos humanos, na qual os oradores estão em toda parte: "em reuniões de operários, em fábricas, em sindicatos, em comunidades de base, em diretórios estudantis, [...] no fórum, nas academias, nos congressos, câmara e senado, [...]". E, em relação a esse alargamento da fala pública, o autor afirma que:

> Coube a McLuhan repor a Retórica, em foco, quando demonstra que o mundo se converteu, de novo, numa aldeia global e a oratória atinge, através dos meios eletrônicos de comunicação, limites nunca sonhados, o papa e o presidente os Estados Unidos falam para o mundo e, cada vez mais, o mundo se converte num único auditório (TRINGALI, 1988, p. 197).

O mundo torna-se uma aldeia global, com os meios eletrônicos de comunicação, segundo Tringali. Testemunhamos uma verdadeira globalização do gênero discursivo debate.

Ainda em relação a essa liberdade do uso da palavra nos meios digitais, há uma grande contribuição de Mounier (2006), que salienta, a esse respeito:

> Desde os primórdios da Internet, John Perry Barlow [o autor da Declaração de Independência do Cyberespaço] e muitos outros tiveram uma experiência radicalmente diferente. Para eles, a internet é principalmente uma tecnologia de troca que permite que todos os excluídos de um espaço público que foi trancafiado há muito tempo pela comunicação institucional tomem a palavra, dirigindo-se a seus amigos, a sua comunidade e também, e exatamente com a mesma facilidade, a toda a Terra (MOUNIER, 2006, p. 172-173).

Hoje em dia, uma nova forma de cidadania é vivida mundialmente pelas pessoas, que podem fazer o uso da palavra no meio digital para se expressarem, apesar dos mecanismos de controle de muitos países ainda não democráticos. Felizmente, o Brasil é um país em que a Carta Magna não boicota a livre-expressão.

Esse espírito constitucional a partir Carta Magna de 1988, como já dissemos, favorece um amplo debate no Brasil. Resta-nos destacar, antes de finalizar o primeiro capítulo desta dissertação (ponto de altíssima relevância para a nossa pesquisa – já que analisamos um debate realizado em uma escola pública de ensino Médio), que a promulgação da Constituição Federal de 1988 repercutiu nas leis infraconstitucionais que tratam da educação brasileira, da qual o debate foi banido durante muito tempo. Entre elas, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei 9.394/96), que reafirma o princípio constitucional do "pluralismo de ideias" (BRASIL, 1996, artigo 3º, inciso III). Esse representou um importante avanço na educação brasileira, fundamental para a promoção do debate nas escolas. Segundo o site do Ministério da educação, componentes curriculares como Filosofia e Sociologia retornam para o currículo escolar, em junho de 2008, após 40 anos de banimento (que ocorreu em 1971, tendo seu espaço ocupado pelo componente curricular *Educação Moral e Cívica*). Finalmente, a lei Lei nº 11.684 torna o ensino de Filosofia e Sociologia obrigatórios no Ensino Médio (BRASIL, 2008). A LDB já preconizava, em seu artigo 36, inciso III, que o "domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia são necessários ao exercício da cidadania". Conforme temos exposto nessa discussão, não é difícil imaginar os motivos políticos que provocaram a expurgação desses componentes do currículo escolar (em 1971), que está diretamente associado ao boicote do debate. O que queremos pontuar aqui é que o retorno dessas disciplinas representa um avanço, nas escolas brasileiras, do gênero que estamos investigando. Nesse contexto democrático brasileiro, Filosofia e Sociologia não são os únicos componentes curriculares que se incumbem de provocar debates na escola. Numa perspectiva interdisciplinar e multidisciplinar, todos os componentes curriculares, atualmente, trabalham, com frequência, em prol de despertar o espírito crítico nos estudantes.

O debate que realizamos em uma escola pública de Ensino Médio ocorreu em aulas de língua portuguesa, que passamos a discutir a partir do segundo capítulo, o qual explica, primeiramente, as concepções sociointeracionistas de linguagem do filósofo de linguagem russo Mikhail Bakhtin (2003; 2006), com destaque na teoria dos gêneros discursivos. Ainda no capítulo 2, tratamos das características da oralidade e dos gêneros orais, especialmente das especificidades do gênero debate, que por ser um gênero argumentativo, nos leva, também, a um estudo sobre a argumentação, o qual apresentamos também no Capítulo 2.

2 O DEBATE EM UMA PERSPECTIVA LINGUÍSTICA

Compreender a comunicação humana é algo complexo, exige que busquemos bases epistemológicas consistentes. Assim também ocorre com a compreensão de um gênero como o debate, que não é simples, devido à sua plasticidade, mesmo que não seja tão frequente na vida e nos eventos comunicativos dos seres humanos. O estudo dos primórdios do debate no mundo ocidental foi essencial para que a presente investigação sobre esse gênero faça sentido. Contudo, precisamos avançar em busca de outras bases que sustentem essa árdua tarefa de conhecer o gênero. Neste capítulo, discutimos os principais conceitos teóricos necessários para analisar o debate. Iniciamos, agora, com as bases filosóficas de linguagem que adotamos na pesquisa, ou seja, a filosofia de linguagem de base sociológica de Mikhail Bakhtin (2006), marxista, filósofo de linguagem, que se destacou, na Rússia em meados da década de 1920, juntamente com um grupo chamado de Círculo de Bakhtin, pela vida intelectual e elaboração de conceitos importantes para os estudos linguísticos.

2.1 A FILOSOFIA DE LINGUAGEM DE MIKHAIL BAKHTIN

A investigação que nos propomos a fazer se dá à luz dos postulados de Bakhtin (2006), representante de uma filosofia de linguagem de base marxista e sociológica. Uma "filosofia da linguagem concebida como *filosofia do signo ideológico*" (BAKHTIN, 2006, p. 37, grifos do autor). Esse pensador diz que essa filosofia de linguagem relaciona a ideologia à realidade material do signo, relaciona o signo às formas concretas de comunicação social e relaciona a interação verbal/a comunicação à sua base material que, nessa corrente teórica, é a infraestrutura (a organização social dos indivíduos/condições em que as interações ocorrem). Nessa concepção, o signo linguístico é "determinado pelas formas de interação social" (BAKHTIN, 2006, p. 43). A obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, influenciada pelo materialismo dialético, possui, em seu bojo, o axioma: a infraestrutura (a realidade político-econômica) determina a superestrutura (a realidade ideológica), por meio de trocas verbais concretas entre sujeitos sócio-históricos e ideológicos. Esta é uma relação recíproca/dialética entre a infraestrutura e as superestruturas, que tem como elemento intermediário a palavra (BAKHTIN, 2006, p. 40). Nesse sentido, a ideologia do cotidiano, presente na vida cotidiana em cada palavra, gesto e estados de consciência dos indivíduos, é influenciada pelos sistemas ideológicos constituídos (a arte, a moral, o direito, a religião). Esses sistemas constituídos dão o tom da ideologia do cotidiano, "constituindo um elo orgânico vivo" com ela. Fora dessa

relação com a ideologia do cotidiano, os sistemas ideológicos constituídos morrem, por falta de "vínculos com o conteúdo total da consciência dos indivíduos receptores" (BAKHTIN, 2006, p. 121).

Assim, essa é uma filosofia de linguagem que "deve justamente colocar como base de uma doutrina a enunciação como realidade da linguagem e como estrutura socioideológica (BAKHTIN, 2006, p. 129). O filósofo russo afirma: "*a estrutura da enunciação é uma estrutura puramente social*. A enunciação como tal só se torna efetiva entre falantes. O ato de fala individual (no sentido estrito do termo 'individual' é um *contradictio in adjecto*" (BAKHTIN, 2006, p. 130, grifos do autor). O conceito de enunciação bakhtiniano, e com o qual embasamos esta dissertação, é compreendido enquanto interação verbal concreta entre sujeitos sócio-históricos e ideológicos.

Na década de 1920, com o advento da ciência linguística, a preocupação de Bakhtin (2006) e seu Círculo era justamente defender uma concepção de uma linguística de base sociológica que se preocupasse com a vida da língua e não meramente com escritos mortos – perspectiva filológica que imperava antes do surgimento da ciência linguística e que, para esse teórico, continuava imperando nessa ciência como uma certa busca por análise de cadáveres.

Na busca por explicações para a linguagem humana, Bakhtin (2006) postula que a linguagem é viva e é a materialidade mais representativa da ideologia. As afirmações "tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo fora de si mesmo" e "*sem signos não existe ideologia"* (BAKHTIN, 2006, p. 29, grifos do autor) carregam a ideia de que a linguagem é determinada pelo sócio-histórico, que se encarna em signos. Desse modo, "o domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes. Ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico" (BAKHTIN, 2006, p. 30).

A indagação filosófica bakhtiniana acerca da natureza da linguagem encontra-se na pergunta: o que determina a linguagem? O interior do indivíduo (visão psicologista individualista)? O supra-humano (visão idealista)? Ou a realidade exterior ao indivíduo, mesmo com a participação deste (visão sociológica)? Nesse ínterim, propõe-se outra pergunta: a ideologia nasce na consciência individual (individual no sentido estrito do termo) ou nasce fora dela? A esse respeito, o autor salienta:

> A filosofia idealista e a visão psicologista da cultura situam a ideologia na consciência. Afirmam que a ideologia é um fato de consciência e que o aspecto exterior do signo é simplesmente um revestimento, um meio técnico de realização do efeito interior, isto é, da compreensão. O idealismo e o psicologismo esquecem que a própria compreensão não pode manifestar-se

> senão através de um material semiótico (por exemplo, o discurso interior), que o signo se opõe ao signo, que a própria consciência só pode surgir e se afirmar como realidade mediante a encarnação material em signos (BAKHTIN, 2006, p. 32, grifos do autor).

Desse modo, Bakhtin (2006) defende que consciência não é um elemento tão individual, constituído simplesmente a partir de processos biológicos/fisiológicos. Ao contrário, a formação da consciência ocorre em uma cadeia ideológica que perpassa, primeiramente, pelo material semiótico, que é intrinsecamente ideológico, impregnando a consciência de ideologia. Em segundo lugar, o autor aponta que é na interação de uma consciência individual com outra que os signos emergem. A tese bakhtiniana é de que "a consciência só se torna consciência quando se impregna de conteúdo ideológico (semiótico) e, consequentemente, somente no processo de interação social" (BAKHTIN, 2006, p. 32). O que este autor pretende justamente mostrar é que nem a formação da consciência nem a criação ideológica são da ordem do biológico, psicofisiológico ou da ordem do supraexistencial (transcendentalismo). Em oposição a ambas visões, individualista e idealista, Bakhtin (2006) afirma ser o ideológico da ordem do social. A criação ideológica não ocorre no âmbito do organismo individual, ocorre no âmbito das relações sociais. "*A consciência individual é um fato socioideológico*" (BAKHTIN, 2006, p. 33, grifos do autor), sendo formada no curso das relações sociais e por meio dos signos.

Embora o autor se refira a qualquer material semiótico, ele confere ao signo verbal uma posição especial nas relações sociais e na formação da consciência individual quando diz que "*a palavra é o fenômeno ideológico por excelência*"(BAKHTIN, 2006, p. 33-34, grifos do autor). A palavra possui, desse modo, a maior forma de representatividade da relação social. O signo verbal é o que há de mais singular na comunicação entre os indivíduos. É por meio da palavra que ocorre a interpelação ideológica dos indivíduos. Por isso mesmo, Bakhtin (2006) declara que a palavra deve ser colocada em primeiro plano no estudo das ideologias, por ser a expressão semiótica mais necessária e mais presente nas relações sociais. "É, precisamente, na palavra que melhor se revelam as formas básicas, as formas ideológicas gerais da comunicação semiótica" (BAKHTIN, 2006, p. 34-36). O filósofo deixa claro que a palavra acompanha todo e qualquer processo de criação ideológico.

A filosofia de linguagem bakhtiniana valoriza o caráter socioideológico da linguagem. Dentre as diversas propriedades da palavra, a que pretendemos destacar aqui é o que Bakhtin (2006) chama de "ubiquidade social". Nessa direção, o autor afirma:

> [...] a palavra penetra literalmente em todas as relações entre indivíduos, nas relações de colaboração, nas de base ideológica, nos encontros fortuitos da vida cotidiana, nas relações de caráter político, etc. As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. É portanto claro que a palavra será sempre o *indicador* mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados (BAKHTIN, 2006, p. 40, grifo do autor).

Como já dissemos, o signo linguístico é o tipo de signo que está mais presente na comunicação humana e que possui um lugar privilegiado nas redes ideológicas. A relação do *eu* com o *outro* marca a natureza intersubjetiva da linguagem humana.

Enquanto teoria de base marxista, a teoria bakhtiniana defende que as relações de produção e, consequentemente, a estrutura sociopolítica derivada dessas relações, determinam "todos os contatos verbais possíveis entre os indivíduos" (BAKHTIN, 2006, p. 41). Este caráter social da linguagem faz com que essa comunicação socioideológica sofra modificações a depender da época em que ela ocorra, pois a palavra é marcada pelo "horizonte social" (BAKHTIN, 2006, p. 42-43). O signo verbal é vivo, do mesmo modo que são as relações sociais e interações humanas.

A ideologia é impregnada tanto no signo linguístico quanto na consciência dos indivíduos por meio da absorção dos "índices sociais de valor" que são atribuídos à palavra. O signo é constituído a partir de uma realidade, a qual Bakhtin chama de tema ideológico. Nesse tema, há índices sociais de valor, absorvidos pela consciência individual "na medida em que a consciência individual os absorve como sendo seus, mas sua fonte não se encontra na consciência individual. O índice de valor é por natureza i*nterindividual*" (BAKHTIN, 2006, p. 44-45, grifos do autor). O filósofo destaca que, sendo ideológico, o signo linguístico possui uma "plurivalência social", espaço de embates sociais, de luta de classes. É esse "entrecruzamento dos índices de valor" que dão vida e mobilidade aos signos verbais. Fora desse embate social, concreto e vivo, os signos seriam, na visão bakhtiniana, objetos de estudos filológicos, de estudos de linguagem sem vida (BAKHTIN, 2006, p. 46).

Uma outra preocupação de Bakhtin (2006, p. 69) é dizer que o que explica a propriedade mais essencial da linguagem não é o "fenômeno puramente acústico", não é o fenômeno fisiológico da produção ou da percepção do som. Seu interesse não é tratar de uma questão que pertence à Física, ou à Fisiologia, ou à Psicologia. Os aspectos sonoros por si só não dão conta de explicar o que é a linguagem. Entretanto, teremos um maior alento nessa investigação, se, de acordo com o autor, somarmos a esse processo de produção e

compreensão sonora “a esfera das relações sociais”. Esta última oferece maiores subsídios para explicarmos melhor o que é a linguagem, nessa corrente teórica.

Além do empirismo fonético do qual tratamos e o seu caráter meramente técnico, tratamos, a partir de agora, de duas orientações para o pensamento filosófico-linguístico que foram igualmente rejeitadas por Bakhtin (2006), quais sejam: o objetivismo abstrato e o subjetivismo individualista.

O subjetivismo individualista é a orientação que defende que a fonte da língua está no indivíduo, no psiquismo individual. Nessa perspectiva, a língua está em evolução constante e ininterrupta, norteada pelas leis da psicologia individual (BAKHTIN, 2006, p. 71). O Objetivismo abstrato se refere a uma outra orientação, segundo a qual todos os fatos da língua são explicados a partir do sistema de normas linguísticas (sistema de normas fonéticas, gramaticais e lexicais). São essas normas internas do sistema que, nessa orientação, explicam a natureza da linguagem. Bakhtin (2006) formula quatro proposições para explicar cada uma dessas orientações, as quais apresentamos na íntegra no quadro comparativo (Quadro 04), a seguir. Assim, verificamos que essas proposições são antagônicas.

Quadro 04 – Proposições bakhtinianas acerca do subjetivismo individualista e do objetivismo abstrato

Subjetivismo individualista	Objetivismo abstrato
1. “A língua é uma atividade, um processo criativo ininterrupto de construção (energia), que se materializa sob a forma de atos individuais de fala” (p.72).	1. “A língua é um sistema estável, imutável, de formas linguísticas submetidas a uma norma fornecida tal qual à consciência individual e peremptória para esta” (p. 83).
2. “As leis da criação linguística são essencialmente as leis da psicologia individual” (p.72).	2. “As leis da língua são essencialmente leis linguísticas específicas, que estabelecem ligações entre os signos linguísticos no interior de um sistema fechado. Estas leis são objetivas relativamente a toda consciência subjetiva” (p. 83).
3. “A criação linguística é uma criação significativa, análoga à criação artística” (p.72).	3. “As ligações linguísticas específicas nada têm a ver com os valores ideológicos (artísticos, cognitivo e outros). Não se encontra, na base dos fatos linguísticos, nenhum motor ideológico. Entre a palavra e seu sentido não existe vínculo natural e compreensível para a consciência, nem vínculo artístico” (p. 83).

4. “A língua, enquanto produto acabado (*ergon*), enquanto sistema estável (léxico, gramática, fonética), apresenta-se como um depósito inerte tal como a lava fria da criação linguística, abstratamente construída pelos linguistas com vistas à sua aquisição prática como instrumento pronto para ser usado” (p.72).	4. “Os atos individuais de fala constituem, do ponto de vista da língua; simples refrações ou variações fortuitas ou mesmo deformações das formas normativas. Mas são justamente estes atos individuais de fala que explicam a mudança histórica das formas da língua; enquanto tal, a mudança é, do ponto de vista do sistema, irracional e mesmo desprovida de sentido. Entre o sistema da língua e sua história não existe nem vínculo nem afinidade de motivos. Eles são estranhos entre si” (p. 83).

Fonte: Elaborado pelo pesquisador, com base em Bakhtin (2006, p. 72 e 83).

O subjetivismo individualista tem suas bases no subjetivismo idealista de Wilhelm Humboldt. De acordo com Bakhtin (2006, p. 77), essa orientação defende que a linguagem pode ser explicada pelo “fluxo ininterrupto de atos de fala, onde nada permanece estável, nada conserva sua identidade”. Ao contrário disso, segundo o objetivismo abstrato (que defende que a linguagem pode ser explicada pelas normas do sistema linguístico), “a língua é um arco-íris imóvel que domina este fluxo”, ou seja, cada enunciação apresenta elementos idênticos aos de outras enunciações. Esses traços idênticossão os aspectos normativos da língua “para todas as enunciações – traços fonéticos, gramaticais e lexicais, que garantem a unicidade de uma dada língua e sua compreensão por todos os locutores de uma mesma comunidade” (BAKHTIN, 2006, p. 77).

De acordo com Bakhtin (2006, p. 112), o subjetivismo idealista ancora-se na ideia de enunciação monológica para explicar a língua/linguagem. Este tipo de enunciação é estritamente individual, excluindo o outro. O subjetivismo individualista foca no estudo da atividade mental individual como a responsável pela linguagem. Bakhtin (2006, p. 114) se opõe a essa orientação, dizendo que o que explica a essência da linguagem não é aquilo que vem do interior do indivíduo e sim o que vem do exterior dele. A crítica desse autor ao subjetivismo individualista reside no fato de que essa abordagem exclui elementos que constituem a criação ideológica (os aspectos externos ao indivíduo que o atravessam e o constituem). Nessa perspectiva, são os fatores externos e não internos que determinam o psiquismo individual, a formação da consciência, a criação ideológica. Isso ocorre no âmbito da enunciação, definida por Bakhtin (2006) como “o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados”, sendo que “*a palavra dirige-se a um interlocutor*” (BAKHTIN,

2006, p. 114, grifos do autor). Em relação à essa propriedade da enunciação apresentada por Bakhtin, este autor diz que é por meio da palavra que nos definimos em relação ao outro, sendo a palavra "uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros" (BAKHTIN, 2006, p. 115, grifos do autor).

A essência da linguagem humana é a interação. O eu, o outro, a palavra, a ideologia. Fora desse processo, a linguagem não pode ser explicada de forma complexa e coerente. A abordagem individualista é reducionista quando dá primazia ao mundo interior individual na produção linguística. O que explica a linguagem não é "a expressão individualista". Neste respeito, entendamos o porquê, de acordo com Bakhtin (2006):

> Assim, a teoria da expressão subjacente ao subjetivismo individualista deve ser completamente rejeitada. O centro organizador de toda enunciação, de toda expressão, não é interior, mas exterior: está situado no meio social que envolve o indivíduo. Só o grito desarticulado de um animal procede do interior, do aparelho fisiológico do indivíduo isolado. É uma reação fisiológica pura e não ideologicamente marcada. Pelo contrário, a enunciação humana mais primitiva, ainda que realizada por um organismo individual, é, do ponto de vista do seu conteúdo, de sua significação, organizada fora do indivíduo pelas condições extra-orgânicas [*sic*] do meio social. A enunciação enquanto tal é um puro produto da interação social, quer se trate de um ato de fala determinado pela situação imediata ou pelo contexto mais amplo que constitui o conjunto das condições de vida de uma determinada comunidade linguística (BAKHTIN, 2006, p. 123-124).

O subjetivismo individualista deduz a enunciação do mundo interior do locutor, como se a enunciação pudesse ser explicada enquanto meramente a expressão do mundo interior do enunciador. Ao contrário, a teoria bakhtiniana concebe a linguagem e a enunciação como da ordem do sócio-histórico (BAKHTIN, 2006, p. 124). Essa linha de pensamento acredita que a atividade mental se realiza sob a forma de uma enunciação, que é atravessada por uma orientação social, ganhando maior complexidade exatamente porque a atividade mental sozinha não determina essa enunciação. Ao contrário, a atividade mental adequa-se "ao contexto social imediato do ato de fala, e, acima de tudo, aos interlocutores concretos"(BAKHTIN, 2006, p, 120).

Nesta perspectiva, Bakhtin (2006, p.135) diz que a significação não é determinada pelo interior dos indivíduos, ela não está nem mesmo na palavra, só ocorre na interação entre locutor e interlocutor.

A segunda orientação para o pensamento filosófico-linguístico é o objetivismo abstrato. Como já dissemos, essa orientação valoriza o estudo da língua, enquanto sistema de formas linguísticas e normas de funcionamento, possuindo suas raízes no racionalismo do

século XVII e XVIII e no cartesianismo. O representante mais notável dessa orientação, na visão bakhtiniana é Ferdinand Saussure, da Escola de Genebra (BAKHTIN, 2006, p. 84). Atentemo-nos às palavras do filósofo russo, quando explica as ideias saussurianas acerca do fenômeno linguístico:

> Saussure parte do princípio de uma tríplice distinção: le langage, la langue (como sistema de formas) e o ato da enunciação individual, la parole. A língua (la langue) e a fala (la parole) são os elementos constitutivos da linguagem, compreendida como a totalidade (sem exceção) de todas as manifestações – físicas, fisiológicas, e psíquicas – que entram em jogo na comunicação linguística. A linguagem não pode ser, segundo Saussure, o objeto da linguística. Considerada em si mesma, falta-lhe unidade interna e leis independentes, autônomas. Ela é compósita, heterogênea. É difícil não se perder em sua composição contraditória. É impossível, se permanecermos no terreno da linguagem, fazer uma descrição dos fatos da língua. A linguagem não pode ser o ponto de partida de uma análise linguística (BAKHTIN, 2006, p. 86).

Como é bem sabido, Saussure (2006) fundou a ciência linguística moderna, que tem como objeto de estudo a língua, não a linguagem. Seus estudos representam um importante rompimento com a tendência filológica que predominava antes dele. Definir um objeto de estudo e método próprio deu à Linguística um status científico. Como a produção de conhecimento é viva e dinâmica, outras correntes teóricas foram se desenvolvendo. Nesse ínterim, quase concomitantemente, Bakhtin (2006) fazia críticas ao objetivismo abstrato. Ele é contrário a essa orientação porque ela se interessa pelas formas rígidas, fixas, objetivas e imutáveis da língua por meio de um estudo sincrônico. Para Bakhtin (2006, p. 92-93), o momento sincrônico não existe, já que a língua está em transformação a todo o tempo. É, para este autor, uma mera abstração dar primazia ao sistema na explicação dos fatos de linguagem. De acordo com os escritos bakhtinianos, o locutor utiliza a língua no contexto da vida concreta, para atender às suas necessidades concretas. Assim, "para o locutor, a construção da língua está orientada no sentido da enunciação da fala" (BAKHTIN, 2006, p. 93). Na visão desse teórico, em cada enunciação, o aspecto mais importante é "aquilo que permite que a forma linguística figure num dado contexto, aquilo que a torna um signo adequado às condições de uma situação concreta dada" (BAKHTIN, 2006, p. 94). Do ponto de vista enunciativo, o elemento mais relevante não é a forma linguística abstrata, mas a entidade linguística em sua essência "variável e flexível", dependente das condições sociais e de um contexto concreto da vida (BAKHTIN, 2006, p. 94). O objetivismo abstrato exclui, consequentemente, o contexto ideológico preciso das interações verbais. Exclui a "prática

viva da comunicação social". Nas palavras do pensador, "a separação da língua de seu conteúdo ideológico constitui um dos erros mais grosseiros do objetivismo abstrato" (BAKHTIN, 2006, p. 97). O que é mais peculiar na linguagem é esse aspecto social, que é, inevitavelmente ideológico e não os aspectos meramente formais de um sistema fechado em si mesmo. O que, de fato, define a linguagem, para uma filosofia de linguagem de base socioideológica, é a interação viva permeada pela ideologia, conforme enfatiza o autor: "a *palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial* (BAKHTIN, 2006, p. 96, grifos do autor). Ademais, como a palavra não é um mero sinal, ela não possui significação unívoca, mas significações (caráter plural da palavra), que dependem do contexto socioideológico da enunciação (BAKHTIN, 2006, p. 133).

Em síntese, na perspectiva bakhtiniana, tanto o objetivismo abstrato quanto o subjetivismo individualista reduzem o conceito de linguagem. Enquanto para o objetivismo abstrato "só o sistema linguístico pode dar conta dos fatos da língua", excluindo os elementos enunciativos e o ato de fala, a outra orientação, o subjetivismo idealista, "só leva em consideração a fala", tentando explicá-lo "a partir da vida psíquica do sujeito falante" (BAKHTIN, 2006, p. 111). A essência da linguagem, para este autor, não está nem na "enunciação monológica isolada" nem no "ato psicofisiológico de sua produção". A natureza da linguagem é social, materializada na enunciação (BAKHTIN, 2006, p. 125). Para corroborar essa natureza heterogênea e interacional da linguagem, abordamos, na próxima seção, um conceito-chave, bastante complexo, da teoria bakhtiniana: o dialogismo.

2.1.1 Dialogismo

Os princípios filosóficos acerca da linguagem que discutimos no item anterior, 2.1, nos ajudam a compreender o conceito de enunciação em Bakhtin (2003, 2006). Para este filósofo russo, a essência da linguagem não pode ser explicada por um ato psicofisiológico individual ou pela língua enquanto sistema de regras fechado em si mesmo. A natureza da linguagem, para ele, só pode ser explicada a partir da enunciação, compreendida aqui enquanto interação verbal entre sujeitos sócio-históricos e ideologicamente constituídos.

A partir dessa perspectiva, é necessário compreendermos um conceito-chave elaborado por Bakhtin (2003) diante da natureza intersubjetiva, interacional e sócio-histórica e ideológica da linguagem, a saber: o conceito de *dialogismo*. Nesse sentido, Pires (2003), apropriando-se de Todorov (1981), afirma que Bakhtin foi influenciado pela filosofia do diálogo do filósofo austríaco Martin Buber para elaborar esse conceito. Segundo a autora:

> A base do princípio dialógico é a filosofia do diálogo ou da relação, de M. Buber, que, afirmando a palavra como dialógica, estabelece a relação "entre" os seres humanos e funda a experiência da intersecção, ou interação. Para essa filosofia, o homem não é um ser individual, mas uma relação dialógica entre eu-tu. O "tu" é condição de existência do "eu", pois a realidade do homem é a realidade da diferença entre um "eu" e um "tu". O "eu" não existe individualmente, senão como abertura para o outro. Origina-se aí a constituição do par fundador – eu-outro (PIRES, 2003, p. 39).

A partir dessa filosofia do princípio dialógico, Bakhtin elabora o conceito de dialogismo que mantém consonância com toda a sua filosofia de linguagem, que é de base sociológica, pressupondo o *outro*, que interage com o *eu* via linguagem. O eu e o outro são uma condição *sine qua non* para que a enunciação ocorra. Compreendamos, então, o complexo conceito de dialogismo, que não se restringe a um simples diálogo entre duas pessoas, embora envolva esse fenômeno.

Em primeiro lugar, retomemos a ideia de que a comunicação humana se dá na enunciação (interação verbal entre sujeitos), por meio dos gêneros discursivos. Assim, o diálogo, a troca verbal entre locutor e interlocutor é o primeiro e o elemento mais básico que define o dialogismo. Segundo Bakhtin (2003, p. 301), uma das características do enunciado é que ele é direcionado a alguém. O enunciado é um elo entre locutor e interlocutor.

A segunda explicação para o conceito de dialogismo é que todo enunciado contém outros enunciados ditos anteriormente. Bakhtin (2003, p. 272) afirma que todo falante traz em seus enunciados outros enunciados alheios, até mesmo porque, conforme o autor, o falante é também um respondente, "ele não é o primeiro falante, o primeiro a ter violado o eterno silêncio do universo". O autor aponta que todo falante traz enunciados anteriores que são seus e também de outros. Ainda sobre esse caráter dialógico do enunciado, o autor diz:

> Todo enunciado, além de seu objeto, sempre responde (no sentido amplo da palavra) de uma forma ou de outra aos enunciados do outro que o antecederam. O falante não é um Adão, e por isso o próprio objeto de seu discurso se torna inevitavelmente um palco de encontro com opiniões de interlocutores imediatos (na conversa ou na discussão sobre algum acontecimento do dia-a-dia [*sic*]) ou com pontos de vista, visões de mundo, correntes, teorias, etc. (no campo da comunicação cultural). Uma visão de mundo, uma corrente, um ponto de vista, uma opinião tem sempre uma expressão verbalizada. Tudo isso é discurso do outro (em forma pessoal ou impessoal), e este não pode deixar de refletir-se no enunciado. O enunciado está voltado não só para o seu objeto mas também para os discursos do outro sobre ele (BAKHTIN, 2003, p. 300).

Assim, toda linguagem é dialógica no sentido de que toda interação verbal carrega dizeres anteriores. Todo discurso dialoga com discursos anteriores. O que dizemos no nosso cotidiano está impregnado dos discursos dos outros. Toda linguagem possui "ressonâncias dialógicas" (BAKHTIN, 2003, p. 300).

Uma terceira explicação para o conceito de dialogismo é o fato de que um enunciado, além de conter enunciados anteriores a ele, também suscita enunciados futuros. Bakhtin (2003) assevera que a palavra de um falante segue em direção a um outro, que irá responder – fenômeno chamado de "atitude responsiva ativa". Baseado nessa premissa básica, o autor afirma que a unidade real da comunicação, que é o enunciado, possui como extensão e limite a "*alternância dos sujeitos do discurso*" (BAKHTIN, 2003, p. 274-275, grifos do autor). É essencial pontuarmos, aqui, que esse autor esclarece que essa atitude responsiva pode ocorrer de diferentes modos: em uma situação comunicativa na qual se utiliza um gênero que permita essa "resposta" imediata do interlocutor (uma conversa entre duas pessoas no corredor de uma universidade, por exemplo, que suscitaria a atitude responsiva de forma imediata); ou a atitude responsiva pode ser suscitada de forma nãoimediata, que desencadeia um outro tipo de interação, uma "compreensão responsiva de efeito retardado", que trará sempre respostas futuras desse ouvinte, seja em seu discurso seja em seu comportamento futuros. Isso porque a compreensão não é um processo isolado da interação; ao contrário, ele é um processo ativo e responsivo (BAKHTIN, 2003, p. 271-272). Isso nos faz compreender esse terceiro elemento que explica o dialogismo: os discursos que ele suscita. O autor russo diz claramente que "o enunciado não está ligado apenas aos elos precedentes, mas também aos subsequentes da comunicação discursiva" e que "o enunciado se constrói levando em conta as atitudes responsivas, em prol das quais ele, em essência, é criado" (BAKHTIN, 2003, p. 301).

Portanto, a linguagem é social, ideológica e intersubjetiva – logo, dialógica por natureza. A interação verbal ocorre entre sujeitos sócio-históricos que, enquanto tais, trazem em seu discurso outros discursos anteriores a ele – atravessados pela ideologia – e que, consequentemente suscitam outros discursos futuros. Todo esse processo dialógico só ocorre por meio dos gêneros do discurso. Entendamos, portanto, esse conceito.

2.1.2 O conceito de gênero discursivo

Bakhtin (2003) enfatiza que toda comunicação humana só acontece por meio dos gêneros discursivos (orais e escritos), definidos pelo autor como "tipos relativamente estáveis de enunciados", conceito que explicaremos mais adiante. A comunicação humana ocorre em

uma diversidade de campos da atividade humana (campos de comunicação), que possuem suas especificidades próprias, determinando ou condicionando os gêneros do discurso. Assim, os gêneros possuem três elementos fundamentais: *conteúdo temático*, *construção composicional* e *estilo*. Os gêneros do discurso são infinitos, como também são infinitas as possibilidades de comunicação humana. Diante dessa diversidade de situações comunicativas na vida, os gêneros discursivos são heterogêneos (BAKHTIN, 2003, p. 262).

Partindo desses pressupostos, Joaquim Dolz e Bernard Schneuwly (2011a; 2011b) e outros pesquisadores da Universidade de Genebra interessaram-se pelo estudo dos gêneros discursivos, com vistas a orientar seu ensino no âmbito escolar, como veremos mais adiante. Esses autores dialogam com as ideias bakhtinianas quando explicam os três pilares dos gêneros do discurso, ao afirmarem:

> 1) os conteúdos que se tornam dizíveis por meio dele (o fato de se fazer uma exposição teórica sobre a vida dos animais determina, por exemplo, a pertinência e o caráter dos conteúdos a desenvolver);
> 2) a estrutura comunicativa particular dos textos pertencentes ao gênero (no caso da exposição, essa estrutura se apresenta como um instrumento a serviço da aprendizagem e da transmissão de conhecimentos, implica a organização interna de uma exposição oral e toma a forma de um monólogo que segue um plano com diferentes fases ou rubricas, geralmente explícitas);
> 3) as configurações específicas das unidades linguísticas: traços da posição enunciativa do enunciador, conjuntos particulares de sequências textuais e de tipos de discurso que formam sua estrutura (o locutor que expõe diz EU em certos trechos ou fala de maneira neutra em outros; as marcas linguísticas do plano do texto; as cadeias de expressão, designando um mesmo objeto discursivo ao longo do texto, a entonação, estruturando o texto em diferentes níveis etc.) (DOLZ; SCHNEUWLY,2011b, p. 143).

Assim, o conteúdo temático é o conjunto daquilo que é dizível por meio do gênero (ou o dito), a estrutura composicional é como se organiza aquilo que se diz, ou seja, um esqueleto visível com suas partes articuladas (dimensão semiótica da comunicação) que serve de arranjo composicional daquilo que se diz na situação de interação por meio do gênero. Por fim, o estilo é, de modo geral, composto pelas características das unidades linguísticas, que abarcam aspectos formais da língua (léxico, gramática, elementos de coesão, sequências linguísticas, ou aspectos sonoros da língua, entre outros). É essencial salientarmos, entretanto, que o pilar estilístico do gênero, de acordo com os autores supracitados, de forma alguma se restringe a esses elementos formais da língua. O estilo abarca também a dimensão subjetiva (ou intersubjetiva) do gênero, as questões discursivas e as posições dos enunciadores.

Nesta perspectiva, Bakhtin (2003) reforça sua tese de que o sistema linguístico é abstrato e que ele só é realizado, só ganha vida, por meio da interação verbal concreta – que se dá por meio dos gêneros discursivos. O autor explica como isso ocorre quando diz que a realização da vontade discursiva do falante se dá "*na escolha de um certo gênero de discurso*", sendo que o campo da comunicação discursiva é determinante para esta escolha por alguns fatores apontados pelo autor, como: questões temáticas daquele campo, situação concreta em que ocorre a comunicação discursiva etc. Contudo, além desses fatores pertencentes à esfera de um dado campo da comunicação, existem também os traços da individualidade/subjetividade do falante (ou escrevente) – como estilo, por exemplo – que também podem se desenvolver no gênero discursivo (BAKHTIN, 2003, p. 282, grifos do autor).

Este autor defende que os gêneros discursivos são tão parte da vida quanto a própria língua, dizendo que tanto os gêneros discursivos quanto a língua nos são dados espontaneamente no contexto comunicativo diário. Assim, a língua não chega até nós por meio de dicionários e gramáticas, mas por meio de "enunciações concretas", ou seja, na "comunicação discursiva viva" com outros indivíduos (BAKHTIN, 2003, p. 282-283). É por meio dos gêneros que entramos em contato com a língua materna. Defendendo esta ideia, Bakhtin (2003) explica que:

> Nós assimilamos as formas da língua somente nas formas das enunciações e justamente com essas formas. As formas da língua e as formas típicas dos enunciados, isto é, os gêneros do discurso, chegam à nossa experiência e à nossa consciência em conjunto e estreitamente vinculadas. Aprender a falar significa aprender a construir enunciados (porque falamos por enunciados e não por orações isoladas e, evidentemente, não por palavras isoladas. Os gêneros do discurso organizam o nosso discurso quase da mesma forma que o organizam as formas gramaticais (sintáticas) (BAKHTIN, 2003, p. 283).

Nessa linha do pensamento de Bakhtin (2003), a comunicação humana só acontece por meio dos gêneros discursivos, que, na interação verbal entre os indivíduos, dão vida à língua (que, sozinha, é um mero sistema abstrato de formas linguísticas).

Os gêneros discursivos possuem uma estrutura que é "relativamente estável". Ao se comunicarem, os indivíduos utilizam um gênero, que possui uma estrutura composicional, um conteúdo temático e um estilo próprio do gênero. Esses elementos são determinados pelo campo da atividade humana em que a comunicação ocorre. Dizer que os gêneros do discurso são "tipos relativamente estáveis de enunciados" significa dizer que, apesar de o gênero possuir uma estrutura própria, não há uma rigidez absoluta na estrutura dele. Bakhtin (2003)

ressalta que há gêneros mais rígidos e há outros mais flexíveis. Alguns gêneros estão mais abertos para apresentar tanto características individuais do falante quanto o que o autor chama de *vontade discursiva*, mencionando a entonação expressiva como um exemplo disso. Ao mesmo tempo, existem outros gêneros, como é o caso de alguns gêneros oficiais, que possuem uma maior estabilidade composicional, temática e estilística. São gêneros que, segundo o pensador russo, "possuem um alto grau de estabilidade e coação", limitando traços da individualidade do enunciador (BAKHTIN, 2003, p. 284).

Pelo fato de os gêneros serem ilimitados e para facilitar a compreensão do conceito, Bakhtin (2003, p. 263) elabora o conceito de *gêneros discursivos primários* e *gêneros discursivos secundários*. Os gêneros primários são considerados os gêneros simples, utilizados nas situações comunicativas imediatas (como uma conversa informal, por exemplo). Já os gêneros secundários são os gêneros mais complexos, aqueles utilizados em situações comunicativas mais elaboradas, em contextos culturais mais desenvolvidos, como a esfera artística, científica, sociopolítica, entre outros (romances, dramas, pesquisas científicas, os gêneros publicitários etc.). O autor também salienta que um gênero primário pode sair da esfera cotidiana, ser adaptado e entrar na esfera dos gêneros secundários (BAKHTIN, 2003, p. 264). Do mesmo modo, é possível adaptar um gênero secundário, elevado, oficial, para a esfera primária, cotidiana. O autor também ressalta que há gêneros discursivos, como os artísticos, que são mais livres por serem mais criativos, permitindo que o sujeito se coloque nele (BAKHTIN, 2003, p. 283-284). Todas essas características dos gêneros discursivos mostram que eles são marcados pela heterogeneidade e pela pluralidade, assim como a interação humana, as atividades cotidianas e a própria linguagem. E, tão heterogêneo quanto a linguagem é o universo da comunicação oral, contemplado com uma infinidade de gêneros orais. É sobre isso que discorreremos no próximo item.

2.2 GÊNEROS DISCURSIVOS ORAIS

Com relação à modalidade oral no uso da língua, Marcuschi (2010, p. 17) aponta que o ser humano é, em essência, um "ser que fala" e não "um ser que escreve". Obviamente, o autor defende que não há superioridade da oralidade sobre a escrita, pois ambas são modalidades possíveis do uso da língua, cada uma delas possuindo suas especificidades próprias e sua importância para as interações sociais. O autor salienta que oralidade e escrita não são modalidades tão opostas de modo a constituírem dois sistemas diferentes, pois essas duas modalidades possuem características que possibilitam que os indivíduos construam seus

textos com coesão e coerência, assim como também permitem que os indivíduos elaborem raciocínios abstratos e exposições tanto formais quanto informais. É a produção de gêneros discursivos orais que nos interessa nessa investigação. No intuito de aprofundar essa discussão acerca da oralidade e dos gêneros discursivos orais, apresentamos o próximo subtópico, o qual discute as características típicas da oralidade.

2.2.1 Especificidades da oralidade

Como o debate é um gênero tipicamente oral, torna-se imprescindível, antes de falarmos sobre esse gênero, adentrarmos, primeiramente, na discussão sobre essa modalidade da língua: a oralidade. Marcuschi (2010), orientado pela concepção de que "são os usos que fundam a língua e não o contrário", numa perspectiva sociointeracionista, defende que as regras da língua não explicam o falar (ou escrever) bem, pois usar bem a língua em ambas modalidades é usar a língua de modo a produzir "um efeito de sentidos pretendido numa dada situação (MARCUSCHI, 2010, p. 9).

Nesse sentido, o autor salienta que a ideia de que a escrita é formal e a fala é informal é um equívoco, pois o que de fato existe é um contínuo, níveis de formalidade e informalidade em ambas modalidades. Ademais, tanto a oralidade quanto a escrita possuem variações da ordem do estilo, do dialeto, entre outras. Apesar da possibilidade da existência de debates escritos, de acordo com Dolz, Schneuwly e Pietro (2011, p. 214), esta dissertação elege o debate oral como nosso objeto de pesquisa.

Feitas essas observações, vejamos como Marcuschi (2010) define a oralidade: como "uma prática social interativa para fins comunicativos que se apresenta sob variadas formas ou gêneros textuais fundados na realidade sonora; ela vai desde uma realização mais informal à mais formal nos mais variados contextos de uso"; enquanto isso, a fala é "uma forma de produção textual-discursiva" pertencente à esfera oral, "sem uma tecnologia além do aparato disponível pelo próprio ser humano"(MARCUSCHI, 2010, p. 25). O autor defende, com isso, que a fala é da ordem do sonoro, mesmo que acompanhado de elementos prosódicos, recursos expressivos, como gestos, olhares etc. Entretanto, para o autor, a oralidade, apesar de ter a *realidade sonora* em sua base, extrapola essa realidade, pois abarca elementos mais complexos, a saber: as práticas sociais. Portanto, fala e oralidade são bastante próximas, porém distintas, na visão desse teórico.

Para avançarmos um pouco nessa discussão, discutimos algumas contribuições de Koch (2015, p. 39) acerca das *especificidades do texto falado*, a partir de concepções

sociocomunicativas e interacionais da linguagem. Para esta autora, o texto falado possui dialogicidade (em seu sentido estrito dialogal) quando é produzido em uma situação de comunicação onde os interlocutores se encontram face a face. Evidentemente, a autora não restringe dialogismo ao texto falado, tanto que, ao se apropriar de Authier-Revuz (1982), Koch (2015, p. 39) reforça a natureza dialógica (dialógico aqui em sentido mais amplo), e a natureza heterogênea e sociocomunicativa da linguagem. Sem desvalorizar o texto escrito, Koch (2015) discute importantes propriedades do texto oral. Uma relevante observação feita por essa autora é a de que, apesar de que todo texto (oral ou escrito) possa passar por um processo de coprodução por parte dos interlocutores, é importante ressaltar que toda coprodução escrita se realiza por meio do texto falado. A nossa compreensão é a de que a autora quer dizer que a produção de um texto escrito por mais de uma pessoa exige que essas pessoas se comuniquem oralmente. Outra observação feita pela autora é que, quando um indivíduo escreve, há um distanciamento entre ele e seu futuro leitor. Porém, na produção do texto falado percebe-se essa aproximação direta entre falante e ouvinte de forma mais explícita. Essa "produção verbal conjunta" constitui uma diferença básica, para a autora, entre o texto oral e o texto escrito (KOCH, 2015, p. 40). Para compreendermos melhor o texto falado, vejamos o Quadro 05, que apresenta um resumo de algumas características que são próprias da fala, de acordo com Koch (2015, p. 44), sendo algumas delas advindas de outras fontes, conforme devidamente informadas:

Quadro 05 – Características próprias da fala

Características próprias da fala
a. Devido a sua natureza intrinsecamente interacional, a fala não é planejada previamente. O planejamento e o replanejamento ocorrem o tempo todo *localmente,* durante a comunicação, a depender de cada novo jogo de linguagem lançado na situação comunicativa.
b. Visto que o planejamento e a verbalização ocorrem simultaneamente, o texto falado está sempre em se fazendo (*in statu nascendi*).
c. Apresenta descontinuidades por motivos pragmáticos e cognitivo-interacionais.
d. Possui uma sintaxe própria, contudo conservando a sintaxe geral da língua (MARCUSCHI, 1986; KOCH, 1992, 1997).
e. A fala é um processo dinâmico, enquanto a escrita é um processo estático (HALLIDAY, 1985, p. 74).

Fonte: Elaborado pelo pesquisador, com base em Koch (2015, p. 44-45).

Assim, concordando com Marcuschi (1986)[9], Koch (2015) ressalta que quando o texto falado é produzido face a face, a coprodução é também marcada pela cooperação, conegociação e coargumentação, características tão importantes que, se realizássemos uma análise das falas de cada interlocutor separadamente, não compreenderíamos o texto plenamente. Uma fala dependerá da outra para completar seu sentido. A produção do texto falado possui essa especificidade: ele é uma produção colaborativa, no sentido de que os interlocutores estão elaborando, conjuntamente, o texto. Esse processo de produção do texto falado possui uma denominação interessante: é chamado de processo de produção *on-line.* Nesse tipo de interação, próprio do texto falado, os interlocutores partilham do mesmo tempo e espaço físico (*in praesentia*). Outra importante observação é que, na produção texto falado, nota-se outro fenômeno relevante de discussão: as circunstâncias imediatas da produção do texto falado exigem, muitas vezes, que a sintaxe da língua seja deixada de lado por razões de ordem pragmática. Nesse ínterim, ocorrem no texto truncamentos, correções, hesitações, inserções, repetições, paráfrases, entre outros. Essa aparente desordem não faz com que o texto falado seja caótico. Ao contrário, ele possui uma estrutura que lhe é própria (KOCH, 2015, p. 45-46). Assim, o texto oral possui suas peculiaridades, que o distinguem do texto escrito. Essas características foram percebidas em nossa investigação do gênero oral debate. A partir de agora, utilizamos exemplos de nossos próprios dados para ilustrar as características da modalidade oral que discutimos. Vejamos o excerto (01):

(01)

> **Juíza**: Neste momento, nós iremos proceder o sorteio das sete pessoas que irão compor o corpo do Juizadode Menores. Então, todos se preparem para o sorteio. Por favor, silêncio. Prestem atenção. *Uma vez sorteados...* Silêncio absoluto! *Não é...*Vocês vão ficar incomunicável.

Nesse excerto de uma fala da juíza do júri-simulado, ocorre primeiramente, uma descontinuidade na construção da frase "*uma vez sorteados*...", uma parada na fala com o propósito de dizer aos alunos algo diferente: que eles precisavam ficar em silêncio, justamente porque, conforme mostra o vídeo do debate, havia pessoas conversando nesse momento da fala da juíza (embora não consigamos decifrar essas falas). A instância concreta da enunciação ali determinou essa descontinuidade na tessitura do texto. Outro fenômeno observado é a falta de concordância entre as palavras "*vocês*" e "*incomunicável*". Nesse caso,

[9] MARCUSCHI, L. A. Análise da conversação. São Paulo: Ática, 1986, série Princípios.

a sintaxe da língua foi deixada de lado, como frequentemente ocorre no texto oral. O último fenômeno que chamou nossa atenção no excerto foi um truncamento, ocorrido na sequência "*não é... Vocês vão ficar incomunicável*". Esse "*não é...*" apresenta marcas de uma negação incompleta – inferimos pelo contexto, a frase "*não é para vocês conversarem*". Mas ficou truncado, momento em que a juíza diz "*não é...*" bem rapidamente e, também rapidamente, inicia outra frase diferente, que possa ser uma tentativa de reformular o que ela ia dizer antes. Isso, de fato, sinaliza peculiaridades importantes do texto oral.

Avancemos um pouco mais nas características da oralidade, destacando algumas características das marcas linguísticas do texto falado que mantêm interfaces com três elementos imprescindíveis em nossa pesquisa: a construção textual e discursiva e as instâncias interacionais da enunciação. Para isso, destacamos os postulados de Jubran (2015); Koch (2015); Marcuschi (2015a; 2015b); Souza-e-Silva e Crescitelli (2015); Fávero, Andrade e Aquino (2015); Risso, Silva e Urbano (2015); Risso (2015) e Urbano (2015), os quais serão confrontados com alguns exemplos do nosso c*orpus*, ainda neste capítulo.

Apesar da possibilidade de haver um texto oral que seja semelhante ao texto escrito prototípico, é notório que a construção de um texto falado normalmente é bem diferente da construção de um texto escrito. De acordo com Jubran (2015), existem, além dos fenômenos intrínsecos da oralidade, outros fenômenos que não ocorrem apenas no texto falado, mas que, quando ocorrem nele, afetam sua *progressão textual*, conceito que está relacionado a continuidade/descontinuidade do fluxo de informação na tessitura do texto. Essa autora explica melhor isso dizendo que o fluxo de informações, no texto oral, pode se dar de modo contínuo, com estruturas linguísticas parecidas com as do texto escrito prototípico ou pode, ao invés disso, apresentar características diferentes dele, conforme veremos. O texto falado possui demandas enunciativas próprias da interação oral, sobretudo por ser uma forma de interação face a face, que evidencia a ocorrência simultânea de dois elementos: o planejamento do texto e a verbalização dele. A construção do texto falado, segundo Jubran (2015, p. 29), apresenta em seu bojo elementos sintáticos que são afetados por elementos pragmáticos, mostrando o caráter das trocas verbais orais, que é de natureza intersubjetiva, acarretando, de modo mais flexível, a atualização do sistema linguístico (especialmente no nível sintático). Explicaremos, a partir de agora, cinco elementos importantes na construção do texto oral, sendo os dois primeiros fenômenos de descontinuidade, que só ocorrem no texto oral.

O primeiro fenômeno sobre o qual discorremos é a *interrupção*, que é um fenômeno próprio do texto falado e um elemento de descontinuidade em sua construção. Para este

estudo, apresentamos os postulados de Souza-e-Silva e Crescitelli (2015), que se apropriam de Grunig (1986) e Gülich (1986) para explicar que a interrupção (que pode ocorrer juntamente com a hesitação), é uma forma de inacabamento, "buraco ou vazio", ocorrendo em duas modalidades, quais sejam: autointerrupção – quando o locutor faz uma interrupção no seu dizer – e heterointerrupção – quando a interrupção é provocada pela tomada da palavra pelo interlocutor (SOUZA-E-SILVA; CRESCITELLI, 2015, p. 69). Segundo essas autoras, a interrupção é materializada no nível sintático, marcada por um corte na materialidade linguística. Esse fenômeno resulta em uma construção de um segmento linguístico considerado "errado" pela norma padrão da língua. O excerto (02), a seguir, representa um simples exemplo de interrupção (indicado pelo sinal //), que encontramos no debate que realizamos. Vejamos:

(02)

> **Advogado V.A**.: [...] eu sou evangélico, e:: eu po// pode ter certeza que esse... que esse casal cuidará muito bem.

O segundo fenômeno a ser explicado é a *hesitação*, que é, também, um fenômeno de descontinuidade. Marcuschi (2015a, p. 49) aponta que a hesitação é um "fenômeno linguístico típico da oralidade", que existe em todas as línguas, e afirma que esse fenômeno é apenas da ordem do *uso* (uso não editado da língua). Isso quer dizer que a hesitação *não está prevista* na língua (conceito de língua enquanto abstração e sistema fechado em si mesmo), mas, quando a língua é atualizada na enunciação, a hesitação pode ocorrer, inclusive por meio de elementos linguísticos formais. O autor defende que a hesitação não é um problema ou uma disfunção do falante. Ao contrário, a hesitação faz parte do processo de interação oral, possuindo importantes funções de natureza formal (sintagmática, entre outras), cognitiva e interacional. Sendo muito mais do que uma mera interrupção, a hesitação é parte do processo textual-discursivo. Apesar da aparente irrelevância, Marcuschi (2015a) ressalta que esse fenômeno não interrompe a fluência da fala, nem tampouco é aleatório, já que obedece a critérios no âmbito da organização do texto. Ainda segundo o autor, a hesitação é produzida em dois níveis: no nível suprassegmental (prosódia)[10] e no nível segmental (com elementos

[10] A prosódia é a parte da gramática que estuda os sons da fala, as propriedades acústicas não estudadas pela ortografia, como a entoação (a intensidade do som, além da sua altura e duração), o ritmo etc. Os fenômenos prosódicos são também chamados de elementos suprassegmentais por estarem fora do sistema formal da língua. Embora esses elementos sejam de grande relevância para a compreensão do texto oral, nossa investigação prioriza a análise dos elementos segmentais (unidades segmentáveis, dizíveis, concretas e formais da língua).

formais da língua), sendo também uma forma de materialização do discurso na palavra. As principais características da hesitação são assim descritas: esse fenômeno é uma ruptura na linearidade material da fala, é uma descontinuidade sintática, é fenômeno de processamento do texto, pertencendo à ordem do estilo (do "como dizer" e não do "que dizer") e que pode ter motivações discursivas. Quanto aos aspectos formais, a hesitação, segundo Marcuschi (2015a), materializa-se por meio de: *fenômenos prosódicos* (como pausas, alongamentos vocálicos etc.); *expressões hesitativas* ("eh", "ah"," ahn" "mm", por exemplo); *itens funcionais* (artigos, preposições, conjunções, pronomes, verbos de ligação etc.); *itens lexicais* (substantivos, advérbios, adjetivos, verbos etc.); *marcadores discursivos acumulados* ("sei lá,", "quer dizer sabe', "então né ah"); *fragmentos lexicais* (palavras iniciadas e não concluídas), entre outros. Mostraremos esse fenômeno no debate que estamos investigamos. No excerto(03), a juíza do júri-simulado está explicando de que maneira os membros do júri irão votar. Ocorre, nesse momento, uma hesitação (em itálico). Vejamos:

(03)

> **Juíza**: Após essa exposição argumentativa dos seis advogados, a plateia decidirá qual casal adotará a menina. Cada membro do jurado receberá, *eh*, uma cédulas, mas [...].

Em primeiro lugar, entendamos que a expressão "*eh"* caracteriza aqui uma hesitação, uma ruptura no processamento linear do texto, constituindo uma forma de descontinuidade. Em segundo lugar, saibamos que esse fenômeno não é aleatório. Neste caso concreto, a hesitação foi provocada porque a juíza ficou confusa em relação ao que ela iria dizer aos membros do corpo de jurados. A hesitação pode, inclusive, prenunciar, de acordo com Marcuschi (2015a), uma correção, fenômeno do qual falaremos agora.

A *correção* é o terceiro fenômeno acerca do texto oral que discutimos neste estudo. Para explicá-lo, embasamo-nos em Fávero, Andrade e Aquino (2015). As autoras explicam que a correção realizada no processo de comunicação oral visa, especialmente, compreender o texto, quando surgem problemas que interferem nessa compreensão. As autoras, ao se apropriarem de Hilgert (1989), salientam que a compreensão é um processo interativo na medida em que ele depende não somente do interlocutor, mas também do locutor, que deve se esforçar na formulação do texto, de modo a facilitar a compreensão por parte do interlocutor. Destacamos, aqui, uma das mais importantes formas de materialização da correção estudadas por Fávero, Andrade e Aquino (2015), a saber: *reformulação de algo já dito*, visando apagar um enunciado-fonte (EF) – por este ser inadequado – e substitui-lo por um enunciado

reformulador (ER). As autoras tomam enunciado como uma construção completa sintagmaticamente. Nessa concepção, o segmento *Pedro Zunqueira* poderia ser considerado um EF realizado oralmente (que apresentou problema) e o segmento *Pedro Junqueira* poderia ser um ER (que resolveu o problema). Enunciado aqui não se refere ao sentido de enunciado bakhtiniano (unidade real, fala completa e turno completo). Sem entrarmos em uma análise mais aprofundada e criteriosa da correção (faremos isso no capítulo 4), garimpamos, de nossos dados, um exemplo, muito simples e óbvio, de uma correção, que nos serve, neste momento, para dizermos que em um texto falado, no qual o planejamento ocorre *on-line*, com planejamento e verbalização ocorrendo simultaneamente, formulações e reformulações são bastante comuns. Observemos o excerto (04), a seguir, encontrado em nosso *corpus*, no qual a correção está em itálico:

(04)

> **Advogado V.L.**: Bom dia a todos. Queria fazer a réplica do casal número 1. Eh, o senhor o Dr. D. (Bisco), *Bispo*, desculpem, falou apenas o que consta nos autos do processo.

No excerto (04), o EF é "*D. Bisco*" e o ER é "*Bispo*", interagindo retrospectivamente. O ER é a informação que soluciona o problema identificado no EF, que precede o ER, enunciado que soluciona um problema revelado nas marcas linguísticas, de ordem informacional ou até mesmo discursiva.

O quarto fenômeno que discutimos neste estudo é a *repetição.* Para explicá-lo, ancoramo-nos em Marcuschi (2015b). Segundo este autor, a repetição não é um fenômeno específico do texto falado, já que ele ocorre também no texto escrito. Contudo, o autor enfatiza que, na oralidade, a repetição é um dos elementos mais utilizados no processo de construção textual, tanto no processo de monitoração da coerência textual e coesão, quanto na organização discursiva. Além disso, a repetição é um elemento que auxilia na continuidade tópica e, quando utilizada no contexto *on-line* de comunicação oral, não há editoração, nada se apaga, devido a demandas contextuais da interação face a face. Logo, a repetição no texto oral possui características interacionais importantes de serem estudadas. Ademais, a repetição possui funções argumentativas relevantes, servindo "como estratégia para reafirmar, contrastar ou contestar argumentos" (MARCUSCHI, 2015b, p. 231). Em nosso debate, no momento em que a juíza do júri-simulado alerta para a importância de os jurados tomarem decisões sábias (que no caso era a decisão de qual dos seis casais presentes deveria adotar a menina Isabela), ocorre a seguinte repetição, apresentada pelo excerto (05), a seguir:

(05)

> **Juíza**: É enorme a responsabilidade de avaliar todas as alternativas possíveis para a decisão, e sabiamente escolher *apenas uma*, *somente e somenteuma*. Além disso, a decisão é *IR-RE-VO-GÁ-VEL,* repetindo: *IR-RE-VO-GÁ-VEL*.

Como podemos ver, a repetição das expressões "apenas uma" "somente e somente uma" e da palavra "irrevogável" expressa uma tentativa de reafirmar algo. Salientamos que o nosso intuito nesse estudo não é explicar a mera repetição das mesmas palavras em um texto oral, até porque, conforme apontado por Marcuschi (2015b), repetir as mesmas palavras não significa, necessariamente, repetir a mesma ideia. Desejamos, sobretudo, destacar a repetição de conteúdos, ideias, visões de mundo, compreendendo que esses elementos se materializam em entidades linguísticas. Portanto, essa será nossa orientação investigativa.

Por fim, chegamos ao quinto e último fenômeno que queremos estudar no âmbito da tessitura do texto oral: *os marcadores discursivos*. Nessa empreitada, apontamos as contribuições de Risso, Silva e Urbano (2015). Esses pesquisadores esclarecem, na vasta bibliografia linguística sobre o texto oral, sobretudo na análise da conversação, que é quase impossível não se analisar esse fenômeno. Os autores também explicam que a terminologia mais correntemente aceita pelos linguistas é *marcadores conversacionais*. Todavia, segundo Risso, Silva e Urbano (2015, p. 372), a terminologia *marcadores discursivos* é mais adequada, primeiramente porque "*marcadores conversacionais"* restringe o fenômeno não apenas à modalidade oral como também o restringe ao gênero conversação. Estaríamos, desse modo, excluindo outros gêneros (orais e escritos), e os autores acreditam que o fenômeno possui uma amplitude maior.Risso, Silva e Urbano (2015) definem marcadores discursivos como uma diversidade de elementos de cunho pragmático, a saber: sons não lexicalizados, palavras, locuções, e sintagmas mais desenvolvidos (conforme exemplificaremos a seguir). Mostramos, no excerto (06), um simples exemplo de um marcador discursivo bastante comum na interação oral. No momento em que a juíza do júri-simulado descreve a criança disponível para adoção, ela diz:

(06)

> **Juíza**: É uma criança saudável, bonita e alegre, como vocês todos podem perceber. Todos os seis casais candidatos... à sua adoção, aqui presentes, ficariam muito felizes em tê-la como filha. *Está entendido*?

Neste caso, a expressão: *está entendido*? É um elemento lexicalizado, e pragmático, sendo uma demanda da interação face a face. A juíza está lendo o caso e após dar várias instruções, precisa se certificar de que todos compreenderam a situação que deve ser deliberada. A expressão"*está entendido*?" é uma marca de interação na conversação.

Há duas categorias de marcadores discursivos. No texto falado (que é o nosso foco de estudo), a primeira categoria, segundo Risso (2015), é constituída pelos *marcadores discursivos sequenciadores*, que são um conjunto de palavras ou locuções que amarram porções textuais de informação, tendo a função básica de articular o texto. Risso (2015) propõe alguns exemplos desses marcadores, como mostra o Quadro 06:

Quadro 06 – Marcadores discursivos sequenciadores

Marcadores discursivos sequenciadores	"agora", "então", "aí", "depois", "aí", "mas", "bem", "bom", "enfim", "finalmente", "quer dizer", "por exemplo", "assim", "primeiro ponto... segundo ... terceiro...", entre outros.

Fonte: Elaborado pelo pesquisador, com base em Risso (2015, p. 391).

A segunda categoria é chamada de *marcadores discursivos interacionais*, cuja função é articular relações interpessoais no processo comunicativo, orientando a interação, sendo utilizados, às vezes, com "função concomitante de sequenciadores tópicos" (URBANO, 2015, p. 451). Este autor apresenta alguns exemplos dessa categoria, conforme mostramos no Quadro 07:

Quadro 07 – Marcadores discursivos interacionais

Marcadores discursivos interacionais	a. ah, ahn, ahn, ahn, hem?, uhn, uhn uhn, uhn?;
	b. certo, certo?, claro, exato;
	c. é, é claro, é verdade;
	d. entende?, entendeu?, sabe?, tá?, viu?;
	e. mas;
	f. não é verdade?, não é?/ num é?, né;
	g. olha/olhe, vamos ver, veja, vem cá;
	h. pois é, sei, sim.

Fonte: Elaborado pelo pesquisador, com base em Urbano (2015, p. 451).

Como se pode perceber, o texto oral possui especificidades complexas. Há diversos fenômenos que fazem parte do processo de construção textual, elaboração discursiva e marcação da interação entre os sujeitos da comunicação. Como vimos, as características do

texto falado, pelas próprias demandas da enunciação, extrapolam questões linguísticas e resvalam para questões discursivas, argumentativas e interacionais. Como todos esses fenômenos ocorrem nos usos orais da língua por intermédio dos gêneros orais, e como toda comunicação humana se dá por meio dos gêneros do discurso (BAKHTIN, 2003), nosso estudo toma por pressuposto que os indivíduos precisam dominar os gêneros discursivos para viverem em sociedade. O grupo de Genebra se interessou pelo estudo dos gêneros orais e escritos, na perspectiva de orientar os professores para o ensino dos gêneros na escola. Dessas pesquisas resultaram grandes contribuições acerca dos gêneros discursivos em geral, dentre eles o gênero oral debate, nosso objeto de pesquisa. Assim, prosseguiremos a nossa discussão com essas investigações dos pesquisadores da Universidade de Genebra.

2.2.2 As investigações do Grupo de Genebra acerca do ensino dos gêneros orais e dos tipos de debate

Os gêneros discursivos são instrumentos pedagógicos de grande relevância ao se ensinar uma língua. Rodrigues (2004, p. 424), ao se apropriar das ideias bakhtinianas acerca do caráter sociointeracional da linguagem humana, afirma que para a interação é necessário tanto o domínio das formas da língua quanto o das formas do discurso. Em outras palavras, para que as pessoas interajam, elas precisam dominar os gêneros discursivos. Partimos do pressuposto de que a escola deve proporcionar aos aprendizes oportunidades de aprender a usar a língua de maneira efetiva, explorando-a de forma heterogênea, de modo a desenvolver as mais diversas competências comunicativas. Assim, adotar os gêneros discursivos na ação pedagógica em sala de aula é uma forma de explorar possibilidades de usos significativos e concretos da língua. Atualmente, no Brasil, os gêneros discursivos são bastante utilizados na escola, sob orientação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 2002). Entretanto, os gêneros orais carecem de maior atenção, já que é prática comum na escola oralizar textos escritos, e isso não é trabalhar a oralidade na sala de aula. Os PCNs orientam para o trabalho com a oralidade na escola, explicando que isso não significa ensinar a falar, mas de que forma falar, adequando a fala de acordo com o contexto de comunicação, com as intenções e com os interlocutores, atingindo os efeitos pretendidos (BRASIL, 1997, p.26). Lins e Marchesi (2011) afirmam que os PCNs apresentama utilização dos textos oraisenquanto objeto de ensino na escola como uma novidade relevante, pois é na pluralidade de gêneros, que o estudante perceberá como funciona sua língua.

Interessados pelo estudo dos gêneros, os pesquisadores da Universidade de Genebra Bernard Schneuwly e Joaquim Dolz (2011a; 2011b), juntamente com vários colaboradores, corroboram a ideia elaborada por Bakhtin (2003) de que os gêneros são *tipos relativamente estáveis de enunciados*, determinados pela esfera de comunicação e pela vontade enunciativa do locutor, possuindo três elementos característicos: construção composicional, conteúdo temático e estilo. Schneuwly (2011a, p. 25) afirma que o gênero possibilita uma ação discursiva, na qual os fins são possibilitados pelos meios. Para viver em sociedade, os seres humanos precisam dominar os gêneros. Nessa perspectiva, esse pesquisador considera o gênero um *megainstrumento*, conforme explica o referido autor:

> Poderíamos aqui [...] considerar o gênero como um "megainstrumento", como uma configuração estabilizada de vários subsistemas semióticos (sobretudo linguísticos, mas também paralinguísticos), permitindo agir eficazmente numa classe bem definida de situações de comunicação. Pode-se assim, compará-lo ao megainstrumento em que se constitui uma fábrica: conjunto articulado de instrumentos de produção que contribuem para a produção de objetos de um certo tipo. Esse megainstrumento está inserido num sistema complexo de megainstrumentos que contribuem para a sobrevivência de uma sociedade (SCHNEUWLY, 2011a, p. 25).

Desse modo, o gênero é considerado um instrumento essencial para a vida em sociedade, do mesmo modo que instrumentos como fábricas de produtos essenciais à vida são imprescindíveis. Ser um *megainstrumento* significa que o gênero é um sistema complexo de interação, um instrumento articulado a tantos outros instrumentos, com formas e funções heterogêneas.

Com base na noção de *gêneros primários* e *gêneros secundários* de Bakhtin (2003), Schneuwly (2011a, p. 27) discute a importância do gênero, não simplesmente enquanto objeto de uso, mas enquanto objeto de ensino. Isso porque, conforme dito pelo autor, "os gêneros se complexificam e tornam-se instrumentos de construções novas, mais complexas". Logo, o autor defende que, se as pessoas normalmente já dominam os gêneros mais simples, que são espontâneos, da esfera cotidiana, elas precisam aprender a utilizar os gêneros mais complexos, pertencentes à vida pública (pública em sentido formal), já que, segundo este autor, a apropriação desses gêneros mais complexos não se dá diretamente, pois eles não são aprendidos espontaneamente, como ocorre com os gêneros do cotidiano (SCHNEUWLY, 2011a, p. 29). Por sua vez, a escola possui um importante papel no que diz respeito a ensinar os alunos a se apropriarem dos gêneros exigidos em contextos sociais mais sofisticados, de modo a possuir as competências comunicativas necessárias à vida em sociedade. Dolz e

Schneuwly (2011a, p. 38) consideram que o ensino dos gêneros mais complexos, os quais eles chamam de *gêneros públicos,* não está no âmbito da *aprendizagem incidental*, mas é da ordem da *aprendizagem intencional*, que deve ser proporcionada institucionalmente, pela escola. Os autores enfatizam que esse ensino representa uma relevante intervenção no desenvolvimento progressivo entre os alunos e suas competências textuais (DOLZ; SCHNEUWLY, 2011a, p. 40).

O trabalho de Dolz e Schneuwly (2011a; 2011b) e colaboradores tem como objetivo sistematizar o ensino dos gêneros orais públicos, aqueles utilizados nas situações comunicativas de contextos socioculturais mais complexos da vida pública. Estamos agora no universo da oralidade formal e não no âmbito da fala rotineira, cotidiana. Esse é o universo da fala *pública*, que é *ensinada, preparada, treinada*. É muito importante dizermos aqui que esse é o conceito de oralidade que nos interessa nesta investigação sobre o gênero debate.

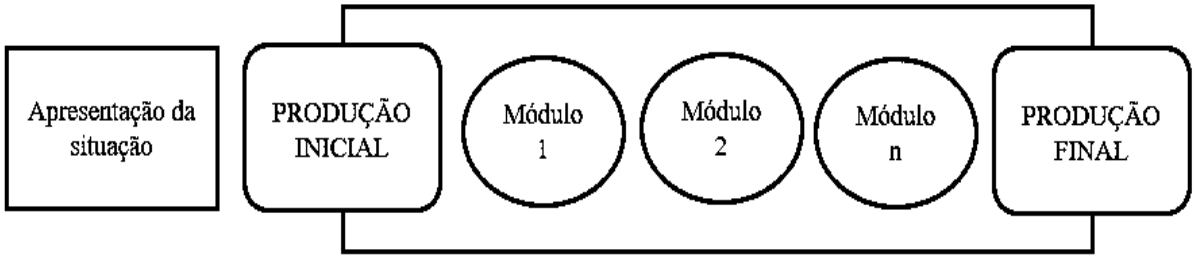
Diante dessa necessidade de ensinar o aluno a utilizar o gênero, que é, segundo Dolz e Schneuwly (2011b), um megainstrumento que serve à ação de linguagem, esses pesquisadores destacam que, para ganhar a maestria de um gênero, precisa-se compreender suas características, os seus três pilares (já mencionadas por nós no item 2.2).

Nessa direção, Schneuwly e Dolz (2011, p. 69), no intuito de guiar os professores para o ensino dos gêneros, destacam um ponto crucial no que diz respeito à essa escolarização de um gênero. Eles afirmam que os gêneros sofrem modificações quando levados para a sala de aula, justamente porque eles estarão funcionando fora do ambiente ao qual eles pertencem (como realizar um debate jurídico, por exemplo, com alunos do Ensino Médio). Não foi a esfera escolar que criou este gênero, mas lá um professor pode utilizá-lo, visando ensiná-lo. Estas são algumas dessas transformações: simplificação do gênero, ênfase em certas dimensões do gênero, reforço em aspectos de um dado gênero que possam gerar competências comunicativas a serem utilizadas em outros gêneros, entre outras. Schneuwly e Dolz (2011) chamam os gêneros que precisam ser ensinados de *gêneros de referência*, que, como a própria palavra diz, servem de referência para o gênero transformado/adaptado que se realizará na escola (chamados de gêneros escolares, que são sempre uma variação dos gêneros de referência).

Nessa perspectiva de um trabalho sistemático que possui os gêneros orais secundários como objeto de ensino, os autores supracitados desenvolvem o que eles chamam de *sequência didática*, que são módulos de ensino, que buscam provocar intervenção para melhoria das práticas de linguagem dos alunos, criando interfaces entre "um *projeto de apropriação* de uma prática de linguagem e os *instrumentos* que facilitam essa apropriação" (DOLZ;

SCHNEUWLY, 2011a, p. 43, grifos dos autores). Encontramos o esquema da sequência didática em Dolz, Noverraz e Schneuwly (2011, p. 83), o qual apresentamosna Figura 04.

Figura 04 – Esquema da sequência didática



Fonte: Dolz, Noverraz e Schneuwly (2011, p. 83).

As sequências didáticas representam uma maneira de trabalhar de forma sistemática com os gêneros no ambiente escolar. Essa proposta é explicada por Dolz, Noverraz e Schneuwly (2011, p. 84), quando esclarecem que a *apresentação da situação* é uma descrição detalhada da tarefa com um gênero oral ou escrito. A *produção inicial* é a elaboração de um primeiro texto que norteia o professor em relação às dificuldades dos alunos – percebidas nessa atividade inicial. Quanto aos *módulos,* estes são as diferentes atividades realizadas que possibilitam, gradualmente, o desenvolvimento de habilidades necessárias para a apropriação do gênero em estudo. Por último, a *produção final* é a atividade que permite ao aluno praticar tudo o que aprendeu no processo. É a culminância de todo o processo do ensino de um dado gênero discursivo.

Em síntese, ter o gênero como objeto de ensino é imprescindível para que os alunos aprendam na escola a utilizar os gêneros mais complexos, pois eles acabam sendo mais difíceis de serem aprendidos sozinhos. Os alunos, em geral, não têm grandes dificuldades para se comunicarem no seu cotidiano, fazendo uso da língua por meio dos gêneros mais simples (primários). Contudo, comunicar-se por meio dos gêneros secundários exige uma elaboração de nível mais complexo. O ensino desses gêneros pode ser bastante eficaz quando há uma ação pedagógica planejada que vise ensinar ao aluno as características de um dado gênero, suas especificidades, ajudando-o a desenvolver as competências necessárias para a utilização adequada do gênero. Esse trabalho didático pode agregar muito conhecimento ao que o aluno já traz para a escola sobre linguagem, representando uma forma de instrumentalização que servirá para ajudar os aprendizes a se comunicarem melhor em várias esferas e contextos da vida social.

Dentre os diversos gêneros orais e escritos mencionados por Dolz, Schneuwly (2011a; 2011b) e colaboradores, com suas características tipológicas, encontra-se o *gênero discursivo*

oral debate, nosso objeto de estudo, apresentando-se em diferentes tipos. Cada gênero oral, assim como cada gênero escrito, possui suas especificidades. "Não existe o 'oral' mas 'os orais' em múltiplas formas" (SCHNEUWLY, 2011b, p. 114). Assim, existem diferentes tipos de debate.

Segundo Dolz e Schneuwly (2011b, p. 125-126), a linguagem oral, apesar de se fazer presente de forma intensa na sala de aula, de modo geral ela é pouco ensinada na escola de forma sistemática e controlada, por meios didático-metodológicos. Aprende-se a falar antes de se aprender a escrever. Logo, a criança inicia sua vida escolar geralmente com um bom domínio da oralidade, entretanto utilizando a linguagem oral de forma bastante espontânea. Isso ocorre porque, na maioria das vezes, a criança já domina os gêneros orais primários, como já dissemos anteriormente. Decidir ensinar os gêneros públicos orais significa "definir claramente as características do oral a ser ensinado" (DOLZ; SCHNEUWLY, 2011b, p. 126). Esses autores acreditam que a escola deve escolher como objeto de ensino os gêneros utilizados na comunicação pública formal, já que isso é uma forma de agregar, ao que o aluno já sabe, conhecimentos novos. Nessa perspectiva, Dolz e Schneuwly (2011a; 2011b) e outros pesquisadores estudaram alguns gêneros orais. Dentre esses gêneros, na esfera oral pública, Dolz e Schneuwly e Pietro (2011) estudaram o gênero debate (que é um gênero argumentativo) e apresenta, como resultado de suas pesquisas, alguns tipos de debate, sobre os quais discutiremos nesse tópico.

Antes disso, é válido ressaltarmos que falar sobre *tipos* de *gêneros argumentativos* nos leva, inevitavelmente, aos tipos de gêneros argumentativos da Antiguidade grega, conduzindo-nos a um breve retorno à Retórica Antiga. Foi Aristóteles (2005, p. 104) quem primeiro tipificou os gêneros argumentativos da fala pública utilizados na Grécia Antiga, que são chamados de gêneros retóricos. Como já dissemos, no capítulo 1, a retórica (ou as retóricas) mantém relações íntimas com a argumentação. Quais eram os tipos de gêneros argumentativos na Retórica Antiga? Eram os seguintes: o gênero deliberativo (ou político), o gênero judicial e o gênero epidítico (ou laudatório). Cada um deles possuía um objetivo diferente. O gênero deliberativo visava aconselhar acerca de diversos assuntos, sobretudo: finanças, guerra e paz, defesa nacional, importações e exportações e legislação, ou seja, temas que eram parte da vida política da cidade. O gênero judicial visava acusar ou defender. Por último, a função do gênero epidítico era censurar ou exaltar/louvar pessoas. Na esfera argumentativa, esses gêneros possuíam propriedades persuasivas e eram utilizados, especialmente, na vida pública. Eram gêneros retóricos (e argumentativos) públicos na Antiguidade.

Embora existam vários outros gêneros orais argumentativos, o gênero argumentativo que estudamos aqui é o debate. Esse é o nosso objeto de estudo. É a respeito dos tipos de debate que tratamos a partir de agora. Em relação à natureza argumentativa desse gênero, esclarecemos que deixaremos essa discussão mais detalhada sobre o conceito de argumentação para o próximo item, o 2.3, que trará algumas teorias sobre essa dimensão do gênero discursivo debate.

Em primeiro lugar, expomos algumas características básicas do gênero debate para, posteriormente, mencionarmos os seus tipos. Dolz, Schneuwly e Pietro (2011), que forneceram significativas contribuições para as pesquisas sobre os gêneros orais e escritos e, em particular, sobre o gênero debate, explicam, de forma bastante sucinta e clara, algumas considerações que despertaram o seu interesse em estudar o gênero debate, as quais apresentamos, resumidamente, no Quadro 08:

Quadro 08 – Pressupostos que incitaram Dolz, Schneuwly e Pietro (2011, p. 214) a estudarem o debate público enquanto objeto de ensino

O debate possui uma grande importância social. Apropriar-se dele é condição essencial para uma boa argumentação em público. Levando isso em consideração na formação dos alunos, a escola deve se incumbir de ensinar esse gênero a eles.
Embora haja possibilidades de haver debates escritos, os debates orais são mais frequentes. O *oral* é uma marca intrínseca e elemento privilegiado desse gênero.
O gênero debate exige capacidades fundamentais, no âmbito da oralidade, nas seguintes esferas: a) linguística - capacidade de retomar o discurso alheio, de refutar, etc.; b) cognitiva - capacidade de criticar; c) social - capacidade de escutar e respeitar o outro; d) individual - capacidade de se situar, de tomar posição, de construir a identidade, entre outras.
O debate não é um gênero difícil de ser realizado. Os alunos geralmente possuem algum modelo de debate em mente. Isso pode ajudá-los a começar o trabalho com esse gênero na escola.

Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

Os pressupostos que despertaram o interesse dos pesquisadores supracitados pelo gênero debate são, sem dúvida, importantes considerações prévias para compreendermos esse gênero. A diversidade tipológica, a plasticidade e flexibilidade do debate aparecem nas palavras dos autores: "[...] entre a mesa redonda acadêmica e grupos de crianças que 'discutem' para decidir se vão à piscina ou à quadra de skate, existem diversos tipos de debates [...]" (DOLZ; SCHNEUWLY; PIETRO, 2011, p. 214-215). Na abordagem desses autores, os gêneros públicos ganham um lugar privilegiado. Passemos para os tipos de debate e suas propriedades características estudados por eles, as quais sintetizamos a seguir:

- *Debate de opinião de fundo controverso*: relaciona-se com crenças e opiniões. Tem como objetivo influenciar as posições do outro ou modificar as suas próprias posições. Esse tipo de debate não busca a tomada de uma decisão (DOLZ; SCHNEUWLY; PIETRO, 2011, p. 215).
- *Debate deliberativo*: Este tipo, diferentemente do anterior, tem como objetivo a tomada de uma decisão. A essência desse debate representa um meio para uma ação (a de decidir o que for melhor). Diante de interesses opostos, este debate favorece a explicitação de motivos e a negociação entre as partes que nortearão a decisão (DOLZ; SCHNEUWLY; PIETRO, 2011, p. 215).
- *O debate para resolução de problemas*: Este tipo de debate visa explorar os conhecimentos de cada debatedor para a resolução de um problema conceitual do tipo, por exemplo, "por que acontece o eclipse da lua?" O foco desse debate é a construção coletiva, resolução de questões que são da ordem dos saberes (DOLZ; SCHNEUWLY; PIETRO, 2011, p. 215).

Esses tipos de debates advindos de pesquisas de outros especialistas, proporcionaram conhecimentos necessários para que Dolz, Schneuwly e Pietro (2011) elaborassem um modelo didático, uma variação a ser escolarizada do que eles chamam de *debate público regrado*, que possui um moderador, que é um participante do debate que serve como elemento de mediação, uma espécie de ponte, "de gancho", uma pessoa que "essencialmente [...] assegura o papel de síntese, de reproposição, de reenfoque" (DOLZ; SCHNEUWLY; PIETRO, 2011, p. 215). Nossa compreensão é de que o moderador é um participante que abre e fecha o debate, esclarece regras do jogo, garante o cumprimento das regras, administra o tempo da fala de cada debatedor, dá e toma a palavra, exerce um certo controle sobre a atividade, interrompe quando necessário, assegura o respeito mútuo entre os debatedores e, que, conforme os autores apontam, realiza retomadas, sínteses, reproposições e reenfoques necessários.

Não obstante isso, é válido salientarmos que, segundo Dolz, Schneuwly e Pietro (2011), a variante escolar para o debate público regrado, justamente por ser realizado em âmbito educacional, deve ter como objetivo a construção colaborativa de conhecimentos – aspecto que deve ser mais importante nessa atividade escolar do que a *contenda, a polêmica.* Corroborandonossa percepção de que o debate possui uma essência democrática, a partir de pesquisas apontadas no capítulo 1, os idealizadores das sequências didáticas reafirmam que o

debate é "um lugar de construção interativa – de opiniões, de conhecimentos, de ações, de si –, um motor do desenvolvimento *coletivo e democrático*" (DOLZ; SCHNEUWLY; PIETRO, 2011, p. 216).

Segundo os autores supracitados, ensinar os alunos a se apropriarem do gênero debate envolve orientá-los no sentido de desenvolver diversas habilidades exigidas pelo gênero. Uma delas é a habilidade de argumentar. A esse respeito, os autores afirmam:

> [...] debater não é desdobrar habilidades de linguagem a respeito de qualquer temática; é construir uma *questão controversa* no interior dessa problemática, é construir, por meio da linguagem, intervenções que ganham o estatuto de argumento (deste ou daquele tipo), de refutação, etc. Um trabalho sobre a forma, sem conteúdo, giraria no vazio, mas um trabalho sobre o conteúdo, sem trabalhar sobre as formas de linguagem, arriscaria ficar fechado numa expressão inadequada. [...] trabalhar *sobre o conteúdo inscrito numa forma* (DOLZ; SCHNEUWLY; PIETRO, 2011, p. 227, grifos do autor).

Um gênero argumentativo como o debate, que envolve questões controversas, exige habilidades linguísticas diversas para se poder persuadir o outro. Ensinar a argumentar perpassa, inegavelmente, por reflexões linguísticas. Acreditamos que a argumentação passa pela língua, que acreditamos possuir orientação argumentativa, e atravessa, também, questões discursivas e ideológicas. Para avançarmos nessa discussão, trataremos agora de alguns conceitos de argumentação.

2.3 ARGUMENTAÇÃO

O processo de argumentação é um processo complexo de produzir argumentos para persuadir e convencer alguém a respeito de algo, presente na comunicação humana em infinitas situações da vida diária, por meio dos mais variados gêneros textuais. Como estamos investigando um gênero intrinsecamente argumentativo – o debate, interessa-nos discutir alguns conceitos acerca da argumentação.

Na bibliografia linguística, há diferentes correntes teóricas acerca da argumentação. Neste estudo, apresentamos, inicialmente, os princípios da argumentação da Nova Retórica, de Chaïm Perelman. Desde o capítulo 1, despertamos interesse pelas bases do gênero debate, que acreditamos estar na Retórica Antiga de Aristóteles, bases que, após muito tempo esquecidas, são retomadas pela Nova Retórica. Uma segunda razão para discutirmos questões da Nova Retórica é que o seu representante, enquanto filósofo e jurista, discute acerca das

questões controversas que circundam o universo jurídico. O debate que nos propomos investigar insere-se em um júri-simulado, logo, questões e conteúdos jurídicos se inserem em nosso *corpus*, como também se inserem alguns dos tipos de argumentos apresentados por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005). Ainda salientamos outra razão para nos interessarmos pelo conceito de argumentação perelmaniano: a Nova Retórica é, na verdade, uma teoria da argumentação, que acreditamos poder dar suporte, mesmo que de forma secundária, a esta pesquisa. Salientamos que utilizaremos apenas alguns dos principais conceitos da teoria da argumentação de Perelman, priorizando, nesta investigação, teorias que contenham enfoques mais linguísticos. Por isso, interessados em marcas de argumentação na língua, elegemos duas correntes teóricas: a primeira delas é a Teoria da Argumentação na Língua (ANL), criada por Jean-Claude Anscombre e por Oswald Ducrot (1983), recebendo também importante contribuição, já em sua terceira fase, de Marion Carel (CAREL; DUCROT, 2005). A segunda corrente teórica na esfera da argumentação linguística que discutimos é o estudo sobre algumas funções argumentativas do processo de referenciação, que estão nos estudos de Conte (2003), Koch (2009; 2011), e Cavalcante (2014). Iniciaremos com a teoria de argumentação da Nova Retórica.

O livro *Tratado da Argumentação: a Nova Retórica*, de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), apresenta a teoria de argumentação que se opõe a uma concepção positivista/racionalista de argumentação. Conforme já explicamos no Capítulo 1, a Nova Retórica reinseriu a Dialética de Aristóteles (dando uma roupagem nova a ela), contrapondo-se a uma visão de argumentação que valoriza somente os raciocínios da Lógica formal ou de uma argumentação que se imponha pela coerção. O seu interesse é desenvolver uma maneira de argumentar que atinja a adesão do auditório, a adesão dos espíritos. No domínio da Lógica Formal, a argumentação se dá por raciocínios dedutivos, impessoais, abstratos, de caráter unívoco, impondo uma verdade universal. Ao contrário disso, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) acreditam em uma teoria da argumentação que pressupõe o diálogo entre pessoas e entre ideias diversas, valores e expressões, individuais e coletivos, raciocínios não apenas dedutivos, mas também indutivos, meios de provar pela analogia, pelo exemplo, pelo apelo etc. É uma argumentação que não se impõe pela força impositiva e violenta da razão, mas uma argumentação que acontece de um modo mais negociativo, mais democrático. Para estes autores, a Lógica formal é reducionista, limitando-se à demonstração. A proposta da Nova Retórica é provar, além dos meios lógicos, também pelos meios que agregam o que é melhor, preferível, verossímil, plausível etc. Os autores salientam: “A linguagem não é somente meio de comunicação, é também instrumento de ação sobre as mentes, meio de persuasão”

(PERELMAN;OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p.149-150). Uma situação prototípica dessa tentativa de influenciar os outros por meio de argumentos é percebida no âmbito jurídico. Os gêneros jurídicos possuem essa característica, por serem manifestações de linguagem em ambientes onde imperam a negociação. Uma sessão do júri, por exemplo, ocorre justamente para que se delibere acerca de um assunto. A reunião de provas, o apelo à adesão de um argumento, o debate, elementos que visam a tomada de decisão, são justamente uma manifestação de que ali, com a presença dos envolvidos, haja diálogo entre questões opostas e se chegue à melhor decisão. Um debate nesse âmbito pode exigir diferentes tipos de argumentos. Em Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p.149-150), os argumentos são classificados em três categorias: 1ª – argumentos quase lógicos, 2ª – argumentos baseados na estrutura do real e 3ª – argumentos que visam fundar a estrutura do real. Apresentamos uma síntese das características dessas categorias:

> 1ª. *Argumentos quase lógicos*: são argumentos próximos da Lógica, porém menos formais, no sentido estrito do termo. Ex. argumentos que se utilizam de analogia/comparação, por exemplo, mas sem o rigor meramente dedutivo, matemático etc.
>
> 2ª.*Argumentos baseados na estrutura do real*: são argumentos que se ancoram em algo existente e reconhecido, para que tenha potencial de adesão. Ex. Exemplo de autoridade, que é a opinião de especialistas, descobertas científicas reconhecidas de pessoas renomadas. Outro exemplo nessa categoria é o exemplo pragmático, que prevê ou antecipa um resultado, ou um acontecimento futuro, que seja consequência de um outro.
>
> 3ª. *Argumentos que visam fundar a estrutura do real*: são tipos de argumentos que possuem grande força argumentativa, pois são argumentos que, a partir de algo conhecido pelo auditório, criam precedentes. Temos, nessa categoria: o modelo, o antimodelo e o exemplo. Eles devem ser reais, reconhecidos como reais (concreto, conhecido, nãohipotético), de modo que influenciem a opinião de outros por meio dos precedentes já criados por eles: a ilustração é um outro exemplo, nesse grupo, que possui caráter nãoformal, com características ilustrativas, porém contendo força persuasiva.

Em relação à argumentação na Nova Retórica, Koch (2011, p. 18) explica que Perelman, na tentativa de conseguir a "adesão dos espíritos", diferencia os dois conceitos: ato

de convencer e ato de persuadir. O ato de convencer relaciona-se estritamente com a razão, com a lógica, com provas objetivas, com raciocínios matemáticos, possuindo caráter meramente demonstrativo. Já o ato de persuadir visa atingir a "vontade", o sentimento do auditório.

Opondo-se fortemente a Descartes e a Kant, a Nova Retórica acredita que na obra desses pensadores há um empobrecimento da cultura e que a Lógica não pode se limitar aos raciocínios científicos, devendo ser capaz de abarcar, também, crenças e valores (TRINGALI, 1988, p. 30). Essa postura contrária à Lógica Formal é um ponto também observado em outros teóricos da Argumentação, a saber: Jean-Claude Anscombre, Oswald Ducrot (ANSCOMBRE; DUCROT, 1983) e Marion Carel e Ducrot (CAREL; DUCROT, 2005), representantes da Teoria da Argumentação na Língua (ANL), sobre os quais discorreremos a partir de agora.

Em oposição à ideia de que a argumentação se dá pelas vias da Lógica formal, Jean-Claude Anscombre e Oswald Ducrot (1983) criam a Teoria da Argumentação na Língua (ANL), cuja tese é de que a argumentação está na própria língua. Na concepção tradicional de argumentação, temos A (argumento) e C (conclusão), sendo que entre A e C, há um fato lógico da realidade (H) que produz argumentação – pois ele possui um valor de verdade ou de falsidade. Pensando desse modo tradicional, a argumentação estaria em fatores externos à língua (em fatos lógicos) na passagem do argumento para a conclusão. Criticando essa visão, Anscombre e Ducrot (1983) acreditam que o sistema linguístico possui orientação argumentativa e, por si só, produz argumentação. Os autores apresentam um exemplo bem representativo disso, que mencionamos em caráter ilustrativo: as expressões "*pouco*" e "*um pouco*", que possuem orientações argumentativas completamente diferentes, independentemente do significado da palavra *pouco*. Dizer que alguém dormiu pouco possui uma orientação negativa, enquanto dizer que alguém dormiu um pouco possui orientação positiva. Por que isso ocorre? Porque, segundo esses autores, as palavras significam, e, por si só, produzem argumentação. Embasada nos estudos da semântica argumentativa de Anscombre e Ducrot (1983), Koch (2011) faz importantes reflexões sobre a argumentação. A autora, articulando áreas como enunciação, retórica, pragmática e discurso, desenvolve estudos relevantes, dentre os quais elegemos duas categorias para nossa pesquisa: operadores argumentativos e referenciação, os quais abordamos suscintamente neste trabalho. Para explicar como ocorre o processo argumentativo na linguagem, Koch (2011) escreve:

> A interação social por intermédio da língua caracteriza-se, fundamentalmente, pela argumentatividade. Como ser dotado de razão e vontade, o homem, constantemente, avalia, julga, critica, isto é, forma juízos de valor. Por outro lado, por meio do discurso – ação verbal dotada de intencionalidade – tenta influir sobre o comportamento do outro e fazer com que compartilhe determinadas de suas opiniões. É por essa razão que se pode afirmar que o **ato de argumentar**, isto é, de orientar o discurso no sentido de determinadas conclusões, constitui o ato linguístico fundamental, pois a **todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia**, na acepção mais ampla do texto. A neutralidade é apenas um mito: o discurso que se pretende "neutro", ingênuo, contém também uma ideologia – a da sua própria objetividade (KOCK, 2011, p. 17, grifos da autora).

Assim, a argumentação está presente em todo discurso, que pretende influenciar o modo de pensar do outro, a partir de um ponto de vista, de uma perspectiva, de uma ideologia. Isso coaduna com Bakhtin (2006), para o qual todo signo, sobretudo o linguístico, é ideológico. As marcas de argumentatividade na língua ganham destaque nos estudos de Koch (2011). Elegemos uma breve discussão sobre os operadores argumentativos e a referenciação, que explicaremos na sequência.

Os operadores argumentativos são, segundo Koch (2011), morfemas, vocábulos, conectivos, pertencentes a algumas categorias gramaticais, como conectivos, conjunções, advérbios, locuções diversas, ou que nem mesmo se enquadram em categoria gramatical alguma. A função dos operadores argumentativos é sinalizar a direção argumentativa do enunciado. Por serem responsáveis pela direção argumentativa e discursiva, são também chamados, por essa autora, de *operadores discursivos*. Ducrot (1987) realizou relevantes estudos com os operadores argumentativos, no intuito de desenvolver a tese da semântica argumentativa – criada por ele e Anscombre (ANSCOMBRE; DUCROT, 1983) – de que a própria língua possui orientação argumentativa e não os fatos lógicos, como diziam as concepções tradicionais da argumentação. Apesar de sua importância na sinalização da orientação argumentativa e discursiva do enunciado, Koch (2011) ressalta que essa categoria de palavras é considerada um grupo de meros elementos relacionais, aos quais são atribuídas diversas denominações. A autora acredita que os operadores argumentativos não recebem a devida importância nos estudos da língua. E, ao contrário dessa visão, Koch e Elias (2016) esclarecem que os operadores argumentativos são mais do que isso, são elementos responsáveis por revelar a força argumentativa presente no enunciado, apontar qual é a direção ou o sentido para o qual o enunciado é orientado. Conforme dito por Koch (2011), é a semântica argumentativa (macrossintaxe do discurso) que demonstra um forte interesse pelo estudo dessa categoria, por acreditar que ela possui forte orientação argumentativa e

discursiva, constituindo marcas linguísticas de argumentatividade relevantes de estudos. Apropriando-se dos estudos de Ducrot (1973; 1976; 1977; 1980)[11], Koch e Elias (2016) associam o estudo dos operadores argumentativos a duas noções básicas da semântica argumentativa, quais sejam: *classe argumentativa* e *escala argumentativa*. A classe argumentativa, segundo as autoras, "designa o conjunto de elementos que apontam ou orientam para *uma mesma conclusão*". Numa dada classe argumentativa, pode haver enunciados que apresentam "*uma gradação de força(crescente ou decrescente) no sentido de uma mesma conclusão*". É esse fenômeno que se chama escala argumentativa, em que podem surgir argumentos mais fracos e mais fortes (KOCH; ELIAS, 2016, p. 61-62, grifos das autoras).

Com base em Koch (2011, p. 102-106) e Koch e Elias (2016, p. 61-75), elaboramos uma lista classificatória dos operadores argumentativos/discursivos. No capítulo 4, entramos em maiores detalhes sobre os operadores que surgem em nossos dados. Então, vejamos as 18 classificações listadas abaixo:

1. Operadores que somam argumentos a favor de uma mesma conclusão: *e, também, ainda, nem (e não), não só...mas também, tanto...como, além de, além disso* etc.;
2. Operadores que indicam o argumento mais forte de uma escala a favor de uma determinada conclusão: *até, até mesmo, inclusive* (quando a escala é orientada para a afirmação) *e nem, nem mesmo* (quando a escala é orientada para a negação);
3. Operadores que deixam subentendida a existência de uma escala com outros argumentos mais fortes ou mais fracos: *ao menos, pelo menos, no mínimo*;
4. Operadores que contrapõem argumentos orientados para conclusões contrárias: *mas, porém, contudo, todavia, no entanto, entretanto, embora, ainda que, posto que, apesar de (que)*;
5. Operadores que introduzem uma conclusão com relação a argumentos apresentados em enunciados anteriores: *logo, portanto, pois, por isso, por conseguinte, em decorrência* etc.;
6. Operadores que introduzem uma justificativa ou explicação relativamente ao enunciado anterior: *porque, porquanto, já que, pois, que, visto que, como* etc.;

[11] DUCROT. Oswald. *La Preuve et le dire*. Mame. Rèperes, 1973.
_____L'Argumentation dans la Langue. *Langages*, v.10, n.42, 1976, pp. 5-27.
_____ *Dizer e não dizer*: princípios da semântica linguística. São Paulo: Cultrix, 1977 [1972].
_____ *Les Mots du discours*. Paris: Minuit, 1980,

7. Operadores que estabelecem relações de comparação entre elementos, visando a uma determinada conclusão: *mais... (do) que, menos... (do) que, tão... quanto*;

8. Operadores que introduzem argumentos alternativos que levam a conclusões diferentes ou opostas: *ou... ou, quer... quer, seja... seja*;

9. Operadores que introduzem no enunciado conteúdos pressupostos: *já, ainda, agora* etc.;

10. Operadores que orientam para afirmação plena ou negação plena: *tudo, todos, muitos, poucos, nada, nenhum* etc.;

11. Operador com função de marcador temporal: *ainda;*

12. Operador com função de marcador atemporal: *ainda*, para introduzir mais de um argumento que corroboram uma só conclusão;

13. Operador indicador de mudança de estado: *já*;

14. Operadores que introduzem argumentos decisivos: *aliás, além do mais*;

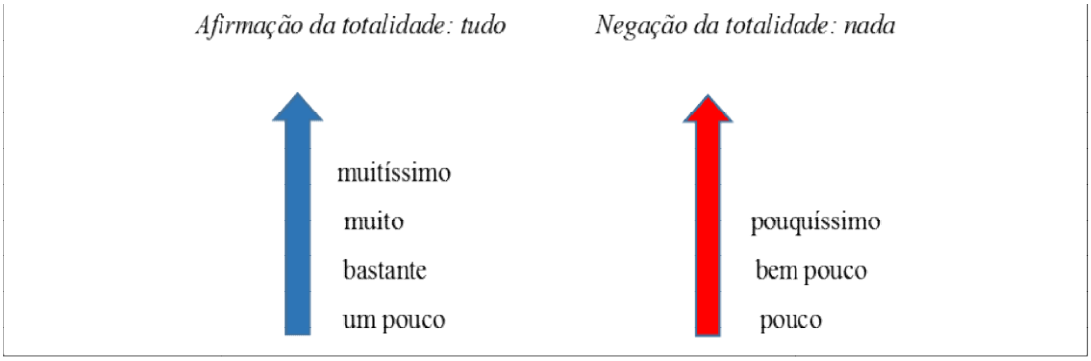
15. Operadores que esclarecem, retificam, desenvolvem ou matizam algo dito anteriormente, provocando ajustamento ou precisão de sentido: *isto é, quer dizer, em outras palavras* etc.;

16. Operador que orienta para uma conclusão com valor positivo: *um pouco*;

17. Operador que orienta para uma conclusão com valor negativo: *pouco*;

18. Operadores pertencentes a uma escala argumentativa, orientados para a afirmação da totalidade (*um pouco, quase*) ou para a negação da totalidade (*pouco, apenas*). A Figura 05 ilustra isso:

Figura 05 – Operadores em escala orientados para a afirmação ou negação da totalidade



Fonte: Figura reelaborada pelo pesquisador, a partir de Koch e Elias (2016, p. 75-76).

Para Koch (2011, p. 106), há forte evidência de que os operadores argumentativos possuem importantes valores retóricos e argumentativos inseridos na própria língua, fazendo da argumentação "um ato linguístico fundamental" e uma possibilidade de construção discursiva.

Um outro elemento que elegemos para discutir nas nossas considerações sobre argumentação é *referenciação*. Cavalcante (2014) define a referenciação como uma ação de referir, retomar um referente. Referente é concebido aqui como objeto de discurso, não um elemento da realidade, sendo uma representação elaborada pelo texto. A autora afirma que a referenciação é "atividade de construção de referentes (ou objetos de discurso) depreendidos por meio de expressões linguísticas específicas para tal fim, chamadas de expressões referenciais" (CAVALCANTE, 2014, p. 98), sendo esse processo concebido enquanto um "fenômeno textual-discursivo dos mais relevantes para a produção/compreensão de sentidos" (CAVALCANTE, 2011, p. 95).

Essa ideia do processo de referenciação enquanto atividade discursiva é também mencionada em Koch (2009). Sobre esse processo, a autora afirma:

> [...] a realidade é construída, mantida e alterada não somente pela forma como nomeamos o mundo, mas, acima de tudo, pela forma como, sociocognitivamente, interagimos com ele: interpretamos e construímos nossos mundos através da interação com o entorno físico, social e cultural. A referência passa a ser considerada como o resultado da operação que realizamos quando, para designar, representar ou sugerir algo, usamos um termo ou criamos uma situação discursiva referencial com essa finalidade: as entidades designadas são vistas como objetos-de-discurso e não como objetos-do-mundo (KOCH, 2009, p. 79).

A autora chama atençãoao fato de que criar referentes para retomar um objeto de discurso no texto vai além de escolher palavras. Essa atividade perpassa por questões

discursivas. A ideologia define, certamente, a maneira como "nomeamos o mundo". A referenciação, passa pela língua (que é atualizada na enunciação) abarcando, no discurso, questões ideológicas. As expressões referenciais são, portanto, muito mais do que nexos. Existem diversos tipos de expressões referenciais. Contudo, não é objetivo deste trabalho fazer uma classificação de todas as expressões referenciais presentes em nossos dados. Iremos nos ater a uma discussão em torno das expressões referenciais que acreditamos possuir funções argumentativas mais explícitas, quais sejam: as anáforas recategorizadoras e o encapsulamento anafórico.

Antes de definirmos anáfora recategoriadora, entendamos o que é anáfora. Embasamo-nos em Cavalcante (2014, p. 123-125) para definir esse fenômeno. Segundo esta autora, *anáfora* é uma retomada de um referente, por meio de outras expressões referenciais. As anáforas recebem duas classificações básicas: a primeira classificação é anáfora direta, também chamadas de anáfora correferencial, e a segunda classificação é anáfora indireta, as quais explicaremos. No texto, as novas expressões referenciais anafóricas que retomam um referente que já foi apresentado no cotexto, na forma de outras expressões referenciais, são chamadas de *anáforas diretas* ou *anáforas correferenciais*. Entretanto, a correferencialidade não é obrigatória. Frequentemente, uma expressão referencial pode ser apresentada pela primeira vez no texto (logo, uma introdução referencial/referente novo), mas com *status* de um referente já conhecido e que está sendo retomado indiretamente. Ou seja, o referente retomado não está no c*otexto*, mas é inferível no contexto discursivo, percebido/identificável no processamento sociocognitivo do texto, já que não houve nenhuma menção explícita no cotexto. Essa categoria de retomada indireta se chama anáfora indireta, também chamada por Apotheloz (2003) de *anáfora associativa*.

Nesse processo de retomada de referentes, de acordo com Cavalcante (2014), um mesmo objeto de discurso pode sofrer mudanças ao longo do texto, sendo renomeado diferentemente. Especialmente em um texto coproduzido, como é o caso de um debate, por exemplo, diferentes debatedores podem possuir concepções/ideologias divergentes acerca de um certo objeto de discurso e, por isso, o renomeiam, realizando uma recategorização do mesmo. Cavalcante (2014) apropria-se dos estudos de Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995) para definir esse fenômeno como a possibilidade de fazer um objeto de discurso ser nomeado, diferentemente, no mesmo texto, por meio de diferentes expressões referenciais que refletem discursos diversos. O caso do debate é bastante prototípico para nós, justamente porque, como o debate sempre aborda uma questão controversa, os debatedores possuem visões antagônicas acerca de um determinado tema, fazendo com que cada um deles utilize expressões

referenciais que expressem suas posições ideológicas, em contraste com as visões do outro. Em um debate, cada debatedor nomeia o mundo a seu modo. Um mesmo referente pode receber diferentes definições, a partir de diferentes pontos de vista, que são percebidos por meio das expressões referenciais que se chamam anáforas recategorizadoras. A respeito da função da referenciação em geral e, em particular, acerca da função das anáforas recategorizadoras, Cavalcanti (2014) afirma:

> Vê-se, então, que a função da linguagem não é, como se costuma pensar, representar objetivamente uma realidade. Trata-se, na verdade, de propor interpretações para as experiências vividas e percebidas. Esse é o primeiro aspecto da referenciação a ser destacado: a realidade é submetida à reelaboração por parte dos sujeitos que se envolvem na interação, sendo que uma mesma realidade pode dar origem a referentes distintos. Isso significa que os indivíduos têm a seu dispor um leque de possibilidades linguístico-discursivas quando se trata de construir um referente (CAVALCANTE, 2014, p. 108).

A autora deixa claro que a recategorização é uma atividade não apenas linguística, mas, também, discursiva, uma forma de reelaborar a realidade a partir de inúmeros modos de pensar.

A partir dessa perspectiva, Cavalcante (2014) também destaca o caráter interacional desse processo de recategorização, sobretudo no diálogo, quando os interlocutores renomeiam os referentes em uma produção em tempo real, sendo que nesse processo *on-line*, a renomeação/recategorização está sempre se fazendo, a depender da reação do outro, porque esse é um processo de negociação entre os participantes da interação. Portanto, para a autora, as anáforas recategorizadoras revelam um processo subjetivo, intersubjetivo, cooperativo, sócio-histórico e sociocognitivo. Discorreremos agora sobre a outra categoria de expressões referenciais que elegemos: o encapsulamento anafórico.

Primeiramente, apresentamos a definição de encapsulamento anafórico que encontramos em Conte (2003). A autora diz:

> O encapsulamento anafórico é um recurso coesivo pelo qual um sintagma nominal funciona como uma *paráfrase resumitiva de uma porção precedente do texto*. O sintagma nominal anafórico é construído com um nome geral como núcleo lexical e tem uma clara preferência pela determinação demonstrativa (CONTE, 2003, p. 177, grifos nossos).

Retomando, anáfora se refere a uma retomada de um dado objeto de discurso no texto por meio de uma expressão referencial. No caso do encapsulamento anafórico, este se

assemelha a uma anáfora, contendo essa diferença básica: refere-se a uma *paráfrase resumitiva de uma porção maior de texto* que, obviamente representa também um objeto de discurso. Além de ser um recurso coesivo, é um recurso argumentativo de grande relevância (CONTE, 2003, p. 179). Dentre as funções argumentativas apontadas por Conte (2003) e com base em estudos anteriores de Lopes e Pereira (2016), destacamos:

1. Criação de novos referentes discursivos com base numa informação velha: Segundo Conte (2003, p. 182-183), os encapsuladores anafóricos não apenas veiculam informações velhas, eles são muito mais do que uma paráfrase resumitiva, sendo considerados novos porque fazem emergir no texto um sintagma nominal que ali não se encontrava. Além disso, ao categorizar uma informação velha do contexto, o novo referente cria uma ideia (hipóstase), tornando-se um objeto discursivo.
2. Argumentação para predicações futuras: Conte (2003, p. 183) aponta que os novos referentes criados, por possuírem funções discursivas, são utilizados como estratégias argumentativas que reforçam ideias das próximas predicações no texto.
3. Manipulação do leitor por meio de modificadores axiológicos (termos que remetem a valores, termos avaliativos): os termos avaliativos que encapsulam porções precedentes do texto acabam sendo, muitas vezes, utilizados para criar valores acerca de um determinado objeto discursivo, podendo influenciar o modo de pensar do interlocutor.

A natureza argumentativa é a principal particularidade do gênero discursivo debate. Por isso, temos tanto interesse pelo estudo da argumentação. No debate, questões controversas se entrelaçam nos níveis linguístico e discursivo. A língua é capaz de argumentar e de materializar discursos. O estudo da referenciação no gênero em questão pode ser uma relevante discussão acerca do caráter ideológico da linguagem, das interações mediadas por ela e de como a argumentação se dá em todo esse processo.

No próximo capítulo, detalhamos o percurso metodológico percorrido nesta investigação.

3 METODOLOGIA

O debate que realizamos possui, em sua essência, as características do *debate deliberativo*, debate que, de acordo com Dolz, Schneuwly e Pietro (2011), objetiva a tomada de uma decisão, configurando-se em uma ferramenta para a ação de decidir aquilo que for melhor, em uma dada situação, diante de interesses antagônicos. O debate deliberativo é bastante parecido como o *debate de opinião de fundo controverso*, já que ambos discutem questões controversas ou interesses opostos. A diferença entre eles é que o *debate deliberativo* se propõe decidir acerca de algo, enquanto o outro se propõe apenas a discutir, e não a decidir (DOLZ; SCHNEUWLY; PIETRO, 2011, p. 215).

Com base nesses pressupostos, assim nomeamos o debate que realizamos: *debate público regrado deliberativo*, gênero discursivo que aconteceu dentro de um outro gênero: o júri-simulado, realizado com o objetivo de escolher um casal, dentre seis casais candidatos à adoção de uma criança chamada Isabela (representada, na atividade, por uma boneca), conforme explicamos neste capítulo. A atividade aconteceu com uma turma de primeira série do Ensino Médio, em aulas de Língua Portuguesa. A professora da turma é uma conhecida do pesquisador. Essa professora não participou da pesquisa, tendo apenas disponibilizado suas aulas para a realização do debate.

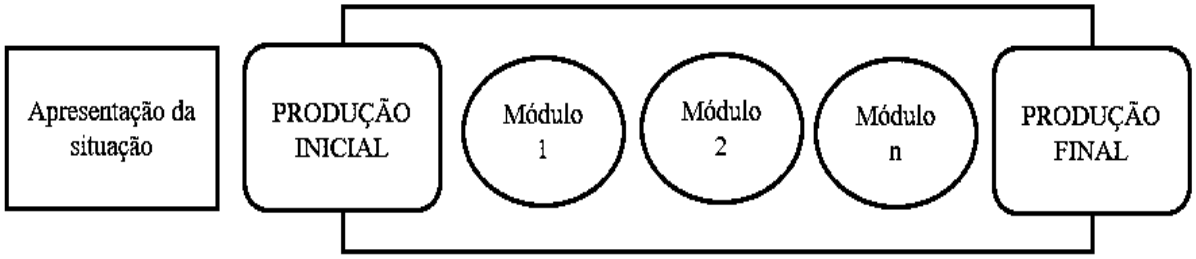
Após a aprovação da realização deste estudo pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UESB, com cadastro no Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE), número 50113015.7.0000.0055, todos os participantes maiores de dezoito anos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – doravante TCLE (APÊNDICE B) e o Termo de Autorização de Uso de Imagem e Depoimento (APÊNDICE E). Os alunos menores assinaram o Termo de Assentimento (APÊNDICE D) e o Termo de Autorização de Uso de Imagem e Depoimento (APÊNDICE E). Os responsáveis pelos menores também assinaram os dois termos mencionados (APÊNDICES C), que é a versão do TCLE para responsáveis, e o Apêndice E. As assinaturas foram colhidas em duas vias, sendo que uma cópia foi arquivada pelo pesquisador e a outra cópia foi entregue aos participantes e aos pais/responsáveis.

Após ter colhido todas as assinaturas, o pesquisador aplicou um questionário (APÊNDICE G), que foi respondido por cada um dos trinta e três participantes da pesquisa, individualmente. O questionário possui algumas questões de múltipla escolha, sendo a maior parte delas questões abertas, as quais, segundo Mattar (1994), deixam os participantes mais à vontade e proporcionam esclarecimentos, explicações e comentários mais significativos para a pesquisa. Esse instrumento permitiu que o pesquisador obtivesse um panorama geral com

algumas características dos participantes da pesquisa, a fim de melhor compreender os enunciados produzidos no debate, apreendendo com maior propriedade o processo dialógico que estamos investigando.

Para viabilizar o debate, foi desenvolvida uma sequência didática, embasada na proposta de Dolz, Noverraz e Schneuwly (2011, p. 83). Estes autores discutem a importância do ensino dos gêneros orais e escritos, fazendo importantes considerações acerca dos gêneros orais, conforme discutimos no Capítulo 2. Os autores atribuem a necessidade de ensino dos gêneros orais públicos na escola ao fato de que as crianças, quando chegam à escola, já dominam os gêneros orais simples que utilizam no cotidiano. Por outro lado, os gêneros orais mais complexos, os quais eles chamam de gêneros orais públicos, exigem do falante competências mais complexas, que devem ser ensinadas em âmbito escolar. A fim de orientar professores a ensinar os gêneros discursivos, Dolz, Noverraz e Schneuwly (2011, p. 83) elaboram uma sequência didática, a qual já explicamos no item 2.2.2, mostrada pela Figura 04, a qual representamos a seguir:

Figura 04 – Esquema da sequência didática



Fonte: Dolz, Noverraz e Schneuwly (2011, p. 83).

Para o processo didático de ensino dos gêneros discursivos, esses autores sugerem a elaboração de etapas, preparadas pelo professor, visando executar atividades coordenadas, articuladas e estruturadas que possibilitem guiar o professor e os estudantes na organização da aprendizagem e na apropriação do gênero discursivo. Esta sistematização visa ajudar os alunos, gradualmente, na compreensão e elaboraçãodas atividades, desde as mais simples até as mais complexas.

Ancorado nesses postulados, o debate público regrado deliberativo, que realizamos em circunstâncias concretas no âmbito de ensino-aprendizagem de língua portuguesa, foi desenvolvido por meio de uma sequência didática (APÊNDICE F) de quatro etapas. As três primeiras etapas tiveram a duração de 50 minutos cada, que corresponderam a três horas/aula. Para a realização da quarta etapa (a realização do debate), foram disponibilizadas duas

horas/aula, ou seja, uma hora e quarenta minutos. Cada etapa foi realizada em um dia diferente, no qual a turma tinha aula de Língua Portuguesa.

Na *primeira etapa*da sequência didática, visamos desenvolver: apresentação da proposta aos estudantes; avaliação dos conhecimentos prévios dos estudantes em relação ao gênero debate; e leitura do texto *Situação-problema do Debate* (APÊNDICE A) para os alunos. Desse modo, o debate se propôs a decidir qual casal tem as melhores condições para adotar Isabela, criança branca, de aproximadamente seis meses de idade, que foi abandonada por sua mãe. Seis casais se candidataram à sua adoção. Cada casal candidato possuía um advogado que debateu em seu favor durante o processo deliberativo. A primeira etapa da sequência didática também objetivava discutir ideias preliminares sobre o tema; e escolha dos papéis que cada aluno desempenharia durante o debate. É importante ressaltarmos que esses papéis foram escolhidos livremente pelos alunos. No total, tivemos trinta e três participantes nessa atividade: trinta e dois alunos da turma e uma professora da escola convidada, os quais desempenharam as seguintes funções durante o debate:

- Um aluno: Oficial de Justiça, cuja função era de anunciar a entrada da juíza na sala do júri;
- Uma professora da escola convidada: juíza do debate (a moderadora). A professora de Língua Portuguesa da turma selecionada para a pesquisa não participou da pesquisa devido a alguns compromissos pessoais que ela tinha fora da escola. Por essa razão, convidamos uma outra professora, também conhecida do pesquisador, para ser a juíza, pois ela estaria disponível no dia da realização do debate;
- Uma aluna: Conselheira Tutelar, cuja função era segurar, durante a atividade, a criança (representada por uma boneca) e entregá-la ao casal vencedor, após a deliberação;
- Doze alunos: formaram seis casais candidatos à adoção de Isabela. Para cada casal, havia um perfil escrito, contido no Apêndice A – texto que foi lido para toda a turma e entregue, por escrito, aos alunos que formariam esses casais e aos seus respectivos advogados. O texto em questão é de autor desconhecido, logo, não sabemos os critérios utilizados para a criação desses perfis, que não foram modificados, e que, conforme já dissemos na Introdução, já eram utilizados, há algum tempo, pelo pesquisador, antes deste estudo, em suas aulas de Língua

Portuguesa. Resumimos esses perfis no Quadro 09 (copiado da *Situação-Problema do Debate* –Apêndice A). Vejamos:

Quadro 9 – Perfil dos casais candidatos à adoção de Isabela

Casal nº 1 – Júlia e Vera: convivem maritalmente há dez anos, desde 2005. Entretanto, passaram muito tempo escondendo sua condição homoafetiva. No ano de 2013, resolveram assumir essa condição. Júlia exerce um alto cargo no setor público e possui uma condição financeira boa e estável. Quando o casal se uniu, Vera já tinha uma filha de três anos. Esta criança, ao nascer, apresentou um grave problema congênito, que causou a sua morte em 2010, quando tinha oito anos de idade. Todos os parentes e toda a vizinhança tinham conhecimento da educação e carinhos dados a essa criança.
Casal nº 2 – Miguel e Bianca: são jovens, 28 e 24 anos respectivamente. São casados há três anos. Ele, com uma posição bastante invejada em uma multinacional, e ela, professora de inglês. São pessoas politizadas e cultas. Resolveram adotar uma criança como forma de ajudar essa criança abandonada Isabela. Além disso, Miguel e Bianca possuem, há muito tempo, o desejo de serem pais, a ponto de manterem um quarto já montado para receberem Isabela. Em seus momentos de prazer, Miguel gosta de curtir intensamente seu "jazz", fumando maconha. Segundo o próprio Miguel, isto não é um vício. Mas algo que o faz sentir-se muito relaxado. Esse hábito nunca interferiu em sua vida profissional ou pessoal, tanto que nunca houve preocupação em esconder tal fato.
Casal nº 3 – Sebastião e Mariana: ele, com 39 anos, é pastor evangélico e locutor da Rádio "As Vozes do Céu". Ela, com 37 anos, também evangélica, dedica-se à divulgação de sua religião em praça pública. Casaram-se há dois anos, mas Mariana tem receio de ter filhos em função de sua idade. Vivem de maneira modesta, mas com muita harmonia e honestidade. Acreditam que a fé em Cristo é fundamental para o ser humano. Pretendem cuidar de Isabela nos princípios da paz e do amor evangélico, e fazer da menina uma seguidora da igreja.
Casal nº 4 – Robson e Fátima: ele, 27 anos, ela 24 anos, ambos com nível universitário. Robson é um jovem executivo de carreira promissora, e tem potencial para chegar a cargos de diretoria na empresa onde atua. Fátima é sócia de uma boutique, dedicando-se integralmente a esta atividade comercial. Ela adora crianças e largaria tudo em função da educação de um filho. Robson é também a favor da adoção, porém, seu trabalho exige que ele viaje constantemente, representando a empresa em congressos e feiras internacionais. Mas deseja ser um excelente pai.
Casal nº 5 – Valdeci e Mara: casal negro. Ela, 30 anos, nível universitário, modelo profissional. Ele, 35 anos, nível primário, ex-jogador de futebol, que alcançou fama internacional e independência econômica. Vivem sem problemas financeiros, porém, não podem ter filhos. Consideram que este é o momento ideal para uma adoção.
Casal nº 6 – Daniel e Maria: ambos com 63 anos. Casaram-se aos vinte anos de idade e tiveram dois filhos homens, que estudaram Direito e optaram pela carreira diplomática. Esses dois filhos residem atualmente no exterior. O casal possui situação financeira estável e são pessoas com espírito bastante jovem. Gostariam de adotar uma criança para preencher o espaço deixado pelos filhos.

Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

- Seis alunos: debatedores – cada um desses seis alunos representava o papel de advogado de um casal candidato à adoção da criança. Sua função era debater com os demais advogados, apresentando argumentos e contra-argumentos em favor de um casal. Os advogados escolheram livremente os casais que iriam defender. Esse procedimento visou facilitar a eficácia da defesa que seria realizada;

- Sete alunos: membros do corpo de jurados, selecionados por meio de sorteio no início do debate, cuja função era deliberativa. Esses jurados teriam que decidir qual dos seis casais era o casal mais adequado para adotar Isabela;
- Cinco alunos: membros da equipe assistente, colaboradores na atividade. Esses alunos, por não terem sido selecionados para serem jurados (não foram sorteados), permaneceram na cena enunciativa, assistindo ao debate e tendo a função de colaborar em toda a atividade, em questões técnicas referentes à decoração, movimentação dos aparelhos de gravação, busca de materiais diversos. Em suma, contribuir, de modo geral, para a organização e realização do debate.

A *segunda etapa* foi utilizada para leitura de textos sobre adoção (25 min.) e produção dos argumentos preliminares que seriam utilizados no debate (25 min.). Ao final da segunda etapa, o pesquisador indicou outras leituras de textos que subsidiariam a pesquisa que os alunos deveriam fazer, a fim de se prepararem para o debate. O pesquisador indicou fontes da internet, de modo a facilitar essa pesquisa, quevisava ampliar o repertório de ideias dos estudantes.

Na *terceira etapa*, os alunos organizaram e sistematizaram o processo argumentativo, amadurecendo os argumentos e a refutação por escrito. Ainda nesta terceira etapa, o pesquisador apresentou a logística do debate e passou orientações relativas ao modo como a atividade aconteceria no encontro seguinte, explicando, por exemplo, que o debate teria uma moderadora (a juíza), e explicitando a organização do tempo para argumentar e refutar; a organização do espaço: como a disposição das carteiras onde os participantes e a audiência se sentariam, a disposição dos móveis, objetos de decoração da sala; informação sobre o vestuário apropriado, informações sobre a gravação em vídeo e áudio, além de outros esclarecimentos pertinentes.

A *quarta etapa*(última etapa da sequência didática) foi a realização do debate público regrado deliberativo, que ocorreu em um júri-simulado, filmado em áudio e vídeo para fins de transcrição. Este debate ocorreu na sala de vídeo da escola, no turno matutino, em data negociada com a direção da escola, com a professora de língua portuguesa da turma (que liberou a sua turma para o debate no horário de suas duas aulas), com os alunos e com a professora que representou o papel de juíza do júri-simulado (que veio para a escola em um turno oposto ao seu horário de trabalho, para participar do debate).

Desse modo, o debate se propôs a decidir qual casal teria as melhores condições para adotar Isabela, criança branca, de aproximadamente seis meses de idade, que foi abandonada

por sua mãe. Seis casais se candidataram à sua adoção. Cada casal candidato possuía um advogado que debateu em seu favor durante o processo deliberativo.

Primeiramente, a Juíza, após o anúncio do Oficial de Justiça, entrou na sala do Júri. Em seguida, a Juíza realizou a seleção dos jurados por meio de votação. Na sequência, a Juíza abriu a sessão, lendo o caso (a situação a ser debatida e o perfil da menina Isabela) e explicitando as regras do debate, orientando todos os participantes em relação à sua atuação na atividade. A Figura 06 apresenta a cena enunciativa, mostrando a Juíza, a Conselheira Tutelar e a boneca. A Figura 07, além desses personagens, mostra também o Oficial de Justiça e os seis advogados.

Figura06 – Cenaenunciativa com a Juíza, Conselheira Tutelar e a boneca

Fonte: Banco de dados do pesquisador.

Figura07 – Cenaenunciativa com a Juíza, Conselheira Tutelar, boneca, Oficial de Justiça e os seis advogados

Fonte: Banco de dados do pesquisador.

No debate, seis advogados foram os debatedores, logo, houve seis rodadas de argumentação, que estamos chamando, nesta dissertação, de seis *turnos de argumentação*. Cada turno de argumentação é composto de um argumento inicial, uma réplica e uma tréplica. Cada advogado teve a oportunidade de expor seus argumentos em favor de um casal em um turno, sendo que um outro advogado teve, também, a oportunidade de refutar os argumentos iniciais por meio de uma réplica. A tréplica foi realizada pelo advogado que iniciou o turno e visava apresentar os argumentos finais e esclarecimentos pertinentes.

As regras em relação ao tempo utilizado para argumentar e contra-argumentar foram as seguintes: para os*argumentos iniciais* de cada advogado, deveria ser utilizado o tempo de dois minutos; para a realização da *réplica* de um outro advogado (sorteado) deveria ser utilizado o tempo de um minuto; para a *tréplica* – realizada pelo mesmo advogado que expôs os argumentos iniciais – deveria ser utilizado o tempo de um minuto. Então, ocorreu da seguinte maneira: No primeiro turno de argumentação, após a apresentação dos argumentos iniciais do advogado do casal nº 1, a juíza sorteou o advogado de um outro casal para realizar a réplica. Quando esta foi concluída, a juíza deu a palavra novamente ao advogado do casal nº 1 para que este fizesse a tréplica. Neste momento, iniciou-se o segundo turno de argumentação, quando a juíza passou a palavra para o advogado do casal nº 2, para que este expusesse seus argumentos iniciais. Novamente, o advogado de outro casal, *que ainda não*

tinha feito uso da réplica, foi sorteado pela Juíza para que pudesse fazê-la. Então, a juíza concedeu novamente a palavra ao advogado do casal número 2, para que ele fizesse a sua tréplica. Esse era o fim da segunda rodada. E assim sucessivamente. A Figura 08 mostra, em caráter ilustrativo, o advogado do casal nº 1, apresentando os seus argumentos iniciais. Já a Figura 09 apresenta os doze alunos que formaram os seis casais candidatos à adoção.

Figura08 – Advogadodo casal nº1 apresentando seus argumentos iniciais

Fonte: Banco de dados do pesquisador.

Figura 09 – Alunosque formaram os seis casais

Fonte: Banco de dados do pesquisador.

Após a exposição argumentativa dos seis advogados, a juíza convidou os sete membros do corpo de jurados para a deliberação, que foi realizada mediante votação no casal que eles acreditavam ser o mais adequado para adotar Isabela. O voto foi aberto e justificado. Cada jurado, na sua vez, levantou-se, anunciou em qual casal estava votando, expondo os motivos que justificavam aquele voto. É importante ressaltarmos que no texto original (APÊNDICE A), o plano inicial era que cada membro do corpo de jurados votaria por meio de uma cédula de votação, na qual ele marcaria, com um X, a opção escolhida. Assim, o voto seria fechado e os jurados não falariam. Antes da abertura do debate, o pesquisador e a juíza alteraram esse plano inicial e decidiram que a votação deveria ser aberta e justificada. Com esse novo procedimento, conseguiríamos fazer com que mais alunos falassem e teríamos mais argumentos para estudar. A Figura 10 mostra os alunos que desempenharam o papel de jurados.

Figura 10 – Membrosdo Corpo de Jurados

Fonte: Banco de dados do pesquisador.

Finalizada a votação dos membros do corpo de jurados, a juíza anunciou o veredicto, solicitando que a Conselheira Tutelar, após proferir breves palavras, entregasse a criança ao casal vencedor. A juíza deu o caso por encerrado. A Figura 11 mostra a Conselheira Tutelar prestes a entregar Isabela ao casal vencedor.

Fonte: Banco de dados do pesquisador.

Todos os dados da pesquisa foram gravados em áudio e vídeo. Essa foi uma maneira de garantir maior segurança à coleta de dados. O pesquisador deu prosseguimento ao seu trabalho com a transcrição, a qual foi realizada com o auxílio do programa *Audacity*, que auxilia no processo de transcrição de áudio. Optamos, para a transcrição do debate, por uma transcrição fonológica, pois analisamos, neste estudo, particularidades do texto falado, sendo esse tipo de transcrição a melhor neste caso. Em toda transcrição, o anonimato dos participantes foi mantido. A Professora convidada é chamada de *juíza. O*s alunos que formaram os casais são chamados por *nomes fictícios* (Júlia e Vera; Miguel e Bianca; Sebastião e Mariana; Robson e Fátima; Valdeci e Mara; e Daniel e Maria). Os alunos que foram os advogados são chamados pela palavra *advogado* seguida pelas *iniciais de seus nomes* (advogado D.B., advogada M.A., advogado V.A., advogado V.L., advogado B.R., advogada E.O.). Os sete membros do corpo de jurados foram chamados da seguinte forma: 1º jurado, 2º jurado, 3º jurado, 4º jurado, 5º jurado, 6º jurado e 7º jurado. Acreditamos que identificar alguns participantes pela função desempenhada no debate facilitaria a leitura do *corpus*.

Uma semana após a realização do debate, o pesquisador, que já havia assistido ao vídeo gravado do mesmo, retornou à escola, a fim conduzir uma entrevista semiestruturada (APÊNDICE H), cuja escolha se deu por ser esse um instrumento relevante para as pesquisas

de cunho qualitativo. Segundo Trivinos (1995) e Oliveira (2009), as entrevistas semiestruturadas possuem um roteiro de perguntas flexível, permitindo respostas relativamente livres, não excluindo a possibilidade do surgimento de novas perguntas durante a entrevista.

O motivo de termos selecionado, para as entrevistas, apenas os seis alunos que representaram o papel dos advogados se deu, primeiramente, pelo fato de queesses seis foram os debatedores. Só houve debate entre eles. O segundo motivo da nossa escolha é que quisemos confrontar as ideias esboçadas no debate por esses debatedores com os seus possíveis *reais* pontos de vista, isso porque compreendemos que o debate ocorreu em uma cena enunciativa ficcionalizada. Entendemos que, ao escolarizar um gênero discursivo, adaptações são necessárias na variante escolar daquele gênero que é objeto de ensino (SCHNEUWLY; DOLZ, 2011, p. 69). Assim, levamos em consideração que os alunos foram personagens no debate, logo, podem ter defendido ideias em que não acreditam de fato, pela demanda da própria atividade. Por isso, tivemos interesse em confirmar algumas informações.

As entrevistas com os seis alunos que foram os debatedores nos permitiram apreender suas reais opiniões acerca dos temas debatidos. Em ambiente bastante confortável – em uma sala da secretaria da escola – os alunos foram instruídos a exporem o que realmente pensavam sobre alguns tópicos suscitados durante o debate e sobre o que eles disseram. Os entrevistados apontaram pontos, com os quais eles concordavam e discordavam em suas falas durante o debate. Nosso interesse, com a condução das entrevistas, era obter qualquer dado que pudesse nos auxiliar na análise; qualquer observação que pudesse nos ajudar na compreensão do processo dialógico intrínseco à linguagem; qualquer percepção que nos desse acesso ao sentido do que foi falado durante o debate. Essas entrevistas foram gravadas em áudio, cuja transcrição também foi realizada com o auxílio do programa *Audacity*. Dessa vez, realizamos uma transcrição ortográfica, por ser mais simples e por não termos interesse em aspectos fonológicos das entrevistas. Na transcrição dessas entrevistas (APÊNDICE H) com os seis alunos que haviam desempenhado o papel de advogados, utilizamos apenas as iniciais de seus nomes (D.B.; M.A.; V.A.; V.L.; B.R.; e E.O.), sem a palavra *advogado*, já que, durante essas entrevistas, esses alunos não possuíama função fictícia que haviam desempenhado no debate.

Quanto aos membros do corpo de jurados, decidimos não os entrevistar porque eles não ocuparam uma posição tão ficcionalizada no debate. Os jurados foram orientados a votarem no casal que realmente acreditavam ser o melhor casal para adotar Isabela. Eles votaram oralmente, justificando sua escolha. Por acreditarmos já ter posse dos pontos de vista desses alunos, decidimos não os entrevistar. Já tínhamos o questionário respondido por eles, o

voto e os argumentos justificativos. Já tínhamos o bastante para estudar sobre esses alunos, em termos de argumentação.

Em posse de todos os dados transcritos, prosseguimos com a análise, que se encontra no Capítulo 4. Temos cinco itens nesse capítulo: **4.1** – *ocontexto interacional do debate*, onde analisamos aspectos contextuais e interacionais da atividade realizada; **4.2** – *estrutura composicional*, primeiro pilar do gênero, onde apresentamos a configuração tipológica, comunicativa e semiótica do debate realizado; **4.3** – *conteúdo temático*, segundo pilar do gênero, no qual mostramos os conteúdos dizíveis por meio do gênero; e **4.4** – *estilo***,** terceiro pilar do debate realizado, o que recebe a nossa maior atenção. Nesse item, estudamos as marcas linguísticas do gênero, juntamente com questões enunciativas, interacionais, discursivas, ideológicas e argumentativas. Nessa sessão,**4.4**, apresentamos o debate na íntegra, contendo: a abertura do debate, os seis turnos de argumentação e a deliberação. Em cada momento do debate, analisamos algo diferente. Em **4.4.1** – abertura do debate, analisamos o fenômeno da correção; no item **4.4.2** – primeiro turno de argumentação, estudamos o fenômeno da interrupção; no **4.4.3** – segundo turno de argumentação, realizamos a análise da expressão hesitativa "eh"; **4.4.4** – terceiro turno de argumentação, se propõe a discutir outras formas de hesitação; no item **4.4.5** – quarto turno de argumentação, analisamos o fenômeno da repetição; em **4.4.6** – quinto turno de argumentação, estudamos a repetição hesitativa; o **4.4.7** – sexto turno de argumentação, objetiva introduzir a discussão acerca dos operadores argumentativos/discursivos; o item **4.4.8** – deliberação, analisa os operadores argumentativos e heterocorreção; o **4.4.9** – discute os marcadores discursivos, último item do estilo. A sessão **4.5** analisa duas categorias do processo de referenciação, a saber: anáforas recategorizadoras e encapsulamento anafórico. Em quase todos os itens, além das questões linguísticas, discutimos questões interacionais, discursivas, ideológicas, argumentativas e retóricas.

4 O DEBATE EM DISCUSSÃO

Todo gênero discursivo, segundo Bakhtin (2003), possui três pilares, conforme já enfatizamos: *estrutura composicional*, *conteúdo temático* e *estilo*. Elegemos o gênero *debate* para a análise desses pilares. Para tanto, realizamos um *debate regrado deliberativo* com alunos do Ensino Médio. Nesta investigação, apresentamos o debate na íntegra, para que tenhamos uma maior apreensão do mesmo, já que estamos interessados não apenas em comprovar a ocorrência de fenômenos linguísticos em excertos isolados. Mais do que isso, desejamos também ter acesso a fenômenos discursivos, interacionais e argumentativos presentes no gênero. Para facilitar uma compreensão mais global do gênero, apresentamos a transcrição de tudo: a abertura do debate, os seis turnos de argumentação e deliberação.

Dessa forma, iniciamos nossa análise com o item **4.1** – *ocontexto interacional do debate*, ou seja, a esfera de comunicação em que ele se insere, a caracterização dos sujeitos participantes da pesquisa, as circunstâncias contextuais do evento enunciativo e a maneira como o gênero promoveu interação entre as pessoas envolvidas. Após essa etapa, partimos para o item **4.2** – *estrutura composicional* do gênero, ou seja, sua a configuração tipológica, comunicativa e semiótica, e sua organização interna. No próximo item, o **4.3** – *conteúdo temático*, analisamos o conjunto de conteúdos possibilitados, dizíveis ou ensináveis, por meio do gênero. Por fim, no item **4.4** – *estilo***,** terceiro pilar do debate realizado, analisamos as marcas linguísticas do gênero, que nos permitem apreender as posições enunciativas e as dimensões interacionais, discursivas e ideológicas dos enunciadores. No item *estilo*, além de alguns fenômenos linguísticos analisados no texto falado, temos forte interesse pela análise da argumentação, especialmente de como ela ocorre por meio da orientação argumentativa intrínseca à língua e pela elaboração retórica. Dos três pilares, o estilo é o elemento ao qual daremos maior atenção, justamente pelo nosso interesse em explorar alguns fenômenos linguísticos do gênero, em maior profundidade. Sendo assim, a seção dedicada ao estilo terá uma extensão bem maior do que as outras seções, devido à variedade de questões em análise. No item **4.5** – *referenciação*, discutimos as funções argumentativas de duas categorias desse processo, a saber: anáforas recategorizadoras e encapsuladores anafóricos. Iniciamos, então, a nossa discussão sobre o nosso debate com a análise do contexto interacional do gênero.

É válido salientarmos que, na transcrição dos nossos dados, seguimos as normas de transcrição adotadas pela *Gramática do Português Culto Falado no Brasil*, de Jubran (2015) e

colaboradores, normas estas advindas de Castilho e Preti (1987)[12], expostas no Quadro 10. Vejamos:

Quadro 10 – Normas de transcrição adotadas no estudo

Ocorrências	Sinais
Incompreensão de palavras ou segmentos	( )
Hipóteses do que se ouviu	(hipótese)
Truncamento	/
Interrupção	//
Entoação enfática	MAIÚSCULAS
Alongamento das vogais ou das consoantes [r], [s]	:: ou :::
Silabação	-
Interrogação	?
Qualquer pausa	...
Comentários descritivos	((minúsculas))
Comentários do locutor que quebram a sequência temática	– comentário –
Superposição, simultaneidade de vozes	[
Citações literais, reprodução de discurso direto ou leitura de textos	“ ”

Fonte: reelaborado pelo pesquisador, com base em Castilho e Preti (1987, p. 9-10) *apud* Jubran 2015, p. 24-25).

Essas regras de transcrição, expostas aqui, facilitarão a leitura do debate, que será apresentado após algumas considerações relevantes acerca do contexto interacional desse gênero, que realizamos em âmbito escolar.

4.1 CONTEXTO INTERACIONAL DO DEBATE

Conforme temos dito, toda e qualquer comunicação humana acontece por meio dos gêneros discursivos. O gênero atualiza a língua em situações enunciativas concretas da vida (BAKHTIN, 2003). Apropriando-se dos postulados bakhtinianos, Rodrigues (2004) afirma que a esfera de comunicação, o tempo e espaço históricos do debate e a situação de interação não são elementos externos, mas partes integrantes da dimensão constitutiva do enunciado – indispensáveis para a compreensão do seu sentido. Nessa perspectiva, descreveremos, a partir daqui, o contexto interacional da produção do debate que realizamos, acreditando que ele está entrelaçado com a produção de sentidos do gênero. Essa contextualização será uma espécie de bússola, norteando a análise posterior dos três pilares do gênero que estamos investigando.

Conforme já mencionado no Capítulo 3, realizamos um *debate público regrado deliberativo* no Colégio Estadual Wilson Lins, na cidade de Valente-BA, em uma turma de primeira série do Ensino Médio. Por ter sido realizado em âmbito escolar, esse gênero, na

[12] CASTILHO, A. T. de; PRETI, D. (orgs.). *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo*: materiais para seu estudo. São Paulo: T.A. Queiroz, Fapesp, 1987, v. II – Diálogos entre dois informantes.

atividade realizada, constitui-se uma variante escolar de um debate. Para chegar à forma com a qual nomeamos o nosso debate, mencionada anteriormente, ancoramo-nos nos estudos, acerca desse gênero, de Dolz, Schneuwly e Pietro (2011). Para criar uma cena enunciativa que despertasse maior interesse dos alunos participantes, inserimos o debate em outro gênero: o júri simulado, conforme veremos no item 4.2, em maiores detalhes. A atividade perseguiu o objetivo de decidir, entre seis casais candidatos, qual deles é o casal mais adequado para adotar uma criança chamada Isabela. Como já dito no Capítulo 3, doze alunos formaram os seis casais, os quais estavam presentes na cena enunciativa, porém, sem dizer nada. Para cada um desses casais, havia um perfil escrito, que havia sido entregue, vários dias antes da realização do debate, aos alunos que comporiam os casais e para seis alunos que atuariam como os advogados dos casais (um advogado para cada casal). Isso foi realizado durante a sequência didática (APÊNDICE F), detalhada no Capítulo 3. Os seis advogados, durante o debate, foram os principais protagonistas, ou seja, eles foram os debatedores. Sua função foi a de argumentar em favor dos casais, tentando persuadir os membros dos jurados (papéis representados por sete alunos da turma) e a juíza, de que o casal que eram seus clientes, era o casal mais apropriado para adotar uma criança chamada Isabela. Após todo o processo argumentativo, que aconteceu entre os seis advogados, ocorreu uma votação aberta, realizada oralmente, na qual os membros do corpo de jurados expuseram o voto e sua justificativa. Conheceremos o resultado dessa votação e suas motivações, mais adiante. Discorremos, a partir daqui, um pouco sobre algumas características dos participantes da pesquisa.

Em relação ao número de participantes no debate, tivemos, no total, trinta e três pessoas envolvidas, sendo trinta e dois alunos de uma turma e uma professora da escola convidada para ser a juíza do júri-simulado (a moderadora do debate). A faixa etária dos alunos varia entre treze e dezesseis anos. Pelo fato desses alunos estarem no início da adolescência, fase de muita curiosidade desses jovens, acreditávamos que a realização de um debate com temas controversos, como o que realizamos, despertaria o interesse dessa turma. E, de fato, a atividade realizada despertou um forte interesse de toda a turma, conforme observado no entusiasmo dos alunos durante toda a atividade. Além disso, os alunos atribuíram muita importância para a realização dele na escola. Alguns dados do nosso *corpus*, o qual começamos a apresentar a partir daqui, confirmam essa informação. Com o intuito de obter respostas em relação a isso, o pesquisador interrogou os próprios alunos. Conduzimos entrevistas semiestruturadas (APÊNDICE H), uma semana após o debate, com os seis alunos que foram os debatedores na atividade (os advogados). Uma das perguntas feitas pelo pesquisador foi: *Em sua opinião, quais são os benefícios da realização de debates na escola,*

em geral e, em particular, nas aulas de língua portuguesa? Os alunos entrevistados apontaram a relevância dessa atividade. Vejamos três dessas respostas, nos excertos (07), (08) e (09), a seguir:

(07)

> **M.A.***(em entrevista)*: Os benefícios que o debate ou discurso, como podem chamar .... eh... influencia na argumentação, eh .... oral, na oralidade, né? Porque ajuda as pessoas a falarem mais, principalmente aquelas pessoas que mais reservadas, tímidas, como eu sou às vezes, que eu tenho dificuldade de falar, e isso ajuda muito// debates e discursos.

(08)

> **V.L.***(em entrevista)*: Eh, bastante, porque hoje no Brasil, não sei se só no Brasil pode ser no mundo, eh, a língua portuguesa, a língua portuguesa como todas as outras línguas é mais transcrevida, não tem aquele negócio de "ah, vamos debater, vamos falar", é mais ali... a professora chega, copia no quadro, nós transcrevemos no caderno, pronto, acabou ali. E ali se vai. Não tem aquela coisa "ah, vamos conversar". Não tem.

(09)

> **B.R.***(em entrevista)*: Eh, como eu já disse, eh, trabalhar a capacidade de argumentação do aluno, a capacidade de pensar e expor esse pensamento contra-argumentando outra pessoa, entendeu? Tipo, ela vai ter uma ideia ali, a ideia que tá nela, eh, opinião formada, e a pessoa que vai contra-argumentar, ela vai usar seu argumento pra tentar convencer ela e o público. Então, isso é muito importante, eh, ajuda também na capacidade de persuasão, que a gente precisa disso pro diaadia, precisando disso num ... numa entrevista de emprego. A gente tem que argumentar. A gente precisa disso até pra discutir mesmo, com ... com pessoas no trabalho apresentar ideias. Então, o debate//, ele vai auxiliar tanto na oralidade da gente aqui na escola quanto na formação da gente no futuro.

No excerto (07), o aluno dá ênfase à argumentativa da linguagem, colocando-a como fundamental, pois saber argumentar é saber agir bem em sociedade. No excerto (08), o aluno faz uma crítica à maneira como o ensino de língua portuguesa é conduzido em sala de aula, priorizando atividades de mera decodificação. O autor do excerto (09) vai em direção ao primeiro autor, do excerto (07), ao também destacar a importância de aprender a argumentar para viver em sociedade, sugerindo que a escola deva proporcionar essa formação. Os alunos evidenciam já terem uma ideia do que é o gênero debate quando o relacionam com o

desenvolvimento de habilidades argumentativas. Essas observações nos levam a refletir sobre a importância do trabalho com a argumentação, o qual a escola não prioriza.

O debate exerceu um papel importante na promoção de interação entre os alunos. Embora alguns alunos mantenham contato frequente fora da escola, alguns outros não se conheciam antes de se tornarem estudantes do Colégio Estadual Wilson Lins. Essa turma de primeira série do Ensino Médio é composta por vários alunos que cursavam o Ensino Fundamental em diversas outras escolas, conforme veremos. Até a data de realização do debate regrado, muitos desses alunos ainda não haviam estreitado os vínculos de amizade. O debate que realizamos com esses alunos, conforme comprovaremos posteriormente, permitiu que aqueles que ainda não eram amigos, passassem a interagir mais. Esse fato está relacionado a um conceito-chave de Bakhtin (2003), a saber: o dialogismo, que é bastante complexo, e que retomamos ao longo de toda a análise.

O conceito bakhtiniano chamado *dialogismo*, conforme já explicamos no item **2.2**, abarca três dimensões. A primeira dimensão do dialogismo envolve o conceito restrito, significando: a interação entre o EU (locutor) e o TU (interlocutor), por meio de enunciação (interação concreta entre sujeitos sócio-históricos). A segunda dimensão do dialogismo diz respeito ao diálogo entre discursos anteriores (sobretudo, discursos dos outros), e discursos atuais. De acordo com Bakhtin (2003), todo discurso é uma resposta a outros discursos anteriores. A terceira dimensão do conceito de dialogismo é o diálogo existente entre discursos correntes e possíveis discursos futuros, já que, segundo esse filósofo da linguagem, todo discurso suscita uma *atitude responsiva ativa* do interlocutor, podendo fomentar discursos-respostas imediatos ou discursos-respostas nãoimediatos (respostas de efeito retardado). O dialogismo (em todos os seus níveis), juntamente com outras variáveis analisadas nessa investigação, tais como argumentação e ideologia – são elementos que buscamos discutir em toda análise dos pilares do nosso *debate regrado deliberativo*, elementos em estudo já nessa seção, que é a análise do contexto de produção do gênero, para facilitar a compreensão do processo de produção do gênero e a análise do seu sentido.

A partir desses pressupostos, discorremos acerca das ressonâncias dialógicas identificadas na atividade que realizamos em âmbito escolar. Iniciemos, então, discutindo a primeira dimensão do conceito de dialogismo, ou seja, a interação de nível mais restrito, ocorrida entre os interlocutores (*EU e TU*), encontrados em dados informacionais contextuais. Durante as entrevistas conduzidas uma semana após a realização do debate, perguntamos aos alunos entrevistados: "*em sua opinião, como o debate que realizamos contribuiu para que os estudantes envolvidos interagissem mais, dentro e fora da escola?*". Os alunos sinalizaram ter

havido bastante interação entre eles, conforme as respostas de alguns deles, contidas nos excertos (10), (11), (12) e (13), a seguir:

(10)

> **V.A.***(em entrevista)*:Interagiu. Interagiu porque muitas pessoas não estavam ligadas, eh, muita separação pelo fato de virem de outras...de outras escolas. Aí..., mas como foi um trabalho, se sentiram...se sentiram na obrigação de interagir e assim causou meio que naturalmente uma integração de todos.

(11)

> **V.L.***(em entrevista)*: Ah, foi legal porque o debate uniu os trios no caso, do caso da menina Isabela. Uniu os trios e no dia lá da... da confraternização, uniram...uniram a todos. Todo mundo tava ali junto se integrando um com o outro.

(12)

> **B.R.***(em entrevista)*: Um exemplo. Eh, a gente ficava brincando com o outro "rapaz, eu vou pegar leve com você porque, não sei o que, não sei o que, porque e eu sou seu amigo, tal", eu brincava com V. Outra vez o ... o advogado do casal de universitários, eh, me mostrou o esboço dele bem grosso, muitas folhas. Eu fiquei até com medo.

(13)

> **B.R** *(em outra fala da entrevista)*: Aproximou, porque essa turma aí é só dos novatos. Ela é formada de alunos do Piaget, da Abelhinha e da Moderna. Então acabou que criou vínculos, entendeu? Porque teve advogados de todas as escolas. Acabou criando vínculo. Agente se conheceu mais. Perdeu a timidez de conversar um com o outro, entendeu? Tá todo mundo unido hoje.

No excerto (10), o aluno aponta que a atividade aproximou alunos que ainda não possuíam laços fortes de amizade, que tinham cursado, como já dissemos anteriormente, o Ensino Fundamental em escolas diferentes. O excerto (11) afirma que a atividade aproximou os trios (cada trio, na atividade, foi composto de: *dois alunos* que atuaram como o casal candidato à adoção de Isabela e *um aluno* que foi o seu advogado). Além disso, esse excerto mostra que, no dia da realização do debate, houve uma confraternização (promovida pelo pesquisador) e que isso também os fez interagir mais. É válido salientar aqui que, em um mundo digitalizado, em que os alunos estão interagindo de maneira virtual, a atividade se mostrou interessante no sentido de promover o contato pessoal. O excerto (12) mostra a interação entre alguns alunos por meio de brincadeiras entre eles, durante o processo de

elaboração argumentativa para o debate. O excerto (12) deixa claro que os alunos se envolveram e prepararam o debate com afinco, como mostra esse trecho, coisa que, muitas vezes, não fazem com as atividades repetitivas de gramática que nada ensinam. Esse excerto também confirma a informação fornecida pelo excerto (10), de que o debate desencadeou interação entre alunos que não se relacionavam tanto até então, por terem cursado o Ensino Fundamental em escolas diferentes e não se conhecerem até o início do ano letivo de 2016. Percebemos, inclusive, no excerto (13), menção explícita dos nomes dessas escolas: "*Piaget*", para se referir ao Colégio Piaget; "*Abelhinha*", remetendo à Escola Comunitária Abelha Encantada; e "*Moderna*", para falar da Escola Moderna Integrada – todas localizadas na sede da cidade de Valente/BA. O excerto (13) também revela que o debate ajudou a melhorar a personalidade, diminuindo a timidez. A interação provocada pelo debate atingiu não apenas os alunos, mas também seus familiares. Vejamos, no excerto (14), o que disse um aluno sobre isso:

(14)

> **Pesquisador**: Em sua argumentação em favor do casal homoafetivo, você aponta que a experiência de já ter tido filhos favorece um casal no processo de adoção. Onde você ouviu essa ideia? De onde você traz essa concepção?
>
> **D.B.***(em entrevista)*: Eh... bom, quando... quando me preparei eu estava com minha vó do meu lado, então ela me ajudou bastante e ela que me deu esse conselho porque ela já teve uns dois filhos ela já cuidou dos irmãos e cuida de mim. Então ela sabe muito bem essa parte de experiência que realmente ajuda.

Como podemos perceber, a entrevista com o aluno D. B. comprova que a atividade que realizamos envolveu até mesmo seus familiares. No caso do excerto (14), a avó ajudou o seu neto, o aluno, encorajando-o a dizer que Vera, esposa de Júlia, já teria tido uma filha. Essa experiência de já ter cuidado de uma criança poderia favorecê-la no processo de adoção da menina Isabela. Assim, podemos dizer que os excertos (10), (11), (12), (13) e (14) revelam que atividade suscitou forte interação entre as pessoas envolvidas.

A interação entre pessoas promovida pelo debate regrado que realizamos é apenas uma das faces do conceito de dialogismo. As outras dimensões desse conceito bakhtiniano que se referem à interação entre os discursos são analisadas, mais à frente, no item 4.4 – estilo. O nosso próximo item é o 4.2, o qual discute a estrutura composicional do gênero analisado.

4.2 ESTRUTURA COMPOSICIONAL

Segundo Bakhtin (2003), a estrutura composicional é um dos pilares do gênero discursivo e está relacionado com os demais (o conteúdo temático e o estilo). Dolz e Schneuwly (2011b, p. 143) explicam que a estrutura composicional é a estrutura comunicativa particular de um dado gênero, sua organização interna e visível. Na teoria bakhtiniana, o gênero discursivo possui uma relativa estabilidade. Assim, a estrutura de um gênero possui, também, elementos prototípicos/estereotipados. Cada gênero possui um arranjo composicional próprio, uma sequência particular de partes articuladas. A definição que Ribeiro (2010) faz da estrutura composicional é bastante clara:

> A construção composicional cumpre a função de integrar, de sustentar e de ordenar as propriedades do gênero. Ela é apropriada pela forma arquitetônica, que está vinculada com o "projeto de dizer" do locutor, constituindo o aspecto por assim dizer técnico da realização do gênero, contribuindo para identificá-lo e distingui-lo diante de outros gêneros. O elemento em estudo pode também ser entendido como a logística do gênero, pois cumpriria a atribuição de estruturar e relacionar os elementos constituintes, a ponto de garantir uma unidade orgânica e, portanto, uma vitalidade ao gênero, sempre a partir do projeto enunciativo (RIBEIRO, 2010, p. 60).

De acordo com Ribeiro (2010), o gênero discursivo possui uma ordenação, partes que são integradas de um modo arquitetônico. Isso nos faz diferenciar um gênero de outro, pois cada um possui uma logística própria, que age articulando as partes constituintes do gênero.

O debate que realizamos possui uma estrutura prototípica própria, que descrevemos neste trabalho. Primeiramente, é importante dizermos que nosso debate regrado público deliberativo aconteceu dentro de um outro gênero (o júri-simulado), visto ser uma simulação de um debate público no âmbito jurídico. O debate visava a decidir qual dos seis casais candidatos tinha as melhores condições para adotar Isabela, uma criança de seis meses que foi abandonada, conforme já discutimos. Vejamos a estrutura geral do nosso debate regrado deliberativo, no Quadro 11:

Quadro 11 – Estrutura geral do debate regrado deliberativo

Etapa 1	Entrada da Juíza (moderadora) na sala do debate
Etapa 2	Abertura do debate (leitura do processo, seleção dos jurados e instruções)

Etapa 3	1º turno de argumentação
Etapa 4	2º turno de argumentação
Etapa 5	3º turno de argumentação
Etapa 6	4º turno de argumentação
Etapa 7	5º turno de argumentação
Etapa 8	6º turno de argumentação
Etapa 9	Deliberação
Etapa 10	Veredicto

Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

Como salienta Ribeiro (2010), a estrutura composicional está relacionada com o projeto de dizer. A estrutura do nosso debate é semiótica e comunicativa, que serve à enunciação. As partes internas do gênero estão arranjadas de modo a atender à demanda dos enunciadores. Por se tratar de um debate regrado, a atividade que realizamos foi mais controlada. Não se trata de um debate livre, que permite a intervenção de qualquer enunciador a qualquer momento. O tempo de cada enunciador foi previamente estabelecido. Para isso, elegemos momentos diferentes do debate para cada propósito do projeto enunciativo. Descrevemos cada um deles nesse tópico, a seguir.

A *entrada da Juíza* na sala do debate foi anunciada pelo Oficial de Justiça. A abertura do debate foi iniciada com a leitura do processo. Esse momento foi necessário para que o auditório conhecesse a situação: uma criança, chamada Isabela, de seis meses foi abandonada e temos seis casais candidatos à adoção. Após a arguição dos advogados dos casais, os jurados deveriam escolher qual desses casais possuía o melhor perfil para adotar essa menina. Ainda na abertura, foi realizada a *seleção dos jurados*, que se deu por meio de sorteio, após a leitura do caso. Além de comunicar toda a situação às pessoas presentes na sala do júri, o objetivo da abertura foi comunicar as regras do debate: o tempo de fala dos advogados defensores dos casais, as orientações relativas à votação dos jurados, e assim por diante. Desse modo, a abertura do debate visava apresentar a situação a ser debatida, contextualizar e orientar.

Para organizar o processo argumentativo, já que tivemos seis casais candidatos e um advogado para cada casal, configuramos o debate com seis turnos argumentativos, que, como já dissemos no Capítulo 3, são seis rodadas de argumentação, compostas por três partes:

argumento inicial, réplica e tréplica. Cada turno de argumentação objetivou apresentar uma proposta argumentativa (a de um advogado) e uma refutação para ela, dando a palavra novamente para o autor do argumento inicial, para que este fechasse o turno com seu último pronunciamento, refutando a réplica e/ou respondendo a possíveis perguntas do autor da réplica. Cada turno argumentativo possuía a seguinte estrutura, apresentada pelo Quadro 12:

Quadro 12 – Estrutura de cada turno argumentativo do debate regrado deliberativo

	Primeiro momento	Segundo momento	Terceiro momento
	Argumento Inicial	Réplica	Tréplica
Tempo de fala	2 minutos	1 minuto	1 minuto

Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

Cada turno argumentativo começava com o argumento inicial de um dos seis advogados. Esse argumento resumia a proposta argumentativa de um dado advogado em favor de um casal candidato à adoção. Conforme já dissemos no Capítulo 3, enumeramos os casais da seguinte maneira: casal nº 1, casal nº 2, casal nº 3, casal nº 4, casal nº 5 e casal nº 6. O procedimento foi o seguinte: no primeiro turno de argumentação foi apresentada a proposta do advogado do casal nº 1; no segundo turno de argumentação, apresentou-se a proposta argumentativa do advogado do casal nº 2, e assim sucessivamente. Concluído o argumento inicial, um outro advogado era sorteado para refutar o argumento inicial por meio da réplica. A tréplica era realizada pelo autor dos argumentos iniciais. O Quadro 13 mostra como isso ocorreu em nosso debate:

Quadro 13 – Logísticados seis turnos de argumentação do debate realizado

Turno de Argumentação	Casal defendido	Autor do argumento inicial	Autor da réplica	Autor da tréplica
1º	Nº 1: Júlia e Vera	Advogado D.B.	Advogado V.L.	Advogado D.B.
2º	Nº 2: Miguel e Bianca	Advogada M.A.	Advogada E.O.	Advogada M.A.
3°	Nº 3: Sebastião e Mariana	Advogado V.A.	Advogado B.R.	Advogado V.A.
4º	Nº 4:Robson e Fátima	Advogado V.L.	Advogada M.A.	Advogado V.L.
5º	Nº 5: Valdeci e Mara	Advogado B.R.	Advogado D.B.	Advogado B.R.
6°	Nº 6: Daniel e Maria	Advogada E.O.	Advogado V.A.	Advogada E.O.

Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

Como podemos observar, a configuração dos seis turnos argumentativos, mostrada pelo Quadro 13, atende a uma demanda do gênero debate, que é fazer com que todos os advogados tivessem o direito de apresentar sua proposta argumentativa, uma réplica ao argumento de outro advogado e uma tréplica. Essa logística utilizada facilita a comunicação, trazendo à tona o que Bakhtin (2003, 2006) chama de atitude responsiva ativa em um evento enunciativo, visto que a linguagem é dialógica. Em um debate regrado, como o que realizamos, regras são necessárias para organizar a sequência dos acontecimentos. Tivemos um debate com seis debatedores, demandando regras para que a atividade ocorresse de forma a garantir a palavra a todos os argumentadores. Essa estrutura representa uma logística que atende à essa demanda do evento enunciativo, que é organizar a sequência das falas de cada um dos seis advogados. A mediadora (a juíza), entre um turno e outro, agradecia ao advogado que tinha acabado de concluir uma fala e introduzia o próximo advogado que iria falar. Finalizado todo o processo argumentativo, a juíza anunciou que a votação seria realizada pelo corpo de jurados.

A *deliberação* ocorreu por meio de votação aberta. Cada um dos sete membros dos jurados votou oralmente, justificando o seu voto. O Quadro 14 ilustra isso.

Quadro 14 – Esquema da deliberação do debate regrado deliberativo realizado

Jurados	Procedimento
1º jurado	Voto aberto + apresentação dos argumentos justificativos
2º jurado	
3º jurado	
4º jurado	
5º jurado	
6º jurado	
7º Jurado	

Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

Após a votação, a juíza deveria anunciar o resultado. Conforme orientação do pesquisador, caso houvesse empate, a juíza deveria dar o seu voto, desempatando. Como de fato, houve um empate entre o casal nº 3 e o casal nº 5, a juíza fez uso do seu voto, escolhendo o casal nº 3 e justificou a sua escolha, conforme veremos no item 4.4.8.O quadro 15 apresenta um esquema do momento da votação da Juíza.

Quadro 15–Esquema do desempate

Votante necessária para o desempate	Procedimento
Juíza	Voto + apresentação dos argumentos justificativos

Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

Assim, no encerramento do debate, a juíza anunciou o *veredicto* e solicitou que a Conselheira Tutelar proferisse breves palavras e entregasse a criança (representada por uma boneca) ao casal vencedor.

A estrutura composicional do debate regrado deliberativo realizado esteve a serviço do projeto enunciativo. A configuração queapresentamos desse gênero revela a logística das etapas realizadas, uma estrutura arquitetônica visível, que nos permite identificar o gênero debate regrado deliberativo, que foi inserido em um júri-simulado. Toda essa estrutura explícita está atrelada aos propósitos enunciativos, que mostramos em detalhes no item 4.4 – estilo, no qual o debate é apresentado na íntegra. O próximo tópico trata do segundo pilar do gênero, que discutimos neste trabalho, a saber: o conteúdo temático.

4.3 CONTEÚDO TEMÁTICO

O conteúdo temático é um outro pilar do gênero do discurso, que também possui uma relativa estabilidade, pois, apesar de cada indivíduo, em um evento comunicativo, deixar suas marcas individuais no projeto de dizer, sua fala não é unicamente individual (BAKHTIN, 2003). Para Ribeiro (2010, p. 57), entram no bojo desse pilar do gênero os "conhecimentos semânticos construídos coletivamente nas práticas sociais". Para a autora, o conteúdo temático é o elemento que orienta a comunicação discursiva entre sujeitos sócio-históricos, sendo o tópico discursivo que possui a função de ativar os conhecimentos social e discursivamente construídos necessários para o projeto enunciativo concreto. Nas palavras da autora (2010):

> Tal elemento [o conteúdo temático], portanto, diz respeito `a abordagem valorativa do objeto a ser referido discursivamente em uma dada situação comunicativa concreta. Em outras palavras, trata-se da potencialidade do dizer sobre um referente em determinada esfera social circunscrita por um intervalo de tempo e espaço, aquilo que é ou que pode tornar-se dizível pelo gênero demandado na interação verbal (RIBEIRO, 2010, p. 57).

De acordo com Ribeiro (2010), o conteúdo temático é o tópico discursivo, mas não apenas o assunto que é falado no evento enunciativo. Considerando os pressupostos bakhtinianos de que a linguagem é ideológica e dialógica, o conteúdo temático vai além da mera noção de assunto, ao abarcar valores sociais e os discursos construídos sócio-historicamente que vêm à tona no evento enunciativo. Em uma dada esfera social, em um dado espaço e tempo, há aquilo que é ou pode ser dizível por meio do gênero, pelas demandas, tanto do próprio gênero, quanto da interação entre os enunciadores. Ribeiro (2010, p. 58) aponta as duas dimensões do conteúdo temático, ao afirmar que ele atua no plano imediato, pois atende às demandas enunciativas e, de maneira mais abrangente, atua no plano sócio-histórico, das relações sociais, da ideologia.

O conteúdo temático, na visão de Ribeiro (2010, p. 58), está relacionado a elementos linguísticos, textuais e discursivos, sendo que sua análise perpassa, sobretudo, pela análise dialógica daquilo que é dito no evento enunciativo. Como já apontamos no Capítulo 2, a linguagem não é neutra, a palavra é impregnada de ideologia. Logo, quando interagimos verbalmente, atualizamos não apenas a língua, mas evocamos discursos anteriores, construídos historicamente. Assim, nossa fala traz à tona questões ideológicas/socioidentitárias. Por isso, Ribeiro (2010, p. 58-59) salienta que o enunciador se vale do conteúdo temático "para se manter socialmente coerente".

O debate que investigamos é marcado por um conteúdo temático denso, desencadeando uma multiplicidade de vozes sociais inscritas no ato enunciativo. Isso porque estamos tratando de um gênero de cunho argumentativo, poligerado e controverso. Além disso, realizamos um debate muito extenso, contendo seis turnos de argumentação, além de oito votos com arguição (sete votos dos jurados e um voto da juíza). Trouxemos para a cena enunciativa seis casais candidatos à adoção de uma criança, cujos perfis suscitam, muitas vezes, diferentes opiniões, pois trazem à tona questões controversas. Os perfis, conforme já dissemos, são: um casal homoafetivo; um casal cujo esposo é usuário de maconha; um casal de evangélicos fervorosos que pretende fazer da criança uma seguidora da igreja, além de possuir poucos recursos financeiros; um casal bastante ocupado devido ao trabalho; um casal de negros cujo esposo possui baixa escolaridade em relação aos demais casais; e um casal de idosos. A partir da situação-problema do debate (APÊNDICE A), elencamos os dez tópicos discursivos mais presentes em nosso debate, quais sejam:

1. Adoção;
2. Homoafetividade;

3. Uso da maconha;
4. Laicidade do Estado;
5. A importância do tempo para cuidar de uma criança;
6. Questões raciais envolvidas no processo de adoção;
7. O lugar da escolaridade dos pais na criação dos filhos;
8. A possibilidade de pessoas idosas adotarem;
9. Condição financeira *versus* condição emocional no processo de adoção;
10. A importância da experiência em ser pai/mãe antes de adotar uma criança;

É importante salientarmos que o conteúdo temático, de acordo com Ribeiro (2010) não é meramente o assunto abordado pelo gênero, mas envolve, além desses tópicos, os conteúdos sócio-historicamente construídos, ou seja, os discursos sociais, as questões ideológicas. Portanto, esses tópicos discursivos suscitaram nos locutores tanto argumentos quanto contra-argumentos, embasados em conteúdos referendados pela esfera social, ao contrário, não fariam sentido, nem teria o poder de influenciar a adesão dos interlocutores às propostas argumentativas. Nesse aspecto, o conteúdo temático abre espaço para características individuais e um projeto individual de um locutor, porém, inserido em valores e vozes sociais embutidas no conteúdo. Sendo social, há uma relativa regularidade. Não se trata de um indivíduo falando. Quando ele fala, representa a própria sociedade se pronunciando, apesar de estar falando de um modo particular e com escolhas (inclusive de conteúdo) particulares. Em suma, o locutor não é o único autor do seu projeto de dizer (RIBEIRO, 2010).

O nosso próximo item, 4.4 – estilo, apresenta uma análise bastante detalhada de como essas questões ideológicas, além de tantas outras, conforme mostraremos, materializaram-se na linguagem, por meio do conteúdo temático, moldando o estilo, dentro de uma estrutura composicional prototípica do gênero em questão. Não aprofundamos, neste item, essa discussão, porque fazemos isso nos itens seguintes. Passemos, então, a essa discussão, a seguir.

4.4 ESTILO

Segundo Bakhtin (2003), o estilo é um dos pilares do gênero discursivo. Apropriando-se dessa premissa, Dolz e Schneuwly (2011a, p. 44) e Schneuwly e Dolz (2011, p.64) referem-se ao estilo linguístico como os traços linguísticos utilizados pelos enunciadores, marcando sua posição enunciativa. A partir desses pressupostos, nossa intenção é realizar

uma análise das marcas linguísticas do debate que realizamos. Aqui, concebemos a língua, não como um sistema fechado em si mesmo, mas, como um sistema de regras que é atualizado no momento concreto de interação verbal, quando os sujeitos marcam suas posições enunciativas. O debate é um gênero tipicamente oral, portanto analisamos marcas linguísticas intrínsecas ao texto falado, presentes nos seguintes fenômenos: interrupção, hesitação e marcadores discursivos. Também analisamos a ocorrência de correção e repetição, fenômenos que não são típicos do texto falado, contudo, neste tipo de texto, eles ocorrem de maneira bastante peculiar, logo, interessamo-nos por essa discussão. Além disso, analisamos os operadores argumentativos e as funções argumentativas de duas categorias do processo de referenciação, a saber: os encapsuladores anafóricos e as anáforas recategorizadoras. Para cada momento do debate, realizamos a análise de um desses fenômenos (em alguns momentos analisamos mais de um deles, como é o caso da votação dos jurados, na qual realizamos a análise dos operadores argumentativos e da heterocorreção). Conforme já dissemos, na análise do estilo, temos interesse tanto por questões linguísticas quanto por questões sociointeracionais, discursivas, ideológicas, argumentativas e retóricas.Apresentamos, noitem 4.4.1, a abertura do debate, na qual analisamos o fenômeno da correção.

4.4.1 Abertura do debate: análise da correção

A correção não é um fenômeno específico do texto falado, mas na esfera da oralidade, ela ocorre de modo diferente. De acordo com Fávero, Andrade e Aquino (2015), no processamento das informações, o locutor pode verbalizar um enunciado com algum problema relacionado a informações, questões linguísticas ou semânticas etc. Neste caso, é necessário realizar uma correção para resolver o problema criado. Nesse ínterim, apropriando-se de Gülich e Kotschi (1987), Fávero, Andrade e Aquino (2015, p. 245 e 251) apontam as marcas da correção, a saber: um enunciado fonte (EF) – que apresenta algum problema, e um enunciado reformulador (ER) – que visa resolver o problema em caráter retrospectivo. Entre o EF e o ER, é frequente, mas não obrigatória, a existência de um marcador de reformulação (MD) – geralmente uma marca linguística ou prosódica que prenuncia a correção. De acordo com Fávero, Andrade e Aquino (2015, p. 250-251), a correção pode ocorrer de três maneiras: pela *autocorreção autoiniciada* (quando o próprio locutor realiza a correção), pela *autocorreção heteroiniciada* (quando a correção é processada pelo locutor, contudo, iniciada pelo interlocutor ao sinalizar o problema verbalmente, exemplo: “não é assim/ isso” etc.) e também pela *heterocorreção autoiniciada* (quando o locutor inicia a correção que é

finalmente efetivada pelo outro, pelo interlocutor). A correção pode ocorrer dentro do turno (intraturno) ou interturno (em outro turno). Em nosso *corpus*, encontramos poucas correções. Para analisar esse fenômeno, apresentamos a abertura do debate regrado deliberativo que investigamos, no excerto (15), onde o EF está apenas em *itálico* e o ER está em *itálico* e também*sublinhado*. Já o MD, quando existe, está em **negrito**. Iniciaremos com a primeira correção que selecionamos de nossos dados, conforme mostra o excerto (15), a seguir:

(15)

Oficial de justiça: Bom Dia. A meritíssima juíza G.M.S. irá adentrar neste tribunal. Todos de pé.

Juíza: Bom dia.

Todos: Bom dia.

Juíza: 05 de abril de 2016. Declaro aberta a sessão do tribunal do júri da Vara da Infância e da Juventude. Comarca de Valente-BA. Último dia para a definição da sentença judicial quanto ao caso de adoção da menina Isabela. Vocês, aqui presentes, têm a responsabilidade de analisar os dados e a difícil tarefa de julgar este caso. O caso referente ao caso 001-A. Embora gratificante, esta é uma tarefa delicada, onde nem sempre a lógica é suficiente para emitir um julgamento justo. Por isso, muitas vezes, tais decisões são fundamentadas em aspectos subjetivos ou em valores que não subjugam vocês. Quero salientar, neste momento, o respeito às leis e à lógica são importantes, no entanto, decisões tomadas na Justiça podem estar carregadas de sentimento e bom senso, e nem por isso serem decisões inadequadas. É enorme a responsabilidade de avaliar todas as alternativas possíveis para a decisão, e sabiamente escolher apenas uma, somente e somente uma. Além disso, a decisão é IR-RE-VO-GÁ-VEL, repetindo: IR-RE-VO-GÁ-VEL - o que, sem dúvida, agrava as consequências de uma má escolha. Entenderam? Continuando, deveremos agora apresentar o perfil da menina Isabela. É uma criança de cor branca, foi abandonada aos quatro meses de idade, na porta do Hospital Municipal José Mota Araújo, no centro da cidade de Valente, acompanhada de uma carta assinada por sua mãe, onde revelava que sua decisão dramática se deve ao fato de ter sido abandonada por seu companheiro e por não se encontrar em condições psicológicas de assumir a maternidade. Que pena! Pelo conteúdo da carta, percebe-se que a mãe de Isabela possuía um bom nível sociocultural. Isabela tem hoje seis meses de idade. É uma criança saudável, bonita e alegre, como vocês todos podem perceber ((a boneca que representa Isabela está no colo de uma conselheira tutelar, em frente a plateia)). Todos os seis casais candidatos... à sua adoção, aqui presentes, ficariam muito felizes em tê-la como filha. Está entendido? OK. Neste momento, nós iremos proceder o sorteio das sete pessoas que irão compor o corpo do Juizado de Menores. Então, todos se preparem para o sorteio. Por favor, silêncio. Prestem atenção.

Uma vez sorteados, silêncio absoluto. Não é // Vocês vão ficar incomunicável. Por favor, quando eu sortear, dê um passo à frente, espere a ordem para vocês sentarem. OK.? Tem alguma dúvida? Posso prosseguir? Primeiro jurado: T.C., por favor, se apresente.

T.C.: Meu nome é T.C.

Juíza: Pode sentar... Ok.? Segundo Jurado: A.V.O., por favor...

A.V.O.: Meu nome é A.V.O.

Juíza: Pode sentar... Terceiro jurado. Atenção! L.C., Por favor, se apresente.

L.C.: Meu nome é L.C.

Juíza: Pode sentar... ((uma longa pausa é dada)). Quarta jurada: I.S.A., Por favor.

I.S.A.: Meu nome é I.S.A.

Juíza: Pode sentar...(pausa) O jurado seguinte é V.D.A. Por favor... se apresente. Por que chegou atrasada? Muito bem, se apresente.

V.D.A.: Meu nome é V.D.A.

Juíza: Pode sentar... J.L.A., por favor, se apresente.

J.L.A: Meu nome é J.L.A.

Juíza: Pode sentar. A pró/ // o próximo... K.S, por favor, se apresente.

K.S.: Meu nome é K.S.

Juíza: Pode sentar por favor. Neste momento, declaro formado o Conselho de Sentença. Quero que todos observem. Prestem bem atenção. Bastante atenção. Pois, nesse momento, irei tá colocando a tarefa cabível a cada participante do corpo de juizado e também a cada advogado e todos os participantes do júri. Como membros do Corpo do Juizado de Menores, vocês, do júri, assistirão a um debate que acontecerá a partir de agora neste tribunal, que visa decidir qual é o mais apropriado casal... para adotar a criança Isabela, como todos podem observar. É muito importante que todos façam silêncio, silêncio por favor ((juíza aciona um sino de mesa)), porque vocês precisam prestar atenção...o que cada advogado vai colocar. Preste muita atenção e analisem este debate com muito cuidado. Temos aqui seis casais candidatos à adoção de Isabela. Cada advogado será chamado para apresentar ao casal ao qual representa e apresentar seus argumentos em favor do mesmo. Entendido? Os advogados debaterão um com os outros, seguinte // o seguinte esquema: argumento, tem dois minutos, réplica, um minuto, a tréplica, um minuto. Por exemplo, quando o advogado do casal nº 1 argumentar, será sorteado um outro advogado para fazer a réplica em um minuto. Terminado esta réplica, o advogado do casal nº1 fará a re/ // a tréplica em um minuto também. Chamarei, então, o advogado do casal nº 2 para argumentar. Após terminada a argumentação do casal nº 2, sortearei outro advogado para fazer a réplica, que após concluída, passarei a palavra para o casal nº 2 e aí fazer a tréplica, e assim sucessivamente. Está entendido? Ok. Após essa exposição argumentativa dos seis advogados, a plateia decidirá qual casal adotará a menina. *Cada membro do jurado receberá, eh, uma cédulas*, **mas**, *diferentemente hoje, vão fazer uma*

> *votação em aberto. Então vamos eliminar a cédula de votação. Ele expressará sua posição individualmente em relação ao caso o-ral-men-te*. Um membro do júri irá contabilizar os votos, não é? Entregando a mim o resultado. Ou seja, todos vão ver o voto de cada um. E anunciarei o veredicto. Neste momento, a conselheira tutelar entregará a criança para o casal escolhido. Atenção! Muito atenção! A decisão deverá ser tomada, levando em considera... consideração alguns critérios. Primeiro critério: o perfil de casal candidato à adoção. Preste atenção o perfil de cada casal. Outro critério: Os motivos que levaram os casais a decidirem querer adotar a criança (Esabela). Preste atenção a cada motivo exposto aqui no tribunal. Também a argumentação dos advogados dos casais; e, por último, o que você acredita ser melhor para a criança. É subjetivo, mas a justiça, com certeza, vai falar mais alto. Quero saber se tem alguma dúvida. Que se pronuncie agora. Ou então, silêncio já está dado como resposta. Devemos prosseguir, então. O senhor Oficial de Justiça, muito obrigado.

O excerto (15) contém uma autocorreção autoiniciada intraturno[13]. O EF é: "*Cada membro do jurado receberá, eh, uma cédulas.* O MD é a conjunção *"mas"* e o ER é: "*diferentemente hoje, vão fazer uma votação em aberto. Então vamos eliminar a cédula de votação. Ele expressará sua posição individualmente em relação ao caso o-ral-men-te"*. Essa correção visa orientar em relação ao procedimento de votação, orientação esta que é uma demanda do gênero debate regrado deliberativo, pois este é bastante controlado por regras que precisam ser transmitidas aos participantes. Antes do dia da realização do debate, o plano inicial era que cada participante do corpo de jurados tivesse em mãos uma cédula de votação para expressar sua decisão em relação a qual casal deveria adotar a garota Isabela. Só na última hora isso foi alterado, em comum acordo entre o pesquisador e a professora que representou a juíza no júri-simulado, pois acreditou-se que fazer com que os membros do corpo de jurados votassem abertamente, justificando o seu voto daria maior dinamicidade à deliberação. Assim, como a juíza estava lendo o *script* do caso (APÊNDICE A) e o plano inicial se encontrava nesse texto original, ela, ao ler as instruções para a turma, acabou transmitindo a informação escrita previamente e não a que tinha sido recém-combinada. Em virtude disso, o EF inadequado foi consolidado – foi concluído, já que constitui uma estrutura sintática completa[14]. Apesar de

[13] É válido ressaltar que no excerto em análise, que é a abertura do debate, só há a ocorrência da correção autoiniciada intraturno. Contudo, há uma ocorrência de correção heteroiniciada interturno bastante importante no final do debate (no momento da votação dos jurados). Na análise da votação, discutiremos essa categoria de correção, não analisada aqui.

[14] De acordo com Fávero, Andrade e Aquino (2015), só existe correção após fragmentos inadequados/incorretos/problemáticos, mas que tenham sido consolidados, que tenham o estatuto de uma estrutura sintática completa. Isso faz as autoras afirmarem que não há correções após, por exemplo, fragmentos linguísticos (segmentos incompletos lexicalmente ou sintaticamente) – nesses casos, o que podem haver são

consolidado um enunciado inadequado, o locutor realiza uma correção, que é sinalizada pela palavra "*mas*", na qual recai uma hesitação. Conforme veremos posteriormente, a hesitação sinaliza uma dificuldade de processamento do que deve ser dito. Outras marcas linguísticas nesse excerto deixam bastante clara essa dificuldade do processamento da informação que a juíza deseja transmitir. Observemos que o EF "*Cada membro do jurado receberá, eh, uma cédulas*" já apresenta em seu interior o problema da dificuldade de seleção do material linguístico, sinalizada pela expressão hesitativa "*eh*". O que queremos dizer é que já havia algo se truncando no caminho, um sintoma de uma dificuldade, de um problema – que consolidou um EF inadequado. Após perceber que precisa resolver o problema, a juíza reformula o enunciado. Todo esse processo aparentemente simples, mas altamente complexo, é um reflexo, em primeiro lugar, da dialogicidade da linguagem: um texto escrito que se relaciona com um texto falado (produção *on-line*). Em segundo lugar, a correção revela a interação entre locutor e interlocutor, pois trata-se de uma correção que visa o outro, objetiva cooperar para que ele compreenda algo. A ocorrência dessa correção é marcada por uma necessidade pragmática, por uma demanda do próprio evento enunciativo.

É importante destacarmos que na abertura do debate a juíza apresenta um referente/objeto de discurso pela primeira vez no debate, a saber: *a adoção da menina Isabela*. Isso é uma introdução referencial. Todo o debate discute esse objeto de discurso. No item 4.5, que analisa o processo de referenciação, percebemos como esse objeto é renomeado (recategorizado), com vieses discursivos diferentes, possuindo funções argumentativas. Damos continuidade a esta investigação, com a análise do primeiro turno de argumentação do debate regrado, no qual analisamos o fenômeno da interrupção juntamente com questões argumentativas, retóricas e ideológicas.

4.4.2 Primeiro turno de argumentação: análise da interrupção

De acordo com Souza-e-Silva e Crescitelli (2015, p. 71), interrupção é um inacabamento, um buraco, um vazio – fenômeno próprio do texto falado, que provoca uma descontinuidade do dizer, por meio de dois tipos de cortes: o primeiro é o *corte lexical* (quebra, interrupção no interior da palavra);e o segundo é o *corte sintático* (interrupção da estrutura linear da oração, ruptura provocada pela "falta imediata de constituintes" na estrutura sintática). Esses dois tipos de interrupção, segundo as autoras, podem ocorrer em

---

retomadas, frequentemente imediatas, que não ganham estatuto de correção, já que a correção é uma retomada de um enunciado finalizado sintaticamente ou lexicalmente.

duas categorias, quais sejam: *autointerrupção* (quando o próprio locutor interrompe a sua fala) e *heterointerrupção* (quando a fala do locutor é interrompida pela fala do interlocutor). O excerto (16) apresenta o primeiro turno de argumentação, para análise da interrupção e as demais questões propostas. As interrupções estão representadas pelo sinal //.

(16)

Juíza: [...] E nesse momento, eu quero passar... para // a palavra para o Sr. D.B., apresentar o casal nº 1, que seria Dona Júlia e Dona Vera. Por favor, se apresentem. Após a apresentação do casal, por favor, Sr. D., coloque a postos... Muito obrigada. Após a apresentação do casal, você terá dois minutos para expe/ //expor os seus argumentos, OK.?

Advogado D.B: Bom dia a todos. Eu sou o advogado D. B., responsável pelo primeiro casal dona Júlia e dona Vera. Gostaria de ler o perfil do meu casal. Eh ..., o casal convive ma/ //maritalmente há dez anos, desde 2006. Entretanto, passaram muito tempo escondendo sua condição homoafetiva. No ano de 2013, resolveram assumir essa condição. Júlia exerce um alto cargo no setor público e possui uma condição financeira boa e estável. Quando o casal se uniu, Vera já tinha uma filha de três anos. Esta criança, ao nascer, apresentou um grave problema congênito, que causou a sua morte em 2010, quando tinha sete anos de idade. Todos os parentes e toda a vizinhança tinham conhecimento da educação e carinhos dados a essa criança. Agora gostaria de // eh:: ler meus motivos. Como já é de nosso conhecimento, minha cliente Júlia exerce um alto cargo de nível que lhe proporciona um uma condição financeira boa e estável. Então, como já deve ser esperado, não faltará nada para essa criança entre comida, educação e nenhum bem material necessário. Minha cliente Vera já teve uma filha, que infelizmente faleceu. Por esse motivo, ela já tem uma certa experiência em cuidar de crianças, o que vai facilitar mais o:: // o convívio. É do conhecimento dos parentes e dos vizinhos de das minhas clientes que elas educaram e cuidaram muito bem de sua filha anterior. Então, não vai ser muito problema cuidar da// dessa criança. Nada mais a dizer.

Juíza: Muito obrigada, Sr. D.B. e:: passaremos agora nesse momento à réplica para o doutor que vai ser sorteado nesse momento... Dr. V.L., por favor... que se manifeste com a sua réplica.

Advogado V.L.: Bom dia a todos. Queria fazer a réplica do casal número 1. Eh, o senhor, o Dr. D.B., D.B., desculpem, falou apenas o que consta nos autos do processo. Nada mais que isso. Quero trazer pra vocês. Ele explicou que passaram muito tempo e se escondendo suas condição homoafetivas. Aí eu pergunto a todos vocês o porquê. Será que é por medo do preconceito? Será que essa criança não vai sofrer um preconceito futuramente? Será que essa criança não vai sofrer? Estamos aqui para escolher o melhor casal. Então eu aponto que esse não é o casal ideal. Aqui também consta alto cargo no setor público. Ocupa bastante tempo da

mãe. A mãe não vai ter um amor ... pra dar ao filho. Consta também que cau/ // que ela teve uma filha que causou // ela teve um amor a uma filha ... que morreu em 2010. Bem, será que ela não quer essa criança pra botar no lugar da filha que morreu? Será que, por ter perdido uma filha ela não quer // ela não está sensível com o caso da menina que foi abandonada? Pra concluir, quero ler aqui a constituição... que diz que, artigo 1511: "entende-se por casal homem e mulher". Nada mais a dizer.

Juíza: Muito obrigada. V.L. usou da réplica e eu pergunto ao Sr. D. B. se vai usar a tréplica.

Advogado D.B.: Sim

Juíza: Então daremos a oportunidade ao Dr. D.B. de fazer a tréplica. Por favor o Sr. tem um minuto para a tréplica.

Advogado D.B.: Eh... vou começar pelo que V. falou, Dr. V. falou sobre a parte de que o casal pode acabar... gerando um certo preconceito. Sim, é lógico que todos podemos ter medo de um certo preconceito porque preconceito é algo que está na sociedade. Mas o preconceito é algo devemos combater e que podemos superar... com a ajuda dos pais e qualquer outro responsável. Eh... sobre a parte da filha... eh... pode ser que minha cliente esteja sensível mas... eu... eh... acredito que minhas clientes tejam mais do que... como eu posso dizer... uma situação psicológica boa o suficiente para cuidar da criança e que não vão ter problema algum. Ele citou o artigo que... fala do cas...eh... sobre os casais entre homem e mulher. Mas, se formos julgar pelos artigos superiores, os princípios... que um diz que aquilo que não é proibido, aquilo que não é proibido, é permitido. E, no artigo não fala nada contra...eh... o casal homoafetivo. Ou seja, ele não proíbe nem menciona, ou seja, é permitido. Nada mais a dizer.

No momento em que a juíza introduz o primeiro turno de argumentação, apresentando o advogado que irá começar o turno com o seu argumento inicial, sua fala contém duas interrupções. A primeira está no seguinte segmento: *"[...] eu quero passar... para // a palavra para o Sr. D.B. [...]"*. Essa interrupção é um corte sintático, ocorrido após o primeiro "para", quando, neste momento, a oração é cortada. A segunda interrupção na fala da juíza é *"[...] você terá dois minutos para expe/ //expor os seus argumentos, OK.?"*. Essa é uma interrupção que se deu por meio de um corte lexical, neste caso, a interrupção da palavra "expor".[15]

Durante o argumento inicial do advogado D.B., ocorrem três interrupções. A primeira delas se encontra no segmento: *"[...] o casal convive ma/ //maritalmente há dez anos, desde*

[15] Quando há uma interrupção por meio de um corte lexical ou sintático, o que dá continuidade ao que estava em curso, ou seja, a retomada, de maneira semelhante ou modificada (Souza-e-Silva e Crescitelli (2015),não pode ser considerada uma correção, como nos aponta Fávero, Andrade e Aquino (2015). Como já dissemos, só há correção, quando há um segmento linguístico que soluciona um problema causado por um segmento inadequado, porém,*completo*, por isso, consolidado. Se há cortes, se há fragmentos, as retomadas não possuem estatuto de correções.

2006". Este é um corte lexical, quando percebemos a dificuldade do advogado D.B, para processar a palavra "maritalmente", provavelmente por ser um item lexical menos comum no cotidiano do estudante. Aqui percebemos a concomitância da interrupção com a hesitação (estudaremos em detalhes a hesitação nositens 4.4.3, 4.4.4 e 4.4.6. A segunda interrupção nos argumentos iniciais de D.B. é: *"agora gostaria de // eh:: ler meus motivos"*. Este é um corte sintático. A terceira interrupção do argumento inicial de D.B é *"[...] ela já tem uma certa experiência em cuidar de crianças, o que vai facilitar mais o:: // o convívio"*. Este é também um corte sintático, já que a sentença é cortada após o artigo definido "*o*", alongado e hesitativo. A quarta interrupção desse momento do debate é "*então, não vai ser muito problema cuidar da// dessa criança"*. Mais uma vez, ocorre o corte sintático.

Na réplica ao argumento inicial de D.B., quatro interrupções ocorrem na fala do advogado V.L. A primeira e a segunda estão no seguinte segmento: *"Consta também que cau/ // que ela teve uma filha que causou"*. Percebemos, neste segmento, primeiramente, um corte lexical no interior da palavra "*causou*", que não se realiza. Na sequência, ocorre uma retomada do item lexical, que preencheu uma lacuna, algo que estava à deriva. Por fim, a palavra "*causou*" é plenamente realizada. Contudo, nesse momento, ocorre a segunda interrupção, justamente na palavra "causou". O segmento *"que ela teve uma filha que causou // ela teve um amor a uma filha ... que morreu em 2010"* contém um corte sintático. V.L. interrompe a oração na palavra "causou" e inicia uma nova oração. A oração iniciada anteriormente continuou à deriva, sendo esta uma interrupção sem retomada que preenchesse a lacuna deixada pelo corte sintático. A terceira interrupção da réplica está aqui: *"Será que, por ter perdido uma filha ela não quer // ela não está sensível com o caso da menina que foi abandonada?"*. Este é um corte sintático após o verbo "quer" (sobre esse verbo também recai uma hesitação). A quarta interrupção da réplica encontra-se no seguinte segmento*: "... eu... eh // acredito que minhas clientes tejam mais do que... como eu posso dizer... uma situação psicológica boa o suficiente para cuidar da criança e que não vão ter problema algum"*. Ocorre aqui um corte sintático após o pronome pessoal "eu". Este é também outro caso em que a interrupção ocorre juntamente com uma entoação hesitativa (que se realiza na expressão hesitativa "eh").

Na tréplica do advogado D.B., há duas interrupções. A primeira está no segmento: *"ele citou o artigo que... fala do cas/ //...eh... sobre os casais entre homem e mulher"*. Vê-se claramente que se trata de um corte lexical: a palavra "casais" é interrompida. A última ocorrência de interrupção do primeiro turno de argumentação está em uma das falas de D.B.: *"E, no artigo não fala nada contra //...eh... o casal homoafetivo"*. Trata-se de um corte

sintático após a palavra “contra”, quando a oração é interrompida. Há uma retomada, após o corte, que preenche a lacuna deixada pela interrupção.

Queremos salientar que todas as interrupções ocorridas no primeiro turno de argumentação são autointerrupções, ou seja, interrupções causadas pelo próprio locutor, em sua fala. Queremos ilustrar aqui a ocorrência de uma heterointerrupção, em nosso debate regrado deliberativo. Como a heterointerrupção não ocorreu no turno que estamos analisando, ilustraremos essa ocorrência em um outro turno de argumentação posterior, que se encontra no excerto (17).O sinal] mostra o momento exato quando as falas passaram a ser simultâneas. Vejamos:

(17)

Advogado D. B.: Mais uma vez, bom dia. Bom, eh**::** // no caso, o marido do casal, aqui que consta que tem nível primário.

[((um sino de mesa é acionado pela juíza))

Juíza: Por favor, doutor, fale mais alto e direcionado aos jurados.

No excerto (17), ocorre uma heterointerrupção, no momento em que a juíza realiza um assalto ao turno da fala do advogado D.B. Apesar de, neste caso, o assalto ao turno tenha ocorrido na palavra “nível” (ou seja, no meio do fluxo sintático), a heterointerrupção não impediu que o locutor terminasse a oração, embora o turno tenha sido interrompido pelo interlocutor. O que queremos dizer é que os nossos dados apontam que a heterointerrupção pode não constituir um corte lexical ou sintático, necessariamente. Essa ocorrência de heterointerrupção é motivada por uma questão interacional, pois, sendo uma interação concreta face a face, é comum que ocorram cortes motivados por um assalto ao turno. Neste caso, a juíza é a moderadora do debate regrado, logo ela precisa reiterar as regras do jogo. Nessa situação, a regra era que os advogados falassem alto o suficiente para que pudessem ser ouvidos por todos. Naquele momento, o advogado D.B. falava baixo. Assim, a juíza o interrompeu para reiterar essa norma. Além dessa demanda da enunciação concreta, a interrupção da juíza revela um viés discursivo, ou seja, denota uma ideia, uma opinião, uma forma de dizer: um advogado precisa falar alto em um tribunal, não pode titubear, denotando timidez ou insegurança.

Em nossos dados, as autointerrupções revelam um inacabamento da palavra ou da oração, causado pela procura pelo que deve ser dito. Em alguns casos, a interrupção foi seguida de uma retomada (que realiza a palavra ou oração incompleta, que antes estava

suspensa, à deriva). Percebemos que as interrupções são, frequentemente, motivadas por estado cognitivo de confusão, uma busca pelas palavras ou orações que devem ser processadas. Nossa análise comprova as ideias de Souza-e-Silva e Crescitelli (2015) sobre esse fenômeno, quando afirma que a interrupção é uma forma de descontinuidade que se mostra como algo não previsto pelas normas da língua, motivado por truncamentos oriundos da dificuldade na busca de constituinte para a frase. Outro importante resultado da análise da interrupção é que ela também pode ser motivada pelas instâncias da enunciação, nesse caso, as demandas da interação verbal face a face, característica do debate, como é o caso da heterointerrupção que discutimos.

Além da análise da interrupção, no primeiro turno de argumentação, queremos discutir algumas questões retóricas relevantes, encontradas nesse turno. A primeira observação sobre retórica aqui se encontra na proposta argumentativa do advogado D.B. No intuito de convencer os interlocutores de que o casal homoafetivo é o ideal para adotar Isabela, esse debatedor utiliza, em seu argumento inicial, o fato de que uma de suas clientes já possui experiência em cuidar de uma criança – por já ter tido uma filha, como também menciona a boa condição financeira do casal homoafetivo como prova de que este casal é o mais adequado para adotar Isabela. Isso é uma tentativa de convencer por meio de um tipo de argumento chamado pela Nova Retórica de *argumentos que visam fundar a estrutura do real*, ou seja, argumentos que partem de algo conhecido pelo auditório, que criem um precedente. Ao mencionar que Júlia e Vera já tiveram uma filha e que proporcionaram uma boa criação a ela, o advogado D.B. está suscitando um exemplo real, conhecido pelos interlocutores (o perfil dos casais foi divulgado a todos os alunos previamente). Esse exemplo concreto acaba se tornando um precedente (algo que precedeu esse processo de adoção) e possui muita força argumentativa, pois serve como um parâmetro para situações futuras. Nessa situação, a proposta retórica de D.B. é persuadir os interlocutores de que Júlia e Vera, por já terem sido boas mães para uma filha, também serão boas mães para Isabela.

Por sua vez, o advogado V.L., em sua réplica utiliza algo mencionado por D.B. para contestá-lo. Diferentes discursos e propostas argumentativas se entrelaçam nessa réplica, marcando a interação e um forte embate de ideias. O advogado V.L. entra, de forma bastante interessante, no que Tringali (1988, p. 85) chama de batalha tática, atributo dado por esse autor à argumentação. O advogado D.B. havia informado que Júlia e Vera esconderam sua condição homoafetiva por um tempo. O advogado V.L. utiliza essa afirmação para dizer que, se as duas mulheres escondiam sua relação, denota que elas mesmas acreditavam que poderiam sofrer preconceito. O intuito do advogado V.L. é reafirmar sua tese: sofrer

preconceito poderá ser difícil para a criança, assim como poderia ter sido difícil para o casal se tivessem assumido a relação há mais tempo. Não ter assumido a condição homoafetiva por medo do preconceito cria um precedente para comprovar que a criança também será afetada por essa orientação sexual. Em nossa interpretação, esse também se configura um argumento que busca fundar a estrutura do real.

Explorando ainda mais elementos retóricos, V.L. ganha importante força persuasiva ao fazer algumas perguntas retóricas: *"Ele [o advogado D.B.] explicou que passaram muito tempo e se escondendo suas condição homoafetivas. Aí eu pergunto a todos vocês o porquê.* ***Será que é por medo do preconceito? Será que essa criança não vai sofrer um preconceito futuramente? Será que essa criança não vai sofrer?*** *Estamos aqui para escolher o melhor casal. Então eu aponto que esse não é o casal ideal".* Nesse segmento, temos várias perguntas, sendo a última delas duplicada. Essas perguntas em série visam lançar a possibilidade de Isabela sofrer se adotada pelo casal homoafetivo. A repetição de perguntas aqui busca dar forma argumentativa à tese de V.L.: Júlia e Vera não são a melhor opção. Na mesma réplica, o advogado V.L. ainda faz outras perguntas retóricas, no seguinte segmento: "*Bem, será que ela não quer essa criança pra botar no lugar da filha que morreu? Será que, por ter perdido uma filha ela não quer // ela não está sensível com o caso da menina que foi abandonada?".* A tentativa do advogado V.L. é lançar uma dúvida na mente dos interlocutores em relação à motivação que levou Júlia e Vera a se candidatarem à adoção da menina Isabela. Essas perguntas têm o intuito de manipular os interlocutores a pensarem que o casal homoafetivo não possui motivos sérios para desejarem adotar a criança, querendo fazer isso por estarem sensíveis com a morte de sua filha. V.L. se propõe a desqualificar as motivações do casal para a candidatura nesse processo de adoção. Questões ideológicas relativas à homoafetividade despertaram fortemente nosso interesse, na réplica de V.L. Diante do posicionamento, no debate, do advogado V.L., contrário à adoção de Isabela pelo casal homoafetivo, decidimos perguntar ao aluno que representou esse papel, em entrevista conduzida uma semana após o debate, qual era o seu real ponto de vista sobre a questão. O excerto (18), contém a resposta:

(18)

> **Pesquisador**: Você acha que casal é homem e mulher?
>
> **V.L.** *(em entrevista)*: Não. Pra meu... meus princípios casal, pra mim, é homem e mulher, mas o mundo vive em constante mudanças. Então, eu... eu não tenho preconceito, entendeu? Eu sou...eu sou contra qualquer...qualquer tipo de benefícios, mas preconceito nenhum.

Pesquisador: E esse conceito de casamento e a união entre o homem e mulher você traz de onde?

V.L.: Da minha família, a minha família sempre me instruiu bem. Graças a Deus, eu tenho uma família que me instrui bem.

Pesquisador: Em família, o que vocês falam quando conversam sobre esse assunto?

V.L.: Minha família sempre... sempre me... me... me apoiou, me deu, me deu os caminhos certos. E, graças a Deus, eu continuo firme. Mas preconceito também não tenho nenhum. Minha família é assim: ninguém é preconceituoso. Minha família diz assim, ó: "cabe a cada um seu corpo e faz do seu corpo o que lhe... o que cabe a ser certo". Nunca, nunca me falaram "ah, não seja" ou "seja". Eu escolhi a minha opção sexual. Eu sei daquilo que é certo e daquilo que é errado. Minha família me instruiu bem.

O excerto (18) já apresenta questões ideológicas bem polêmicas relacionadas à homoafetividade e às uniões homoafetivas. O advogado V. L., durante a entrevista, procurou manter uma postura politicamente correta, fazendo isso de forma bastante retórica, quando utiliza as seguintes palavras bonitas na tentativa de criar um *ethos*[16] próprio de uma pessoa liberal: "*mas o mundo vive em constante mudanças. Então, eu ... eu não tenho preconceito*". Existe a possibilidade de duas questões ideológicas importantes nesse segmento: ou V.L. acredita que não podemos ter preconceito porque o mundo vem mudando e, consequentemente, acredita que devemos combater o preconceito contra os que possuem orientação sexual homoafetiva, ou ele acredita que deva dizer que não é preconceituoso apenas porque dizer que tem preconceito *soaria mal* nos dias de hoje. É possível que ele acredite nas duas coisas. Entretanto, apesar da tentativa de criar uma imagem politicamente correta, em sua entrevista, em relação a essa questão, esse aluno deixa bem explícita a sua posição em relação à homoafetividade e às uniões homoafetivas. Para V. L., o modelo correto

[16]Para apresentar esse conceito de *ethos*, ancoramo-nos nos postulados de Dominique Maingueneau (2008), que trabalha com um conceito um pouco diferente e mais amplo do que o conceito da Retórica Antiga, que trazemos no Capítulo 1. Maingueneau (2008) explica que o emprego de *ethos* em Aristóteles se refere às virtudes que um orador deveria demonstrar possuir, virtudes estas pertencentes a um certo grupo de indivíduos (os que compõem o auditório), as quais deveriam ser construídas pelo orador, por meio do discurso, a fim de que o auditório se identificasse com ele, conferindo-lhe a confiança necessária para aderir à sua proposta. Portanto, trata-se de um *ethos* não individual, na visão de Maingueneau (2008). Já a noção de *ethos*, para esse autor, pode ser individual ou coletiva, o qual não é construído apenas na dimensão verbal, abarcando também o conjunto de características físicas, psíquicas, traços psicológicos, comportamentos, questões ligadas à corporalidade (modo de se vestir, por exemplo), questões individuais, como também características de um grupo de pessoas (valores sociais, representações coletivas estereotípicasde um certo grupo de pessoas (a hospitalidade dos brasileiros, a polidez do inglês etc.). Nas palavras do autor, sua noção de *ethos* envolve "estereótipos que a enunciação contribui para confrontar ou transformar: o velho sábio, o jovem executivo dinâmico, a mocinha romântica [...]" (MAINGHENEAU, 2008, p. 18).

MAINGUENEAU, D. A propósito do ethos. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. S.(Orgs.) *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 11-29.

de casal é a união entre um homem e uma mulher, argumento utilizado durante o debate. O dialogismo, em seu sentido amplo, é revelado durante a entrevista desse aluno, quando este revela atualizar um discurso de seus pais, o qual o aluno atribui ser a origem do seu ponto de vista. V.L. também dialoga, de forma tensa, com o discurso de seu concorrente, o advogado D.B., que defende as uniões homoafetivas. A entrevista de V.L. mantém interação com dois discursos anteriores. Uma importante observação é que o pesquisador é um homossexual assumido, e acreditamos que V.L. sabia desse fato. Por isso, acreditamos que, possivelmente, V.A. ficou um pouco tímido e teria sido mais explícito em relação ao seu discurso heteronormativo se estivesse sido entrevistado por um pesquisador heterossexual, por ser mais desconfortável dizer que é contrário às uniões homoafetivas em uma entrevista cujo entrevistador é homossexual. Percebemos que as questões socioidentitárias aparecem com muita força no debate travado entre os alunos. As ideologias defendidas por V.L., por exemplo, dialogam fortemente com a sua formação familiar, com os ensinamentos de seus pais (de que o correto é ser heterossexual, contudo, tolerante e respeitoso com os homossexuais).Damos continuidade à nossa investigação com a análise do segundo turno de argumentação.

4.4.3 Segundo turno de argumentação: análise da expressão hesitativa “eh”

Segundo Marcuschi (2015a), a *hesitação*, assim como a interrupção, é também um fenômeno que só ocorre no texto falado, sendo uma descontinuidade que não visa contribuir para a elaboração do texto, mas se relaciona com uma dificuldade no processamento do fluxo de informações que devem ser ditas. Para ser considerada uma hesitação, uma forma linguística e/ou prosódica precisa provocar uma ruptura na linearidade do processamento linguístico, marcado por uma entoação (difícil de não ser percebida, segundo o autor) que é própria da hesitação. O exemplo que acreditamos ser mais prototípico de hesitação são as expressões hesitativas (“ah”, “eh”, “ahn”), mas a hesitação pode se realizar de outras formas. De acordo com Marcuschi (2015a, p. 53), as expressões hesitativas são a materialidade mais frequente da hesitação, concebidas como “sons que não realizam palavras lexicalizadas”, geralmente alongadas. No segundo turno de argumentação do debate que investigamos, analisamos a expressão hesitativa “eh”, muitíssimo comum em todo o debate. Discutiremos as demais categorias de hesitação posteriormente, no item 4.4.4, correspondente ao terceiro turno de argumentação do debate. Apresentamos, no excerto (19), o segundo turno de argumentação de nosso debate, no qual as ocorrências da expressão hesitativa *“eh”* estão em itálico.

(19)

Juíza: Muito obrigada Dr. D. Entenderam? Preste atenção os jurados. O casal número 1 foi apresentado. Reflitam bastante porque vocês vão ter a oportunidade de tá expondo todo seu voto, ou seja, o que vocês estão vendo, refletindo. Então, prestem bastante atenção porque nesse momento nós chamaremos a Drª M.A. para apresentar o casal. Agradeço a vocês, enquanto advogados, mas, a Drª M., por favor se apresente. O casal número 2, por favor, também se apresente, S. Miguel e Dona Bianca... Doutora, logo após a apresentação do casal, você terá também dois minutos para argumentar. Muito obrigado.

Advogada M.A.: Bom dia. Eu sou a Drª M.A e meus clientes são Dr. *eh::* Miguel e Drª Bianca. Meus argumentos defensivos são: ... desejo – o principal entre os casais aqui. Quando uma pessoa se tem desejo, nada mais se importa. O meu casal garante que vai cuidar do seu filho com muita responsabilidade, paciência, muita dedicação, tempo, amor, carinho e todo conforto que ele sempre sonhar. *Eh:::* em seus corações o desejo de ter um filho ou uma filha é tão grande ao ponto de já terem construído um quarto para a criança. *Eh*:: sobre o caso do hábito do Sr. Miguel, neste caso ele está disposto a deixá-lo. Um exemplo é que, dias antes da audiência, ele deixou. A constituição da saúde afirma que *eh* substâncias químicas saem do corpo para pessoas que não fumam *eh::* diariamente, saem do corpo em quatro dias. Então afirmo que é em três semanas que foi dada a:: o aviso da audiência, meu cliente não nenhuma mais substância em seu corpo por ter parado nesse período. *Eh:::* ele está:: disposto a dar uma oportunidade para a criança Isabela *eh* preencher seu vazio que o sente... está disposto a dar toda educação *eh::* a ela e a torná-la feliz. Não tenho mais nada a declarar.

Juíza: Então, neste momento temos a oportunidade, *eh*:: de um outro advogado tá fazendo a réplica. Vou sortear, prestem atenção, por favor. E.O. Drª E.O., por favor. O casal está liberado... neste momento.

Advogada E.O.: Bom dia. Por mais que...

] ((a juíza aciona um sino de mesa))

Juíza: Com licença, terá um minuto para a réplica.

Advogada E.O.: Por mais que sejam jovens e possuam uma fi/ // uma condição financeira estável, o uso das dro/ //, das drogas podem causar sérios problemas no futuro com a criança. E como eles poderiam criar ela? O psicológico dessa criança ficaria como?

Juíza: Muito obrigado. Tem mais alguma coisa?

Advogada E.O.: Não.

Juíza: Então, no momento, *eh::* a acusação vai usar da tréplica?

Advogada M.A.: Sim.

Juíza: Então, por favor.

Advogada M.A.: Novamente, queria argumentar aqui, que meu cliente está disposto a deixá-lo totalmente, digamos que o habito dele. *Eh*, como eu falei, o Ministério da Saúde adverte que

> pessoas em quatro dias que não fumam diretamente, diariamente, *eh::* absorve só substâncias químicas. E*h* creio que uma oportunidade de mudança é (bôra) // boa para meu casal e ele está disposto a criar com toda educação como sempre falei.

Como já dissemos e conforme observaremos em todo o debate regrado deliberativo, a expressão hesitativa "eh" é muito comum em nosso *corpus*. Isso corrobora os estudos de Marcuschi (2015a), que aponta a alta frequência da expressão hesitativa "eh" no texto falado, em língua portuguesa. No excerto (19), a materialização da hesitação por meio dessa expressão revela uma dificuldade no processamento linear da fala, acarretando uma descontinuidade no texto. Nossa análise corrobora os estudos de Marcuschi (2015a), o qual afirma que a hesitação atua no plano do processamento e não da elaboração do texto.

Percebemos que, assim como outras formas de hesitação, de modo geral, a expressão hesitativa "eh" está intimamente relacionada com o jogo interacional, com a instância enunciativa. No segmento "*meus clientes são Dr. eh:: Miguel e Dr^{a} Bianca"*, acreditamos que essa hesitação se deu pela seguinte instância enunciativa: os nomes dos casais candidatos à adoção da menina são fictícios. Acreditamos que a aluna que representou o papel da advogada M.A, conhecedora dos nomes reais dos colegas, hesitou, antes da menção do primeiro nome fictício, mostrando uma certa dificuldade de lembrar e/ou processar esse nome *nãoreal*, naquele momento, diante de sua estranheza. Outra ocorrência da expressão hesitativa "eh" que chamou nossa atenção no excerto (19) está no segmento *"A constituição da saúde afirma que eh substâncias químicas saem do corpo para pessoas que não fumam eh:: diariamente, saem do corpo em quatro dias"*. Na primeira ocorrência de "eh" nesse segmento linguístico, a hesitação é uma dificuldade no processamento de uma informação mais elaborada, uma tese científica. Isso faz a advogada M.A hesitar antes dos constituintes mais elaborados que deverão ser processados em sua fala. Já no segmento na segunda ocorrência da expressão "eh" do segmento em análise, acreditamos que há uma função explicativa nela, já que essa hesitação ocorre antes de uma explicação importante (substâncias saem, em quatro dias, do corpo de quem não fuma "diariamente"), que visa argumentar, induzindo as pessoas a chegarem à conclusão de que o uso da maconha de Miguel não é um problema, pois ele não é viciado. Nesse caso, a advogada M.A, antes de fornecer a explicação "diariamente", provoca uma descontinuidade no processamento do texto por meio de uma hesitação.

É válido ressaltarmos que nossa investigação também comprova a tese de Marcuschi (2015a), o qual acredita que as expressões hesitativas aparecem geralmente alongadas. No exceto em análise e em todo o debate, as expressões hesitativas, em sua maioria, marcam a

ocorrência de uma categoria de hesitação, que associa um elemento linguístico (a expressão eh) e um elemento prosódico (o alongamento vocálico, representado pelo sinal **::** ou **:::**).

No segundo turno de argumentação do debate regrado, as características da proposta argumentativa retórica da advogada M.A. chamaram a nossa atenção. Mostraremos o porquê dessa curiosidade. O primeiro segmento selecionado da fala de M.A. é o seguinte: "*o meu casal garante que vai cuidar do seu filho com muita responsabilidade, paciência, muita dedicação, tempo, amor, carinho e todo conforto que ele sempre sonhar. Eh::: em seus corações o desejo de ter um filho ou uma filha é tão grande [....]*". Nesse segmento, há uma tentativa de seduzir o interlocutor pela sequência de palavras "responsabilidade, paciência, dedicação, amor, carinho, conforto". Essas palavras agradam. São palavras bonitas, que possuem uma orientação positiva: é uma lista que direciona o interlocutor a pensar na lista de benefícios que o casal Miguel e Bianca oferecem à menina Isabela. A palavra "responsabilidade" nos direciona para o comprometimento ético, "dedicação" e "tempo" denotam o cuidado, "amor" e "carinho" nos conduzem aos sentimentos/emoções positivas que serão dedicados à criança e a palavra "conforto" nos direciona para o suprimento das necessidades materiais que Isabela terá se for adotada por Miguel e Bianca. O segmento "que ela sempre sonhar", é outra tentativa de tocar o interlocutor pela função estética da linguagem. Outra ocorrência de argumentação pela língua e elaboração retórica é a utilização da palavra "tão", no segmento "*o desejo de ter um filho ou uma filha é tão grande"*. A palavra "tão", utilizada aqui, possui uma orientação intensificadora do desejo de adotar a menina. O segundo segmento que elegemos para ilustrar a elaboração retórica de M.A. é *"ele está:: disposto a dar uma oportunidade para a criança Isabela eh preencher seu vazio que o sente... está disposto a dar toda educação eh:: a ela e a torná-la feliz"*. Nesse segmento, há uma elaboração que também busca encantar o interlocutor pelas palavras "torná-la feliz". Há também uma tentativa descrita por Tringali (1988, p. 21) como a tentativa de "conquistar o intelecto pela comoção do coração". Isso ocorre quando M.A fala do vazio que a criança abandonada sente, o qual poderá ser preenchido com a adoção da criança por Miguel e Bianca. Isso manipula o interlocutor a acreditar que esse casal é a solução para a tristeza de Isabela, a fonte de sua felicidade.

Queremos, também, fazer algumas considerações acerca das ressonâncias dialógicas percebidas na argumentação da advogada M.A. No segundo turno do debate, M.A. diz que Miguel e Bianca dedicarão tempo à Isabela, caso a adotem. Curioso notarmos que, durante a entrevista conduzida pelo pesquisador com essa aluna, uma relação dialógica se revela entre a

menção da questão do tempo dedicado a um filho e própria experiência de vida dessa aluna. Mostramos isso no excerto (20). Vejamos:

(20)

> **M.A.** (*em entrevista*): Eh:: [...]. Como eu citei no meu... argumentação, eh::: meu pai nunca teve, não teve tempo.

No excerto (20), a aluna M.A., afirma que o seu pai nunca teve tempo para dedicar a ela. Observamos que essa importância atribuída ao tempo disponível para um filho, além disso ter sido apontado no segundo turno e na entrevista, também foi mencionado no item 4.4.5, o qual aborda o quarto turno do debate regrado, quando a mesma aluna fala novamente sobre essa questão, relatando a falta de tempo de seu pai para cuidar dela e como isso a prejudicou. O tempo todo, M.A. dá à questão do "tempo" grande importância, por ter vivido concretamente a ausência do pai em sua infância. Esse fenômeno dialógico mostra que a subjetividade e as questões identitárias se materializam na linguagem, e que esses elementos são utilizados no processo de argumentação.

Elegemos um excerto de fala da advogada M.A., para mostrar um tipo de argumento chamado pela Nova Retórica de *argumento baseado na estrutura do real*, que são argumentos ancorados em algo existente e reconhecido, que nesse caso trata-se de opinião de especialistas na área de medicina, e que, por isso, possui grande potencial de adesão. Vejamos isso no seguinte segmento: *"A constituição da saúde afirma que eh substâncias químicas saem do corpo para pessoas que não fumam eh:: diariamente, saem do corpo em quatro dias"*. A advogada M.A. se ancora nesse argumento para tentar provar que fumar maconha de vez em quando não é um problema, logo, o hábito de Miguel não é uma ameaça para a criação da criança que ele deseja adotar. Esse argumento, que envolve uma tese advinda da comunidade científica, corrobora os postulados de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) acerca desse tipo de argumento, que tem grande força argumentativa, por se basear em algo concreto e de ampla divulgação. Passemos à análise do terceiro turno de argumentação do debate.

4.4.4 Terceiro turno de argumentação: análise de outras formas de hesitação

Conforme dissemos no item 4.4.2, além das expressões hesitativas, há outros elementos nos quais a hesitação pode se materializar, como alguns fenômenos prosódicos (pausas – preferencialmente prolongadas; e os alongamentos vocálicos – sinalizados por **::** ou

:::) e alguns fenômenos linguísticos. Os primeiros elementos linguísticos que apontamos aqui são os itens lexicais (substantivos, adjetivos, verbos e advérbios). A segunda categoria de hesitação por meio de elementos linguísticos são os itens funcionais (artigos, preposições, conjunções, pronomes, verbos de ligação). A terceira categoria de hesitação materializada pelos elementos linguísticos é composta pelos fragmentos lexicais (palavras iniciadas e não concluídas), caso este que, quando há hesitação, sempre coocorre com a interrupção, pois trata-se de um corte lexical. A quarta categoria linguística que pode materializar a hesitação é composta pelos *falsos inícios*. Os falsos inícios são, de acordo com Marcuschi (2015a, p. 56-57), "todos os inícios de unidades sintáticas oracionais com algum problema", materializados em itens funcionais, itens lexicais, marcadores discursivos acumulados e fragmentos lexicais. Por fim, a última categoria linguística de hesitação é aquela materializada sob a forma de marcadores discursivos acumulados ("*sei lá"*, "*quer dizer sabe"* "*então ne ah"*, por exemplo). Essa última categoria não foi analisada em nosso estudo, pela raridade em nosso corpus. De acordo com Marcuschi (2015a), conforme já dissemos, a hesitação pode ocorrer em concomitância com a interrupção. O autor ainda ressalta que, apesar de parecerem irrelevantes e aleatórias, as hesitações não são disfunções do falante e ocorrem criteriosamente, podendo ter motivações interacionais, cognitivas e discursivas. Para analisarmos essas categorias de hesitação, destacamos o excerto (21), que apresenta o terceiro turno de argumentação do nosso debate regrado deliberativo. As ocorrências de hesitação estão em itálico.

(21)

> **Juíza**: Muito obrigada. Então o casal número 2... foi colocado pra vocês. Então reflitam, vejam direitinho, não deixe pro último momento... *e*... cês tão dispensados, pois a gente vai chamar o terceiro advogado. Por favor... Chamaremos agora o Dr. V.A. Ele irá... ele irá apresentar o casal que ele representa, seria o casal número 3. Casal número 1 já foi, número 2, agora em seguida o número 3, muito obrigada. Seria Seu Sebastião e Dona Mariana. Doutor, o senhor terá dois minutos para expor seus argumentos, OK.?
>
> **Advogado V.A.**: Bom dia. Eu quero apresentar aqui os meus clientes que são Sebastião e Mariana. Bom, eles são um casal de evangélicos... que pretendem fazer da sua filha, *eh::* uma seguidora de Jesus. *Ela::* divulga seus trabalhos *em* em praça pública e é determinada nessa função. Quero constar aqui que nem só o desejo da criança, *eh:::* dos pais *eh*:: é o mais importante, mas sim também o que eles fazem pra conseguir isso. (Brom), *eh*:: todos aqui sabemos o quanto é importante o amor e o carinho no coração. E o que mais*, eh::: eh::* o reflexo senão Jesus. Bom, eu cresci *eh* com Jesus em meu coração. Eu sou evangélico, *e:::* eu

po/ pode ter certeza que esse... que *esse::* casal cuidará muito bem. Eles estão dispostos a fazer tudo que podem pelo casa/ // *pela* pela filha. *Eh::*. Eles *são*...// *eh*:: *bem* ... *eh:::* devotos a Deus, *e::* eu quero dizer que também ... *que:::* que eles...// que eles são o melhor *pra. pra*. pra Isabela, por quê? Eles tem uma vida simples, honesta mas *eh* batalham no dia-dia pra fazer o que podem *pra eh::* ter uma vida honesta e honrada. E assim também, *eh* a criança vai crescer nesses princípios de respeito, honestidade e honra, *que::* são princípios que são, *eh* maiores do que muitas coisas. Nada mais *a* //

]

Juíza: Mais alguma coisa?

Advogado V.A.: Nada mais a dizer.

Juíza: Então nesse momento, nós damos oportunidade a um advogado pra fazer a sua réplica. Está liberado o casal, por favor. E o Dr. B.R. ... você terá um minuto para isso, OK.?

Advogado B.R.: Ok. Tudo bem. Bom, bom dia. *Eh:::* aqui o Dr. V.A. falou sobre a religião que eles pretendem fazer com que ela siga, tal, as suas ideologias. Porém, *eh::* nós vivemos hoje num país com Estado laico. Um país que você não pode forçar alguém a seguir uma religião. *E::* estudos indicam que a formação psicológica, social de uma criança vai até os sete anos. Uma criação com uma religião não é bom, a religião é muito bom, *eh::* não é ruim. Uma religião é muito bom, porém, *eh*:: que escolha essa menina teria sendo que (*era::)* // que ela estaria sendo influenciada durante toda vida a seguir uma religião? E todos nós sabemos que hoje a religião é o que causa as principais guerras do mundo. Guerras Israel-Palestina, temos *a::: a:::* as fogueiras *que* que eram queimadas *os* // pessoas de outra religião na igreja católica na época, as Cruzadas... e tudo mais. Então eu acho que não seria saudável, *eh*, influenciar uma menina a ela seguir uma religião. Teria que *ser* ... ela ter a liberdade de escolha dela. Brigado.

Juíza: Mais alguma coisa?

Advogado B.R.: Somente isso.

Juíza: O doutor vai usar da tréplica? Então fique e à vontade.

Advogado V.A.: Dr. B.R, se eu não estou errado...

]

Juíza: Um minuto viu, por favor. Atentem para *o::* o tempo.

Advogado V.A.: OK. Se eu não estou errado, o senhor é evangélico. Eu também sou. Eu posso dizer que hoje eu tenho princípios. Eu cresci minha vida toda ouvindo que o amor, o carinho, o respeito tem que se ter. E isso são princípios *que::* eu vou levar pra toda minha vida. Meu pai me ensinou isso e eu sei o quanto é importante ter um pai e uma mãe *que:::* tem firmeza ao dizer *eh* essas palavras. E é o mesmo que meus clientes vão fazer, irão fazer com essa garota. Ela // eles // ela vai crescer com um reflexo de um pai e de uma mãe que buscam o

> amor *e::* a honestidade para viver. Mesmo com a vida simples, eles honram *a... a... a... o...* a sua vida. Eles tem o respeito por todas as pessoas e qual *é* // qual o espelho *eh:::* melhor do que Jesus? Então, eu creio que esse é o melhor casal porque vai crescer com honestidade, vai crescer com princípios que é o mais importante de tudo. Que eles vão dar *uma //* uma vida não só de material, vão dar uma vida em que ela possa, *eh:::* ter o prazer *de:: de::* de ter a oportunidade de seguir a uma pessoa que mudou, mudou minha vida e que eu acredito que vá mudar a dessa menina também assim como mudou a dos pais. Nada mais *a:::* a dizer.

No excerto (21), além da alta frequência da ocorrência de hesitação por meio da expressão hesitativa "eh", (a qual já discutimos no item 4.4.3), outra ocorrência frequente é a hesitação que se materializa por meio de itens funcionais. No excerto (21), temos poucas ocorrências de outras categorias, como *itens lexicais* e *fragmentos lexicais* e nenhuma ocorrência de *falsos inícios*. Analisamos alguns segmentos desse excerto. As interrupções estão em itálico.

No segmento "*ela* divulga seus trabalhos *em* em praça pública", temos a ocorrência de um item lexical – o pronome pessoal "ela", e um item funcional – a preposição "em".

No segmento "Bom, eu cresci *eh* com Jesus em meu coração. Eu sou evangélico, *e:::* eu *po/* pode ter certeza que esse... que esse casal cuidará muito bem", temos, além da expressão hesitativa "eh", a hesitação materializada por meio da conjunção "e" (item funcional – elemento linguístico) acompanhada de um alongamento vocálico (fenômeno prosódico). Outra hesitação desse segmento é o fragmento lexical "po/" (coocorrência de hesitação e de interrupção – corte lexical da palavra "pode").

Outro segmento que elegemos para esta análise é "*e::* eu quero dizer que também ... *que:::* que eles... // que eles são o melhor *pra pra* pra Isabela". Esse segmento inicia com uma hesitação que se realiza por meio da conjunção "e", alongada. Na sequência, ocorre outra hesitação por meio do item funcional "que" (pronome relativo), além de outro item funcional – a palavra "pra" triplicada. Percebemos que as duas primeiras ocorrências de "pra" não fazem parte da oração, elas tem função hesitativa, provocando corte sintático. O terceiro "pra" é a retomada, que ocorre de forma semelhante (a mesma palavra) e se integra à oração, finalmente. Esse último caso, há uma categoria chamada de *repetição hesitativa*, categoria que analisamos, posteriormente,no item 4.6.

No segmento "batalham no dia-dia pra fazer o que podem *pra eh::* ter uma vida honesta e honrada", ocorrem duas hesitações, uma seguida da outra. A primeira recai sobre a preposição "pra" e a segunda recai sobre a expressão hesitativa "eh".

Há também uma hesitação que ocorre por meio de um segmento inadequado (que apresenta um erro, um problema) no excerto "que escolha essa menina teria sendo que (*era:::*) // que ela estaria sendo influenciada durante toda vida a seguir uma religião?". O item que apresenta problema é o segmento "era". Esse segmento é problemático porque foi um erro de B.R., já que ele deveria ter dito "ela". A correção vem na sequência "que *ela* estaria sendo influenciada [...]". A palavra "ela", nesse caso, enquadra-se no estatuto da correção, já que o segmento "era", inadequado no segmento, é um item lexical completo/ consolidado/terminado/realizado. Se o item lexical inadequado fosse um fragmento, seguido de uma retomada que resolvesse o problema da lacuna, teríamos apenas uma retomada, mas nesse caso em análise, havendo a plena realização da palavra "era", a solução do problema é uma correção.

Além desses casos de hesitações que analisamos do terceiro turno argumentativo do debate, elegemos outras ocorrências de hesitação, ocorridas em outros momentos do debate, relevantes para essa investigação. Apresentamos um desses casos no excerto (22), no qual há duas ocorrências de hesitação, ambas realizadas por elementos prosódicos: *um alongamento vocálico* e uma *pausa*. Ressaltamos que há duas pausas nesse excerto, contudo apenas uma delas se constitui uma hesitação. Vejamos:

(22)

> **Juíza**: Muito obrigada, Sr. D. B. [advogado D.B.] ***e::*** passaremos agora nesse momento a réplica para o doutor que vai ser sorteado nesse momento**...** Dr. V.L., por favor**...** que se manifeste com a sua réplica.

No excerto (22), a primeira ocorrência de hesitação é prosódica – um alongamento da vogal "e", com uma entoação hesitativa. Na sequência, há uma pausa, que, pela nossa interpretação ao assistirmos ao vídeo do debate, *não é uma hesitação*, primeiramente porque não possui entoação hesitativa e, em segundo lugar, é uma pausa prevista sintaticamente (uma pausa intraturno, entre construções sintáticas diferentes e independentes, ou seja, uma pausa entre estruturas sintáticas fronteiriças, que não representam uma descontinuidade da construção linear do texto. A construção interna de uma não sofre corte hesitativo. Já em relação à última pausa, esta, sim, *é uma hesitação*, pois, além de possuir uma entoação hesitativa, evidencia uma procura pelo que deve ser dito e uma dificuldade no fluxo linear do processamento da fala. Outra hesitação que queremos destacar é a hesitação materializada por meio de um item lexical, que neste caso é um verbo. Vejamos o excerto (23), a seguir:

(23)

> **Advogado V.L.**: [...] Estou aqui representando número 4, Robson e Fátima. Ambos com nível universitário. Robson, um jovem executivo. *Chegaram* // que chegaram // que podendo chegar a um cargo muito alto na diretoria.

No excerto (23), a hesitação é materializada por um item lexical – neste caso o elemento verbal "chegaram" (essa forma aparece duas vezes, mas a só na primeira aparição ela é acompanhada por uma entoação hesitativa). Parece-nos que essa hesitação é um prenúncio de correção, já que o Sr. Robson, segundo o *script* do casal Robson e Fátima, não chegou ao cargo de diretoria, *ele pode chegar*. Logo, essa hesitação que se realiza por meio da forma verbal "*chegaram*" denota uma dificuldade no processamento daquilo que deve ser dito. Há uma dificuldade de utilizar o verbo na terceira pessoa do singular (ele chegou [Robson chegou]) e o verbo é conjugado na terceira pessoa do plural (chegaram), quando o verbo chegar aqui apenas se refere a Robson, e não aos dois. A ocorrência de hesitação por meio de item lexical de mais de duas sílabas é rara em nosso *corpus*, corroborando estudos de Marcuschi (2015a), que afirma que as hesitações se dão mais frequentemente em palavras de uma ou duas sílabas. De fato, isso foi comprovado em nosso estudo também. Analisamos, no excerto (24), mais um caso interessante de hesitação ocorrida por meio de um fragmento lexical. Vejamos:

(24)

> **Advogado V.L**.: Li todo o processo e nenhum outro casal apresenta isso aqui. ((o locutor baixa o volume da voz ao ler algo escrito)) "Represen/" // "se integra atividade comercial" ( ) [...].

O excerto (24) mostra o fragmento lexical *"represen/"* – da palavra "*representante*", que foi iniciada, porém não concluída. Inferimos que a palavra é "*representante*" porque o que está escrito no *script* do perfil do casal nº 4 é que o esposo, Robson, dedica-se à atividade comercial. Logo, supomos que o advogado V.L. tentou processar a palavra "representante". A análise da relação de um texto escrito (contendo algumas bases para o debate) e a enunciação concreta nos permite fazer essa inferência. Logo, vemos que a língua não é um sistema fechado em si mesmo. A compreensão desse fragmento lexical, aqui, dependeu dessa análise dialógica. Sem essa análise, ficaria mais difícil compreender o que V.L. esboçou, já que não houve uma retomada que preenchesse o que ficou incompleto. A palavra não é completada no

cotexto. É o *contexto* discursivo e dialógico que nos serve de âncora para a compreensão do que iria ser dito e não foi. No exceto (25), a seguir, há outra hesitação, também realizada por meio de um fragmento lexical. Entretanto, nessa nova ocorrência, o item lexical é concluído, plenamente realizado por meio de uma retomada. Vejamos:

(25)

> **Advogado D.B.**: Gostaria de ler o perfil do meu casal. Eh ..., o casal convive ma/ //maritalmente há dez anos, desde 2006.

O excerto (25) apresenta uma hesitação que recai sobre o fragmento lexical "*ma/*". Esse momento da fala é marcado por uma entoação hesitativa e uma interrupção. Logo após, ocorre uma retomada com a mesma palavra, concluindo-a: "*maritalmente*". Como a hesitação é marcada por uma dificuldade de seleção de palavras, ideias, e uma dificuldade no processamento linear da fala, acreditamos que a hesitação aqui analisada foi motivada pelo nível da categoria lexical. A palavra maritalmente é, possivelmente, uma palavra difícil para este aluno. Esta não é uma palavra de uso comum, além de apresentar um fator mais elaborado: é uma adverbio de modo, com o sufixo "mente" e tudo. Temos indícios de que o aluno que representou o advogado D.B. no debate teve dificuldade no processamento dessa palavra na fala, justamente por isso. O resultado foi uma hesitação concomitante com uma interrupção de nível lexical. Ressaltamos novamente, que a plena realização da palavra "maritalmente" não é uma correção, já que essa consolidação da palavra não corrige um item anterior, que tenha sido finalizado. O segmento "ma/" é um fragmento, por isso, pede uma retomada, não uma correção.

Passemos para a última categoria de hesitação que analisaremos, a saber: *o falso início*, que se encontra no excerto (26), a seguir:

(26)

> **Juíza**: Por exemplo, quando o advogado do casal nº 1 argumentar, será sorteado um outro advogado para fazer a réplica em um minuto. Terminado esta réplica, o advogado do casal nº 1 fará a *re*/ // a tréplica em um minuto também.

No excerto (26), o falso início se evidencia por meio desses dois fenômenos que concorrem aqui, a saber: a hesitação (materializada pelo fragmento lexical *re*/) e a interrupção (neste caso corte lexical – da palavra *réplica*). Durante o debate, enquanto explicava como

ocorreria o jogo de *argumento-réplica-tréplica* no debate regrado que se iniciaria, a moderadora (a juíza) prenuncia dizer a palavra *réplica*. Se observarmos cuidadosamente, a palavra que deve ser dita nesse momento é tréplica. Assim, o fragmento lexical "*re"* se constitui aqui como um problema em relação à palavra que transmitiria a informação correta. Isso motiva o tom hesitativo da locutora – evidenciando uma dificuldade na seleção da palavra adequada, provocando um corte lexical na palavra inadequada (uma interrupção de nível lexical). Isso é corroboradopelas descobertas de Marcuschi (2015a, p. 55), que apontam que fragmentos lexicais são comuns, especialmente quando se tenta processar na fala um item lexical duvidoso. Geralmente, produz-se a primeira sílaba da palavra, segundo o autor. No excerto (26), o corte é seguido por uma retomada intraturno. Essa retomada resolve o problema. A juíza descarta a possibilidade de dizer "réplica" (pois a palavra que deve ser dita não é essa) e realiza plenamente a palavra que deve ser dita: "tréplica". Esse tipo de retomada é chamado por Souza-e-Silva e Crescitelli (2015, p. 73) de "retomada de maneira modificada", que descarta uma estrutura inadequada, selecionando uma estrutura adequada ao contexto. Discutiremos, nesse momento, uma ocorrência contrária ao falso início que, por falta de uma classificação da categoria, chamaremos de *início verdadeiro descartado.*

Em nosso debate, ocorreu uma única ocorrência de um *início verdadeiro descartado*, ou seja, um início que era correto dentro do contexto, mas que foi descartado pelo locutor – que acabou, erroneamente, cristalizando a opção incorreta. Vejamos, no excerto (27), essa ocorrência:

(27)

> **Juíza**: Pode sentar. *A pró*/ // o próximo... K. S. ((pessoa do sexo feminino)). Por favor, se apresente.

No excerto (27), a juíza está sorteando os membros que irão compor o corpo de jurados. O início de sua fala é marcado por uma hesitação, a qual é materializada pelo segmento *"a pró/"* (artigo definido feminino *"a"* e o fragmento lexical *"pró/"*). Bem, a juíza prenuncia dizer "*a próxima, K.S.*", que estaria absolutamente correto, já que ela estava chamando uma menina. Entretanto, esse início verdadeiro sofre um corte e é descartado. A juíza realiza uma retomada após o corte ao dizer: "*o próximo... K. S."*. Essa retomada também entra na categoria chamada por Souza-e Silva e Crescitelli (2015, p. 73) de "retomada de maneira modificada", que nesta ocorrência se deu por antonímia (*a próximaversuso próximo*). A seleção que acaba se estabelecendo é o segmento "*o próximo"*, segmento que contém o

artigo definido o, que não concorda com um referente do sexo feminino. Isso provoca uma construção estranha, tanto à sintaxe da língua quanto aos seus usos comuns. Esse problema criado não é resolvido posteriormente, provavelmente porque a locutora nem tenha se dado conta disso. Nossa análise é que esse *início verdadeiro descartado*, embora sendo o contrário do *falso início,* denota igualmente um problema na seleção dos elementos linguísticos, uma dificuldade de processamento de informações e dificuldade de seleção lexical. A locutora está tão confusa que não se dá conta que descartou uma construção que era mais correta gramaticalmente (havia concordância nominal) e de que jogou fora também uma construção mais usual da língua (é mais comum dizer *"a casa"* do que "*o casa"*, por exemplo). O resultado foi a seleção de uma construção estranha.

As hesitações são da ordem do processamento das ideias, do fluxo linear da fala, possuindo marcas prosódicas e linguísticas. Os nossos dados comprovam que a hesitação evidencia uma dificuldade no processamento linear da fala, uma dificuldade de seleção dos elementos linguísticos e das ideias. As instâncias enunciativas do debate realizado, como em outros textos falados, mostram que o que é falado não é apagado, como ocorre nos textos escritos. Assim, quando ocorrem truncamentos, descontinuidades provocadas pela hesitação, há possibilidade de se preencher o vazio deixado por elas, por meio de retomadas, que podem ser de forma idêntica ou de forma diferenciada. O fenômeno surpresa para nós, neste estudo, foi a ocorrência dos *inícios verdadeiros descartados*, já que estávamos esperando encontrar apenas os falsos inícios. O estudo da hesitação nos permite afirmar que a produção linguística falada em um debate *on-line* é motivada pelas instâncias interacionais de um gênero onde o planejamento e a verbalização ocorrem simultaneamente, é motivada por questões de ordem cognitiva, revelando o modo como os enunciadores lidam com os signos verbais na enunciação. Ainda nesta seção, pretendemos discutir, além da hesitação, algumas questões discursivas. Para isso, retomamos o que foi falado no terceiro turno de argumentação. Retomamos, a partir daqui, o terceiro turno de argumentação, para análise de questões ideológicas e argumentativas.

O terceiro turno de argumentação do debate, o qual está sendo analisado nesta seção, tem o advogado V.A., defensor do casal composto por dois evangélicos, Sebastião e Mariana. Temos como refutador o advogado B.R., o qual critica fortemente a decisão do casal de fazer de Isabela uma seguidora de sua religião. No argumento inicial do terceiro turno de argumentação, o advogado V.A. aponta alguns princípios importantes para quem quer ter filhos. Na entrevista com esse advogado, o qual declara concordar com tudo o que disse

durante o debate, pudemos perceber as ressonâncias dialógicas dos enunciados produzidos por esse aluno, que disse qual é a origem de suas ideias. O excerto (28) deixa isso bastante claro.

(28)

> **Pesquisador**: Em sua argumentação, você aponta alguns elementos importantes que um casal que quer ter filhos precisa ter como, por exemplo, honestidade, respeito e honra. De onde você traz esses princípios? Onde você ouviu isso?
> **V.A.***(em entrevista)*:Bom, a minha família, eh, eu cresci ouvindo que tem coisas maiores que o bem material.

O excerto (28) mostra a relação dialógica entre um discurso da família do aluno V.A., que o ensinou que valores como honestidade, respeito e honra são mais importante do que bens materiais. Esse discurso foi utilizado pelo aluno na sua argumentação durante o debate, a favor de um casal com condição financeira modesta. Vejamos mais um exemplo dessa relação dialógica, no excerto (29).

(29)

> **Pesquisador**: Onde você ouviu que uma criança precisa ter um bom reflexo dos pais? De onde você traz esse modo de pensar?
> **V.A.***(em entrevista):*Bom, eu me espelhei muito em meu pai. Eu me espelho até hoje e quero ser como ele, como muitos... muitas pessoas. Bom, eu me senti na...no lugar da criança porque eu acho que eu sentiria falta de um pai ausente ou um pai que não fosse, eh, muito eh, muito... muito bom ou um pai... xô vê uma palavra... um pai... um pai que ensinasse coisas boas. Assim, eh... eu debati, debati... lá com a pessoa que o pai abandonou os estudos pra jogar bola. Então eu acho que se eu tenho um pai como esse, eu sempre tive sonho de ser jogador, mas o meu pai sempre falou "olha vá estudar, estude que aí você cresce na vida, você não vai precisar tá se matando dentro de um campo e tal", apesar de ele gostar também. "Leve isso como um *hobby"*, ele falava. Então, eh... se eu... se naquela época ele tivesse me dito, eh, "vá em frente, vá jogue bola, faça isso, largue os estudos", eu poderia ter tomado um rumo diferente, e hoje poderia nem estar na escola, poderia ter abandonado tudo. Então eu acho que o espelho, eh, vem dos pais. Não só dos pais, mas também dos amigos que influenciam muito agente. E eu sou muito influenciado por meu pai e por isso sou o que sou.

Conforme vemos, o excerto (29) apresenta mais um exemplo da fala do aluno V.A. em entrevista. O presente excerto mostra um discurso anterior do pai de V.A., que o incentivava a estudar e levar o futebol como um *hobby*. Esse discurso do passado ressoa no discurso

corrente desse aluno. Na entrevista, ele retoma esse discurso, para dizer que toda criança precisa de um pai que o ensine bons valores, argumento que foi usado também durante o debate. A questão do futebol como um *hobby* também merece a nossa atenção, pois revela um embate de valores. Atualmente, os jovens encaram a profissão de jogador de futebol como algo bastante comum e que garante fama e dinheiro. Por outro lado, o pai de V.A. tem um discurso das "boas profissões" (um discurso de que as boas profissões são as de médico, engenheiro, advogado), que influenciou, por fim, o filho. É preciso que, na escola, questões polêmicas sejam trabalhadas, no sentido de que os alunos aprendam a pensar por eles mesmos. Apesar de que reproduzir discursos de outros parece ser inevitável, o que queremos dizer é que a escola precisa promover a autonomia do pensamento.

Esse terceiro turno de argumentação foi bastante tenso. O advogado B.R., refutador de V.A. nesse turno, apresenta uma proposta argumentativa muito peculiar, expondo questões ideológicas que chamaram a nossa atenção, elaborando, taticamente, uma abordagem retórica muito importante. Assim, a partir de agora, discutiremos a construção argumentativa do advogado B.R. Para uma melhor compreensão, retomamos outros momentos dessa investigação, partindo do questionário aplicado aos participantes do debate (APÊNDICE G), no início da nossa sequência didática (APÊNDICE F), o qual nos forneceu importantes dados contextuais para esta investigação.

O aluno que seria o advogado B.R. no debate, em resposta à seguinte pergunta do questionário: "*Qual é a disciplina que você mais gosta na escola?*" escreve: "*História*". Informa, em suas respostas, ao mesmo instrumento de coleta de dados, que gosta de ler "*notícias*", "*sagas*"[17], e tem como estilo de música favorita a música "*clássica, orquestra*". Os seus planos para o futuro são: tornar-se "*Oficial Aviador, Oficial Infante, Agente de Polícia Federal*" (com todas as devidas maiúsculas, *ipsis litteris*). Esse aluno acaba materializando, aqui, um discurso de intelectualidade, criando um *ethos*[18] de um estudante que é amante da história, que lê livros de ficção mais elaborada, que está antenado com as notícias do mundo, que sonha em ser alguém importante na vida social. A empreitada retórica desse aluno é reforçada em sua resposta às seguintes perguntas, contidas no questionário: "*Você pretende casar e ter filhos no futuro? Por que?* Bem, diante dessas perguntas, o aluno escreve a frase:

[17]Encontramos duas definições para a palavra saga:

a- Gênero em prosa, de caráter épico, originalmente escrito na época medieval". Disponível em:<https://pt.wikipedia.org/wiki/Saga>.Acesso em: 17 out. 2016.

b- "Substantivo feminino*", "*nome dado pelos romanos às bruxas e feiticeiras". Origem etimológica: a palavra latina: *saga,ae* (mágica, bruxa, feiticeira)". Fonte: Pesquisa Google, realizada em 17 de out. de 2016.

[18] A noção de *ethos*, nessa seção, é a utilizada por Maingueneau (2008), conforme já explicamos, no item 4.4.2, em nota de rodapé da página 123.

"Sim, formar uma família é essencial para a felicidade" (com gramática e pontuação impecáveis, com um adjetivo de alto nível lexical ("*essencial")*, formando um segmento linguístico bonito ("*essencial para a felicidade"*). Destacamos esses excertos da escrita desse aluno para mostrar, em primeiro lugar, a sua abordagem retórica de persuasão, como ele explora a função estética da linguagem, discutida por Tringali (1988, p. 21), ou seja, a sedução/encantamento, propiciado pelo "bem falar", pelas "louçanias do estilo" que agradam "o gosto". A escrita de B.R. revela a função estética da linguagem, coadunando com o *etho*s que esse aluno cria, retoricamente, descrito por nós, anteriormente. Em segundo lugar, esses excertos contêm dados contextuais importantes para a análise que iremos empreender de falas futuras desse aluno, ou seja, são excertos *escritos*, que mantém relações dialógicas com excertos futuros *falados*. Em terceiro lugar, o discurso intelectual, evidenciado pelos excertos escritos sob análise (produzido mesmo antes de se decidir quem seriam os advogados) é atualizado em turnos da fala em dois momentos (dias diferentes) subsequentes: nos argumentos utilizados durante o debate, conforme nos mostrará o excerto (30) e, posteriormente, durante a entrevista, a qual foi realizada uma semana após a realização do debate, conforme podemos observar no excerto (31). Vejamos essas ressonâncias dialógicas do discurso anterior, com discursos futuros (do mesmo locutor), evidenciados nos excertos seguintes:

(30)

> **Advogado B.R**.: Bom, bom dia. Eh... aqui o Dr. V.A. falou sobre a religião que eles pretendem fazer com que ela siga tal... as suas ideologias. Porém, eh..., nós vivemos hoje num país com Estado laico. Um país que você não pode forçar alguém a seguir uma religião. E... estudos indicam que a formação psicológica, social de uma criança vai até os sete anos. [...] E todos nós sabemos que hoje a religião é o que causa as principais guerras do mundo. Guerras Israel-Palestina, temos a... a... as fogueiras que que eram queimadas nos... pessoas de outra religião na igreja católica na época, as Cruzadas... e tudo mais. Então eu acho que não seria saudável, eh, influenciar uma menina a ela seguir uma religião. Teria que ser... ela ter a liberdade de escolha dela.

(31)

> **B.R.** *(em entrevista):* Eh, aprendi em História, li relatos, notícias, entendeu? Agente aprende isso sempre na escola. (Incisão) na época, que pessoas que eram consideradas bruxas e... e... tudo mais, eram queimadas nas fogueiras. As cruzadas, que foram pra retomar Terra Santa, né, que era a cidade de Jerusalém, que a Igreja Católica chegou lá e... e criou uma guerra mesmo,

> entendeu? E hoje a gente vê... isso eu aprendi na história, mas hoje a gente vê casos de terrorismo no mundo todo, entendeu? Por causa do extremismo da religião, a pessoa chega "não, se ele não segue minha religião tenho que matar ele de todo jeito", entendeu? E acabou ocorrendo atentados a embaixadas, eh, atentados em países, entendeu? Isso acaba prejudicando e manchando a imagem de uma religião. Porque como nós vemos o terrorismo, não é todo mulçumano que é terrorista. Tem várias pessoas muçulmanas que moram no Brasil, que moram na Europa. A Europa tá... tá... tem muito mulçumano na Europa, entendeu? Não são todos esses que são extremistas. Tem alguns que usam da fé pra se beneficiarem, entendeu? Seguir o que é bom. Que é o principal.

Como já dissemos, o excerto (30) foi produzido durante a realização do debate. O excerto (31) foi produzido na entrevista, realizada uma semana após o debate. Ambos são excertos da fala de um mesmo locutor. No excerto (30), o advogado B.R. está realizando uma réplica, em refutação aos argumentos do advogado V.A., advogado de um casal evangélico. Aqui, o advogado B.R. defende alguns argumentos: o primeiro deles é que o Brasil é um Estado laico, logo, orientando o argumento para a seguinte conclusão: "não se pode forçar alguém a seguir uma religião". O segundo argumento, segundo o qual a formação psicológica da criança vai até os sete anos, induzindo à conclusão: a criança será influenciada pela religião dos pais. No final do excerto (30), e em todo o excerto (31), B.R. apresenta argumentos de base histórica, fatos históricos mundiais sobre grandes tragédias motivadas pela religião. É importante retomarmos aqui a disciplina escolar favorita desse aluno, que é História, informada no questionário. Durante o debate e durante a entrevista, o aluno B.R. deu muita ênfase à História. Aquele discurso de intelectualismo, expresso nas respostas do aluno ao questionário, confirma-se nos excertos (30) e (31). Eles dialogam. Outra relação dialógica interessante é entre a menção à leitura de sagas (gênero de prosa épico), presente em uma resposta ao questionário. Uma das origens da palavra "s*aga*" é a palavra bruxa, item lexical retomado durante a entrevista, no excerto *"[...] na época, que pessoas que eram consideradas bruxas [...]*". Certamente, as leituras do gênero saga, a leitura de livros ou as aulas de história, e as notícias internacionais, provavelmente assistidas na TV ou lidas na internet, ressoaram nas falas de B.R. que estamos discutindo.

Em relação às estratégias retóricas adotadas pelo aluno, que apontamos ao analisarmos respostas escritas do questionário, é válido salientarmos que elas também se encontram presentes nesses excertos da fala de B.R. Sendo um aluno de quatorze anos de idade, é notável a linguagem um pouco mais elaborada desse aluno, comparada com a linguagem dos demais

alunos. Observamos a relação dialógica entre o estilo linguístico expresso nas respostas ao questionário e o estilo adotado nos excertos de fala (30) e (31). Delas, podemos extrair exemplos da adoção de estratégias retóricas, cuja função é seduzir esteticamente. Podemos mencionar os seguintes exemplos de itens lexicais mais complexos, não utilizados ou utilizados bem pouco ou nunca pelos outros alunos, durante a atividade: "*ideologias*", "*Estado laico*", "*extremismo*", "*formaçãopsicológica*", "*Dr. V.A.*", "*asCruzadas*", "*embaixadas*", "*TerraSanta*", a tentativa de falar a palavra *Inquisição*, quando supomos ter escutado "*incisão*" etc. Apesar de essas palavras serem de uso corrente por pessoas com um certo conhecimento *livresco*, elas são muito pouco utilizadas pelos alunos da pesquisa, durante a atividade, e, provavelmente, pouco utilizadas no cotidiano de jovens estudantes de escolas públicas, com faixaetária igual aos participantes da pesquisa.

4.4.5 Quarto turno de argumentação: análise da repetição

A repetição (R) de um segmento linguístico matriz (M) não é um fenômeno típico do texto falado, contudo, de acordo com Marcuschi (2015b, p. 207), "é um dos recursos de formulação textual mais presentes na oralidade". Segundo o autor, a repetição possui várias funções: promover a coesão e coerência, organizar o texto discursivamente, dar continuidade à organização tópica, criar estratégias argumentativas e auxiliar na interação entre os interlocutores. No texto escrito, o autor tem tempo para eliminar a repetição, quando isso é necessário, porém, no texto falado, isso é impossível, já que a repetição ocorre *on-line*, sem poder ser apagada. Marcuschi (2015b) esclarece que há duas categorias de repetição: autorrepetição e heterorrepetição. A repetição é entendida pelo autor, não como um descontinuador textual, mas como um elemento processual do texto falado, com particularidades que nos interessam. Para iniciar a análise desse fenômeno, apresentamos o quarto turno de argumentação do debate regrado que investigamos, no excerto (32), o qual mostra as repetições em itálico.

(32)

> **Juíza**: Muito obrigada. Podem se retirarem. O júri está observando? Todos os casais que foram expostos aqui, apresentados? Então podemos seguir chamando o quarto advogado. Com a palavra o Dr. V.l. Ele vai, o casal, vai apresentar o casal número 4: Seu Robson e Dona Fátima. Por favor, se apresentem. Dr. V.L. você terá dois minutos para sua argumentação.

Advogado V.L.: Brigado. Eh. Novamente *bom dia a todos*. Estou aqui representando casal número 4: Robson e Fátima. ((O advogado aumenta o volume de sua voz)) *Estou aqui representando número 4: Robson e Fátima*. Ambos com nível universitário. Robson, um jovem executivo. Chegaram // que *chegaram* // que podendo chegar a um cargo muito alto na diretoria. Mas, há um problema. Dizem ser problema. Ele tem que constantemente estar viajando, mas não consta nos autos do processo que ele viaja todas as semanas, todos os meses. Constantemente. Pode ser uma vez no ano, duas vezes no semestre, num importa. Mas eu pergunto a todos vocês aqui presentes: a mãe de todos vocês eu creio que trabalha e o pai também, nem por isso vocês viraram vagabundos, viraram? Não viraram. Então, o tempo // o Sr, o advogado que vem debater comigo não... não tem nem lógica usar questão do tempo. Consta aqui também... Li todo o processo e nenhum outro casal apresenta isso aqui. "Represen..." "se integra atividade comercial" ( ). Ela diz // a mãe, Fátima, diz que largaria tudo para criar essa criança. Nenhum outro casal diz isso. *Nenhum outro*. Então peço a vocês corpo de jurados que julguem com sabedoria, com amor no coração. Vamos escolher a melhor criança, ah, o melhor casal pra essa criança e:: escolham o meu. Brigado.

Juíza: Neste momento, vamos escolher, sorteando, um outro advogado para usar da tréplica por favor o casal está liberado. M.A., tem a oportunidade, no momento, de fazer a sua réplica. Com o tempo de um minuto.

Advogada M.A.: Bom dia mais uma vez. Queria argumentar que o tempo é o principal problema porque eu vivenciei isso. Eh, normalmente a minha mãe tava casada com meu pai, ele é fotografo, e ele viajava muito. Digamos, o *muito* que é assim: era uma semana comigo outra sem, e aí ia, né? Um mês ficava em casa, outro *mês*, *outro mês*, dias, ficava fora e isso me prejudicou muito. Hoje eu não tenho a mesma intimidade que eu tenho com minha mãe eh., hoje eu não tenho o mesmo, digamos, que aproximação. Carinho agente tem, a gente ama sempre, né, porque é pai. Só que não tem aquela mesma coisa, aquela mesma abertura. Então, o tempo é o principal coisa, é o principal importância na vida de uma criança. Digamos que, quando eu era... quando uma pessoa é criança, ela precisa de um pai pra acompanhar quando ganha uma prova, eu senti falta disso. Quando ganhava uma prova e precisava de dez e precisava daquele abraço e eu não tinha meu pai... pra me dar né... E quando, eh, eu participava de alguma coisa e ganhava também não tinha meu pai pra me parabenizar. Então isso é muito... muito complicado por causa que tempo tem que ser dedicado à criança e por mais que a pessoa fale que tempo não influencia, influencia muito.

Juíza: Muito obrigada. Vai usar da tréplica, doutor?

Advogado V.L.: Sim.

Juíza: Fique à vontade.

Advogado V.L.: Eh ... em primeiro lugar, o caso não se trata da senhora, se trata da criança Isabela. A senhora não, não deveria tá expondo sua vida pessoal no júri. E pra terminar de

constar aqui, consta que a senhora falou seis meses, *seu pai fotografo*, certo? *Fotógrafo*. *Ele não é fotografo. Robson não é fotógrafo*. Ele é um executivo. Executivo não viaja uma várias vezes, viaja de duas vezes um semestre, uma vez no mês. Se a criança tem seis meses, vamos supor que ele chegue daqui a cinco anos, ele pode tá na gerência dessa empresa. Na gerência ele não vai mais precisar viajar tanto. A criança já vai tá com cinco anos, vai ter o amor do pai e o amor da mãe em casa. A senhora acha o que disso?

Juíza: OK.?

Advogado V.L.: Fiz uma pergunta.

Advogada M.A.: Pode responder?

Juíza: Pode.

Advogada M.A.: Eh, novamente queria argumentar que meu tio, eh..., aqui eu posso dar exemplos, e que meu tio é gerenciador de uma empresa e que ele viaja muito. Outro exemplo na minha família; E queria argumentar que tempo novamente é indispensável na vida de uma criança se uma criança viver sem um apoio do pai e constantemente que significa diariamente, eh..., queria salientar isso... eh.... significa que é constantemente. Então uma criança sem o apoio do pai, sem a presença do pai... isso aí... é muito complicado.

No excerto (32), as repetições possuem diversas motivações. A primeira repetição que analisamos se encontra no início do argumento inicial do advogado V.L., no seguinte segmento linguístico: "novamente *bom dia a todos*". Esta é uma autorrepetição, sinalizada pela palavra novamente. O advogado V.L. já havia dado bom dia no primeiro turno de argumentação, no qual realizou uma réplica. Nesse quarto turno de argumentação, o mesmo advogado é o argumentador principal, em defesa do casal Robson e Fátima. A repetição aqui é mais uma forma de mostrar polidez e uma forma de repetir um protocolo perante a plateia, no início de um outro turno de argumentação.

A segunda repetição que selecionamos está no segmento: "estou aqui representando casal número 4: Robson e Fátima. ((O advogado aumenta o volume de sua voz)) *Estou aqui representando número 4: Robson e Fátima*". A repetição ocorrida nesse segmento possui uma função interativa, já que o advogado percebe que estava falando baixo e decide repetir um segmento com um volume de voz mais alto, para que pudesse ser ouvido por todos. V.L. acaba intensificando o segmento por meio da repetição. Apropriando-nos de Marcuschi (2015b, p. 217), classificamos essa ocorrência como uma repetição de "construção oracional", ou seja, a repetição de uma estrutura oracional completa, mesmo que haja, como é o caso aqui, uma elipse (essa R possui a elipse de "o casal", presente no M). É válido ressaltar que essa repetição visa facilitar a compreensão do interlocutor. Esse caso de repetição, em análise,

é uma autorrepetição. V.L. repete uma construção já falada por ele, mas há também uma heterorrepetição, quando V.L. repete (de forma semelhante, mas não de forma integral) um M falado anteriormente por uma outra pessoa (a juíza): "*o casal número 4: Seu Robson e Dona Fátima*". V.L., nesse momento, deseja apresentar o casal que ele está defendendo. Logo, essa repetição parece necessária, e possui uma função de orientar o interlocutor quanto ao tópico discursivo do quarto turno de argumentação: as propostas argumentativas a favor e contra o casal Robson e Fátima. Assim, observamos, nessa autorrepetição, importante função coesiva.

A terceira repetição que analisamos está na fala do advogado V.L e se encontra no segmento: "chegaram // que *chegaram* // que podendo chegar a um cargo muito alto na diretoria". Nesse segmento, sobre a primeira ocorrência da palavra "chegaram" recaí uma hesitação, que demonstra uma dificuldade de processamento da fala, uma busca pelo que deve ser dito. Em seguida, na segunda ocorrência da palavra "chegaram", V.L. realiza uma repetição de nível suboracional, ou seja, há uma tentativa de elaborar uma oração, contudo ela não se completa. Essa repetição vem acompanhada do pronome relativo "que", por essa razão, essa é uma repetição nãoidêntica, pois possui variação, também chamada por Marcuschi (2015b, p. 209) de repetição "semelhante".

A quarta repetição que analisamos está no segmento "Nenhum outro casal diz isso. *Nenhum outro*". Em primeiro lugar, essa repetição possui um importante valor argumentativo, pois é uma repetição que busca dar ênfase ao argumento: Fátima afirma que largaria tudo para cuidar de Isabela, enquanto nenhum casal diz isso. Em segundo lugar, há um valor retórico relevante de observação no nível do processo formulativo do segmento em análise, que apresenta um paralelismo, uma forma simétrica na construção oracional, que revela um valor retórico relacionado à função estética da linguagem.

A quinta repetição que elegemos para análise é "Ele viajava muito. Digamos, o *muito* que é assim: era uma semana comigo outra sem, e aí ia, né? Um mês ficava em casa, outro *mês*, *outro mês*, dias, ficava fora". Nesse caso, temos a repetição de itens lexicais. O primeiro item lexical é a palavra "muito", repetição de uma palavra, que é retomada para que possa ser explicada. É o caso da repetição cuja função é esclarecer, como já observou Marcuschi (2015b, p. 226). Isso fica claro no segmento "o muito que é assim", equivalendo a "ou seja", ou "quer dizer", por exemplo. Outra observação que queremos fazer é que, de acordo com Marcuschi (2015b, p.208) "há uma grande diferença entre repetir elementos linguísticos e repetir o mesmo conteúdo". A repetição da palavra "*muito*" no segmento que estamos analisando repete também o mesmo conteúdo. Já no caso do segundo item lexical repetido, que é a palavra "*mês*", temos uma repetição de um elemento linguístico, mas não a repetição

do mesmo conteúdo. O item matriz "mês" refere-se ao mês que o pai da advogada M.A. ficava em casa, enquanto a palavra retomada "mês" (na segunda ocorrência dessa palavra) refere-se a um mês diferente do mês em que o seu pai ficava fora, viajando.

A sexta e última ocorrência de repetição que discutimos nesta investigação se encontra no segmento: "*seu pai fotografo*, certo? *Fotógrafo*. *Ele não é fotógrafo*. *Robson não é fotógrafo*". Nesse segmento, vemos a heterorrepetição bastante acentuada. A partir de um M falado pela advogada M.A., o advogado V.L. realiza três heterorrepetições, a saber:

- M (Fala da advogada M.A.): "*ele [o pai da advogada M.A.] é fotografo".*
- R1 (fala do advogado V.L.): "*seu pai fotógrafo"* – apesar da elipse do verbo ser, denota-se uma construção oracional. É uma repetição do que M.A. falou. O segmento repetido é semelhante (não exatamente igual). Em M temos *"ele"*, já em R1, temos "*seu pai*". Entretanto, o mesmo conteúdo é repetido por V.L. (embora falado com um segmento com variação).
- R2 (fala do advogado V.L.): "*fotógrafo*" – construção lexical. Repetição idêntica.
- R3 (fala do advogado V.L.): "*Ele [Robson, candidato à adoção] não é fotografo"* – repetição de um item lexical de M, por meio de uma R realizada em uma construção oracional plena, mas uma oração diferente de M. Aqui, o sujeito da oração muda – não é mais o pai de M.A., mas *"Robson"*. Há repetição de um item lexical, não da oração e nem do conteúdo. R3 possui forte orientação argumentativa, alto poder de adesão, pois se o argumento de M.A. é que um fotógrafo não tem muito tempo para dedicar aos filhos, esse argumento não vale para Robson, já que ele não é fotógrafo.
- R4: *"Robson não é fotógrafo*." – Construção oracional completa. Repetição semelhante (nãoidêntica), do segmento anterior. A variação é que em R4 o sujeito não é "ele" e sim "Robson". Mas há o mesmo conteúdo em R3 e R4.

No segmento em R4,último segmento que estamos analisando, a repetição possui uma forte função argumentativa. Quando V.L. diz que Robson não é fotógrafo ele pretende contra-argumentar, invalidar um argumento contido na fala da advogada M.A., que utiliza um exemplo pessoal real (seu pai é fotógrafo) e viaja muito. Esse argumento dessa advogada objetivou dizer que Robson, cliente do advogado V.L., que é um executivo viajante, não é uma boa opção de pai para a menina Isabela, pois a falta de tempo dedicado à criança pode vir

a prejudicá-la. A advogada diz que seu pai é fotógrafo e viaja muito e que isso a prejudicou. Por sua vez, o advogado V.L. tenta invalidar o argumento da advogada M.A., ao dizer que o seu cliente não é fotógrafo, e, sim, um executivo, ou seja, ele tenta dizer que o exemplo dela não pode ser utilizado aqui, pois se trata de profissões completamente diferentes. Esse é um caso em que há uma série de quatro repetições, cuja função é intensificar e fortalecer um argumento.

Os nossos dados apresentam repetições em diferentes formas, com funções diversas. Discutimos apenas as mais relevantes para essa discussão. A análise nos possibilita dizer que a ocorrência da repetição no texto oral destaca de forma bastante acentuada o caráter dialógico da linguagem: a interação entre sujeitos, especialmente na heterorrepetição, a qual revela colaboração entre os debatedores na construção do texto falado do debate. Além disso, o estudo desse fenômeno no debate nos mostra que a repetição pode ser uma poderosa estratégia argumentativa e discursiva. Algumas ocorrências de repetição em nosso *corpus* foram utilizadas para criar contraste, enfatizar e retificar ideias. Em alguns casos, a repetição afetou diretamente o estilo da construção textual, elaborando um *bem-falar* por meio de paralelismos sintáticos e simetrias na construção textual, revelando uma orientação retórica importante, cuja função foi persuadir pelo estilo linguístico.

Ainda do quarto turno de argumentação, analisamos outra tentativa do advogado V.L. de persuadir os interlocutores pela comoção. Isso se encontra no seguinte segmento linguístico: *"Então peço a vocês corpo de jurados que julguem com sabedoria, com amor no coração"*. Nesse segmento, V.L. tenta tocar a emoção dos membros do corpo de jurados e, por essa via, conquistar o intelecto deles, para ganhar sua adesão.

O último segmento que analisamos do quarto turno de argumentação possui um exemplo de argumento chamado por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) *argumento que visa fundar a estrutura do real*. De acordo com os autores, esse tipo de argumento cria precedente a partir de algo já conhecido pelo auditório, possuindo grande força argumentativa. O segmento selecionado para essa análise é: *"Mas eu pergunto a todos vocês aqui presentes: a mãe de todos vocês eu creio que trabalha e o pai também, nem por isso vocês viraram vagabundos, viraram? Não viraram"*. Aqui, o que é conhecido pelo auditório é que, geralmente, os pais trabalham e podem criar filhos normalmente, sem que eles se tornem vagabundos. Isso é um fato que argumenta a favor de Robson e Fátima, casal que trabalha e é defendido por V.L. Um precedente que visa ser um parâmetro para algo futuro, visa criar a ideia de que Robson e Fátima, mesmo trabalhando, podem adotar Isabela e lhe proporcionar uma boa criação.

Em nosso próximo item, analisamos a mistura de repetição que coocorre com a hesitação, a categoria chamada de *repetição hesitativa*.

4.4.6 Quinto turno de argumentação: análise da repetição hesitativa

Segundo Marcuschi (2015a, p. 56), a repetição hesitativa é um tipo de repetição de itens funcionais, itens lexicais ou marcadores discursivos acumulados, acompanhada de hesitação, que geralmente recai sobre um ou mais itens repetidos. O autor salienta que esse tipo de repetição parece insignificante, contudo, possui valores pragmáticos, discursivos e semânticos importantes. Para a discussão dessa categoria, apresentamos o quinto turno de argumentação do nosso debate investigado, no excerto (33), no qual a repetição hesitativa está em itálico.

(33)

Juíza: [...] Casal número 1, número 2, número 3, número 4 foram apresentados. Temos a oportunidade de ser apresentado a cada um de vocês o casal número cinco. Então chamaremos o Dr. B.R. que fazer essa apresentação. O casal, por favor, Seu Valdeci... e Dona Mara... Querendo salientar, o Dr. Tem dois minutos para expor os seus argumentos.

Advogado B.R.: Senhora, brigado. Eh:: mais uma vez, bom dia a todo mundo. Eh.::: aqui no processo consta... Aqui *a // a:::* dona ... ((procurando alguma informação em um texto escrito que tem em mãos))

Juíza: Valdeci
]

Advogado B.R.: Valdeci e Mara. Valdeci e Mara. Eh:: o meu casal. Ela com trinta anos tal, ele com trinta e cinco, eh ex-jogador de futebol, ela modelo profissional, ele tendo alcançado fama internacional, independência econômica, que é muito importante pra formação de uma criança. Vemos hoje favelas *em // em... em* subúrbios crianças que não tiveram oportunidade de ter um pai que investisse na educação dela. Um pais que investissem nela mesmo, no futuro... Acabaram se tornando traficantes, acabaram se tornando pessoas sem uma ideologia boa pra nossa sociedade. E o que eu quero constar aqui é que o meu casal ele tem totalmente preparo pra cuidar dessa criança, os dois têm uma condição financeira agradável e eh:: por azar da vida, por ironia do destino, eles não podem ter filhos, gerando mais um motivo par que eles tenham essa criança.

Juíza: Eh... temos a oportunidade de sortear mais um advogado para a réplica. Por favor, estão liberado o casal. O Dr. D.B.... o senhor terá um minuto para isso, OK.?

Advogado D.B.: Mais uma vez, bom dia. Bom, eh::: no caso, o marido do casal, aqui que consta que tem nível primário.

] ((um sino de mesa é acionado pela juíza))

Juíza: Por favor, doutor, fale mais alto e direcionado aos jurados.

Advogado D.B.: Eh, aqui consta que o marido do casal tem nível primário, ou seja, abandonou os estudos. Se ele abandonou os estudos, que exemplo vai dar pra criança? A criança vai pensar: bom, meu pai abandonou os estudos, então, por que eu tenho que fazer isso? Isso vai causar muitos problemas, sem contar que está desempregado. Nada mais a dizer.

Juíza: Vai usar da tréplica, tréplica, doutor?

Advogado B. R.: Sim, senhora.

Juíza: Se manifeste, por favor.

Advogado B.R.: Bom, Dr. D.B. Eh::: o nível primário não justifica educação posterior de uma criança. Temos inúmeros casos, eu não vou citar exemplos pessoais, porém temos inúmeros casos de pessoas que são catadores de latinha, que são lixeiros e tudo...e tiveram filhos que se esforçaram, que receberam uma educação boa, não uma educação, digamos assim, a educação que o pai viveu na escola. Mas educação de família mesmo que hoje se esforçam pra ser advogados médicos e a gente vê que eles conseguem, apesar da oportunidade ser menor. A mãe, ela tem nível universitário. Então isso não influenciaria muito. A mãe é a principal imagem de uma criança pro crescimento dela. Outra coisa que eu queria constar aqui só pra concluir minha tréplica é que vocês, como pais, como futuros pais, toda criança quando ela nasce, quando ela é pequena, ela sempre brinca de boneca, brinca de casinha. No que? No sonho de um dia ser uma mãe. Eu, eu até acuso, eu até::: eh::: arrisco a dizer que isso é um instinto feminino, ser mãe. Agora eu pergunto a vocês: esses pais que não podem ter filhos, qual seria a única chance deles poderem cuidar de uma criança, dessa mãe que a esperanças foram praticamente perdidas? Qual seria a única chance desse casal poder ter um filho, cuidar, dizer assim: eu tenho um filho, amar, dar carinho, amor e tudo que a criança merece? Deixo o questionamento pra vocês analisarem. Brigado.

No excerto (33), há duas ocorrências de repetição hesitativa. A primeira está no segmento: "Aqui *a // a:::* dona ... ((procurando alguma informação em um texto escrito que tem em mãos))". Esse caso mostra a duplicação de um item funcional, neste caso um artigo indefinido. Como temos dito, apoiados em Marcuschi (2015a), a hesitação dá preferência para palavras curtas (geralmente monossílabos) e essa ocorrência de repetição hesitativa corrobora essa premissa. Importante observarmos que a ocorrência do primeiro "a" não é hesitativa, além de que ele é parte integrante da oração. A hesitação (materializada por meio de um item funcional juntamente com um alongamento vocálico) recaiu sobre o segundo "a", que não é

parte da oração, sendo uma repetição que revela uma dificuldade de processar os nomes fictícios dos casais[19], tanto que o advogado B.R. vai no *script* do perfil do casal, que tem em mãos, para consultá-lo, ao mesmo tempo em que seu rosto mostra uma sensação de estranhamento ao pronunciar os nomes fictícios.

O segundo caso de repetição hesitativa do quinto turno argumentativo está presente no seguinte segmento linguístico: "Vemos hoje favelas *em // em // em* subúrbios crianças que não tiveram oportunidade de ter um pai que investisse na educação dela". Aqui, temos um item funcional triplicado. A hesitação recai sobre as duas primeiras ocorrências da palavra "em" no segmento, que parecem estar fora da oração, com função meramente hesitativa e interruptora da estrutura sintática em curso, enquanto o terceiro "em" já é parte integrante da oração, retomada que completa o que estava faltando, retomando o processamento da oração em curso.

As repetições hesitativas ocorreram em vários outros momentos do debate que estamos investigando. No excerto (33), há apenas duas ocorrências, que nos permitiram levantar uma breve discussão sobre esse fenômeno. Podemos afirmar que a repetição hesitativa no excerto em análise revela uma dificuldade no processamento daquilo que deve ser falado, possivelmente motivado por uma busca pelas palavras e informações que devem ser processadas. É muito comum em nosso *corpus* que a repetição hesitativa ocorra por meio de palavras curtas, de uma ou duas sílabas, sobretudo por meio de itens funcionais. Percebemos que as ocorrências de repetições hesitativas, em sua maioria, não possuem a função de reforçar, intensificar um segmento ou argumentar. O fato de uma hesitação estar repetida apenas revela uma dificuldade ainda maior no processamento da fala ou uma dificuldade cognitiva em selecionar informações e/ou constituintes linguísticos para a oração. Assim, percebemos que esse tipo de repetição é da ordem da dificuldade do processamento do texto. É valido ressaltarmos que os itens repetidos que não recebem a hesitação e que se integram à oração possuem uma função coesiva importante, pois são retomadas importantes para a continuidade tópica.

Nesse quinto turno de argumentação, o advogado B.R. defende o casal Valdeci e Mara. Valdeci possui apenas nível escolar primário. D.B. argumenta que ter pais com baixa escolaridade não impede que uma pessoa avance nos estudos. Ao ser perguntado em

[19] No debate que realizamos para fins dessa investigação, os únicos personagens que utilizaram nomes fictícios foram os casais. Os demais personagens utilizaram seus nomes reais, por isso utilizamos na transcrição do debate as iniciais desses nomes reais. Diferentemente, os nomes dos casais são fictícios e, por essa razão, eles são transcritos integralmente no texto.

entrevista acerca desse argumento, B.R. explica de onde retira esse argumento. Apresentamos essa parte da entrevista no excerto (34):

(34)

> **Pesquisador**: No debate você também diz que a baixa escolaridade dos pais não influencia o nível de escolaridade dos filhos. Você traz exemplos de catadores de latinhas, lixeiros que têm filhos que estudaram e se tornaram advogados e médicos. De onde você traz isso? Onde você viu/ouviu isso?
>
> **B.R.***(em entrevista)*: Ah, tem vários, tem vários exemplos na internet. Eu até falei no debate que não queria citar da minha vida pessoal, mas, por exemplo, eu tenho um tio que ele só fez até a quarta série e hoje o filho dele acho que tá no quarto semestre de arquitetura e urbanismo e a namorada do filho dele, que praticamente moraram juntos com os pais e tudo, tá fazendo Direito. Então, a gente vê que se um filho, o pai vai chegar e vai falar pra ele "meu filho você tem que estudar. Eu não estudei, mas você tem que estudar, tal". É aquela questão "faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço". Se o pai, eh, ensinar esse filho a andar nesse caminho, o filho no futuro ele vai se esforçar pra atingir o que ele quer, entendeu? Tem... tem vários exemplos, isso. É só pesquisar na internet etc.

Com base em Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), podemos afirmar que, nesse excerto da entrevista, D.B. utiliza um *argumento que visa fundar a estrutura do real*. Em entrevista, D.B. menciona o exemplo que possa criar um precedente: um tio seu estudou apenas até a quarta série primária, contudo, seu filho estuda hoje o quarto semestre de Arquitetura e Urbanismo. Ao utilizaresse exemplo real desse membro de sua família, cuja escolaridade baixa não foi um impedimento para que o seu filho estivesse fazendo um curso superior, B.R. ganha força argumentativa para *fundar* a ideia de que Valdeci, embora com baixa escolaridade, poderá ser um incentivo e não um impedimento para que a menina Isabela avance em seus estudos. Essa proposta argumentativa é bastante dialógica, pois interage com a história de vida desse aluno.

Outro momento bastante retórico da fala de B.R. é quando ele diz: "Qual seria a única chance desse casal poder ter um filho, cuidar, dizer assim: eu tenho um filho, amar, dar carinho, amor e tudo que a criança merece? Deixo o questionamento pra vocês analisarem". Nesse segmento, B.R. recorre à tentativa de *excitar a afetividade* dos membros do corpo de jurados, estratégia retórica apontada por Tringali (1988, p. 21). B.R. objetiva levar os jurados a acreditarem que adotar Isabela é a única chance desse casal ter um filho, já que eles não podem gerar um, conforme aponta o perfil do casal.

A argumentação pela língua se dá claramente em dois segmentos utilizadas pelo advogado B.R. O segmento "*oportunidade* de ter um pai", informa que Isabela não tem um pai, mas vai além de passar essa informação. O segmento argumenta, nos induzindo a pensar que estamos diante da oportunidade de dar um pai a Isabela e precisamos fazer isso. Essa palavra induz os interlocutores a pensarem: *não podemos negar essa oportunidade a essa criança órfã*, *precisamos salvá-la do abandono*. O segmento "*investir no futuro*", tenta persuadir os interlocutores de que Valdeci e Mara farão planos e esforços para dar a Isabela uma vida feliz. As palavras investimento e futuro chamam a atenção, possuem orientação positiva e forte orientação argumentativa. São palavras que não apenas informam, elas argumentam, criando sentidos positivos para a possibilidade de Valdeci e Mara adotarem essa menina que foi abandonada. Analisamos, a partir de agora, o sexto turno de argumentação, que introduz a discussão acerca dos operadores argumentativos.

4.4.7 Sexto turno de argumentação: análise introdutória dos operadores argumentativos/discursivos

A partir dos estudos de Ducrot (1987), Koch (2011) e Koch e Elias (2016) desenvolvem estudos importantes acerca dos operadores argumentativos, também chamados por elas de operadores discursivos, porque são formas linguísticas orientadas para a argumentação, mas também para o discurso, ou seja, esses operadores possuem a função de orientar a direção argumentativa do enunciado e sua direção discursiva. Estão nessa categoria alguns morfemas, vocábulos, conectivos, pertencentes a algumas categorias gramaticais (conectivos, conjunções, advérbios, locuções diversas), ou vocábulos que não se classificam em nenhuma categoria gramatical. É válido relembrarmos que Koch e Elias (2016, p. 61-62) estudam os operadores argumentativos associados a duas noções básicas da semântica argumentativa, a saber: *classe argumentativa (*conjunto de elementos que apontam ou orientam para uma mesma conclusão)e *escala argumentativa (*escala gradativa – crescente e decrescente – contendo argumentos mais fortes ou mais fracos orientados para uma mesma conclusão).

Pretendemos, neste trabalho, analisar os operadores argumentativos/discursivos que surgiram em nosso *corpus*, com foco na direção argumentativa e discursiva que eles estabelecem nos enunciados produzidos pelos participantes do debate. Para discutir as funções argumentativas e discursivas dos operadores, fizemos o seguinte: em primeiro lugar, trouxemos excertos das falas de alguns advogados, nas quais encontramos operadores

argumentativos. Em segundo lugar, analisamos excertos do voto de cada membro do corpo de jurados, pois eles justificam o seu voto com argumentos, sendo que em toda essa votação aparecem operadores argumentativos. Atribuímos, para os operadores que analisamos, a classificação que apontamos no item 2.3 (argumentação), a partir de Koch (2011) e Koch e Elias (2016). Analisamos os operadores argumentativos em dois momentos do debate: no sexto turno de argumentação e no momento da votação dos jurados. Apresentamos, no excerto (35), o sexto turno de argumentação, no qual os operadores argumentativos analisados estão sublinhados e em itálico.

(35)

Juíza: Muito obrigada, muito obrigada. Podeis sentar. Peço jurados que reflitam bastante prestem atenção porque irá se apresentar agora o último casal. Então com a palavra Drª E.O. que irá apresentar dona Maria e seu Daniel. Por favor... ((Longa pausa))

Juíza: Terá um minuto... dois minutos para sua argumentação.

Advogada E.O.: Bom dia. Eu sou Drª E.O. e vim apresentar pra vocês o casal número 6, Daniel e Maria. Ambos com 63 anos, quarenta e três anos de casado com uma união e tem uma condição financeira boa. Tem dois filhos que residem no exterior e seguem carreira diplomática. Meus clientes criaram seus filhos e lhe possibilitaram a realização profissional. Por possuírem um espírito jovem e estarem uma condição financeira estável, desejam sim adotar a criança Isabela.

Juíza: Passaremos a réplica pra um outro advogado que iremos sortear nesse momento. Dr. V.A., por favor, tem oportunidade de fazer a sua réplica. O casal está liberado.

Advogado V.A.: Bom, esse casal tem sessenta e três anos. Daqui a três anos, seus filhos vão ter... seu... seus filhos vão ter dez anos e eles vão ter setenta e três. Vamos jogar... eh::: toda responsabilidade de cuidar do casal porque eles vão ter que:: vão ter que ter um pique muito... eh::: muito:: eh::: muito grande pra acompanhar seus filhos. Com 73 anos... que:: o seu... os seus outros filhos que:: que foram pra o exterior, já *nem*voltam mais pra casa. Não tem que cuidar. Daqui a uns anos vamos jogar toda responsabilidade pra uma criança de 10 anos ou de 12, em sua...em sua infância ainda, em sua juventude para que:: eh:: ele possa cuidar do casal, um casal que deveria tá dando atenção, que deveria estar com ele em todos os momentos. Vamos... eh::: eh::: poupar essa criança de uma infância, de uma juventude que poderia ser...eh::: liberal. Vamos prender...prender essa criança em casa pra que? Pra tá levando água pra... pra... eh::: seus pais? Isso, isso eu acho errado e quero que vocês eh... pensem nisso. Que... eh::: como vamos... eh::: colocar uma criança nas mãos de um casal que vai depender dela daqui a 10 anos? Que vai depender de uma criança pra tudo? Uma criança que não tem nem responsabilidade de fazer muitas coisas ainda. Não vai poder sair de casa. Vai ser

poupada de uma... de uma juventude... eh::: eh::: que::: que::: eu, eu tive, uma juventude muito boa, porque meus pais teriam pique, tinham pique pra me acompanhar e tem. E ::: eh::: eu acho que essa criança vai sentir falta de um pai, eh::: na ativa, de uma mãe na ativa, e vai, eh::: eh::: vão ter, vai ter motivos pra:: pra::: perder essa infância e essa juventude. Nada a de::: nada mais a declarar.

Juíza: Brigado. Vai usar a tréplica, doutora?

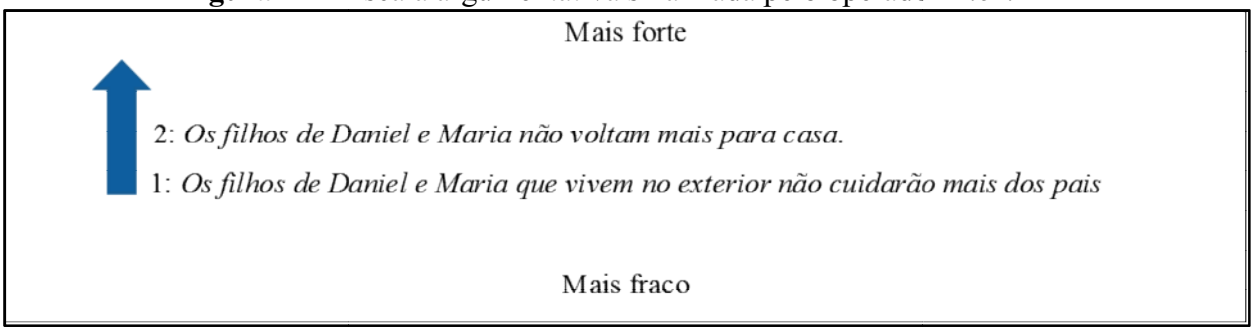
Advogada E.O.: Sim.

Juíza: Fique à vontade.

Advogada E.O.: Como Dr. V.A. falou, eles têm ... os pais *já* fizeram … além deles terem 63 anos, eles **já** fizeram uma reunião com seus filhos. E eles prometeram a dar *total* suporte e apoio se acaso acontecesse alguma coisa com eles.

No excerto (35), sexto e último turno de argumentação do debate regrado deliberativo, iniciamos a análise dos operadores argumentativos, análise esta que continua no item 4.4.8 – Votação. No sexto turno, o primeiro operador argumentativo que analisamos é o operador "nem", que se encontra no seguinte segmento linguístico: "os seus outros filhos que... que foram pra o exterior, já *nem* voltam mais pra casa", excerto de fala do advogado V.A., que está realizando uma réplica, refutando os argumentos da advogada E.O., que é a advogada de Daniel e Maria (ambos com 63 anos de idade). V.A. sugere, no excerto (35), que daqui a dez anos, o casal estará com 73 anos de idade e Isabela com 10 ou 12 anos, sendo que, caso esse casal a adote, ela perderá sua infância e juventude cuidando dos pais, que estarão bastante idosos e precisarão de maiores cuidados. O advogado V.A. utiliza o operador "*nem"* que indica o argumento mais forte de uma escala argumentativa a favor de uma determinada conclusão, conforme mostramos na Figura 12:

Figura 12 – Escala argumentativa sinalizada pelo operador "*nem"*



Fonte: Elaborada pelo pesquisador, com base em Koch e Elias (2016, p. 76).

O operador "nem", sinaliza qual dos dois argumentos da escala é o mais forte. Esse operador está sendo utilizado dentro de uma escala argumentativa em uma mesma classe

argumentativa, ou seja, *revelando elementos orientados para uma mesma conclusão.* A presente classe argumentativa está orientada para a seguinte a conclusão: *Isabela, tão jovem, terá que cuidar dos pais idosos*, ideia considerada absurda para o advogado V.A., que tenta persuadir os interlocutores retoricamente, apelando para a comoção, sugerindo a ideia: *Coitadinha de Isabela, que terá de sacrificar os preciosos anos da vida cuidando dos pais idosos*. *Por favor, salvem essa garota, que já sofreu tanto*. Essa estratégia argumentativa é bastante utilizada em tribunais, visando tocar, excitar as emoções dos jurados. O aluno deve ter conhecimento disso. Isso reflete o quanto a linguagem é dialógica.

Outros dois operadores argumentativos aparecem no seguinte segmento: "eles têm… os pais *já* fizeram...além deles terem 63 anos, eles *já* fizeram uma reunião com seus filhos. E eles prometeram a dar *total* suporte e apoio se acaso acontecesse alguma coisa com eles". Nesse segmento, a advogada E.O., está em uma tréplica, refutando a réplica do advogado V.A., que se opôs a qualquer possibilidade de o casal de idosos adotar Isabela. A advogada E.O. utiliza dois operadores argumentativos. O primeiro deles é "*já"* (repetido, com função intensificadora do argumento). Esse operador, nesse caso[20], introduz no enunciado um conteúdo pressuposto, a saber: *Daniel e Maria fizeram uma reunião com seus filhos para tratar de possíveis problemas enfrentados no seu envelhecimento*. Esse é um pressuposto para a conclusão à qual a advogada quer sugerir, da qual já falaremos. O segundo operador utilizado por E.O, aqui, é "*total"*, operador que está direcionando, argumentativamente, o enunciado para uma afirmação plena: os filhos diplomatas de Daniel e Maria darão TODO suporte que eles precisarem na velhice. Nessa direção, nossa interpretação é que os dois operadores que aparecem no excerto (54) estão conduzindo o enunciado para a seguinte conclusão: *Isabela não estará sozinha e não terá que cuidar dos idosos, pois os filhos biológicos farão isso*. Essa conclusão é uma tentativa de refutar os argumentos do advogado V.A., que defendem que a idade de Daniel e Maria é um problema nesse processo de adoção.

Ancorados nos pressupostos teóricos da Nova Retórica, podemos afirmar que o advogado V.A. utilizou um tipo de argumento chamado *argumento quase lógico*, ao dizer que Daniel e Maria terão pouca disposição física para cuidar de uma criança daqui a alguns anos. Isabela está com seis meses de idade. Caso Daniel e Maria a adotem, Isabela será uma adolescente com pais já bastante idosos. Não estamos, com isso, dizendo que esse casal é inadequado para adotar a menina, mas fato é que um casal mais jovem teria mais disposição

[20] Segundo Koch (2011, p.103), o operador argumentativo "*já*", além de indicar conteúdo pressuposto, pode, também, sinalizar mudança de estado, como na frase que elaboramos a seguir: Meu filho Joaquim está na faculdade, *já* meu outro filho Pedro não quer estudar. Ou: A professora já não tem mais prazer em lecionar (tinha antes, não tem mais agora).

física para cuidar de uma criança. Essa não é uma lógica matemática, mas essa comparação nos permite perceber o poder de adesão desse *argumento quase lógico*.

A partir de agora, analisamos a votação dos membros do corpo de jurados, na qual aprofundamos nossa discussão acerca dos operadores argumentativos, além de que, retornamos ao fenômeno da correção para apontarmos uma ocorrência importante de heterocorreção.

4.4.8 Deliberação: análise de operadores argumentativos e heterocorreção

Por se tratar de um debate deliberativo, uma decisão deveria ser tomada no final do debate. A decisão era: decidir qual dos seis casais candidatos possuía as melhores condições para adotar Isabela. Cabia a cada um dos sete membros do corpo de jurados decidir. Caso houvesse empate, a deliberação seria feita pela juíza. Cada um dos sete membros do corpo de jurados votou abertamente, justificando sua escolha oralmente. Apresentamos toda a votação, na qual damos continuidade ao estudo dos operadores argumentativos, retomando também nossa discussão acerca do fenômeno da correção, por termos encontrado, durante a votação, uma heterocorreção relevante para esta investigação. Para a análise dos operadores argumentativos, estudamos cada voto separadamente. Após mostrarmos a votação na íntegra e discutirmos acerca dos operadores, retomamos alguns excertos dessa votação para analisarmos a heterocorreção que queremos discutir. O excerto (36), início da deliberação, contém o operador argumentativo "e", que está em itálico e sublinhado, no voto do primeiro jurado. Vejamos:

(36)

> **Juíza**: Muito obrigada. Os jurados perceberam que todos os casais foram apresentados? Pensem, reflitam, pois o processo de adoção não é fácil. Por favor. Percebam que as pessoas interessadas nas crianças ou adolescentes devem apresentar uma documentação sobre suas condições de vida a fim de garantir que o jovem adotado ou a criança, no caso de Isabela adotada, terá conforto e segurança. Mas o primeiro passo é querer. Quem decidiu e está preparado pra adorar deve procurar, como foi procurada aqui, A Vara de Infância e Juventude do município e organizar toda documentação necessária e todos organizar a documentação estão em dias. Cabe aos senhores olhar, observar, analisar o perfil de cada casal que irá enquadrar e, posteriormente, adotar esta criança. Queremos salientar que a idade mínima para se habilitar à adoção é de 18 anos, independente do estado civil desde que seja respeitada a diferença de 16 anos entre quem deseja adotar e a criança a ser adotada. Depois disso, será

preciso fazer uma petição preparada por um defensor público ou um advogado particular, que após ser aprovada, vai habilitar os pais a entrarem no cadastro nacional e na fila de espera. Então, devemos, nesse momento, perceber que... eh... irão adotar, vão passar por uma avaliação psicológica e social além de receber orientação. Podem adotar pessoas solteiras, viúvas ou que vivem em união estável também podem adotar. Então neste momento, pensem, repensem, analisem e vocês estão com a oportunidade de estar tendo essa responsabilidade na qual deverá fazer a escolha do casal que adotará Isabela. Essa, a votação será em aberto. Então, todos irão justificar essa votação. Então vamos dar um tempo pra vocês pensarem porque a votação já vai se iniciar.

((Recesso de alguns minutos))

Juíza: Atenção, por favor. O conselho de sentença se sente apto a julgar o processo? Ou precisa de algum esclarecimento extra? Tenho por parte dos autos aqui em minhas mãos a explicação necessário. Caso contrário, pode prosseguir. Sim ou não? Posso prosseguir? Estão aptos? OK. Então, vocês vão já fazer a votação.

1º jurado: Bom, eu voto no casal número cinco, Valdeci e Mara. A questão dele ser negro e a criança ser branca, eh... uma hora ela vai ter que saber que foi adotada. Eu acho que eles dois tem uma boa condição *e* que a criança vai ser feliz com eles.

O voto do primeiro jurado, no excerto (36), contém o operador argumentativo "*e*", que tem por função somar, aqui, dois argumentos a favor de uma mesma conclusão, conforme detalhamos a seguir:

- 1º argumento: *Valdeci e Mara tem uma boa condição financeira*.
- 2º argumento: *Isabela será feliz ao ser adotada por este casal*.
- Conclusão para a qual são orientados os dois argumentos: *Valdeci e Mara são o melhor casal para a adoção*.

Assim, o operador "e", aqui, soma argumentos, como uma maneira de dar maior força argumentativa ao enunciado. Outro ponto relevante de observação é a associação feita nesse primeiro voto entre a boa condição financeira do casal e a felicidade de Isabela, revelando uma questão ideológica comum, bastante compartilhada, a de que um casal precisa ter uma condição financeira capaz de suprir as necessidades materiais de um filho. Os juízes certamente levam isso em consideração em um processo de adoção. O aluno que foi o primeiro jurado a votar tem conhecimento disso. Seu argumento revela o dialogismo que ocorre entre discursos.

Passemos para o próximo voto, o excerto (37), a seguir:

(37)

> **2º jurado**: Eu escolho o casal número cinco, Valdeci e Mara, casal negro. Eles vivem sem problemas financeiros, *mas* não podem ter filhos e que *além de*les não poderem ter filhos que vão dar *todo* carinho e amor pra essa criança, eles não vão ter problemas financeiros. Não vai faltar *nada*.

No excerto (37), o segundo jurado utiliza quatro operadores argumentativos, quais sejam: "*mas", além de, "todo" e "nada*". Analisamos cada um separadamente. O primeiro operador desse excerto, "*mas*", está contrapondo dois argumentos orientados para conclusões contrárias, conforme descrevemos a seguir:

- 1º argumento: *Valdeci e Mara vivem sem problemas financeiros*

Conclusão para a qual esse argumento é orientado: O casal tem condições financeiras para terem filhos.

- 2° argumento: Valdeci e Mara não podem ter filhos.

Conclusão para a qual esse argumento é orientado: O casal não tem condições físicas/biológicas para ter filhos.

Como vimos, o "*mas*" está sinalizando duas conclusões opostas, configurando uma empreitada com bastante força persuasiva: o casal tem condições de proporcionar conforto material a esta criança, contudo não podem gerar um filho, sendo a adoção a sua única chance de serem pais. Percebemos, nesse argumento, a tentativa de comover os interlocutores, envolvendo-os emocionalmente, para conseguir sua adesão à ideia de que Valdeci e Mara devem adotar Isabela. Dizer que o casal não pode ter filhos induz à ideia de que eles merecem essa única chance de serem pais. Essa é uma estratégia argumentativa que visa persuadir os interlocutores pela comoção.

Analisemos, então, o segundo operador do excerto (37), a saber: "*além de*".

O operador "*além de*" está, no excerto (37), somando três argumentos a favor de uma mesma conclusão, conforme os seguintes detalhes que expomos a seguir:

- 1° argumento: *Valdeci e Mara não podem ter filhos*.
- 2° argumento: *Valdeci e Mara darão amor e carinho a Isabela*.

- 3º argumento: *Valdeci e Mara não terão problemas financeiros*.
- Conclusão para a qual os três argumentos são orientados: *Valdeci e Mara é o casal mais adequado para adotar Isabela*.

Assim, o operador "*além de*", neste caso, intensifica a conclusão à qual o locutor deseja estabelecer, pela capacidade de agregar vários argumentos em favor dessa conclusão.

Passemos para a análise do terceiro operador do excerto (37), qual seja: "*todo"*.

O operador argumentativo "*todo*" tem por função, orientar para uma afirmação plena (sem meio termo, sem mais ou menos, ou seja, *tudo*). Esse operador está aqui visando eliminar a dúvida quanto ao amor e carinho que Isabela receberá, sugerindo: ela receberá cem por cento de amor e carinho, sem dúvida alguma. É bem interessante notar que, seguindo o mesmo tipo de orientação argumentativa, mas em uma direção contrária, o segundo jurado a votar utiliza o último operador do excerto (37), que é "*nada*", para direcionar o enunciado também para uma negação plena: não irá faltar NADA para Isabela.

Prossigamos nosso estudo com a análise do voto do próximo jurado, no excerto (38):

(38)

> **3º jurado**: Eu voto no casal três Sebastião e Mariana porque eu acredito que, *apesar de* eles não terem uma condição financeira *muito* boa a condição financeira não é *nada* quando uma criança realmente precisa de amor carinho e dedicação e tempo. Porque é isso que uma criança precisa pra viver bem e ser feliz lá na frente, porque não adiante a pessoa ter dinheiro, ter uma boa condição financeira e a criança não receber amor, não receber carinho *em nada.*

O excerto (38) contém quatro operadores argumentativos: *"apesar de", "muito", "nada" e "em nada"*, os quais explicaremos brevemente, por conta da ocorrência de alguns elementos já explicados anteriormente.

O primeiro operador, "*apesar de*", está contrapondo argumentos orientados para conclusões contrárias. Analisemos isso com maiores detalhes:

- 1º argumento: *Sebastião e Mariana têm uma condição financeira modesta*.

  Conclusão para a qual esse argumento é orientado: Sebastião e Mariana têm poucos elementos materiais para oferecer à criança.
- 2º argumento: "*a condição financeira não é nada quando uma criança realmente precisa de amor carinho e dedicação e tempo"*.

- Conclusão para a qual este argumento é orientado: Sebastião e Mariana têm muitos elementos imateriais (espirituais, emocionais etc.) para oferecer à criança.

Nessa perspectiva, o operador "*apesar de*" cria um contraste entre conclusões antagônicas. Há uma questão ideológica nesse argumento que vai de encontro à visão dos dois primeiros votos, os quais defendem que é preciso ter dinheiro para criar uma criança. No terceiro voto, a ideia defendida é que o casal não tem muito dinheiro, mas ninguém precisa disso para criar uma criança ou para ser feliz. O voto que estamos analisando, que refuta os votos anteriores, corrobora os postulados de Mosca (2004, p. 17), que vê a "língua como lugar de confronto das subjetividades". A intenção do terceiro jurado, ao apresentar, em seu argumento, valores espirituais, emocionais, entre outros, é fazer desse argumento o seu trunfo. Percebemos que há uma tentativa de tocar a afetividade das pessoas presentes na sala do debate, com o objetivo de persuadi-las. Iremos, agora, analisar os outros três operadores argumentativos do excerto (38) de forma resumitiva.

Os outros operadores do excerto sob análise são "não *muito*", "*nada*" e "*em nada*". O operador "*muito*", negado anteriormente pelo advérbio "*não*", está orientado no sentido de condição financeira *não muito boa* (modesta), e é parte de uma escala argumentativa (muito boa – boa – relativamente boa – nada boa). Considerar a condição financeira do casal Sebastião e Mariana *não muito boa* é dizer que essa condição não é excelente, mas que ésatisfatória. Quanto aos dois últimos operadores do excerto (38), "*nada*" e "*em nada*", ambos estão direcionando para duas importantes negações plenas nesse excerto, quais sejam: dinheiro não é *nada* se a criança não recebe amor em *nenhuma* situação.

Prossigamos com a análise do quarto voto, apresentado pelo excerto (39):

(39)

> **4º jurado**: Eu voto no casal número cinco, que é Valdeci e Mara porque eles têm uma...uma...uma condição financeira boa e pode garantir, garantir o futuro deles, *e*outro motivo para eu votar é que eles não podem ter filhos e podem dar *todo* carinho e atenção que eles merecem, que ele merece.

O excerto (39), voto do quarto jurado, apresenta dois operadores argumentativos, quais sejam: "e" e "todo", os quais detalhamos separadamente. O operador "e" realiza, nesse excerto, a soma de dois argumentos seguintes (orientados para a mesma conclusão):

- 1º argumento: *Valdeci e Mara tem boa condição financeira*.

- 2º argumento: *Valdeci e Mara não podem ter filhos*.
- 3° argumento: *Valdeci e Mara podem dar amor e carinho à criança*.
- Conclusão para a qual esses três argumentos são orientados: *Valdeci e Mara são o melhor casal para esse processo de adoção.*

O operador argumentativo "e", ao somar três argumentos em favor de uma mesma conclusão, no voto do quarto jurado, acaba tendo uma função de reforçar esses argumentos, que se complementam.

Quanto ao operador "todo", também presente no excerto (39), e, conforme já dito anteriormente, tem a função de direcionar para uma afirmação da totalidade (parte de uma escala: um pouco – bastante – muito – muitíssimo – tudo). No quarto voto, essa ideia de totalidade está direcionada para persuadir o interlocutor de que Valdeci e Mara dedicarão forte amor pela criança.

Passemos para a análise do quinto voto, apresentado pelo excerto (40), a seguir:

(40)

> **5º jurado**: Eu voto no casal número quatro *já que* o advogado V. A. mencionou que precisa ter o pique e como os dois são jovens, considerado jovens, poderão cuidar bem dessa criança.

No excerto (40), o quinto jurado vota no casal número quatro, Valdeci e Mara, casal jovem. O jurado utiliza o operador argumentativo "*já que*", cuja função é introduzir uma justificativa ou explicação relativa ao enunciado anterior. Nesse caso, o enunciado anterior é parafraseado aqui: *pais precisam ter o pique (disposição, boas condições físicas suficientes) para cuidar de uma criança*. Lembremos que esse argumento foi utilizado pelo advogado V.A. no sexto turno de argumentação, quando, ao refutar a advogada E.O. (advogada do casal de idosos), disse que esse casal de idosos não tinha disposição física ("*pique"*) para criar uma criança. De forma bastante dialógica, o quinto jurado retoma esse argumento como âncora para argumentar que o casal jovem Robson e Fátima é o melhor casal para cuidar de Isabela, pois possuem disposição física para isso. Vemos aqui uma proposta argumentativa apresentada por esse jurado que interage com uma outra proposta apresentada anteriormente por outro argumentador, demonstrando o quanto o processo argumentativo envolve diálogo entre sujeitos, entre propostas, entre discursos.

Vejamos, agora, o voto do sexto e penúltimo jurado, conforme o excerto (41):

(41)

> **6º jurado**: Eu voto no casal número quatro ((o jurado erra o número do casal. Esse é o casal número três e não quatro)), Sebastião e Mariana, *pois*eu acho que eles podem dar uma boa educação... ao:: à criança, *e também* acho importante porque ela tem 37 anos e tem receio... de ter filho, pois pode ter (poblemas).

O primeiro operador argumentativo do excerto (41) é "*pois*", que está introduzindo uma justificativa ou explicação sobre algo dito antes. Vejamos:

- Porção anterior da fala: "*eu voto no casal número quatro, Sebastião e Mariana*".
- Justificativa: *esse casal pode dar uma boa educação à Isabela.*

É interessante observarmos que o sexto jurado apresenta uma questão ideológica interessante. Para ele, por ser evangélico e por desejar criar a menina nos princípios de sua religião, o casal Sebastião e Mariana dará uma boa educação à ela. Associar a religião evangélica a uma boa educação é uma visão que, possivelmente, associa pais não evangélicos como provedores de uma má educação, uma educação inferior ou uma educação mundana – sem os princípios religiosos cristãos, os quais parecem, na opinião desse jurado, importantes para a boa educação de um filho. O que nos interessa nessa observação é a materialização, na linguagem, das questões discursivo-ideológicas, que atravessam os sujeitos e são trazidas à tona no processo argumentativo.

O outro operador argumentativo do excerto (41) é "*e também*", cuja função é somar argumentos a favor de uma mesma conclusão, conforme detalhamos:

- 1º argumento somado: *Sebastião e Mariana podem dar uma boa educação à menina.*
- 2º argumento somado: *Mariana tem receio de gerar um filho que possa apresentar problemas devido à sua idade já um pouco avançada para gerar um filho*.

Observamos aqui que o receio do casal de gerar um filho por conta da idade configura-se, de acordo com Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), um *argumento baseado na estrutura do real*, ou seja, um tipo de argumento que, conforme temos dito, ancora-se em algo existente e reconhecido, para que tenha potencial de adesão. O argumento que explicita o receio de uma mulher de quase quarenta anos gerar um filho se baseia em uma opinião de especialistas,

descobertas científicas reconhecidas de pessoas renomadas, que se refere à maior possibilidade de uma mulher ter problemas ao gerar um filho em uma idade mais avançada.

Por fim, analisamos agora o voto do último jurado, apresentado no excerto (42), a seguir:

(42)

> **7º jurado**: Eu acho o mais (adepto) o casal número três, Sebastião e An/ // Mariana, porquecomo eles têm o princípio de Jesus, da paz e do amor, eu acho que essa criança vai crescer bem... bem sabendo o que deve fazer na sociedade.

O voto do último jurado, no excerto (42), contém dois operadores distintos: "*porque*" e "*como*". O operador "*porque*" tem a função de introduzir uma justificativa ou explicação relativa a uma declaração anterior. Detalhemos melhor isso:

- Declaração anterior: "*eu acho mais (adepto) o casal de número três, Sebastião e Mariana".*
- Justificativa para a declaração anterior: *Esse casal, por ser evangélico, segue princípios cristãos que nortearão a criança para uma boa vida*.

O último operador do excerto (42) é "*como*", possuindo aqui a mesma função de "*já que*", orientando o enunciado para um conteúdo pressuposto: *eles seguem os princípios cristãos*. Esse pressuposto direciona o enunciado para a conclusão: *Um casal cristão possui bons princípios para a criação de uma criança.*

Novamente, a associação entre a vida baseada em princípios cristãos e a boa criação de uma criança é revelada pelo sétimo e último voto do debate, aparentando ser uma ideia comum nessa turma de Ensino Médio, participante da pesquisa. O sétimo jurado, que é católico, mostra acreditar que se os pais vivem de acordo com os princípios cristãos, darão uma melhor educação para Isabela. O voto no casal evangélico pode ser atribuído ao fato de que, apenas no *script* do perfil do casal número três (Sebastião e Mariana), há menção sobre religião (nesse caso, religião cristã evangélica). A religião dos outros casais não é mencionada no *script*. O sétimo Jurado defende uma questão ideológica importante em sua tese. Ele diz que, se adotada por Sebastião e Mariana, Isabela saberá "o que deve fazer na sociedade", saberá agir de forma correta na vida social. Entendemos que essa é uma visão que dialoga com a ideia de que servir a Cristo é levar uma vida sem pecado, nas palavras do jurado, "nos

princípios da paz e do amor", uma vida sem comportamentos prejudiciais à sociedade. Acreditamos que essas questões identitárias e ideológicas, relativas às questões religiosas, afetaram fortemente a votação, influenciando o seu resultado, como mostraremos posteriormente.

Tanto no sexto turno de argumentação quanto na votação dos jurados, a análise dos operadores argumentativos/discursivos revela múltiplas facetas da linguagem humana: além da orientação argumentativa, intrínseca a esses operadores, notamos que eles resvalam para construções discursivas, direcionando para sentidos diversos. Nesse sentido, a língua é o lugar da argumentatividade, materializando ideologias, valores, questões identitárias, costumes comunitários, visões de mundo, subjetividades, que atravessam os limites intersubjetivos da interação entre sujeitos marcados pelo sócio-histórico. Nossos dados comprovam que a linguagem é dialógica por natureza, como afirma Bakhtin (2003; 2006). No debate que realizamos com alunos do Ensino Médio, o dialogismo, no seu sentido mais amplo, mostrou-se muito vivo: começando na interação verbal entre interlocutores, passando pela interação entre um argumento e um contra-argumento, havendo diálogo entre um discurso atual e discursos produzidos por outros no passado, que influenciarão discursos futuros. A elaboração dos argumentos dos debatedores objetivava influenciar o outro que, neste caso, eram outros debatedores advogados, os membros do corpo de jurados, a juíza, todos os presentes na cena enunciativa. Além disso, o debate, que foi filmado, terá outros interlocutores futuros. Todo o processo argumentativo revela que concepção os alunos possuemsobre argumentação, mostrada nas construções retóricas, na tentativa de convencer pela lógica ou pela comoção, sobretudo na empreitada de tentar influenciar a opinião alheia, na negociação por meio da linguagem, objetivando, como postula Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), a adesão dos espíritos.

Nesse processo argumentativo durante a votação do debate regrado deliberativo, percebemos algo importante que desejamos enfatizar, o qual revela ainda mais o caráter interativo desse momento da atividade: o fenômeno da *heterocorreção*, que é a correção realizada com a participação de mais de um locutor. Para tanto, apresentamos, a seguir, vários turnos de falas de diferentes interlocutores. Dessa vez, veremos uma correção um pouco diferente das duas já analisadas no item 4.4.1, especialmente porque, a correção que analisamos aqui, é uma correção interturno, além de ser uma heterocorreção. O excerto (43), a seguir, que mostra o *EF (enunciado fonte)* em itálico e o *ER (enunciado reformulador)* em itálico e sublinhado. Vejamos:

(43)

6º jurado: *Eu voto no casal número quatro, Sebastião e Mariana* ((o jurado erra o número do casal. Esse é o casal número três)), pois eu acho que eles podem dar uma boa educação... ao:: à criança, e também acho importante porque ela tem 37 anos e tem receio... de ter filho pois pode ter (poblemas*)*.

7º jurado – Eu acho o mais (adepto) o casal número três, Sebastião e An/ // Mariana, porque como eles têm o princípio de Jesus, da paz e do amor, eu acho que essa criança vai crescer bem... bem sabendo o que deve fazer na sociedade.

Juíza – ((tocando um sino de mesa)) Um momento, eu queria só... voltar à anterior. O voto dele, ele falou no casal número quatro mas falou Sebastião e Mariana. Qual é mesmo o que você vai votar?

[

6º jurado – Número três.

Juíza – É o número três, Sebastião e Mariana?

6º jurado – Sebastião e Mariana.

Juíza – Porque você colocou o número quatro, mas falou //...

6º jurado – <u>*Eu voto no número três, Sebastião e Mariana*</u>.

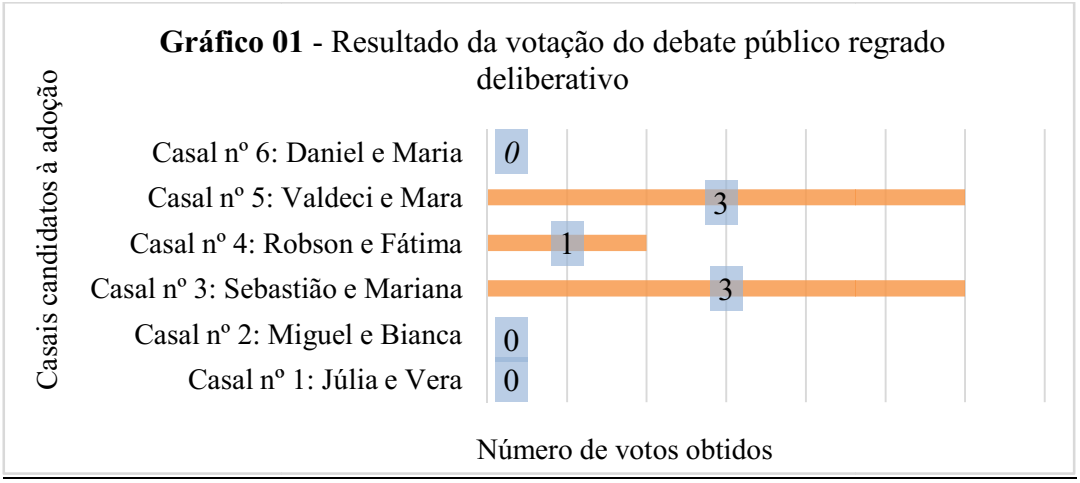
No excerto (43), vemos uma forma mais complexa de correção. Trata-se, aqui, de uma *autocorreção heteroiniciada interturno*, ou seja, o sexto jurado finaliza um EF que apresentava um problema (o número do casal em que estava votando era o três – Sebastião e Mariana – e não o número quatro). A correção desse enunciado foi iniciada pela juíza, ao tocar um sino de mesa, ao dizer "*um momento, eu queria voltar à anterior*", e revelar que o enunciado do sexto jurado gerou uma dúvida (ele quer voltar em Sebastião e Mariana – casal número três ou ele quer votar no casal número quatro?). Esses sinais da Juíza caracterizam um acionamento da correção, que, após algumas tentativas, finalmente se realizou por meio do ER "<u>*Eu voto no número três, Sebastião e Mariana*</u>". O que esses fatos nos dizem? Em primeiro lugar, queremos destacar o caráter interacional dessa correção, necessária, após um enunciado problemático dito pelo locutor, acionando o que Bakhtin (2003,2006) chama de atitude responsiva do interlocutor, que inicia o processo de correção, a qual é, contudo, finalizada pelo mesmo locutor produtor do EF. No excerto (43), a correção se constitui um processo que se arrastou por vários turnos. Em segundo lugar, revela-se aqui cooperação mútua para esclarecer as coisas para o outro. Em terceiro lugar, esse excerto nos diz que a correção pode ocorrer não apenas em turnos diferentes (EF em um turno e ER em um outro turno). Percebemos que, além disso, a correção interturno no texto falado pode atravessar

estágios, que representam tentativas de reformular um segmento linguístico inadequado. A Juíza pergunta uma vez, o advogado responde com o número do casal. Por sua vez, a juíza, ainda não convencida, pergunta novamente. O advogado, dessa vez, tenta esclarecer o erro, dizendo o nome do casal correto, contudo a juíza ainda não convencida, questiona-o, hesita, denotando uma dificuldade de processar e contabilizar esse voto. Por fim, o advogado número seis concretiza o ER, com todos os *ipsis litteris* (nome do casal e número) sem titubear, pausando entre um nome e outro, para que não restasse dúvida. A coautoria se mostra bastante presente neste tipo de correção. Um verdadeiro processo, que pede um estudo com enfoque enunciativo.

A análise da correção nos mostra que esse não é um fenômeno tipicamente próprio do texto falado, entretanto, imprescindível nesta investigação do debate, já que, no texto falado, a correção apresenta peculiaridades relevantes. Em nosso debate, a correção foi motivada pela necessidade de cooperação entre os interlocutores quando tentam resolver um problema surgido no momento do processamento das informações que estão se desenrolando na fala, pelas pressões no momento da enunciação, que geram dificuldades na seleção dos elementos linguísticos, e pelo caráter dialógico da linguagem que se revelou, em nossos dados, por marcas de interação entre locutor e interlocutor e pelo diálogo de um texto com outro texto produzido anteriormente. Notamos a presença da coautoria, em momentos de correção colaborativa. Além disso, percebemos a articulação do oral com o escrito, em momentos nos quais o debate atualizava um texto escrito. Notamos também que a correção é um processo, que, em um debate, pode perpassar vários estágios de negociação entre os interlocutores, visando a clareza das ideias e a solução de problemas inevitavelmente gerados em um gênero produzido em tempo real, implicando uma construção sintática própria do texto falado.

Por ser um texto falado, o debate oportuniza um processo argumentativo *on-line*, uma disputa em tempo real, uma batalha tática que, além de envolver propostas previamente selecionadas, agrega a elas propostas elaboradas em tempo real, já que há sempre contra-argumentos que acabam sendo elementos surpresas para o argumentador, que precisam ser refutadas naquele momento em que eles afloram. Isso ocorreu o tempo todo no debate que realizamos. Essa disputa pela adesão dos interlocutores, provocada pelo debate, resultou em uma decisão de cada jurado, revelada pelo voto. Interessa-nos compreender o resultado dessa votação, suas possíveis ressonâncias dialógicas. Para avançarmos na compreensão das questões linguístico-discursivas desse momento importante do debate, que é a votação, discutimos o seu resultado, noGráfico 01, que apresentamos a seguir, o qual discutimos em seguida.

Gráfico 01 - Resultado da votação do debate público regrado deliberativo



Fonte: Elaborado pelo pesquisador.

Como podemos perceber, houve um empate na votação entre o casal número três, Sebastião e Mariana (casal evangélico) e o casal número cinco, Valdeci e Mara (casal negro). Analisemos os três votos a favor do casal número cinco, Valdeci e Mara (casal negro). O primeiro voto veio do primeiro jurado, cujo principal argumento é independência financeira do casal. O segundo voto veio do segundo jurado, que além de falar na impossibilidade de o casal ter filhos, utiliza também a boa situação financeira desse casal, questão que é, inclusive, repetida no segundo voto, intensificando esse argumento. O terceiro voto a favor de Valdeci e Mara veio do quarto jurado, que, igualmente, tem a questão financeira no centro de sua proposta argumentativa – essa é a principal questão ideológica apresentada pelos que votaram no casal número cinco. O fato de Isabela ser branca e Valdeci e Mara serem negros não provoca polêmica no debate. Não há discussão acerca de questões raciais. O único indício de que a questão racial pode ter sido cogitada como um problema aparece no debate em um único comentário feito pelo primeiro jurado, quando diz: *"a questão dele ser negro e a criança ser branca, eh...uma hora ela vai ter que saber que foi adotada"*. Nesse segmento, o primeiro jurado sinaliza que um casal negro ter uma filha branca poderá apresentar discrepância, uma certa estranheza. Mas, de forma geral, essa questão racial não se torna uma polêmica, nem no debate dos advogados, nem na votação. O primeiro jurado, ao votar no casal negro tem como foco apresentar a seguinte proposta argumentativa: "eu acho que eles dois tem uma boa condição". Esse argumento tem como foco a condição financeira do casal negro, que é boa.

Todavia, em nenhum momento do debate houve controvérsia provocada pela diferença de raça ou por comentários racistas. Revela-se uma postura bastante politizada dos alunos em

relação a isso. No debate como um todo, podemos até dizer que houve um certo silenciamento acerca dessa questão.

Na tentativa de compreendermos a opinião de alguns alunos sobre o fato do casal negro ter sido um dos mais votados, perguntamos aos seis alunos entrevistados a que eles atribuíam esse resultado. A pergunta feita foi: "Por que você acha que o casal evangélico e o casal negro obtiveram a maior parte dos votos dos seus colegas que foram membros do corpo de jurados?". Apenas dois deles responderam a parte da pergunta que se referia ao casal negro. Os excertos (44) e (45) mostram isso.

(44)

> **D.B.** *(em entrevista)*: O casal negro... eu realmente fiquei uma dúvida. Pensei nisso: porque que será que esse casal teve mais votos? E realmente eu acho que é porque eh... muitas pessoas querem fazer uma mensagem ante o preconceito, contra o preconceito. Eu vou dizer esse casal porque pra ser contra o preconceito, pra não ser racista, qualquer coisa assim.

(45)

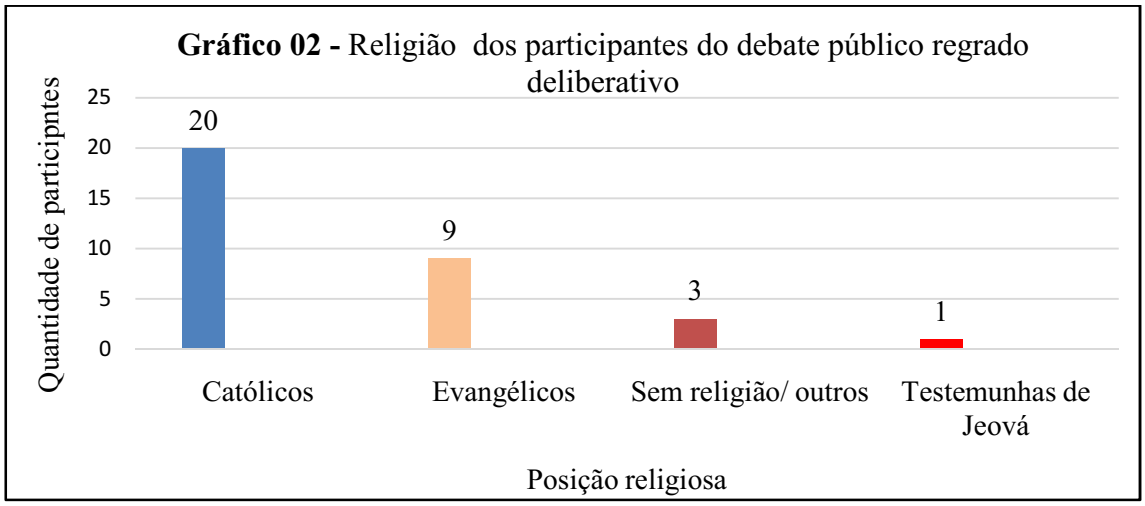
> **E.O.***(em entrevista)*: [...] no casal de negros, é porque eles tinham condição financeira boa para a criação da criança.

A análise da pergunta em relação à motivação dos votos em favor de Valdeci e Mara (casal negro) revela que há um silenciamento em relação à questão racial trazida pelo debate. Apenas dois dos seis alunos entrevistados responderam à pergunta. Os outros quatro alunos não responderam à pergunta.

O outro casal mais votado foi o casal número três, Sebastião e Mariana (casal evangélico), que também recebeu três votos. O primeiro voto é do terceiro jurado, que apresenta uma proposta contrária aos votantes no casal cinco, que tem a questão da boa condição financeira desse casal no centro de sua argumentação. Ao contrário disso, os votantes no casal evangélico defendem que Sebastião e Mariana, embora não tenha muito dinheiro, possuem tempo, carinho e amor para dar a Isabela. Esse discurso revela um embate ideológico na votação. Isso reflete as palavras de Tringali (1988, p. 85), que concebe a argumentação enquanto uma forma de "batalha" tática e elemento de maior densidade no discurso. O segundo voto para o casal de evangélicos veio do sexto jurado, que tem como primeiro argumento a "boa educação" que eles podem proporcionar à criança. Como já dissemos, há uma associação entre os princípios cristãos e essa "boa educação". O terceiro voto recebido por Sebastião e Mariana veio do sétimo e último jurado, que, do mesmo modo,

defende que, por ser evangélico, esse casal está apto a instruir Isabela sobrecomo viver e agir bem na sociedade. Esse discurso religioso nos interessou em nossa análise, por isso fomos buscar apoio em alguns dados contextuais, no intuito de compreender melhor essa influência de questões religiosas discutidas no debate.

Nessa perspectiva, utilizamos algumas informações extraídas das respostas fornecidas no questionário (APÊNDICE G), relativas à religião dos participantes do debate. Interessamo-nos em perguntar qual a religião desses participantes, porque o debate supostamente discutiria questões religiosas, já que entre os casais candidatos à adoção de Isabela, havia um casal evangélico. Após a análise das respostas à pergunta acerca da religião dos participantes, apresentamos alguns dados quantitativos, que revelam os resultados dessa questão. Vejamos esses resultados na Gráfico 02, a seguir:

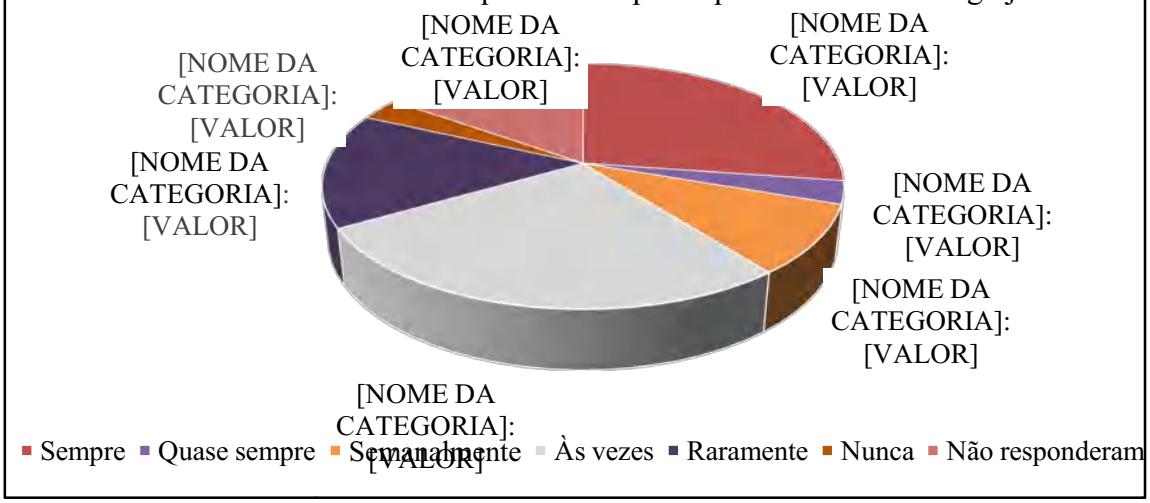


Fonte: Elaborado pelo pesquisador, com base na análise do Questionário (APÊNDICE G).

Conforme os dados do Gráfico 02, dos 33 participantes da pesquisa, vinte são católicos, nove são evangélicos, três estão na categoria sem religião/outros (dois participantes afirmaram não possuir uma religião e um participante respondeu “outros”, mas não especificou *qual* religião possui). Esta era uma questão fechada, onde os participantes marcariam as seguintes opções: *católica*, *evangélica*, *espírita* ou *outros* (especificar).Todos responderam de forma completa, exceto o participante M.S. que marcou a opção “outros”, não tendo, contudo, escrito absolutamente nada no espaço reservado para especificar qual era sua religião, não elencada na lista de religiões da pergunta. Por isso mesmo, este participante entra na categoria sem religião/outros, do Gráfico 02. Tivemos, também, o interesse de perguntar, aos participantes da pesquisa, qual é a frequência com a qual eles vão a igrejas, de modo a

entender melhor a representatividade que a religião tem em suas vidas. Após a análise dessas respostas, elaboramos o Gráfico 03, que apresenta os resultados, a seguir:

Gráfico 03 - Frequência dos participantes do debate à igrejas



Fonte: Elaborada pelo pesquisador, com base na análise do Questionário (APÊNDICE G).

A questão 09 do questionário (APÊNDICE G), relativa à frequência a igrejas é "*explique a frequência que você vai à igreja*". Ao utilizarmos uma pergunta aberta, nossa intenção era deixar os participantes mais à vontade para descreverem a sua frequência a igrejas, à sua própria maneira. No entanto, falando em dialogismo, "o tiro acabou saindo pela culatra": o que deveria esclarecer, acabou por nos confundir um pouco. Os alunos não explicaram essa frequência de visitas a igrejas com exatidão, limitando-se a escrever no espaço dedicado à resposta, expressões como "*raramente*", "*semanalmente*" ou "*aos domingos"* ou "*pelos domingos*", "*sempre*", "*quase sempre*", "*às vezes*" ou "*de vez em quando*", "*geralmente, quando ocorrem comemorações*" etc. Apenas a participante R.L., evangélica, fornece uma resposta exata: "*quarta, sexta, domingo*". Admitimos que poderíamos ter elaborado uma questão fechada para o questionário, relativa a essa nossa curiosidade, que conduzisse a uma resposta mais específica, o que não ocorreu com o tipo de pergunta que elaboramos. A partir das respostas fornecidas pelos participantes, criamos um grupo de sete categorias, que são elencadas no Gráfico 03, apresentada anteriormente, que agrupa respostas de sentido parecido em uma só categoria.

Ao analisarmos, tanto a orientação religiosa dos participantes como a sua frequência a igrejas, nosso interesse era saber se esses dados tinham alguma relação com a argumentação a favor do casal religioso no debate e com o resultado da votação. O que podemos afirmar é que

o casal número três, Sebastião e Mariana chamou a atenção dos jurados, por serem evangélicos ou por seguirem os princípios cristãos (como também fazem outras religiões cristãs nãoevangélicas). A vida cristã foi considerada algo importante para a criação de uma criança, como já apontamos. Quando perguntamos aos seis alunos entrevistados a opinião deles quanto à motivação dos votos a favor do casal evangélico, todos os seis responderam à pergunta, cinco desses alunos apresentaram a mesma tese. As cinco respostas que parecem mais representativas da ideia defendida, influenciada pela ideologia religiosa cristã, estão nos excertos (46), (47), (48), (49) e (50), a seguir:

(46)

> **D.B.***(em entrevista)*: Eh... realmente por parte do casal evangélico... eh... é porque muitas pessoas... Na verdade, a sociedade inteira é evangélica. Tem uns que não são, sim, mas... e realmente, eh... na minha sala a maioria das pessoas é bem evangélica. Então levam essa parte, eh... a sério, elas pensam: esse casal é evangélico. Então vai criar com Deus no coração. Vai ser eles. Só por essa parte. Eu acho que se o casal não fosse evangélico, não ia ter ... aqueles votos.

(47)

> **M.A.***(em entrevista)*: [...] o casal de evangélicos também num poderiam influenciar a menina em seguir a força. Só que isso não é um argumento bastante forte para tirar a adoção de uma criança, pelo menos é o que eu acho.

(48)

> **V. L.***(em entrevista)*: Vamos lá. Nas condições que o país... é um país laico... o Brasil é um país vamos botar laico, é uns país católico, cristão. Vamos botar: uns país cristão, que acredita em Cristo. Se tem lá, se consta no auto no processo "Cristo", a palavra "Cristo", vai chamar atenção. Agora, se... se isso aqui ocorresse na Ásia, na África e alguns países da Europa ou da Oceania, seria um resultado bem diferente pela expressão cultural e pela religiosidade dos locais.

(49)

> **V.A.** *(em entrevista)*: Na minha turma, há pessoas muito sentimentais, vamos dizer assim. Então, eh, tem pessoas evangélicas porém algumas não levaram em consideração porque foram uma que acharam melhor. Mas, eh, assim, o casal evangélico tem muito pra dar não na riqueza mas no valor sentimental, na criação de uma pessoa que vai fazer algo por nós, assim

nós, eh, brasileiros nós cidadãos lá no futuro. Ele vai nos ajudar porque ele vai ter uma... uma criação boa, uma criação firme e honesta.

(50)

B.R.*(em entrevista)*: [...] o Brasil, apesar dele ser laico, eh, 90% da população se diz cristã, entendeu? [...] E no caso do casal evangélico, as pessoas escolheram muito por ter alguma influência cristã na família, entendeu? Ou evangélica ou católica, porque a ideologia é a mesma.

Os excertos (46), (47), (48), (49) e (50) evidenciam, pela opinião dos alunos que atuaram como advogados no debate, que os seus colegas, que argumentaram a favor do casal evangélico, foram influenciados por ideologias religiosas cristãs, sobretudo pelos princípios religiosos evangélicos. Queremos enfatizar que V.A. atribui ao casal evangélico a capacidade de criar melhor a criança, por poder fazer dela alguém que irá contribuir com a sociedade, "fazer algo por nós no futuro". A criação de uma criança por um casal evangélico, na argumentação desse aluno, é associada à capacidade de ensino de uma vida honesta, excluindo os casais nãoevangélicos da possibilidade de criarem bem os filhos.

Diante do empate ocorrido entre o casal número cinco e o casal número três, a juíza decidiu qual o casal iria adotar Isabela. O pesquisador havia, previamente, orientado a professora que atuou como juíza, que, em caso de empate, ela poderia deliberar. Ocorreu exatamente isso. A juíza decidiu que o casal número 3, Sebastião e Mariana, o casal evangélico, é o casal ideal para adotar a menina. De acordo com a análise do questionário dessa professora, confirmamos que ela é, também, evangélica. Para comprovarmos a influência da ideologia religiosa dessa professora na decisão tomada por ela, analisarmos o excerto (51), extraído do debate. Selecionamos, aqui, segmentos linguísticos em itálicos que apresentam características retóricas, conforme detalhamos em nossa discussão. Vejamos:

(51)

Juíza: Eu justifico, eu vou votar no casal número três Sebastião e Mariana porque eu acredito que *a luz da palavra de Deus*, eles vão ter a total liberdade, ela quando crescer, ela vai ter a *total liberdade de dizer* se quer continuar seguidora de Cristo ou não. Porque *Jesus é a luz, a verdade e a vida* e com certeza, os pais vão mostrar a verdade pra ela. *Não vão aprisioná-la* nesse contexto religioso. Ela vai conseguir com a sua... com o seu *livre arbítrio*, a dizer se quer seguir Jesus ou não. Ela tem a *total liberdade*, *o livre arbítrio de decidir*. Então eu concordo em ficar com o casal, eh, que é o pastor evangélico e a sua esposa.

A juíza (papel representado por uma professora evangélica) escolhe *o casal evangélico* para adotar a criança, utilizando a religião como argumento para justificar que esse casal é o mais adequado para adotar a criança. As questões ideológicas religiosas falam muito alto nessa tomada de decisão e revelam ressonâncias dialógicas aqui: uma paráfrase do texto bíblico do livro de João 14:06: "Assegurou-lhes Jesus: "Eu Sou o Caminho, a Verdade e a Vida". A fala da juíza, que retoma outros discursos, comprova a natureza dialógica da linguagem e o quanto a palavra é carregada de ideologia. A fala que contém a deliberação da juíza é uma demonstração da ausência de neutralidade na linguagem.

Além disso, essa fala, no excerto (51), demonstra um aspecto intersubjetivo e argumentativo da linguagem: a tentativa de persuadir o outro. No presente excerto, a juíza apresenta o seu discurso religioso, no qual aparecem segmentos linguísticos que denotam um empreendimento retórico dessa locutora. A juíza tenta persuadir os interlocutores por meio de elementos retóricos já mencionados por nós nessa seção, e apontados por Tringali (1988, p. 21), a saber: a tentativa de seduzir, encantar, agradar a "faculdade do gosto", pelas "louçanias de estilo" no bem falar. Isso é evidenciado pelas expressões: "*a luz da palavra de Deus", "total liberdade de dizer", "Jesus é a luz, a verdade e a vida", "o livre arbítrio de decidir".* Essas expressões possuem, nesse caso, uma função persuasiva de ordem estética.

Em síntese, esse momento de votação do debate regrado deliberativo demonstra que a linguagem possui orientação argumentativa, conforme nossa análise dos operadores argumentativos, que direcionam o enunciado para uma conclusão específica, com o objetivo de persuadir os interlocutores. Cada um dos operadores analisados possui uma função argumentativa própria, com uma força argumentativa poderosa, fortalecendo as propostas argumentativas apresentadas durante o debate, especialmente durante a votação. Além disso, confirmamos, mais uma vez, durante a votação, o quanto a linguagem é naturalmente dialógica, pois, na interação entre sujeitos sócio-históricos, ela retoma discursos diversos e suscita, no interlocutor, uma atitude responsiva ativa, que resulta em possíveis discursos posteriores. Durante a entrevista, o aluno B.R. contrapõe-se a esse discurso da juíza, conforme exposto no excerto (52):

(52)

> **B.R.** *(em entrevista)*: E aí acabou que até a juíza, eh, por exemplo ela deveria se mostrar laicista, mas ela falou que Jesus é a luz e tal. Eu sei que Jesus é a luz, tal. Eu sou evangélico, mas ela não deveria ter falado isso, entendeu? É a.... a minha opinião.

O excerto (52) revela a atitude responsiva ativa, tese elaborada por Bakhtin (2003, 2006). O aluno B.R. reage, durante a entrevista, à postura antilaicista da professora no debate. Esse aluno defende que, ao representar um Estado laico, como membro do poder judiciário, deveria ter se mantido neutra religiosamente, o que não ocorreu. E é interessante notarmos que esse aluno também é evangélico.

A análise do fenômeno dialógico, em nosso debate, evidencia que as questões ideológicas se materializam na linguagem, corroborando uma premissa básica já apontada neste estudo, de que o signo linguístico é carregado de ideologia, uma vez que tudo o que é ideológico remete ao seu exterior, a algo fora de si mesmo, fazendo com que a linguagem seja marcada pelo sócio-histórico, nas instâncias concretas da enunciação entre sujeitos também sócio-históricos (BAKHTIN, 2006). A relação língua-exterioridade foi o nosso norte nesta análise do contexto de interação do debate em estudo, que nos faz acreditar, cada vez mais que, para ter acesso ao sentido, é preciso muito mais do que a análise do sistema linguístico, é preciso, antes de tudo, entender que o contexto de interação é, parafraseando Rodrigues (2004), parte da espinha dorsal da enunciação. Alguns dados contextuais, extraídos do questionário e das entrevistas, auxiliaram-nos grandemente, na compreensão do debate, que foi analisado, turno a turno, até aqui. Assim, tivemos acesso a toda a transcrição do debate. Retomamos, a partir de agora, o debate, fazendo um recorte de alguns excertos, para analisarmos outros dois fenômenos de nosso interesse, nesta investigação. Os primeiros compõem o item 4.4.9 – *marcadores discursivos*, que ilustram relevantes características do estilo linguístico de um gênero oral, como o debate. O segundo está no item 4.5 – *referenciação*, item no qual nos propusemos analisar, sobretudo, as funções argumentativas de duas categorias do processo de referenciação. Desses dois fenômenos, iniciamos com a análise dos marcadores discursivos.

4.4.9 Marcadores discursivos

De acordo com Risso (2015) e Urbano (2015), os marcadores discursivos são formas linguísticas exteriores ao conteúdo da frase, sem autonomia comunicativa (por si só, não constituem enunciados completos), são sintaticamente apartadas da estrutura frásica, atuando no plano transfrástico. De acordo com esses autores, os marcadores discursivos são classificados em duas categorias: marcadores sequenciadores (os que atuam no amarramento, sequenciamento, movimento de encaminhamento, retomada e fecho de porções textuais ou tópicos discursivos) e marcadores interacionais (orientam a interação entre os interlocutores

por meio da busca por aprovação, *feedback* ou a tentativa de chamar a atenção do interlocutor, entre outros). Iniciamos a nosso estudo dos marcadores discursivos (todos em itálico) com a análise do excerto (53), que contém as duas categorias de marcadores discursivos: a sequenciadora e a interacional. Vejamos:

(53)

> **Juíza**: É enorme a responsabilidade de avaliar todas as alternativas possíveis para a decisão, e sabiamente escolher apenas uma, somente e somente uma. Além disso, a decisão é IR-RE-VO-GÁ-VEL, repetindo: IR-RE-VO-GÁ-VEL – o que, sem dúvida, agrava as consequências de uma má escolha. *Entenderam*? *Continuando*, deveremos agora apresentar o perfil da menina Isabela.

No excerto (53), temos dois marcadores discursivos. O primeiro é "*entenderam?*" que na classificação de Urbano (2015, p.543) é um *marcador discursivo interacional*. O segmento "*entenderam?*", como todos os outros marcadores discursivos, não faz parte do conteúdo proposicional, está, sintaticamente, fora da estrutura em curso, é não autônomo comunicativamente. Além dessas marcas próprias dos marcadores, a forma "*entenderam*?", na instância enunciativa, orienta a interação entre os interlocutores. Essa forma, segundo Urbano (2015, p. 467), é um item dicionarizado (diferentemente do marcador interacional "*uhn uhn*", que não é um item dicionarizado) e possui uma "fonte gramatical verbal" e "função única, de fáticos de natureza interrogativa". No excerto em análise, a forma "*entenderam?*" tem a função de verificar se as orientações dadas pelo locutor estão claras, até aqui, para os interlocutores. Uma forma de perguntar: *as orientações dadas até este momento foram compreendidas por todos vocês, advogados, casais candidatos à adoção e membros do corpo de jurados?* É uma marca da interação entre locutor e interlocutores, mas não faz parte do conteúdo proposicional do turno da fala, que é a orientação: *escolham sabiamente os pais para a menina Isabela*. Nossa análise corrobora a classificação de "entenderam" como marcador interacional (URBANO, 2015), mas acreditamos ter um achado aqui: no excerto (53), a forma "*entenderam?*" acumula outra função: a função de fechar um tópico discursivo: *o cuidado dos jurados para decidir sabiamente qual casal adotará Isabela*. Desse modo, o marcador "*entenderam?*" é, além de marcador interacional, um marcador sequenciador, no sentido que esse elemento intenciona verificar se o tópico pode ser mudado. Na mesma categoria dos marcadores sequenciadores, está o segundo marcador em itálico no excerto (53), que é "*continuando*". Com base em Risso (2015), entendemos que esta forma linguística é um

marcador discursivo sequenciador, já que se enquadram perfeitamente na categoria de palavras que estão envolvidas no "amarramento textual das porções de informações progressivamente liberadas ao longo do evento comunicativo" (RISSO, 2015, p. 391). No excerto que estamos analisando, a forma "*entenderam*? Fecha um tópico discursivo, como já dissemos, e a forma "*continuando*" introduz um novo tópico discursivo, que é *o perfil da menina Isabela*.

Passemos a mais uma ocorrência de um marcador discursivo, que se encontra em itálico no excerto (54), a seguir:

(54)

> **Juíza**: Por favor, quando eu sortear, dê um passo à frente, espere a ordem para vocês sentarem. *OK.*?

Classificamos a forma "*OK*." (acrônimo de origem americana) como *marcador discursivo interacional*, pois orienta a interação entre a juíza e os demais participantes do debate. Percebemos que o marcador OK., presente no excerto (54), possui as seguintes funções, já estudadas por Urbano (2015, p. 464): a primeira função é "fático de natureza interrogativa produzido após um enunciado declarativo", e a segunda é a função de busca de *feedback* do interlocutor (Certo? Tudo bem?).

Passemos para outro caso de marcador discursivo, no excerto (55), a seguir:

(55)

> **Advogado D.B.**: Vera já tinha uma filha de três anos. Esta criança, ao nascer, apresentou um grave problema congênito, que causou a sua morte em 2010, quando tinha sete anos de idade. Todos os parentes e toda a vizinhança tinham conhecimento da educação e carinhos dados a essa criança. *Agora,* gostaria de // eh:: ler meus motivos.

No excerto (55), a forma "*agora*" é um marcador discursivo sequenciador. De acordo com Risso (2015, p. 393), há uma forma homônima que não é marcador discursivo e sim, advérbio de tempo. Essas funções não devem se confundir. Antes de explorarmos a função do marcador "agora" no excerto (55), vejamos uma ocorrência da forma homônima que é um advérbio de tempo, e não marcador discursivo. Isso ocorre no excerto (56), a seguir:

(56)

Juíza: Como membros do Corpo do Juizado de Menores, vocês, do júri, assistirão a um debate que acontecerá a partir de *agora* neste tribunal [...].

No excerto (56), a palavra '*agora*' é advérbio de tempo, significando que *neste momento* será iniciado um debate. Logo, como observou Risso (2015, p. 393), a forma agora enquanto advérbio de tempo "atua no plano da frase", está integrada sintaticamente "à estrutura frásica, com traço semântico indicador de tempo". Essas características aparecem no excerto (56). Já no excerto anterior a ele, o (55), a forma "*agora*" se mostra ser um marcador discursivo, pois não se integra sintaticamente à frase, atuando no plano transfrástico, estando envolvido no amarramento das porções textuais diferentes. O marcador *agora,* neste caso, tem a função de encaminhar a fala para um novo tópico discursivo (O advogado D.B. estava falando sobre *a morte da filha de Vera* e, a partir da forma "agora", o tópico encaminhado é *os motivos que fazem esse advogado acreditar que o casal homoafetivo é o mais adequado para adotar Isabela*). A função do marcador discursivo que aparece no excerto (55) está relacionada com a organização tópica na fala do advogado D.B., levando o discurso para uma situação nova, direcionando para o que o falante tem a dizer prospectivamente. Essa função prospectiva do marcador discursivo sequenciador "*agora*" foi observada por Risso (2015, p. 394).

Vejamos outro exemplo de marcador discursivo sequenciador no excerto (57), que apresentamos, a seguir:

(57)

Advogado V.L.: Ele explicou que passaram muito tempo e se escondendo (sua) condição homoafetivas. *Aí* eu pergunto a todos vocês o porquê.

A forma "*aí"*, do excerto (57) possui todas as características típicas dos marcadores discursivos sequenciadores, já apontadas anteriormente. Existe uma forma homônima para esse "aí", que possui a função de advérbio de lugar, que se integra ao plano da frase. Como exemplo, elaboramos a oração: e*u gosto de estudar aí*. Nessa frase, a palavra "aí" é parte integrante do conteúdo proposicional objetivado. Entretanto, no excerto (57), a palavra "aí" não indica lugar, está totalmente fora do conteúdo da frase, possuindo a função de *unidade articuladora de dois segmentos textuais* (o primeiro segmento é: o fato de que Júlia e Vera esconderam sua condição homoafetiva e o segundo segmento é a pergunta acerca do motivo pelo qual elas fizeram isso). Devido à essa função organizadora do texto, consideramos que

ela é um *marcador discursivo sequenciador*. Passemos para o próximo exemplo de marcador discursivo, que se encontra no excerto (58), a seguir:

(58)

> **Juíza**: *Então* neste momento temos a oportunidade, eh..., de um outro advogado tá fazendo a réplica.

Em diversos momentos do debate, a juíza, enquanto moderadora, utiliza o marcador discursivo "*então"* no início dos turnos de suas falas que objetivavam apresentar um novo advogado que deveria argumentar no debate. Nossos dados revelam que a função desse marcador é de dar continuidade ao debate, possuindo um elemento observado por Risso (2015, p. 410), ou seja, a de que o marcador discursivo "então" possui orientação retroativa, pois remete a uma porção textual precedente. No excerto (47), como em vários outros momentos do debate, a função retroativa do "então" aparece sinalizando o término de um turno de argumentação anterior, para poder prosseguir com outro. Enquanto o marcador sequenciador "*agora*" possui orientação prospectiva, remetendo a algo a ser dito, a forma *então* remete a algo anterior, realizando um fecho necessário para a continuação. O marcador "*então"* é muito frequente em nosso *corpus*, servindo de elo entre os turnos do debate. O próximo caso de marcador discursivo está no excerto (59), que possui outro marcador discursivo:

(59)

> **Advogado V.A**.: *Bom*, eu cresci eh... com Jesus em meu coração eu sou evangélico [...].

O marcador discursivo "*bom*" do excerto (59) enquadra-se na categoria de marcadores sequenciadores, com a seguinte particularidade: esse marcador é, aqui, uma tentativa de adiamento de conteúdo, um retardamento de alguma informação a ser transmitida, fenômeno já estudado por Risso (2015). No excerto (59), esse marcador "*bom"* é utilizado pelo advogado V.A., que foi, em todo o debate o advogado que mais hesitou nas suas falas (29 ocorrências de hesitação apenas no turno do qual retiramos o excerto em análise). Foi, de fato, o advogado que mais apresentou dificuldade no processamento da sequência linear da fala. O marcador "bom" no excerto (59) corrobora uma descoberta de Risso (2015), ou seja, a descoberta de que esse marcador pode se constituir uma certa forma de desaceleração da

progressão tópica no texto falado. Foi o que também observamos na fala do advogado V.A., no excerto (59), que acabamos de analisar.

A análise dos marcadores discursivos em nosso debate mostra que esse fenômeno é bastante frequente no texto falado, onde os marcadores são exteriores ao conteúdo da frase, estando sintaticamente desvinculados dela e sem possuir autonomia comunicativa, já que sozinhas não comunicam nada. Nosso estudo é corroboradopor Risso (2015), o qual afirma que alguns marcadores discursivos possuem formas homônimas com funções gramaticais no plano frásico e, portanto, se diferenciam dos marcadores discursivos. Nossos dados revelam uma maior ocorrência de marcadores discursivos sequenciadores e uma menor ocorrência dos marcadores interacionais. Acreditamos que isso se deu pela coerção do próprio gênero debate regrado, que acaba, naturalmente, organizando o tempo de fala de cada debatedor, havendo um maior controle sobre intervenções, tomadas de turnos, sobreposição de vozes, entre outros, reduzindo a naturalidade de uma conversação mais espontânea, onde acreditamos que os marcadores interacionais emergiriam com maior naturalidade e maior frequência. Em uma conversa mais espontânea, por exemplo, enquanto o locutor fala, o interlocutor pode estar acenando a cabeça e dizendo “pois é”, “sei”, “sim” “é claro”, em falas simultâneas, ou não. O que queremos dizer é que, confrontando nossos dados com postulados de Urbano (2015), acreditamos que os marcadores interacionais são menos utilizados em gêneros mais controlados, como o debate regrado, que estamos investigando.

Diferentemente dos marcadores discursivos, que são próprios do texto falado, o processo de referenciação não é um fenômeno típico da oralidade, mas no texto falado, ele apresenta características importantes para essa investigação. O nosso próximo tópico discutirá duas categorias do processo de referenciação: a recategorização anafórica e o encapsulamento anafóricos.

4.5 REFERENCIAÇÃO

A referenciação é um processo que envolve a atividade de construir referentes, que são objetos de discurso, trazidos para o texto, em sua tessitura, por meio de expressões referenciais, as quais possuem orientação argumentativas e discursivas (CAVALCANTE, 2014; KOCH, 2009). Apontamos, nesta investigação, duas categorias que acreditamos revelar, no processo de referenciação, marcas argumentativas importantes, quais sejam: anáforas recategorizadoras e encapsulamento anafórico. As anáforas recategorizadoras são, segundo as autoras, uma retomada de um objeto de discurso, que é renomeado, recategorizado, trazendo

em seu bojo uma construção discursiva diferente. Um mesmo objeto de discurso pode ser renomeado diferentemente no texto, ganhando diferentes vieses discursivos. Quanto ao encapsulamento anafórico, Conte (2003) o define como uma paráfrase que resume uma porção precedente de texto maior, na forma de um sintagma nominal, que, preferencialmente, vem acompanhado por um pronome demonstrativo. A referenciação não é um fenômeno que ocorre unicamente no texto oral, entretanto nesta modalidade, percebemos algumas peculiaridades que abordamos nesta investigação.

Elegemos duas ocorrências de anáforas recategorizadoras em nosso *corpus*. As expressões referenciais estão em itálico. Iniciamos pela primeira recategorização anafórica, que está no excerto (60), a seguir:

(60)

> **Advogada M.A**.: Eh... sobre o caso d*ohábito* do Sr. Miguel, neste caso ele está disposto a deixá-lo. [...].
>
> **Advogada E.O.**: Por mais que sejam jovens e possuam uma condição financeira estável, *o uso das drogas*, das drogas podem causar sérios problemas no futuro com a criança. E como eles poderiam criar elas? O psicológico dessa criança ficaria como?

Enquanto, em um texto escrito, a recategorização geralmente é feita pelo próprio locutor, no debate falado essa recategorização pode ocorrer de modo diferente: o locutor nomeia um objeto de discurso e o interlocutor o renomeia. O excerto (60) contém uma recategorização anafórica realizada pelo interlocutor, retomando um referente do cotexto, evocado pelo locutor. A recategorização desse excerto revela, claramente, duas opiniões divergentes acerca de uma atividade. Assim como para todos os seis casais candidatos à adoção da menina Isabela, havia um perfil escrito de cada casal, entregue aos alunos e advogados durante a preparação do debate. A primeira advogada a falar neste excerto parafraseou o texto escrito, que de fato já mencionava a palavra "hábito", referindo-se à atividade de fumar maconha, realizada pelo Sr. Miguel, candidato, juntamente com sua esposa, à adoção. Interessante notarmos que a segunda advogada a falar renomeia o objeto de discurso "*hábito [de fumar maconha]*" por meio da expressão referencial "*o uso das drogas*", que contém outro viés discursivo – adjetivação negativa, por meio de um modificador axiológico. Vemos dois discursos em choque. São visões antagônicas sobre o uso da maconha: uma que vê esse vício como algo normal e o outro que o condena, por ser uma droga. Esse processo seleciona entidades linguísticas que argumentam e contra-argumentam.

Por si só, essas palavras já significam, possuindo orientação argumentativa, conforme os postulados da semântica argumentativa.

Por fim, apresentamos a última ocorrência de anáfora recategorizadora que selecionamos de nossos dados. As expressões referenciais se encontram em itálico. Vamos ao excerto (61):

(61)

> **Juíza**: 05 de abril de 2016. Declaro aberta a sessão do tribunal do júri da Vara da Infância e da Juventude. Comarca de Valente-BA. Último dia para a definição da sentença judicial quanto ao caso de *adoção da menina Isabela*.
> ((passam-se vários outros turnos de fala de vários advogados))
> **Advogada M.A**.: [...] creio que *uma oportunidade de mudança* é boa para meu casal e ele está disposto a criar com toda educação como sempre falei.

No excerto (61), a locutora (a juíza) faz uma introdução referencial, ou seja, apresenta pela primeira vez o objeto de discurso nomeado "*adoção da menina Isabela*". A interlocutora – advogada de Miguel (usuário de maconha) e Bianca – em sua argumentação (vários turnos após essa fala da juíza), retoma o mesmo objeto de discurso, mas, dessa vez, qualificando-o como "*uma boa oportunidade de mudança*" para Miguel. Ela está se referindo à mudança em relação ao uso de maconha, feito pelo seu cliente. Isso significa renomear um mesmo referente (ou objeto de discurso), inserindo-o em uma outra categoria. Ele continua sendo o mesmo referente, porém modificado. O valor axiológico atribuído a ele é o seu modificador. Vemos, nessa anáfora recategorizadora, uma forma de materializar na linguagem um ponto de vista utilizado como argumento. Sugerir que tornar-se pai é uma boa oportunidade de abandonar de vez o vício da maconha é uma estratégia argumentativa que visa persuadir (ou até manipular) os membros do corpo de jurados via comoção, pela tentativa de tocar a afetividade deles. A argumentação aqui se materializa na língua, perpassando por características retóricas.

Como podemos constatar em nosso estudo, as anáforas recategorizadoras não são meras retomadas de palavras, mas retomadas de referentes considerados objetos de discurso e não objetos da realidade, já que a realidade depende da forma como a nomeamos (KOCH, 2009). Os nossos dados revelam que as anáforas recategorizadoras possuem uma orientação argumentativa poderosa, utilizada para persuadir e até mesmo manipular interlocutores. São

formas de revelar a posição dos enunciadores por meio de seus discursos materializados no linguístico.

Analisaremos agora outro fenômeno do processo de referenciação que se mostra bastante argumentativo. Estamos falando do encapsulamento anafórico, que é o nosso próximo tópico de discussão.

Para analisar o encapsulamento anafórico, que segundo Conte (2003, p. 177) é uma "paráfrase resumitiva de uma porção precedente do texto", apresentamos quatro excertos nos quais os encapsulamentos possuem motivações argumentativas relevantes de análise. O primeiro excerto é o (62), no qual são apresentadas as expressões referenciais encapsuladoras em itálico. Vejamos:

(62)

> **Advogado D.B.**: Minha cliente Vera já teve uma filha, que infelizmente faleceu. Por *esse motivo*, ela já tem uma certa experiência em cuidar de crianças, o que vai facilitar mais o:: o convívio. É do conhecimento dos parentes e dos vizinhos de das minhas clientes que elas educaram e cuidaram muito bem de sua filha anterior. Então, não vai ser muito problema cuidar da dessa criança.

O encapsulamento anafórico do excerto (62) é realizado pelo próprio locutor, no mesmo turno da fala. A expressão referencial encapsuladora é "*esse motivo*" – um nome geral, dando preferência para um pronome demonstrativo, tendência já observada por Conte (2003). Esse nome geral "*motivo*" parafraseia de forma resumida a informação velha "*Vera já teve uma filha*". Além de retomar um referente do cotexto, o termo encapsulador é utilizado como argumento para uma predicação posterior. Detalhemos melhor isso:

- Porção precedente do texto: "*Vera já teve uma filha*".
- Encapsulador anafórico: "*esse motivo*".
- Predicação posterior: "*o que vai facilitar mais o:: o convívio*.".

Além de ser utilizado como estratégia argumentativa, o encapsulamento realizado no excerto (62) revela a interação estabelecida aqui. Apesar de ser um encapsulamento anafórico realizado dentro do mesmo turno por um locutor, o que é falado tem estatuto de argumento que visa influenciar os interlocutores. Nesse excerto, o objetivo é convencer os interlocutores de que Vera e sua companheira são o melhor casal para adotar Isabela, pois Vera já teve uma

filha, tendo experiência em cuidar de criança. O advogado D.B. afirma queessa experiência facilitará "o convívio". Ele quer dizer que criar a menina não será complicado para essa família, corroborando essa ideia no segmento "então, não vai ser muito problema cuidar da dessa criança". Nesse caso, o encapsulador "esse motivo" tem várias funções: retomar uma informação velha, resumi-la, e servir de argumento, visando persuadir os interlocutores pelo convencimento a partir de uma relação lógica: já teve uma filha, tendo experiência em cuidar de criança, logo, é a melhor candidata à adoção da menina Isabela.

No próximo excerto, o (63), o nome geral "*motivo*" é também utilizado como termo encapsulador, cuja função persuasiva não é convencer (pela lógica), mas comover (tocar a afetividade dos interlocutores). O termo encapsulador está em itálico. Vejamos:

(63)

> **Advogado B.R.**: E o que eu quero constar aqui é que o meu casal ele tem totalmente preparo pra cuidar dessa criança, os dois têm uma condição financeira agradável e eh... por azar da vida, por ironia do destino, eles não podem ter filhos, gerando *mais um motivo* para que eles tenham essa criança.
> ((passam-se alguns turnos com fala de outras pessoas))
> **Advogado B.R.**: Agora eu pergunto a vocês: esses pais que não podem ter filhos, qual seria *a única chance* deles poderem cuidar de uma criança, dessa mãe que a esperanças foram praticamente perdidas? Qual seria *a única chance* desse casal poder ter um filho, cuidar, dizer assim: eu tenho um filho, amar, dar carinho, amor e tudo que a criança merece?

O excerto (63) possui duas ocorrências de encapsulamento anafórico. Os dois casos apresentam o encapsulamento anafórico realizado pelo próprio locutor. Na primeira ocorrência, o locutor realiza o encapsulamento dentro do mesmo turno (o primeiro turno da sua fala), com propósitos argumentativos. A expressão referencial com função de encapsulador anafórico no excerto (63) é "*maisum motivo*", que é uma paráfrase resumitiva de uma informação precedente, servindo a um propósito argumentativo (e retórico) do advogado B.R. O encapsulamento acaba servindo de argumento para uma predicação posterior. Esquematizemos melhor isso:

- Porção precedente do texto: "*eles não podem ter filhos*".
- Termo encapsulador: "mais um motivo [para que eles tenham essa criança]".

- Predicação posterior: “Agora eu pergunto a vocês: esses pais que não podem ter filhos, qual seria a única chance deles poderem cuidar de uma criança, dessa mãe que a esperanças foram praticamente perdidas? [...]”.

O advogado B.R. é, no debate, o advogado do casal Valdeci e Mara, casal que não pode ter filhos e, por isso, desejam adotar Isabela. Dizer “*mais um motivo*” sugere que há outros motivos que fazem desse casal a opção ideal para a adoção.

Quanto à segunda ocorrência de encapsulamento anafórico no excerto (63), ele é realizado também pelo mesmo locutor, contudo retomando um referente de um outro turno anterior, servindo de argumento para uma predicação futura. Vejamos isso em detalhes:

- Porção precedente da fala: “[...] eles tenham essa criança” [adotar Isabela]:
- Termo encapsulador: “*a única chance*” – acompanhado atipicamente pelo artigo definido, mas que faz o argumento ganhar mais força aqui, sugerindo: não há outra chance, “esta é A chance”.
- Predicação posterior: “Qual seria *a única chance* desse casal poder ter um filho, cuidar, dizer assim: “eu tenho um filho, amar, dar carinho, amor e tudo que a criança merece?”

No segundo encapsulamento anafórico do excerto (63), o advogado B.R. tenta persuadir os membros do corpo de jurados por meio da comoção, dizendo que essa é a *única chance* de Valdeci e Mara serem pais, já que o casal não pode gerar um filho. A expressão *“única chance”* é inclusive repetida na predicação posterior com propósitos persuasivos. A predicação posterior, ancorada na expressão referencial encapsuladora, está repleta de elementos “afetivos” (os verbos amar, dar carinho, cuidar), o que revela uma tentativa de tocar as emoções dos interlocutores. Analisemos uma outra ocorrência dessa categoria, no excerto (64):

(64)

Advogada M.A.: Bom dia mais uma vez. Queria argumentar que o tempo é o principal problema porque eu vivenciei isso. Eh, normalmente a minha mãe tava casada com meu pai, ele é fotógrafo, e ele viajava muito. [...] Digamos que, quando eu era// quando uma pessoa é criança, ela precisa de um pai pra acompanhar quando ganha uma prova, eu senti falta disso. Quando ganhava uma prova e precisava de dez e precisava daquele abraço e eu não tinha meu

pai... pra me dar né... E quando, eh, eu participava de alguma coisa e ganhava também não tinha meu pai pra me parabenizar.
((passam-se alguns turnos com falas de outros))
Advogada M.A.: Então uma criança sem *o apoio do pai*, sem a presença do pai... isso aí... é muito complicado.

No excerto (64), a advogada M.A. está refutando os argumentos do advogado V.L., advogado de casal constituído por um jovem executivo que viaja muito (Robson) e uma sócia de uma boutique (Fátima). Logo, a tentativa da advogada M.A. é dizer que esse casal não terá tempo para acompanhar o desenvolvimento de Isabela e que, portanto, não é o casal ideal para adotá-la. O encapsulamento do excerto (64) é realizado pelo mesmo locutor, em turnos diferentes. É válido salientar que, diferentemente de casos analisados anteriormente, nos quais a expressão encapsuladora serve de base argumentativa para predicações posteriores, em (64) o termo encapsulador serve de reforço para um argumento presente em uma predicação *anterior*, conforme os detalhes a seguir:

- Predicação anterior reforçada pelo encapsulador futuramente: "*tempo é o principal problema*" [tempo que os pais devem ter para acompanhar as atividades dos filhos].
- Porção de texto que é encapsulada anaforicamente: "*Quando ganhava uma prova e precisava de dez e precisava daquele abraço* [...]"
- Expressão referencial encapsuladora: "*o apoio do pai".*

A advogada M.A. expõe exemplos de sua vida pessoal para tentar provar a sua tese de que Robson e Fátima são inadequados à adoção, ao falar da falta de tempo de seu próprio pai, quando ela era criança. A entrevista que realizamos com essa aluna, que representou esse papel no debate, confirma que é um exemplo verídico. Nesse processo argumentativo, M.A. utiliza a expressão encapsuladora "*o apoio do pai*" – cujo núcleo é "*apoio"*, um nome geral que aparece como algo novo (já que é um item lexical utilizado pela primeira vez), mas que não é uma introdução referencial (já que encapsula uma porção do cotexto). Esse termo encapsulador acaba agregando a uma informação velha uma qualificação axiológica positiva por meio do substantivo "*apoio"*. Isso revela uma orientação argumentativa importante que reforça o argumento contido na predicação da mesma advogada, que funciona como refutação ao advogado V.L, e forma de persuadir os jurados.

Vejamos, agora, uma outra ocorrência diferente de encapsulamento anafórico. Neste caso, uma porção precedente da fala do locutor é encapsulada pelo interlocutor, apresentando funções argumentativas em uma predicação posterior. Analisemos o excerto (65), que contém a expressão referencial encapsuladora em itálico:

(65)

> **Advogado V.A**.: Bom dia. Eu quero apresentar aqui os meus clientes que são Sebastião e Mariana. Bom, eles são um casal de evangélicos... que pretendem fazer da sua filha, eh uma seguidora de Jesus [...] Eles têm uma vida simples, honesta mas eh ... batalham no dia-dia pra fazer o que podem pra, eh... ter uma vida honesta e honrada. E assim também, eh... a criança vai crescer nesses princípios de respeito, honestidade e honra que são princípios que são, eh..., maiores do que muitas coisas. Nada mais a //...
>
> **Advogado B.R**.: Bom, bom dia. Eh... aqui o Dr. V.A. falou sobre a religião que eles pretendem fazer com que ela siga tal... *as suas ideologias*. Porém, eh..., nós vivemos hoje num país com Estado laico. Um país que você não pode forçar alguém a seguir uma religião.

O excerto (65) apresenta dois turnos de fala: Um do advogado V.A., que é advogado do casal evangélico, Sebastião e Mariana, e o outro turno é a réplica do advogado B.R. Um fenômeno bem interessante que percebemos no debate é o processo de referenciação interturno, em que o encapsulamento é realizado pelo interlocutor, sumarizando uma porção da fala do locutor. Isso revela a forte interatividade ocorrida no debate. Além disso, observamos que esse encapsulamento possui uma motivação argumentativa, pois resume o argumento do primeiro advogado e serve de base para o contra-argumento do segundo advogado. Detalhamos isso a seguir:

- Informações da porção precedente da fala do advogado V.A.: *a religião do casal, sua vida simples e batalhadora e os princípios de respeito, honestidade e honra*.
- Expressão referencial encapsuladora: "*as suas ideologias*".
- Predicação posterior do advogado B.R., com função de contra-argumento: "*Porém, eh..., nós vivemos hoje num país com Estado laico. Um país que você não pode forçar alguém a seguir uma religião*".

Neste caso, percebemos que o encapsulamento anafórico do excerto (65) é uma retomada que se propõe resumir uma informação que se pretende refutar em uma predicação

posterior. Dentre as várias “ideologias” do casal evangélico, o advogado B.R. ataca apenas a questão religiosa, especificamente a intenção do casal de fazer da garota uma seguidora da religião deles. Além dessa função argumentativa, o encapsulamento anafórico aqui é, também, uma maneira de manter o tópico discursivo daquele momento do debate. O segundo advogado necessitava manter o tópico (que era a forma de viver e os valores do casal evangélico candidato à adoção de Isabela) para poder elaborar uma refutação acerca dele. Esse fenômeno está relacionado à organização textual. Percebemos, neste caso, uma ocorrência de encapsulamento anafórico que revela uma função resumitiva, uma função argumentativa e uma função textual (organização tópica e coesão).

Todas as ocorrências de encapsulamento anafórico que analisamos nesta investigação corroboram o conceito bakhtiniano de dialogismo, demostrado tanto no encapsulamento realizado pelo locutor, quando ideologias diversas são materializadas nos termos encapsuladores, quanto no encapsulamento realizado pelo interlocutor (da fala do locutor), que marca a interação entre sujeitos, e, também, interação entre os encapsuladores eos costumes, valores e ideologias daquela comunidade linguística. Interfaces entre a fala dos debatedores e experiências pessoais vividasconstituem formas de materializarsubjetividades/intersubjetividades na linguagem. A relação entre algo já dito com a sua retomada, que agrega a algo velho novas qualificações axiológicas e novas funções argumentativas e textuais (resumitiva e coesiva). As marcas linguísticas do debate revelam a relação do que é dito no presente com o que foi dito ou vivido no passado, influenciando uma decisão futura (a adoção de Isabela). Dialogismo no seu sentido mais amplo da palavra, comprovando a complexidade da linguagem.

5 CONCLUSÃO

Esta dissertação se propôs conhecer as principais características dos três pilares (estrutura composicional, conteúdo temático e estilo) do gênero discursivo debate regrado público deliberativo, tendo como foco o estilo. Nossa proposta foi investigarcomo se deu a interação, a argumentação e a materialização de ideologias nesse gênero. Para tanto, realizamos um debate em circunstâncias concretas em aulas de Língua Portuguesa no Ensino Médio. Este estudo se deu à luz dos postulados teóricos de Bakhtin, que concebe a enunciação enquanto interação entre sujeitos sócio-históricos, tendo como axioma que a linguagem é, por essência, ideológica e dialógica.

Inicialmente, buscamos algumas raízes históricas do gênero debate. Nosso ponto de partida foi a Grécia Antiga, onde associamos o debate à democracia. A análise de *O Debate Persa*, de Heródoto, realizado por Pires (2012) e Gallo (2015) e algumas considerações sobre obra *Política*, de Aristóteles, fizeram com que corroborássemos a ideia de que um regime político democrático favorece o debate, já que, de acordo com Klinkenberg (2004), a democracia permitiu aos seres humanos travarem embates, não mais pela tirania ou pela força física, mas com o poder simbólico dos signos verbais. Nesse ínterim, Aristóteles sistematizou a fala pública ao criar a Retórica Antiga, área de estudo que envolve, de acordo com Tringali (1988), a teoria e prática dos discursos persuasivos e que trata de questões controversas, cujo propósito é conseguir a adesão de um auditório em relação a uma proposta argumentativa. O orador pode conseguir a adesão do auditório tanto por meio do convencimento lógico quanto pelas funções afetiva e estética da linguagem. Essas considerações nos fazem ver o quanto a retórica está imbricada na argumentação.

Surgiram outras fases da retórica, como a Retórica Clássica, cujo foco era a elocução, reduzindo a Retórica Antiga, que abarcava, além da elocução, outros elementos, como a invenção e a disposição. Na Retórica Clássica, cria-se a Retórica das Figuras, que encolhe ainda mais a retórica, restringindo-se às figuras. A próxima fase da retórica, a Nova Retórica, criada por Perelman, fez um retorno a Aristóteles, superando o racionalismo da ciência, que apenas valorizava a Analítica. A Nova Retórica reinseriu, além da Analítica, os demais elementos estudados por Aristóteles, a saber: a Dialética e a Sofística, configurando-se uma área que está preocupada com *a prova* capaz de conseguir a adesão de um auditório. Percebemos que o gênero discursivo debate mantém relações com a retórica, sobretudo por ser um gênero intrinsecamente argumentativo, que visa a persuadir interlocutores, com argumentos acerca de temas controversos.

Embasados na ideia de que a democracia favorece o debate, interessamo-nos pelo fortalecimento da ocorrência desse gênero a partir da década de 1980, no Brasil. A Redemocratização e a Constituição Federal de 1988 estabeleceram princípios democráticos que favorecem o debate e proíbem a censura. Como investigamos, nesta dissertação, um debate regrado, observamos que na atualidade é muito comum a ocorrência de debates televisivos regrados, o que possui a presença de um moderador (geralmente o apresentador do programa), e que discute diversos temas, sobretudo temas da esfera política. Esses debates ocorrem também em sites da internet, alcançando um público muito maior, com o advento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs).

Após uma investigação histórica do gênero discursivo debate, fez-se necessário lançar um olhar linguístico para esse gênero. Inicialmente, ancoramo-nos na filosofia de linguagem de Bakhtin (2003; 2006), teórico que afirma que a língua é um sistema de formas abstratas que apenas ganham vida na enunciação (interação verbal entre sujeitos sócio-históricos). Esse pensador, acreditando que a linguagem não é neutra, mas impregnada de ideologia, elaborou o conceito de dialogismo, que, além da interação entre pessoas, é também o diálogo entre discursos construídos sócio-historicamente. Além do conceito de dialogismo, Bakhtin (2003) elabora a teoria dos gêneros do discurso. Para esse autor, toda e qualquer interação verbal só acontece por meio dos gêneros discursivos, que são, na teoria bakhtiniana, tipos relativamente estáveis de enunciados, que moldam a nossa comunicação. O gênero possui três pilares, a saber: a estrutura composicional (a configuração interna visível, o projeto arquitetônico, a logística e articulação das partes constituintes), o conteúdo temático (o tópico discursivo ativador dos conteúdos e discursos construídos sócio-historicamente, aquilo que é dizível pelo gênero em uma dada esfera social) e o estilo (as marcas linguísticas particulares do gênero que revelam a posição enunciativa do locutor). Todos esses pilares estão relacionados e estão a serviço de um "projeto de dizer" (RIBEIRO, 2010).

Os estudos do grupo de Genebra encabeçados por Dolz e Schneuwly (2011a; 2011b) acerca do ensino dos gêneros orais e dos tipos de debate também chamaram a nossa atenção, pois esses pesquisadores têm como foco de estudo os gêneros públicos, aqueles utilizados na comunicação em contextos mais formais. Os referidos autores elaboraram os tipos de debate. Esses postulados nos deram suporte para chamar o gênero que realizamos em âmbito escolar, de *debate público regrado deliberativo*, o qual foi viabilizado pela execução de uma sequência didática, que nos auxiliou na tarefa de ensinar o gênero aos alunos. Já que o debate é um gênero intrinsecamente argumentativo, esta investigação teve como um de seus compromissos estudar o processo argumentativo desenvolvido pelos alunos durante a

realização do gênero em questão. Para tanto, embasamo-nos nos postulados teóricos da semântica argumentativa, por corroborar a tese de Anscombre e Ducrot (1983), criadores da ANL, de que o sistema linguístico é capaz de produzir argumentação. Apropriando-se desses pressupostos acerca da argumentação linguística, Conte (2003), Koch (2009; 2011), Koch e Elias (2016) e Cavalcante (2014) estudam algumas funções argumentativas da língua no processo de referenciação. Esse estudo bibliográfico nos ancorou na análise dos nossos dados.

Percorremos um caminho metodológico neste estudo. Inicialmente, criamos uma cena enunciativa, na qual inserimos o nosso debate regrado deliberativo em um júri-simulado, que visava a escolher um casal para adotar a criança abandonada Isabela, dentre seis casais candidatos. Participaram trinta e três pessoas nessa atividade, sendo trinta e dois alunos e uma professora da escola. O debate foi gravado em áudio e vídeo. Uma semana após o debate, entrevistamos os seis alunos que foram os advogados debatedores, no intuito de confirmar os seus pontos de vista acerca dos temas abordados durante o debate. Realizamos dois tipos de transcrição: para o debate, a transcrição fonológica, pois, além de questões discursivas e argumentativas, propusemo-nos a analisar as marcas linguísticas do texto falado; para as entrevistas, realizamos uma transcrição bem mais simples, a transcrição ortográfica, já que não analisamos questões fonológicas dessas entrevistas.

Iniciamos a análise pelo *contexto interacional do debate*. Nesse item, concluímos que a atividade realizada em âmbito escolar promoveu importante interação entre os alunos participantes. Os alunos entrevistados afirmaram que o debate aproximou colegas que ainda não possuíam laços fortes de amizade, especialmente os que haviam cursado o Ensino Fundamental em escolas diferentes. A atividade aproximou os trios (cada trio, na atividade, foi composto por: *os dois alunos* que atuaram como o casal candidato à adoção de Isabela e *o aluno* que foi o seu advogado). A confraternização, no dia da realização do debate, mostrou-se importante, na visão dos alunos, para intensificar essa interação. Em uma das entrevistas, um aluno afirma que a atividade suscitou brincadeiras entre eles, durante o processo de elaboração argumentativa para o debate, aproximando-os ainda mais. Um outro aluno, também em entrevista, revela que a preparação do debate envolveu até mesmo a sua avó, que o ajudou na seleção de argumentos que usaria no debate. Em relação à importância do debate, os alunos sinalizaram a relevância desse gênero para a vida, dentro e fora da escola. Observamos, em uma entrevista, a sinalização de que o debate realizado ajudou a diminuir a timidez dos alunos. Os alunos também apontaram que uma atividade como o debate em questão pode ensinar habilidades necessárias para a vida, como ajudar a se sair bem em uma entrevista de emprego, sobretudo pelo desenvolvimento de habilidades argumentativas,

necessárias para viver em sociedade. Percebemos, também, que o debate foi visto como um elemento dinamizador nas aulas de língua portuguesa, capaz de fomentar atividades que vão além da mera decodificação nas aulas de português. Um aluno critica a maneira como o ensino de língua portuguesa é conduzido em sala de aula, priorizando atividades de mera decodificação, ao dizer que debater e conversar é mais interessante do que simplesmente copiar conteúdos no caderno, como ele acredita que tem sido o ensino dessa disciplina

Na análise da *estrutura composicional* do debate regrado realizado, nossos dados revelam que esse gênero possui uma estrutura relativamente estável, prototípica, que nos faz reconhecer esse gênero facilmente. Há um projeto arquitetônico, uma configuração e articulação das partes constituintes do gênero, uma logística que esteve a serviço de uma proposta enunciativa, que envolveu, nesse caso, propósitos argumentativos. No debate em análise, ocorreram dez etapas, quais sejam: 1 – entrada da juíza (moderadora) na sala do debate; 2 – abertura do debate (leitura do processo, seleção dos jurados e instruções); 3 – 1º turno de argumentação; 4 – 2º turno de argumentação; 5 – 3º turno de argumentação; 6 – 4º turno de argumentação; 7 – 5º turno de argumentação; 8 – 6º turno de argumentação; 9 – deliberação; e 10 – veredicto. Cada turno argumentativo foi composto de três partes, a saber: argumentos iniciais, réplica e tréplica, atendendo a demandas do projeto enunciativo, que consistia em garantir que todos tivessem a sua vez de argumentar, refutar e fazer suas últimas considerações, por meio da tréplica, relativas à sua proposta argumentativa. Toda a estrutura possibilitou *o dizer.*

O estudo do *conteúdo temático* do debate foi bastante denso, já que esse gênero trata de questões controversas. Dez tópicos discursivos foram elencados como os que mais se fizeram presentes na atividade, quais sejam: 1 – adoção; 2 – homoafetividade; 3 – uso da maconha; 4 – laicidade do Estado; 5 – a importância do tempo para cuidar de uma criança; 6 – questões raciais envolvidas no processo de adoção; 7 – o lugar da escolaridade dos pais na criação dos filhos; 8 – a possibilidade de pessoas idosas adotarem; 9 – condição financeira *versus* condição emocional no processo de adoção; e 10 – a importância da experiência em ser pai/mãe antes de adotar uma criança. Ressaltamos que esses assuntos, sozinhos, não representam o conteúdo temático, que vai além disso. Em nosso debate, esses assuntos funcionaram ativando questões socioidentitárias, discursos construídos socialmente. Os alunos, ao se pronunciarem no debate, apresentaram os discursos do âmbito familiar e crenças diversas, que são compartilhados pela comunidade em que eles vivem. Um dos advogados que, durante o debate, mostrou-se contrário às uniões homoafetivas, revelou, em entrevista, questões ideológicas relacionadas à homoafetividade, que dialogam fortemente com a sua

formação familiar, com os ensinamentos de seus pais (como a ideia de que o correto é ser heterossexual, contudo, tolerante e respeitoso com os homossexuais). Outro advogado, também em entrevista, confirmou que o mais importante para ser um pai ou uma mãe é a capacidade de dar amor à criança e não, necessariamente, ter bens materiais. Esses exemplos ilustram ideologias que se materializaram na atividade realizada. Nesse sentido, comprovamos que o conteúdo temático é aquilo que é dizível em uma dada esfera social, possibilitado pelo gênero do discurso.

A análise do terceiro e último pilar do gênero, o *estilo* (as marcas linguísticas que revelam as posições enunciativas do locutor), foi o elemento que recebeu nossa maior atenção nesta dissertação. Como investigamos o debate, que é um gênero predominantemente oral, estudamos as especificidades do estilo do texto falado, com especial atenção aos fenômenos da interrupção, hesitação e marcadores discursivos, além dos fenômenos da correção e repetição que, apesar de não serem típicos do texto falado, ocorrem nesse tipo de texto de forma particular.

Na análise da*correção*, percebemos que esse fenômeno não é típico da oralidade, contudo, em nosso debate, a correção ocorreu de modo peculiar. Identificamos a autocorreção autoiniciada intraturno, que serviu para corrigir problemas relacionados às orientações que a moderadora desejava transmitir para os participantes do debate; a heterocorreção autoiniciada interturno que estudamos em nosso *corpus* promoveu interação entre alguns participantes do debate, revelando a promoção de cooperação entre os interlocutores na tarefa de corrigir problemas/erros, esclarecer e facilitar a compreensão do outro.

Na análise da *interrupção*, analisamos algumas categorias desse fenômeno, quais sejam; corte sintático, corte lexical, autointerrupção e heterointerrupção. Concluímos, primeiramente, que a interrupção representa um elemento de descontinuidade típico do texto falado, revelando que esse tipo de texto possui uma sintaxe própria, conforme já apontado por Souza-e-Silva e Crescitelli (2015). Em segundo lugar, confirmamos que a interrupção pode coocorrer com a hesitação. Em terceiro lugar, nossos dados revelam que tanto os cortes sintáticos quanto os cortes lexicais representaram uma dificuldade em processar a fala linearmente. No caso do corte lexical, observamos que este foi motivado pela falta de familiaridade com os itens lexicais, gerando insegurança nos locutores. No caso do corte sintático, este foi motivado pela procura de constituintes para a oração, pela demanda enunciativa por reiteração ou ratificação de informações. As autointerrupções analisadas mostram um estado cognitivo de confusão do locutor, e uma dificuldade no processamento seja da palavra, seja da oração. As heterointerrupções, em nosso *corpus*, revelam o potencial

de interação dessa categoria, já que ocorreu em meio a assalto a turnos de fala, ocorrido na comunicação entre os participantes do debate, e em meio à necessidade de interromper o interlocutor para corrigir informações ou orientar (como observado em falas da moderadora do debate, ao reforçar as regras do jogo). Confirmamos que as interrupções podem ser seguidas por retomadas (que visam a preencher o que ficou à deriva) ou não. Todas as interrupções analisadas revelam o caráter dialógico da linguagem.

A análise da *hesitação*, fenômeno típico da oralidade, constitui um elemento de descontinuidade que é marcado por uma entoação hesitativa, que se materializa em elementos prosódicos e linguísticos. Nossos dados mostram que a forma mais comum de hesitação é aquela que se materializa na expressão hesitativa "eh", geralmente alongada, corroborando descobertas de Marcuschi (2015). Outras formas de hesitação foram analisadas: as que se realizam por meio de itens lexicais (substantivos, adjetivos, verbos e advérbios), itens funcionais – bastante frequentes em nosso *corpus* (artigos, preposições, conjunções, pronomes, verbos de ligação), fragmentos lexicais (palavras iniciadas e não concluídas), falso início (um segmento linguístico problemático que inicia a oração). Esta investigação identificou uma categoria hesitativa não encontrada em nosso estudo bibliográfico e que chamamos aqui de *início verdadeiro descartado* (início correto, porém descartado pelo enunciador que acabou realizando um segmento linguístico incorreto). As hesitações, no debate que investigamos, revelam uma dificuldade no processamento linear da fala, dificuldade de seleção de elementos linguísticos e das ideias a serem processadas, fazendo com que a hesitação atue no plano do processamento e não da elaboração textual, conforma já havia sido afirmado por Marcuschi (2015a). Essa dificuldade foi motivada, em nosso debate, pela falta de familiaridade com itens lexicais recentemente aprendidos pelos alunos (no caso dos nomes fictícios dos casais candidatos à adoção de Isabela), pela falta de familiaridade com informações elaboradas pela comunidade científica (utilizadas como argumentos). Em um texto falado, como o nosso debate regrado, o planejamento e a verbalização ocorrem ao mesmo tempo e *on-line*, logo, a hesitação representa um elemento de descontinuidade motivado pelas instâncias enunciativas.

Estudamos também a *repetição*, que não é um fenômeno típico do texto falado, porém, nessa esfera, esse fenômeno apresenta peculiaridades importantes. Observamos, no *corpus*, as seguintes funções da repetição: colaborar com a compreensão do interlocutor, promover a coesão e coerência, organizar o texto discursivamente, dar continuidade à organização tópica, criar estratégias argumentativas e retóricas (pela promoção de simetrias composicionais que visaram a persuadir pela função estética da linguagem), enfatizar e enfatizar ideias, e auxiliar

na interação entre os interlocutores. Nossos dados mostram que a repetição também pode ocorrer juntamente com a hesitação, categoria que recebe o nome de repetição hesitativa, a qual, no debate em estudo, se realizou por meio de palavras curtas, de uma ou duas sílabas, sobretudo por meio de itens funcionais.

A análise dos *operadores argumentativos/discursivos* (alguns morfemas, vocábulos, conectivos, pertencentes a algumas categorias gramaticais – como conectivos, conjunções, advérbios e locuções diversas, ou vocábulos que não se classificam em nenhuma categoria gramatical), em nosso debate, permite-nos concluir que a língua possui forte orientação argumentativa. Em nosso debate regrado, encontramos operadores que introduziram no enunciado um conteúdo pressuposto (já); operadores que somaram argumentos a favor de uma mesma conclusão (e, e também); operadores que contrapuseram dois argumentos orientados para conclusões contrárias (mas, apesar de); operadores que somaram três argumentos a favor de uma mesma conclusão (além de, que no momento de votação, intensificou a conclusão que o locutor desejou estabelecer); operadores que mostraram qual é o argumento mais forte de uma escala argumentativa (nem); operadores que direcionaram para a afirmação ou negação da totalidade (todo, nada); o operador *não muito*, parte da escala argumentativa: muito boa – boa – relativamente boa – nada boa), para indicar que a condição financeira do casal Sebastião e Mariana é considerada *não muito boa* (modesta, mas satisfatória); e operadores que introduziram uma justificativa ou explicação relativa ao enunciado anterior (já que, pois, porque e como). Em todos os casos, corroborando os postulados de Ducrot (1987), Koch (2011), Koch e Elias (2016), observamos que a função desses operadores é direcionar o enunciado para uma determinada conclusão, resvalando para construções discursivas.

Esta investigação também analisou os *marcadores discursivos* (elementos linguísticos exteriores ao conteúdo da frase, sem autonomia comunicativa e sintaticamente apartadas da estrutura frásica, e bastante frequente no texto falado). Há marcadores sequenciadores (que amarram e organizam porções textuais) e os marcadores interacionais (que orientam a interação entre os interlocutores). Nossa análise conclui que o debate regrado realizado apresentou marcadores sequenciadores (continuando, agora, aí, então, bom); o marcador interacional*OK.;* e o marcador *entenderam,* queacumulou a função tanto de marcador interacional, verificando se as orientações dadas pelo locutor estavam claras para o interlocutor, quanto de marcador sequenciador, fechando um tópico discursivo.

Outra seção muito importante nesta dissertação é a que se propôs a analisar o processo de *referenciação*, especificamente dois fenômenos desse processo, a saber: a recategorização

anafórica e o encapsulamento anafórico. Concluímos que essas duas categorias possuem relevantes funções argumentativas. O referente *hábito de fumar maconha*,ao ser recategorizado, no debate regrado, como *uso das drogas* (que serviu de modificador), ganhou um viés axiológico positivo e negativo, marcando diferentes posições discursivas relativas ao ato de fumar maconha. O referente *adoção de Isabela*, foi também renomeado de *oportunidade de mudança para o casal* (casal cujo esposo fuma maconha). A recategorização teve a função de construir valores diversos em torno de objetos de discurso, constituindo uma estratégia argumentativa para persuadir e, até mesmo, manipular interlocutores. Em relação ao encapsulamento anafórico (que é uma paráfrase resumitiva de uma porção textual apresentada anteriormente no texto), foi também encontrado em nossos dados. Um exemplo disso é o termo encapsulador *esse motivo*, utilizado por um advogado, no intuito de retomar a informação velha *Vera já teve uma filha*. Nestecaso,o termo encapsulador serviu também como argumento para a predicação posterior*"[ter tido uma filha e ter experiência em cuidar de criança] vai facilitar o:: convívio"* , explicado posteriormente como: "*então, não vai ser muito problema cuidar da dessa criança"*. Nesse caso, o termo encapsulador "esse motivo"visa convencer o interlocutor a partir de uma relação lógica: se Vera já teve uma filha e tem experiência em cuidar de criança, ela é a melhor candidata para a adoção de Isabela. Encontramos também o termo encapsulador *maisum motivo*, que visou apresentar argumentos extras para reforçar argumentos já apresentados; o referente *única chance* foi utilizado para retomar a informação *adoção de Isabela por esse casal que não pode ter filhos;* o sintagma nominal *o apoio do pai*, retomou a informação *acompanhamento da filha em atividades escolares; o referente ideologias*, referiu-se a *à religião do casal, sua vida simples e batalhadora e os princípios de respeito, honestidade e honra*. Um fenômeno bem interessante que percebemos no debate é o processo de referenciação interturno, em que o encapsulamento é realizado pelo interlocutor, sumarizando uma porção da fala do locutor, revelando o potencial interacional dessa categoria do processo de referenciação. Concluímos que os termos encapsuladores exerceram funções já apontadas por Conte (2003), quais sejam: retomar informações velhas, sumarizá-las, introduzir novas qualificações a essas informações por meio de novas expressões referenciais que exprimem novos sentidos, a fim de conseguir a adesão do interlocutor para propostas argumentativas. Os encapsuladores anafóricos também exerceram a função de servir como argumentos para predicações posteriores e esta investigação encontrou uma outra função: reforçar predicações anteriores, fortalecendo argumentos já utilizados, em momentos anteriores do debate.

Ainda no âmbito da argumentação, analisamos a elaboração *retórica* dos debatedores. Conforme observamos, esses alunos utilizaram as três funções da persuasão mencionadas por Tringali (1988), sendo a primeira delas a função lógica, encontrada na fala de um advogado que tenta invalidar o argumento de outra advogada. Essa advogada menciona que seu pai era fotógrafo e que essa profissão o impediu de dar a devida atenção a ela. Esse argumento foi utilizado para dizer que um certo casal, que trabalhava, não poderia adotar a criança pois não teriam tempo para cuidar dela. O advogado que a refuta, faz isso com a seguinte relação lógica: o exemplo do pai da advogada não serve aqui como argumento, pois os clientes desse advogado não são fotógrafos, eles possuem outra profissão. A função afetiva (persuadir o intelecto pela comoção do coração) foi observada em todo o debate, quando os advogados utilizaram segmentos linguísticos relacionados a sentimentos como amor, felicidade, cuidado, como fez, por exemplo, um advogado ao dizer que os seus clientes desejam *tornar a criança feliz* e *acabar com o vazio que ela sente por ter sido abandonada*; um outro advogado disse que, devido à impossibilidade de seus clientes gerarem um filho, a adoção de Isabela é *a única chance desse casal de criar uma criança*. A função estética (seduzir, encantar pela função estética da linguagem, pelo bem falar) foi observada quando um advogado repete várias vezes *perguntas retóricas*, visando manipular interlocutores, enfraquecer argumentos de um outro advogado e reforçar sua tese. Encontramos também a tentativa de seduzir o interlocutor pela *sequência de palavras bonitas, agradáveis*, que possuem *significação positiva* relacionadas a bons sentimentos e compromisso ético. Um dos advogados se valeu dessa função estética da linguagem para produzir um estilo linguístico bastante elaborado, gramatical e lexicalmente, demonstrando possuir um vasto conhecimento livresco para criar um *ethos* de intelectualidade e impressionar os interlocutores; um outro debatedor ainda elaborou esse *bem-falar* por meio de paralelismos sintáticos e simetrias na construção textual. Na deliberação, a juíza votou, diante do empate, escolhendo o casal evangélico e justificando com alusão a citações clássicas da Bíblia, como *Jesus é a luz, a verdade e a vida*, *a luz da palavra de Deus*, utilizando as *louçanias estilísticas* da linguagem. Nossos dados nos mostram que os alunos utilizaram os três tipos de argumentos da Nova Retórica. A primeira categoria é a dos *argumentos quase lógicos*, da qual apontamos o seguinte: Daniel e Maria terão pouca disposição física para cuidar, daqui a alguns anos, de uma criança que ainda tem seis meses, por já terem sessenta e três anos de idade. Também analisamos a segunda categoria: *argumentos baseados na estrutura do real*, na qual encontramos o seguinte argumento: a maconha sai do corpo em poucos dias, para quem não a fuma diariamente (descoberta da comunidade científica, algo conhecido, que possui poder de adesão). A terceira

categoria de argumentos da Nova Retórica observada no debate é a dos *argumentos que visam fundar a estrutura do real* (exemplo que sirva de parâmetro uma situação futura), categoria esta que se fez bastante presente em nosso debate em diversos momentos. A primeira ocorrência desse tipo de argumento se dá quando um advogado utiliza como argumento o fato de sua cliente já ter tido uma filha e ter sido uma boa mãe. Esse exemplo acabou criando um precedente: se essa candidata à adoção já foi uma boa mãe, isso significa que ela é ideal para adotar Isabela. Esse argumento visava ganhar a adesão do auditório à ideia de que esta é a melhor candidata nesse processo de adoção. Outra situação em que observamos mais um *argumento que visa fundar a estrutura do real* foi quando outro advogado disse: "a mãe de todos vocês eu creio que trabalha e o pai também, nem por isso vocês viraram vagabundos, viraram? Não viraram". Esse advogado faz a pergunta retórica aos interlocutores, tentando, nesse caso, criar um precedente: se os pais desses interlocutores os criaram, mesmo possuindo um trabalho, e isso não fez com que seus filhos virassem vagabundos, Isabela não se tornará uma vagabunda caso seja adotada pelos clientes do advogado em questão, apesar desse casal trabalhar fora e não estar o tempo todo com a criança. Os tipos de argumentos da Nova Retórica corroboram a ideia de que as provas em um processo argumentativo podem se dar de diferentes formas, não apenas com o raciocínio lógico da ciência moderna (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005). O debate em análise, que foi gravado em áudio e vídeo, revela possuir um auditório amplo, um auditório em potencial, conceito postulado pela Nova Retórica, abarcando as pessoas que estiveram presentes no momento do debate e todas as pessoas que poderão ter acesso a ele no futuro.

Nesta investigação do debate regrado deliberativo, observamos que ideologias, questões socioidentitárias, e discursos se materializam na construção argumentativa, pois a linguagem não é neutra, mas ideológica por essência. Cada proposta argumentativa apresentada na arguição dos alunos refletia discursos sócio-historicamente construídos. Nesse respeito, algumas questões marcaram mais fortemente o debate, como: a ideia amplamente difundida de que é preciso ter dinheiro para ter um filho como também posições contrárias a essa; a ideia de que um casal evangélico possui melhores condições de criar uma criança por supostamente possuir mais valores espirituais, morais e/ou éticos necessários para proporcionar uma boa criação a uma criança; posições antagônicas acerca da homoafetividade e sobre o uso da maconha; a necessidade de pais dedicarem mais tempo à criação dos filhos em uma sociedade onde tanto o pai quanto a mãe trabalham fora. Todas essas questões suscitaram discursos e sentidos diversos, no ato enunciativo proporcionado pelo debate.

Mesmo em um trabalho extenso como este, é impossível responder a tudo sobre um gênero discursivo tão complexo quanto o debate. Investigações futuras podem elucidar muitas outras questões acerca desse gênero tão necessário à humanidade, cuja base é a democracia, capaz de promover diálogo entre seres humanos que anseiam pela negociação por melhores alternativas de se construir um mundo melhor, onde as lutas sociais e ideológicas travadas por meio da palavra se sobrepõem a ausência de luta, que é usurpada pela imposição violenta das ideias, pela tirania e pelos totalitarismos perversos.

REFERÊNCIAS

ANSCOMBRE, J.; DUCROT, O. **L'argumentation dans la langue**. Paris: Mardaga, 1983.

APOTHÉLOZ, D. Papel e funcionamento da anáfora na dinâmica textual. *In*: CALVACANTE, M. M., RODRIGUES, B. B., CIULA, A. (orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003.

ARENDT, H. **O Que é Política?**Trad. Reinaldo Guarany. 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

ARISTÓTELES. **Política**. Edição Bilingue. Colecção Vega Universidade/Ciências Sociais e Humanas. Lisboa, 1998.

ARISTÓTELES. **Retórica**. Trad. Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. 2ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2005 (Coleção Biblioteca de autores Clássicos).

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, M . **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12ª Edição. São Paulo: Hucitec, 2006.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nº 9394/96. Brasília: 1996.

_____. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: Língua Portuguesa / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEE, 1997.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **PCN+ Ensino Médio**: Orientações Curriculares complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: SEMTEC/MEC, 2002.

_____. Ministério da Educação. **Filosofia e Sociologia no Ensino Médio**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/32546>. Acesso em: 20 jul. 2016.

CAVALCANTE, M. M. **Os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2014.

CAREL, M.; DUCROT, O. **La Semántica Argumentativa**. Una Introducción a la Teoría de los Bloques Semánticos. Edición literaria a cargo de María Marta Negroni y Alfredo M. Lescano. Buenos Aires: Colihue, 2005.

CONTE, M. E. Encapsulamento Anafórico. *In*: CALVACANTE, M. M., RODRIGUES, B. B., CIULA, A. (orgs.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003.

CRISTOVÃO, V.L. L.; DURÃO, A. B.A. B.; NASCIMENTO, E. L. Debate Em Sala de Aula: Práticas de Linguagem em um Gênero Escolar. In: 5º Encontro do CelSul, 2003, Curitiba**. Anais do 5º Encontro do CelSul**, 1966. p. 1436-1441.

DOLZ, J.; SCHNEUWLY, B. Gêneros e progressão em expressão oral e escrita – elementos para reflexões sobre uma experiência suíça (francófona). *In*: SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. (orgs.). **Gêneros orais e escritos na escola**. Tradução e organização de Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro. 3ª ed. Campinas: Mercado de Letras, 2011a, p. 35-60.

_____. SCHNEUWLY, B. O oral como texto: como construir um objeto de ensino. *In*: SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. (orgs.). **Gêneros orais e escritos na escola**. Tradução e organização de Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro. 3ª ed. Campinas: Mercado de Letras, 2011b, p. 125-155.

_____. NOVERRAZ, M.; SCHNEUWLY, B. Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. *In*: SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. (orgs.). **Gêneros orais e escritos na escola**. Tradução e organização de Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro. 3ª ed. Campinas: Mercado de Letras, 2011, p. 81- 108.

_____ . SCHNEUWLY, B.; PIETRO, J. Relato da elaboração de uma sequência: o debate público. *In*: SCHNEUWLY, B. DOLZ, J. (orgs.). **Gêneros orais e escritos na escola**. Tradução e organização de Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro. 3ª ed. Campinas: Mercado de Letras, 2011, p. 213-239.

DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Rev. Téc. Trad. GUIMARÃES, E. Campinas, SP: Pontes, 1987.

FÁVERO, L. L.; ANDRADE, M. L. C.V.O; AQUINO, Z. C.*In*: JUBRAN, C. S. (org.). **A construção do texto falado**. Gramática do português culto falado no Brasil. Vol. 1, p. 241-256. São Paulo: Contexto, 2015.

GALLO, R. **Heródoto e a teoria das formas de governo**: o debate constitucional persa. 2015. 167 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

GIL, G. **Uma agenda estratégica para o Brasil**. In: I Fórum Nacional de Tv´s Públicas: Diagnóstico do Campo Público de Televisão – Brasília: Ministério da Cultura, 2006. 112 p. (Caderno de debates).

JUBRAN, C. S. (org.) A construção do texto falado. **Gramática do português culto falado no Brasil.** Vol. 1. São Paulo: Contexto, 2015.

KLINKENBERG, J. Retóricas de ontem e de hoje: Prefácio. *In*: MOSCA, L. L. S. (org) **Retóricas de ontem e de hoje**. 3. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2004, p. 11-15.

KOCH, I. V. **Desvendando os segredos do texto**. - 6.ed. - São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **Argumentação e linguagem**. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Especificidade do texto falado. *In*: JUBRAN, C. S. (org.). **A construção do texto falado**. Gramática do português culto falado no Brasil. Vol. 1, p. 39-46. São Paulo: Contexto, 2015.

_____. ELIAS, V. M. **Escrever e argumentar**. São Paulo: Contexto, 2016, 240 p.

LE GOFF, J**. História e memória**. Tradução Bernardo Leitão ... [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios).

LINS, M. P. P.; MARCHEZI, N. M. Por uma abordagem de gêneros textuais em sala de aula: o trabalho com entrevistas. In: XV Congresso Nacional de Estudos Filológicos e Linguísticos, 2011, Rio de Janeiro. **Anais do XV Congresso Nacional de Linguística e Filologia**. Rio de Janeiro: Instituto de Letras da UERJ, 2011. v. XV. p. 2386-2397.

LOPES, M. O.; PEREIRA, M. H. M. O encapsulamento anafórico como um recurso argumentativo no texto. In: 68º Reunião Anual da SBPC- Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, 2016, Porto Seguro. **Anais.**Resumos da 68ª Reunião Anual da SBPC. São Paulo: SBPC, 2016. v. único. p. 1-1.

MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização.10.ed., São Paulo: Cortez, 2010.

MARCUSCHI, L. A. Hesitação. *In*: JUBRAN, C. S. (org.). **A construção do texto falado**. Gramática do português culto falado no Brasil. Vol. 1, p. 207-240. São Paulo: Contexto, 2015a.

MARCUSCHI, L. A. Repetição. *In*: JUBRAN, C. S. (org.). **A construção do texto falado**. Gramática do português culto falado no Brasil. Vol. 1, p. 49-68. São Paulo: Contexto, 2015b.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de Marqueting**: metodologia, planejamento, execução e análise. 2ª. Ed. São Paulo: Atlas, 1994, v. 2.

MENEZES, M. L.Democracia de Assembleia e Democracia de Parlamento: uma breve história das instituições democráticas. **Sociologias**, v. 23, 2010, p. 20-45. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222010000100003>. Acesso em 18 out. 2016.

MOSCA, L. L. S. Velhas e Novas Retóricas: convergências e desdobramentos.In: MOSCA, L. L. S. (org.). **Retóricas de ontem e de hoje**. 3.ed.- São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2004, p. 17-54.

MOUNIER, P. **Os Donos da Rede**: As Tramas Políticas da Internet São Paulo: Loyola, 2006.

OLIVEIRA, C. L. **Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa:**tipos, técnicas e características. Travessias (UNIOESTE. Online), v. 2, nº 32009. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/3122>. Acesso em: 20 jun. 2016.

PERELMAN, C. OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da Argumentação**: a nova retórica. 2ª edição. Trad. de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 653 p.

PIRES, F. M. Mithistória do Debate Persa (Heródoto, III.80-82). **História da Historiografia**, Ouro Preto, número 10, dezembro, 2012, p. 183-192. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/viewFile/483/318>. Acesso em: 25 jul. 2016.

PIRES, V. L. Dialogismo e alteridade ou a teoria da enunciação em Bakhtin. **Organon** (UFRGS), UFRGS - Porto Alegre, v. 16, n.32/33, p. 35-48, 2003.

RIBEIRO. P.B. Funcionamento do gênero do discurso. **Bakhtiniana**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 54-67, 1º sem. 2010.

RISSO, M. S. Marcadores discursivos basicamente sequenciadores. *In*: JUBRAN, C. S. (org.). **A construção do texto falado**. Gramática do português culto falado no Brasil. Vol. 1, p. 391-452. São Paulo: Contexto, 2015.

RISSO, M. S.; SILVA, OLIVEIRA, G. M.; URBANO, H. Traços definidores dos marcadores discursivos. *In*: JUBRAN, C. S. (org.). **A construção do texto falado**. Gramática do português culto falado no Brasil. Vol. 1, p. 371-390. São Paulo: Contexto, 2015.

RODRIGUES. R. H. Linguagem em (Dis)curso. **Tubarão**, v. 4, n. 2, p. 415-440, jan./jun. 2004.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: considerações psicológicas e ontogenéticas. *In*: SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. (orgs.). **Gêneros orais e escritos na escola**. Tradução e organização de Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro. 3ª ed. Campinas: Mercado de Letras, 2011a, p. 19-34.

SCHNEUWLY, B. Palavra e Ficcionalização: um caminho para o ensino da língua oral. *In*: SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. (orgs.). **Gêneros orais e escritos na escola**. Tradução e organização de Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro. 3ª ed. Campinas: Mercado de Letras, 2011b, p. 109-124.

SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. Os gêneros escolares – das práticas de linguagem aos objetos de ensino. *In*: SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. (orgs.). **Gêneros orais e escritos na escola**. Tradução e organização de Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro. 3ª ed. Campinas: Mercado de Letras, 2011, p. 61-78.

SOUZA-E-SILVA, M. C.; CRESCITELLI, M. C. Interrupção. *In*: JUBRAN, C. S. (org.). **A construção do texto falado**. Gramática do português culto falado no Brasil. Vol. 1, p. 69-82. São Paulo: Contexto, 2015.

TRINGALI, D. **Introdução à Retórica**: a retórica como crítica literária – São Paulo: Duas cidades, 1988.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:**a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo, Atlas, 1995. 175p.

URBANO, H. Marcadores discursivos basicamente interacionais. *In*: JUBRAN, C. S. (org.). **A construção do texto falado**. Gramática do português culto falado no Brasil. Vol. 1, p. 453-479. São Paulo: Contexto, 2015.

APÊNDICES

APÊNDICE A – SITUAÇÃO-PROBLEMA DO DEBATE

O caso Isabela

13 de novembro de 2015. Vara da Infância e da Juventude. Comarca de Valente-BA. Último dia para a definição da sentença judicial quanto ao caso de adoção da menina Isabela. Vocês, aqui presentes, têm a responsabilidade de analisar os dados e a difícil tarefa de julgar este caso. Esta é uma tarefa delicada, que envolve muita responsabilidade. Nem sempre a lógica ou a lei é suficiente para emitir um julgamento justo. A decisão que tomaremos, neste tribunal, é irrevogável, o que agrava as consequências de uma escolha mal feita.

Isabela, uma criança de cor branca, foi abandonada aos quatro meses de idade, na porta do Hospital Municipal José Mota Araújo, no centro da cidade de Valente-BA, acompanhada de uma carta assinada por sua mãe, onde revelava que sua decisão dramática devia-se ao fato de ter sido abandonada por seu companheiro e por não se encontrar em condições psicológicas de assumir a maternidade. Pelo conteúdo da carta, percebe-se que a mãe de Isabela possuía um bom nível sociocultural. Isabela tem hoje seis meses de idade. É uma criança saudável, bonita e alegre. Todos os seis casais candidatos à sua adoção, aqui presentes, ficariam muito felizes em tê-la como filha.

Como membros do Corpo de Juizado de Menores, vocês, da plateia, assistirão a um debate que acontecerá a partir de agora neste tribunal, que visa decidir qual casal é o mais apropriado para adotar a criança Isabela. É muito importante que todos façam silêncio, prestem muita atenção, e analisem este debate com muito cuidado. Seis advogados, representantes dos casais, debaterão uns com os outros, seguindo o seguinte esquema: argumento inicial (2minutos), réplica (1 minuto), tréplica (1minuto). Por exemplo, após o advogado do casal nº 1 ter exposto os seus argumentos iniciais, a Juíza sorteará um outro advogado para fazer a réplica. Quando esta for concluída, o juiz dará a palavra novamente ao advogado do casal nº 1 para que este faça a tréplica. Neste momento, a Juíza passará a palavra para o advogado do casal nº 2, que exporá seus argumentos. Na sequência, um outro advogado, *que ainda não tenha feito uso da réplica*, será sorteado para fazê-la. Então, o advogado do casal nº 2 terá novamente o direto à palavra, para fazer a tréplica, e assim sucessivamente. Após a exposição argumentativa dos seis advogados, os sete jurados deliberarão, escolhendo o casal mais apropriado para adotar a menina. Cada membro da

plateia receberá uma cédula de votação, por meio da qual expressará sua posição individual em relação ao caso, marcando um X na opção escolhida. Os votos serão contabilizados pela equipe assistente, e o oficial de justiça anunciará o veredicto, momento em que o representante do Conselho Tutelar entregará a criança (representada por uma boneca) ao casal que tiver obtido mais votos. A decisão deverá ser tomada, levando em consideração:a) A apresentação de cada casal candidato à adoção da menina Isabela, o perfil de cada um deles; b) Os motivos que levaram os casais a decidirem querer adotar a criança Isabela; c) A argumentação dos advogados dos casais. Vejamos o perfil dos casais candidatos à adoção de Isabela, no Quadro 9, a seguir:

Quadro 9 – Perfil dos casais candidatos à adoção de Isabela

Casal nº 1 – Júlia e Vera: convivem maritalmente há dez anos, desde 2005. Entretanto, passaram muito tempo escondendo sua condição homoafetiva. No ano de 2013, resolveram assumir essa condição. Júlia exerce um alto cargo no setor público e possui uma condição financeira boa e estável. Quando o casal se uniu, Vera já tinha uma filha de três anos. Esta criança, ao nascer, apresentou um grave problema congênito, que causou a sua morte em 2010, quando tinha oito anos de idade. Todos os parentes e toda a vizinhança tinham conhecimento da educação e carinhos dados a essa criança.
Casal nº 2 – Miguel e Bianca: são jovens, 28 e 24 anos respectivamente. São casados há três anos. Ele, com uma posição bastante invejada em uma multinacional, e ela, professora de inglês. São pessoas politizadas e cultas. Resolveram adotar uma criança como forma de ajudar essa criança abandonada Isabela. Além disso, Miguel e Bianca possuem, há muito tempo, o desejo de serem pais, a ponto de manterem um quarto já montado para receberem Isabela. Em seus momentos de prazer, Miguel gosta de curtir intensamente seu "jazz", fumando maconha. Segundo o próprio Miguel, isto não é um vício. Mas algo que o faz sentir-se muito relaxado. Esse hábito nunca interferiu em sua vida profissional ou pessoal, tanto que nunca houve preocupação em esconder tal fato.
Casal nº 3 – Sebastião e Mariana: ele, com 39 anos, é pastor evangélico e locutor da Rádio "As Vozes do Céu". Ela, com 37 anos, também evangélica, dedica-se à divulgação de sua religião em praça pública. Casaram-se há dois anos, mas Mariana tem receio de ter filhos em função de sua idade. Vivem de maneira modesta, mas com muita harmonia e honestidade. Acreditam que a fé em Cristo é fundamental para o ser humano. Pretendem cuidar de Isabela nos princípios da paz e do amor evangélico, e fazer da menina uma seguidora da igreja.
Casal nº 4 – Robson e Fátima: ele, 27 anos, ela 24 anos, ambos com nível universitário. Robson é um jovem executivo de carreira promissora, e tem potencial para chegar a cargos de diretoria na empresa onde atua. Fátima é sócia de uma boutique, dedicando-se integralmente a esta atividade comercial. Ela adora crianças e largaria tudo em função da educação de um filho. Robson é também a favor da adoção, porém, seu trabalho exige que ele viaje constantemente, representando a empresa em congressos e feiras internacionais. Mas deseja ser um excelente pai.
Casal nº 5 – Valdeci e Mara: casal negro. Ela, 30 anos, nível universitário, modelo profissional. Ele, 35 anos, nível primário, ex-jogador de futebol, que alcançou fama internacional e independência econômica. Vivem sem problemas financeiros, porém, não podem ter filhos. Consideram que este é o momento ideal para uma adoção.
Casal nº 6 – Daniel e Maria: ambos com 63 anos. Casaram-se aos vinte anos de idade e tiveram dois filhos homens, que estudaram Direito e optaram pela carreira diplomática. Esses dois filhos residem atualmente no exterior. O casal possui situação financeira estável e são pessoas com espírito bastante jovem. Gostariam de adotar uma criança para preencher o espaço deixado pelos filhos.

Fonte: elaborado pelo pesquisador.

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

*Você está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa "**O GÊNERO DISCURSIVO DEBATE EM CENA: ARGUMENTAÇÃO, IDEOLOGIA E INTERAÇÃO EM AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA**". Neste estudo pretendemos estudar as principais características do gênero textual debate em aulas de língua portuguesa, com vistas a analisar a situação de produção deste gênero, os discursos e ideologias presentes nele, investigando como os estudantes utilizarão a língua portuguesa para se pronunciarem. Os participantes da minha pesquisa serão do Colégio Estadual Wilson Lins, na cidade de Valente-BA, os estudantes da primeira série E do Ensino Médio, turno matutino, além de mais vinte e um estudantes de outras turmas, e um professor da escola.*

O motivo que nos leva a estudar esse assunto é o desejo de contribuir para o melhor entendimento da produção de textos orais no ensino-aprendizagem de língua portuguesa e fornecer subsídios para a utilização dos gêneros textuais orais na sala de aula.

Para este estudo adotaremos o(s) seguinte(s) procedimento(s): realização de um debate (um júri-simulado) que será filmado para fins de transcrição, aplicação de um questionário e condução de uma entrevista que será gravada em áudio, para que o pesquisador possa estudar as características do gênero debate em aulas de língua portuguesa. O pesquisador utilizará três aulas para fornecer orientações sobre a produção do debate e duas aulas para a realização do júri-simulado. Todo esse processo ocorrerá após a assinatura deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido (a) em todas as formas que desejar e estará livre para participar ou recusar-se. Você poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não causará qualquer punição ou modificação na forma em que é atendido (a) pelo pesquisador, que irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Você não será identificado em nenhuma publicação. Este estudo apresenta risco mínimo. Caso você sinta algum desconforto em participar do júri-simulado, responder alguma pergunta do questionário ou da entrevista, você poderá deixar de participar a qualquer momento. Apesar disso, você tem assegurado o direito a compensação ou indenização no caso de quaisquer danos eventualmente produzidos pela pesquisa. Os benefícios deste estudo são: ampliação das possibilidades do uso da língua portuguesa em situação concreta na sala e aula, durante um debate, que é um gênero oral que carece de maior atenção da escola; desenvolvimento de habilidades argumentativas, interacionais e humanas; aquisição de vocabulário; desenvolvimento da leitura; oportunidade para explorar seu estilo individual no processo de produção textual; habilidades de negociação com outros colegas, desenvolvimento da cordialidade e respeito à opinião alheia.

Os resultados estarão à sua disposição quando finalizados. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 anos, e após esse tempo serão destruídos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida a você.

Eu, _____fui informado(a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e posso modificar a decisão de participar se assim o desejar. Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Jequié, ____ de _____ de _____.

_____

Assinatura do(a) participante *Impressão digital*

_____

Assinatura do(a) pesquisador(a)

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:

PESQUISADOR (A) RESPONSÁVEL: Marildo de Oliveira Lopes
ENDEREÇO: Estrada do Bem Querer, km 4, Caixa Postal 95. Vitória da Conquista - BA CEP: 45083-900
FONE: (75) 8111-9058 / E-MAIL: marildolopes@hotmail.com

CEP/UESB- COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA
RUA JOSÉ MOREIRA SOBRINHO, S/N - UESB
JEQUIÉ (BA) - CEP: 45206-190
FONE: (73) 3528-9727 / E-MAIL: cepuesb.jq@gmail.com

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

*Seu filho(a) está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa "**O GÊNERO DISCURSIVO DEBATE EM CENA: ARGUMENTAÇÃO, IDEOLOGIA E INTERAÇÃO EM AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA**". Neste estudo pretendemos estudar as principais características do gênero textual debate em aulas de língua portuguesa, com vistas a analisar a situação de produção deste gênero, os discursos e ideologias presentes nele, investigando como os estudantes utilizarão a língua portuguesa para se pronunciarem. Os participantes da minha pesquisa serão do Colégio Estadual Wilson Lins, na cidade de Valente-BA, os estudantes da primeira série E do Ensino Médio, turno matutino, além de mais vinte e um estudantes de outras turmas, e um professor da escola.*

O motivo que nos leva a estudar esse assunto é o desejo de contribuir para o melhor entendimento da produção de textos orais no ensino-aprendizagem de língua portuguesa e fornecer subsídios para a utilização dos gêneros textuais orais na sala de aula. Para este estudo adotaremos o(s) seguinte(s) procedimento(s): realização de um debate (um júri-simulado) que será filmado para fins de transcrição, aplicação de um questionário e condução de uma entrevista que será gravada em áudio, para que o pesquisador possa estudar as características do gênero debate em aulas de língua portuguesa. O pesquisador utilizará três aulas para fornecer orientações sobre a produção do debate e duas aulas para a realização do júri-simulado. Todo esse processo ocorrerá após a assinatura deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Seu filho (a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você e seu filho (a) serão esclarecido(a) em todas as formas que desejar e ele (a) estará livre para participar ou recusar-se. Você poderá retirar o consentimento ou interromper a participação de seu filho (a) a qualquer momento. A sua participação dele (a) é voluntária e a recusa em participar não causará qualquer punição ou modificação na forma em que ele (a) é atendido(a) pelo pesquisador, que irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Seu filho (a) não será identificado em nenhuma publicação. Este estudo apresenta risco mínimo. Caso seu filho (a) sinta algum desconforto em participar do júri-simulado, responder alguma pergunta do questionário ou da entrevista, ele (a) poderá deixar de participar a qualquer momento. Apesar disso, seu filho (a) tem assegurado o direito a compensação ou indenização no caso de quaisquer danos eventualmente produzidos pela pesquisa. Os benefícios deste estudo são: ampliação das possibilidades do uso da língua portuguesa em situação concreta na sala e aula, durante um debate, que é um gênero oral que carece de maior atenção da escola; desenvolvimento de habilidades argumentativas, interacionais e humanas; aquisição de vocabulário; desenvolvimento da leitura; oportunidade para explorar seu estilo individual no processo de produção textual; habilidades de negociação com outros colegas, desenvolvimento da cordialidade e respeito à opinião alheia.

Os resultados estarão à sua disposição e de seu filho (a) quando finalizados. O nome dele (a) ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 anos, e após esse tempo serão destruídos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida a você.

Eu, _____fui informado(a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e posso modificar a decisão da participação de _____ se assim o desejar. Declaro que concordo com a participação dele (a) nesse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Jequié, ____ de _____ de _____.

_____
Assinatura do(a) responsável

Impressão digital

_____
Assinatura do(a) pesquisador(a)

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:

PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL: Marildo de Oliveira Lopes
ENDEREÇO: Estrada do Bem Querer, km 4, Caixa Postal 95. Vitória da Conquista - BA CEP: 45083-900
FONE: (75) 8111-9058 E-MAIL: marildolopes@hotmail.com

CEP/UESB- COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA
RUA JOSÉ MOREIRA SOBRINHO, S/N - UESB
JEQUIÉ (BA) - CEP: 45206-190
FONE: (73) 3528-9727 / E-MAIL: cepuesb.jq@gmail.com

APÊNDICE D – TERMO DE ASSENTIMENTO

*Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa "**O GÊNERO DISCURSIVO DEBATE EM CENA: ARGUMENTAÇÃO, IDEOLOGIA E INTERAÇÃO EM AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA**". Neste estudo pretendemos estudar as principais características do gênero textual debate em aulas de língua portuguesa, com vistas a analisar a situação de produção deste gênero, os discursos e ideologias presentes nele, investigando como os estudantes utilizarão a língua portuguesa para se pronunciarem. Os participantes da minha pesquisa serão do Colégio Estadual Wilson Lins, na cidade de Valente-BA, os estudantes da primeira série E do Ensino Médio, turno matutino, além de mais vinte e um estudantes de outras turmas, e um professor da escola.*

O motivo que nos leva a estudar esse assunto é o desejo de contribuir para o melhor entendimento da produção de textos orais no ensino-aprendizagem de língua portuguesa e fornecer subsídios para a utilização dos gêneros textuais orais na sala de aula.

Para este estudo adotaremos o(s) seguinte(s) procedimento(s): realização de um debate (um júri-simulado) que será filmado para fins de transcrição, aplicação de um questionário e condução de uma entrevista que será gravada em áudio, para que o pesquisador possa estudar as características do gênero debate em aulas de língua portuguesa. O pesquisador utilizará três aulas para fornecer orientações sobre a produção do debate e duas aulas para a realização do júri-simulado. Todo esse processo ocorrerá após a assinatura deste Termo de Assentimento.

.

Para participar deste estudo, o responsável por você deverá autorizar e assinar um termo de consentimento. Você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido(a) em todas as formas que desejar e estará livre para participar ou recusar-se. Você poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não causará qualquer punição ou modificação na forma em que é atendido(a) pelo pesquisador, que irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Você não será identificado em nenhuma publicação. Este estudo apresenta risco mínimo. Caso você sinta algum desconforto em participar do júri-simulado, responder alguma pergunta do questionário ou da entrevista, você poderá deixar de participar a qualquer momento. Apesar disso, você tem assegurado o direito a compensação ou indenização no caso de quaisquer danos eventualmente produzidos pela pesquisa. Os benefícios deste estudo são: ampliação das possibilidades do uso da língua portuguesa em situação concreta na sala e aula, durante um debate, que é um gênero oral que carece de maior atenção da escola; desenvolvimento de habilidades argumentativas, interacionais e humanas; aquisição de vocabulário; desenvolvimento da leitura; oportunidade para explorar seu estilo individual no processo de produção textual; habilidades de negociação com outros colegas, desenvolvimento da cordialidade e respeito à opinião alheia.

Os resultados estarão à sua disposição quando finalizados. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a permissão do responsável por você. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 anos, e após esse tempo serão destruídos. Este termo de assentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida a você.

Eu, _____fui informado(a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e o meu responsável poderá modificar a decisão de participar se assim o desejar. Tendo o consentimento do meu responsável já assinado, declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo assentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Jequié, ____ de _____ de _____.

_____

Assinatura do(a) menor

Impressão digital

_____

Assinatura do(a) pesquisador(a)

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:

PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL: Marildo de Oliveira Lopes
ENDEREÇO: Estrada do Bem Querer, km 4, Caixa Postal 95. Vitória da Conquista - BA CEP: 45083-900
FONE: (75) 8111-9058 E-MAIL: marildolopes@hotmail.com

CEP/UESB- COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA
RUA JOSÉ MOREIRA SOBRINHO, S/N - UESB
JEQUIÉ (BA) - CEP: 45206-190
FONE: (73) 3528-9727 / E-MAIL: cepuesb.jq@gmail.com

APÊNDICE E – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

Eu, _____, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, os pesquisadores **Marildo de Oliveira Lopes** e **Márcia Helena de Melo Pereira,** do projeto de pesquisa intitulado "**O gênero discursivo debate em cena: argumentação, ideologia e interação em aulas de língua portuguesa**", a realizar filmagem ou fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização de filmagem, fotos (seus respectivos negativos) e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.° 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto Nº 3.298/1999, alterado pelo Decreto Nº 5.296/2004).

_____-BA, _____ de _____ de _____

_____

Participante da Pesquisa Pai ou responsável Pesquisador

APÊNDICE F – SEQUÊNCIA DIDÁTICA REALIZADA

Etapa 1 – Primeiro dia

Duração: 01 hora/aula.
1º Passo: apresentação da proposta aos estudantes.
2º passo: avaliação dos conhecimentos prévios dos estudantes em relação ao gênero debate.
3º passo: leitura do texto *Situação-problema do Debate* (APÊNDICE A) para os alunos.
4º passo: discussão de ideias preliminares sobre os tópicos suscitados pela *Situação-problema do Debate.*
5º passo: escolha dos papéis que cada um dos trinta e três alunos desempenharia no debate regrado público deliberativo.

Etapa 2 –Segundo dia

Duração: 01 hora/aula.
1º Passo: leitura de textos sobre adoção (25 minutos);
2º passo: produção dos argumentos preliminares que seriam utilizados no debate (25 minutos)
3º passo: indicação de outras leituras de textos que subsidiariam a pesquisa, sobretudo textos e fontes na internet para pesquisa.

Etapa 3 –Terceiro dia

Duração: 01 hora/ aula.
1º Passo: organizaram e sistematizam o processo argumentativo, amadurecendo os argumentos e a refutação por escrito.
2º passo: apresentação da logística do debate aos alunos participantes do debate.
3º passo: instruções relativas à atividade da próxima etapa (a realização do debate no júri-simulado) que acontecerá no próximo encontro.

Etapa 4 – Quarto dia

Duração: 02 horas/ aula.
Realização do debate público regrado deliberativo, em um júri-simulado.

APÊNDICE G – QUESTIONÁRIO APLICADO

1. Nome Completo:_____

ou Nome Social: _____

2. Sexo: ( ) M ( ) F 3. Idade:____ anos 4. Ocupação:_____

5. Cidade onde mora:_____

6. Cidade/Estado onde nasceu:_____

7. Com quem mora:

( ) pais ( ) avós ( ) irmãos ( ) sozinho (a) ( )outros:_____

8. Religião:

( ) Católica ( ) Evangélica ( ) Espírita ( ) Outros:_____

9. Explique a frequência com a qual você vai à igreja? _____

10. Você lê: ( ) sempre ( ) quase sempre ( )às vezes ( ) raramente

( ) nunca. Por quê?_____

11. O que você mais lê?_____

12. Qual o seu estilo de música favorita? Por quê?

_____

13. Qual a disciplina que você mais gosta na escola? Por quê?_____

_____

14. Como você passa o seu teu tempo livre?

_____

_____

15. Quais são os seus planos para o futuro? _____

_____

16. Você foi criado (a) pelos seus pais biológicos? ( ) sim ( ) não. Em caso negativo, quem criou você?_____

17. Os seus pais são separados? ( ) sim ( ) não. Em caso afirmativo, há quanto tempo?

_____

18. Em sua opinião, que qualidades você acha necessárias para alguém ser um pai ou uma mãe?_____

_____

19. Você pretende se casar e ter filhos no futuro? Por quê?_____

APÊNDICE H – TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

Entrevista 1:

Pesquisador: O que é um debate para você?

D.B.: Eh..., eu acho que.... um debate , em si... é...hum... como posso explicar? Digamos que seja...vamos dar um exemplo: duas pessoas, assim... conversando sobre um tema. Então digamos que o debate seja, eh..., uma troca de palavras com o objetivo de ter uma decisão concreta, digamos assim.

Pesquisador: Em sua opinião, como o debate que realizamos contribuiu para que os estudantes envolvidos interagissem mais dentro da escola e fora dela?

D.B.: Hum... eu acho que isso ajudou com uma forma que agente vai pegar uma linguagem mais formal e a ser, tipo assim, ia fazer algo que agente não faz, uma coisa que agente não faz todo... todos os dias. Então eu acho que isso ia dá uma experiência boa e eu acho que foi uma... hum... um benefício porque acabou que teve uma ótima interação porque agente estudou aquele tema e agente não sabia o que o povo tava pensando. Na hora ia ser tudo improviso. Realmente teve uma ótima interação. Eh... eu realmente conversei com os outros pra.... sei lá..., pra saber como que tinha sido pra eles e realmente pra todos nós foi uma ótima interação entre todos porque também tem muita gente que não tinha uma certa comunicação. Então ajudou bastante na verdade.

Pesquisador: Em sua opinião, quais são os benefícios da realização de debates na escola, em geral e, em particular, nas aulas de língua portuguesa?

D.B.: Ah... no geral, eu acho que isso vai dar uma boa preparação pro futuro porque no futuro agente vai precisar dessa... da linguística, vai precisar da oralidade. Então já preparou bastante pra isso. E no caso em particular, na língua portuguesa, eu acho que foi útil porque é isso que agente usa na língua portuguesa. Agente vai precisar disso nela em si.

Pesquisador: Em sua argumentação em favor do casal homoafetivo, você aponta que a experiência de já ter tido filhos favorece um casal no processo de adoção. Onde você ouviu essa ideia? De onde você traz essa concepção?

D.B.: Eh... bom, quando... quando me preparei eu estava com minha vó do meu lado, então ela me ajudou bastante e ela que me deu esse conselho porque ela já teve uns dois filhos ela já cuidou dos irmãos e cuida de mim. Então ela sabe muito bem essa parte de experiência que realmente ajuda.

Pesquisador: Você afirma em sua tréplica a V. L. que o preconceito existe, mas que devemos superá-lo, inclusive com a ajuda dos pais? Por que você afirma isso e de onde traz essa ideia?

D.B.: Bom, eu tenho bastantes amigos que já passaram por bastantes situações com preconceito e muitos deles não tinham os pais para ajudar e eles mesmo me disseram que se tivesses os pais do lado iriam enfrentar muito melhor isso. E, realmente, eu acredito que com a ajuda de um adulto de um amigo você pode superar muito mais fácil essas coisas.

Pesquisador: Como você chegou à ideia de que ter boas condições psicológicas é importante para criar um filho?

D.B.: Eh... eu realmente posso pegar um pouco desse exemplo de mim e um pouco também de outros amigos que realmente eu já vi bastante essas situações. Então precisa ter uma mente muito... certa pra poder cuidar de um filho porque se você não se controlar pode dar muito errado você vai acabar se confundido não vai saber o que fazer, então precisa ter muito controle, uma boa situação. Realmente agora que você mencionou isso eu tinha um livro que eu li agora eu não me lembro o título e nele contava a história de uma garota que foi cuidada pela mãe, mas a mãe ela não tinha boa situação, eh, psicológica. Então a garota foi muito malcriada, teve muitos problemas e realmente eu quando eu li o meu texto eu lembrei disso. E realmente peguei bastante exemplo desse livro. Eu acho que, eh... que foi um ótimo exemplo, na verdade, esse livro.

Pesquisador: Você afirma no debate que o fato de um pai abandonar os estudos pode influenciar a criança a não querer estudar. De onde você traz essa ideia?

D.B.: Bom, pra ser sincero... na verdade o meu pai, ele não foi... não foi aquele exemplo de... de estudante. Ele é meio bagunceiro. Se eu não me engano ele não concluiu os estudos. E realmente quando eu vinha crescendo, eu olhava assim: ele não precisou e tá assim. Por que eu também preciso? Mas na verdade eu superei esse pensamento, realmente eu me dediquei melhor. Eu não peguei esse exemplo mas acho que muitas crianças pegaram, poderiam pegar um exemplo desse. Então complicaria bastante.

Pesquisador: Você escolheu livremente o casal que representou no júri-simulado ou fez isso por outros motivos?

D.B.: Quando... quando leram os perfis dos casais, eu pensei: eu acho que vou querer esse casal porque na minha... na minha mente eu acho que esse casal tava muito mais do que preparado, ele tinha mais do que tudo pra poder adotar, tirando o fato do preconceito mas eu acho que o casal realmente poderia criar...criar a criança.

Pesquisador: Você acredita que o casal que você representou é o mais adequado para adotar a menina Isabela? Sim ou não?

D.B.: Sim, eu acredito nisso.

Pesquisador: Você concorda com todas as declarações que você fez durante o debate?

D.B.: Sim.

Pesquisador: Caso haja alguma declaração que você tenha feito com a qual você discorde, dê exemplos e explique por que você discorda.

D.B.: Não. Realmente, de tudo que eu disse, estava realmente eu acreditando em tudo que eu falei naquele momento.

Pesquisador: Por que você acha que o casal evangélico e o casal negro obtiveram a maior parte dos votos dos seus colegas que foram membros do corpo de jurados?

D.B.: Eh... realmente por parte do casal evangélico... eh... é porque muitas pessoas... Na verdade, a sociedade inteira é evangélica. Tem uns que não são, sim, mas... e realmente, eh... na minha sala a maioria das pessoas é bem evangélica. Então levam essa parte, eh... a sério, elas pensam: esse casal é evangélico. Então vai criar com Deus no coração. Vai ser eles. Só por essa parte. Eu acho que se o casal não fosse evangélico, não ia ter... aqueles votos. O casal negro... eu realmente fiquei uma dúvida. Pensei nisso: porque que será que esse casal teve mais votos? E realmente eu acho que é porque eh... muitas pessoas querem fazer uma mensagem anti o preconceito, contra o preconceito. Eu vou dizer esse casal porque pra ser contra o preconceito, pra não ser racista, qualquer coisa assim.

Pesquisador: Em sua opinião, por que nenhum de seus colegas, membros do corpo de jurados, votaram nem no casal número 1, o casal homoafetivo, nem no casal número 2, cujo esposo é usuário de maconha?

D.B.: Isso eu realmente acredito que seja um preconceito porque mesmo que a pessoa não diga que ela é preconceituosa, eu acho que no fundo da mente dela ela tem isso, ela tem aquela ponta de preconceito. Então, realmente eu acho que é isso. Por parte do casal homoafetivo é o preconceito e do usuário de drogas porque realmente é uma coisa não é legal pra uma criança crescer nesse ambiente, então eu acho que foi por causa disso.

Entrevista 2

Pesquisador: O que é um debate para você?

M.A.: Pra mim, debate é uma conversa, digamos conversa que você vai defender aquilo que você acredita.

Pesquisador: Em sua opinião, como o debate que realizamos contribuiu para que os estudantes envolvidos interagissem mais dentro da escola e fora dela?

M.A.: Eh... esse debate serviu como um interagimento, interagição e também eh... serviu como aprendizado pra pessoas que tiveram muito... tem esse sonho como eu eh... de... conseguir... eh... ter essa profissão, então é... foi uma experiência maravilhosa.

Pesquisador: Você fala da profissão de advogada?

M.A.: É. Uma experiência maravilhosa porque, assim, você interagiu. Além de interagir, você aprendeu, teve experiência de como era e foi muito bom.

Pesquisador: E os estudantes da turma se aproximaram mais uns dos outros?

M.A.: sim

Pesquisador: Como?

M.A.: Eh... teve aproximação de... aquela integração. Eh... fora da escola teve os ensaios. Então aproximou mais. Então teve aquela aproximação que antes não tinha, que só tinha depois ah, um trabalho ali e pronto, e esse não, acho que foram três semanas, então foram três semanas juntos ali no mesmo eh... sentido, no mesmo aspecto, então, aproximação foi essencial.

Pesquisador: Em sua opinião, quais são os benefícios da realização de debates na escola, em geral e, em particular, nas aulas de língua portuguesa?

M.A.: O senhor diz como assim?

Pesquisador: Na sua opinião, quais são os benefícios, quais são os pontos positivos da escola promover debates de modo geral e, especificamente nas aulas de português?

M.A.: Os benefícios que o debate ou discurso, como podem chamar .... eh... influencia na argumentação, eh... oral, na oralidade, né? Porque ajuda as pessoas a falarem mais, principalmente aquelas pessoas que mais reservadas, tímidas, como eu sou as vezes, que eu tenho dificuldade de falar e isso ajuda muito debates e discursos.

Pesquisador: Em sua argumentação, você aponta o desejo de ter um filho como o principal elemento para se adotar uma criança. De onde você traz essa ideia? Onde você viu/ouviu isso?

M.A.: Eh... o sonho de ser mãe tem toda mulher, né? E eu tirei o conceito pra eu eh... digamos que argumentar para no meu casal é que toda pessoa tem uma chance, uma segunda chance e que aquele casal estava disposto a criar a criança nos devidos eh...aspectos legais e tudo. Então isso que eu aprendi vem de casa mesmo.

Pesquisador: Você também aponta no debate outros elementos que considera importantes para se criar uma criança, como: responsabilidade, dedicação, amor, paciência, conforto e tempo. Explique como você construiu essa ideia. De onde vem isso?

M.A.: Eh... ensino. Como eu citei no meu... argumentação, eh... meu pai nunca teve, não teve tempo. Então, tempo é essencial, eh... responsabilidade..., toda criança, todos pais deve ter com a criança né? Isso é indispensável. E amor é o principal. Conforto também porque eh... você vê muitas crianças aí em TVs e até pessoalmente assim, eh, jogadas tal assim, não que a mãe não teja eh...querendo ela só que não tem condições. Então, conforto além de...influencia também.

Pesquisador: Quer dizer, uma experiência pessoal te fez construir essa ideia?

M.A.: Isso.

Pesquisador: Com o seu pai, por exemplo, a vivência com o seu pai? E você citou coisas que você viu, pessoas que você viu...

M.A.: É. Pessoas que eu vi assim...em relação ao conforto. Pessoas que eu vejo. Você não gosta de ver uma criança na rua, numa cabana. Então além... eu sei que conforto num...num... vai construir um caráter da criança e nem nada. Se você tiver ali, dar uma educação certa, só que influencia, né, ela ter um... uma comida ali boa, uma casa, uma cama pra você dormir.

Pesquisador: Mesmo sendo a advogada do casal no qual há um usuário de maconha, você deixa claro, em sua argumentação, que é importante parar de usar maconha antes de se ter um filho. De onde vem essa ideia? Como você construiu essa ideia?

M.A.: A sociedade influencia muito no... na construção de sua opinião. Que pra sociedade é muito difícil esse negócio de quem fuma, eh... cuidar de uma criança. Então eu fui... eu construí minha opinião através da sociedade. Por causa que você tem muitas opiniões e aí você aceita aquela que

você acha mais covenien/..."inconveniente" né? E eu aceitei essa porque eh... normalmente uma criança não pode conviver com eh... coisas eh... como é que fala, materiais químicos, ela vai respirar aquilo, então isso não faz bem pra saúde. Então eu penso através do ... da minha opinião assim que não é uma coisa boa.

Pesquisador: E você conversa em família sobre esse assunto das drogas? O que se fala em casa sobre isso?

M.A.: Eh... é uma droga ilícita meu tio usa que é álcool. Álcool, né, alcoolismo. Só que não é aquele... aquela droga que sempre falamos, né, mas é também uma droga o álcool. Então agente conversa muito, destrói o corpo da pessoa, eh... conversa sobre que usar é muito muito ruim, destrói a vida da pessoa e aquelas pessoas que viciam num vai a lugar nenhum.

Pesquisador: De onde você traz a ideia de que o Sr. Miguel, do casal que você representa, sente um vazio que será preenchido com a adoção da menina Isabela?

M.A.: Normalmente a pessoa que fuma eh... é como se tivesse um vazo, né? Eh, eu conheço relatos de pessoas que "ah, eu fumo pra coisar meu tempo, não tenho nada pra fazer, ninguém me dá atenção, então umbora fumar que ali me dá um prazer". Então eu tirei essa conclusão de relatos que eu vi também, que eu pesquisei, que eu analisei e percebi que essas pessoas que recorrem a essas coisas normalmente tem um vazio.

Pesquisador: De onde você traz a ideia de que o tempo dedicado a uma criança é essencial e de que a falta de tempo pode prejudicar a relação entre pais e filhos no futuro?

M.A.: Como eu falei, de experiências que eu vivi. Eh... de... meu pai, então, eh... viver ni uma, ni uma casa que... onde você tira uma nota boa e quer aquele parabéns ou um abraço do seu pai, não tem, né?

Pesquisador: Você diz no debate que a criança precisa do pai para acompanhá-la em algumas vitória, como por exemplo, quando a criança ganha uma prova, pois a criança precisa do abraço do pai. De onde você traz isso?

M.A.: Eh... eu sempre fui muito estudiosa. E... eu participava de vários... várias coisas: campeonatos escolares que eu jogava e, sempre que aparecia, que surgia essas coisas pra eu fazer pra eu jogar nos ginásios, meu pai num tava e quem acompanhava era minha mãe porque ele viajava muito. Então eu sentia falta disso, quando eu contava pra ele é como se ele tivesse bastante ocupado, "ah... parabéns", num tinha aquele... aquela intimidade que minha mãe fazia me acompanhando, entendeu? Aquela realidade.

Pesquisador: Você salienta a presença do pai na vida da criança. Explique como você construiu essa ideia.

M.A.: Eh... normalmente eu eh... eu ouço relatos né, que tem um ditado que diz que a filha puxa mais pro pai, tipo tem mais aproximação com o pai, quando tem aquela intimidade ali dentro de casa. E eu frisei esse negócio da presença do pai eh... porque eu não tive. Por mais que você pense que ali... eh, pense não, que a família né, é constituída pela mãe, assim, pela presença da mãe porque a mãe tá ali ajudando, tá ali o tempo todo com você, o pai também é essencial na vida de uma pessoa.

Pesquisador: Você escolheu livremente o casal que representou no júri-simulado ou fez isso por outros motivos?

M.A.: Eu escolhi por outros... por outros motivos. Eu achei que seria interessante eu eh... falar, argumentar sobre esse assunto que é muito polêmico, né? E eu gostei.

Pesquisador: Então, você acredita que o casal que você representou é o mais adequado para adotar a menina Isabela? Sim ou não?

M.A.: Depois que eu vi o debate eu acredito que não, por mais que eu tenha defendido.

Pesquisador: Então, fale qual é o casal que, hoje, você acredita ser o mais ideal para adotar a criança? Por que?

M.A.: o que a juíza escolheu, acho que foi o número quatro...três!

Pesquisador: O casal de evangélicos?

M.A.: Isso.

Pesquisador: E por que você acha que ele é o mais ideal?

M.A.: Eu tive... tirei a conclusão do que a juíza falou que quando você cresce, você tem o livre arbítrio de escolher a sua decisão. Então os pais vão lhe guiar no caminho que eles estão, quando ela crescer e ela tiver seu própria opinião ela pode optar por qualquer escolha dela.

Pesquisador: E o casal mais ideal é o evangélico, você acha?

M.A.: Não, eu não falo pelo... por essa posição se é evangélico, mas pelo eh... por aproximação ali, não tinha nada que tivesse falta de tempo essas coisa negativas.

Pesquisador: Você concorda com todas as declarações que você fez durante o debate?

M.A.: Concordo.

Pesquisador: Por que você acha que o casal evangélico e o casal negro obtiveram a maior parte dos votos dos seus colegas que foram membros do corpo de jurados?

M.A.: Porque eh... no... no relato deles não havia nada de negativo assim. Claro que havia aquele negócio de que eles não tinham terminado o ensino, né, e que o casal de evangélicos também num poderiam influenciar a menina em seguir a força. Só que isso não é um argumento bastante forte para tirar a adoção de uma criança, pelo menos é o que eu acho.

Pesquisador: Em sua opinião, por que nenhum de seus colegas, membros do corpo de jurados, votou nem no casal número 1, o casal homoafetivo, nem no casal número 2, que você representou, cujo esposo é usuário de maconha?

M.A.: Preconceito. Eh... essa é a palavra-chave, assim .... desses... por causa que assim, uma pessoa num vai votar ni uma... ni um casal que fuma. Casal não, uma pessoa do casal que fuma. Isso aí tem na mente. Sim, eh, a pessoa vai acreditar que ele mudou assim de uma hora pra outra? Isso é bem complicado. E o homoafetivo tem aquela... aquele preconceito de saber como a criança vai ficar na escola, como ela vai ser tratada por ter uma família,digamos que, diferente entre aspas, então eu acho que preconceito pelo que as pessoas vão dizer, pelo que há na sociedade.

Pesquisador: De onde a turma tira essa ideia de que a criança vai sofrer por ter pais homoafetivios?

M.A.: Sociedade. Que é o que você mais ouve. Uma eh.., quem fuma não presta, né? Quem fuma não presta, não pode cuidar de uma criança nunca.

Pesquisador: E o outro caso?

M.A.: E o outro caso eh... tipo assim... várias pessoas salienta que eh... Deus criou o homem e a mulher. Que não pode. Então, é preconceito mesmo vindo da sociedade.

Entrevista 3

Pesquisador: O que é um debate para você?

V.A.:Bom, um debate é uma forma da gente, eh... dialogar com outras pessoas e entrar em um consenso sobre algum assunto, ver o que é melhor e o que não é nem tão importante, é algo da gente socializar e entrar em consenso sobre algo.

Pesquisador: E esse conceito de debate você viu onde?

V.A.: Eu vejo em todos os lugares. Eu vejo, eh, nas ruas, eh.. eh, eh, eu também debato muito com algumas pessoas. Eh, então tá em todo lugar o debate pra mim, na minha família, eh... na igreja. Vejo em todos os lugares, nas ruas, todos os lugares.

Pesquisador: Em sua opinião, como o debate que realizamos contribuiu para que os estudantes envolvidos interagissem mais dentro da escola e fora dela?

V.A.:Bom, contribuiu porque algumas pessoas, elas têm muito medo ou eh... elas se recuam muito na hora de eh... interagir com outras pessoas, eh... dar sua opinião, acha melhor ficar calado ... então, eu não acho isso, mas algumas vezes tem que permanecer calado, mas isso dá uma integração entre nós e faz com que tenhamos mais liberdade pra expressar o que queremos.

Pesquisador: E como foi que isso aconteceu aqui? O que foi que você observou nesse respeito? A turma interagiu mais, de fato, uns com os outros?

V.A.: Interagiu. Interagiu porque muitas pessoas não estavam ligadas, eh, muita separação pelo fato de virem de outras...de outras escolas. Aí..., mas como foi um trabalho, se sentiram...se sentiram na obrigação de interagir e assim causou meio que naturalmente uma integração de todos.

Pesquisador: Em sua opinião, quais são os benefícios da realização de debates na escola, em geral e, em particular, nas aulas de língua portuguesa?

V.A.:Ah, tem muita importância porque, bom, agente aprende a oralizar. Tem muita gente que fica nervoso, outros já são mais fáceis, mas isso ajuda a entender mais, eh, que, eh, a oralidade não é um bicho de sete cabeças. Que agente pode interagir com outras pessoas se expressar sem ter uma... que podemos interagir sem, eh, sem ter uma...uma violência, sem ofender ninguém. Então, entrar em consenso para alguma coisa.

Pesquisador: Em sua argumentação, você aponta alguns elementos importantes que um casal que quer ter filhos precisa ter como, por exemplo, honestidade, respeito e honra. De onde você traz esses princípios? Onde você ouviu isso?

V.A.:Bom, a minha família, eh, eu cresci ouvindo que tem coisas maiores que o bem material. Agente tem que tratar as pessoas com respeito tem que ter honra na vida tem que ter honestidade pra, eh, ir longe. Não precisa pa... passar por cima de ninguém, meu pai sempre me levava pra igreja e lá eu também ouvia isso. Eh, lembro que o ancião, no caso, pregava que, eh,, agente é o que agente faz porque o que... o que agente tem ninguém... não vamos levar nada, mas o que agente fez vai ser lembrado por muitos e muitos anos. Então, precisamos disso para, né... pra ir longe na vida.

Pesquisador: Onde você ouviu que uma criança precisa ter um bom reflexo dos pais? De onde você traz esse modo de pensar?

V.A.:Bom, eu me espelhei muito em meu pai. Eu me espelho até hoje e quero ser como ele, como muitos... muitas pessoas. Bom, eu me senti na...no lugar da criança porque eu acho que eu sentiria falta de um pai ausente ou um pai que não fosse, eh, muito eh, muito... muito bom ou um pai... xô vê uma palavra... um pai... um pai que ensinasse coisas boas. Assim, eh... eu debati, debati... lá com a pessoa que o pai abandonou os estudos pra jogar bola. Então eu acho que se eu tenho um pai como esse, eu sempre tive sonho de ser jogador, mas o meu pai sempre falou "olha vá estudar, estude que aí você cresce na vida, você não vai precisar tá se matando dentro de um campo e tal", apesar de ele gostar também. "Leve isso como um *hobby"*, ele falava. Então, eh... se eu... se naquela época ele tivesse me dito, eh, "vá em frente, vá jogue bola, faça isso, largue os estudos", eu poderia ter tomado um rumo diferente, e hoje poderia nem estar na escola, poderia ter abandonado tudo. Então eu acho que o espelho, eh, vem dos pais. Não só dos pais, mas também dos amigos que influenciam muito agente. E eu sou muito influenciado por meu pai e por isso sou o que sou.

Pesquisador: No debate você afirma que se o casal de idosos adotar Isabela, essa criança irá perder a infância e a juventude, tendo que ficar em casa para ajudar os pais, para cuidar dos pais. Você já viu isso acontecer? Como você construiu essa ideia?

V.A.:Já. Eu tinha um amigo que ele não podia sair de casa porque, no caso era a avó, porque os pais dele não moravam com ele. E ele não podia sair de casa porque tinha que toda hora ajudar a avó. Ele brincava pouco comigo por causa disso. Quando começava brincar, ela chamava, por ser idosa já. Então, eu me senti na... na vontade de expressar isso, porque eu não queria que uma criança perdesse a juventude sendo que tem outras opções, eh, de pais que poderiam, eh, dar a ela um... uma juventude não rica, mas que que ela pudesse aproveitar e... e ter uma... uma boa...uma boa juventude.

Pesquisador: Você escolheu livremente o casal que representou no júri-simulado ou fez isso por outros motivos?

V.A.:Eu escolhi porque eu sou evangélico e eu me identifiquei com o casal. Então, isso pra mim foi... foi ... foi bem fácil. Então, é isso.

Pesquisador: Você acredita que o casal que você representou é o mais adequado para adotar a menina Isabela? Sim ou não?

V.A.:Sim.

Pesquisador: Você concorda com todas as declarações que você fez durante o debate?

V.A.:Acredito em tudo.

Pesquisador: Por que você acha que o casal evangélico e o casal negro obtiveram a maior parte dos votos dos seus colegas que foram membros do corpo de jurados?

V.A.:Na minha turma, há pessoas muito sentimentais, vamos dizer assim. Então, eh, tem pessoas evangélicas porém algumas não levaram em consideração porque foram uma que acharam melhor. Mas, eh, assim... o casal evangélico tem muito pra dar não na riqueza mas no valor sentimental, na criação de uma pessoa que vai fazer algo por nós, assim nós, eh, brasileiros nós cidadãos lá no futuro. Ele vai nos ajudar porque ele vai ter uma... uma criação boa, uma criação firme e honesta. Já o casal negro, eh, foram mais pela..., eh, pela..., eh... pelo... pelo pai, pela família. Ter uma boa..., eh, um bom valor econômico, um bom financeiro e poderia dar tudo que a criança queria ou eh, ou quisesse, sei lá.

Pesquisador: Em sua opinião, por que nenhum de seus colegas, membros do corpo de jurados, votaram nem no casal número 1, o casal homoafetivo, nem no casal número 2, cujo esposo é usuário de maconha?

V.A.:Bom, o número 1 eu nem acho que foi por homofobia, mas porque, eh, eles achavam que tinha, eh, que... que a criança poderia sofrer preconceito no futuro para que isso é uma coisa ruim porque os pais são homoafetivos não tem nada a ver mais. Tem gente que, eh, eh, fazem... tem preconceito com isso e é realidade, só que, eh, eles foram mais pra casais que poderiam, eh, formar... ter uma criação que... ter uma boa criação. Não que o casal homoafetivo tivesse uma má, mas que talvez eles não se identificassem com o casal número 1. O casal número 2, o casal número 2 eles levaram em consideração eu acho, porque eu também levei e eu não escolheria porque... pelo fato da maconha. Acho que hoje, eh, é uma droga que merece ser combatida. Tá fazendo muitas... eh, muitas... muitas vítimas não só aqui, mas no mundo todo. Eh, crianças, eh, vendendo praticamente a casa pra comprar maconha, comprar droga. Então isso é....

Pesquisador: Você tem visto isso na comunidade?

V.A.: Já, ontem mesmo eu vi uma pessoa que ele era muito... muito gente boa. Aí ele começou a andar nessa vida pela influência dos amigos e hoje é... é maconheiro...

Entrevista 4

Pesquisador: O que é um debate para você?

V.L.: Debate pra mim? É botar suas ideias em prática. Expor suas ideias, mostrar aquilo que você sabe fazer, mostrar o seu cotidiano e mostrar aquilo que você aprendeu em toda sua vida, e expor em um lugar, em um local.

Pesquisador: Quais modelos de debate você conhece e de onde você os conhece?

V.L.: Vários. Debates jurídicos, como nós apresentamos, tem o debate de deputados que eu gosto bastante de assistir. Eh, e tantos outros por aí.

Pesquisador: Em sua opinião, como o debate que realizamos contribuiu para que os estudantes envolvidos interagissem mais dentro da escola e fora dela?

V.L.: Ah, foi legal porque o debate uniu os trios no caso, do caso da menina Isabela. Uniu os trios e no dia lá da... da confraternização, uniram...uniram a todos. Todo mundo tava ali junto se integrando um com o outro.

Pesquisador: Em sua opinião, quais são os benefícios da realização de debates na escola, em geral e, em particular, nas aulas de língua portuguesa?

V.L.: Eh, bastante, porque hoje no Brasil, não sei se só no Brasil pode ser no mundo, eh, a língua portuguesa, a língua portuguesa como todas as outras línguas é mais transcrevida, não tem aquele negócio de "ah, vamos debater, vamos falar", é mais ali, a professora chega copia no quadro, nós transcrevemos no caderno, pronto, acabou ali. E ali se vai. Não tem aquela coisa "ah, vamos conversar". Não tem.

Pesquisador: Em sua argumentação, você afirma que o fato de os pais trabalharem não faz com que os filhos se tornem vagabundos. De onde você traz essa ideia? Onde você viu/ouviu isso?

V.L.: Eh, bem, o cotidiano do brasileiro mostra que a maioria dos pais trabalham. Deixam seus filhos em creche. Simplesmente também não tem creche no Brasil né.... Deixam com os avós, não importa. Mas os pais nem sempre estão presentes. Nem por isso as crianças viram... viram vagabundos. Entre aspas, vagabundos. Mas, assim: pra mim é importante, claro, os pais tão ali presentes com os filhos. Mas se o pai tem que trabalhar, será que ele vai preferir ficar em casa passando fome do que trabalhar e deixar o filho... e deixar... trabalhar e ficar com o filho em casa? Ele não vai preferir, nem por isso os filhos viram vagabundos.

Pesquisador: E você tem exemplos disso, de pessoas que você conhece?

V.L.: Tenho. Minha mãe minha mãe foi criada por meus...meus avós. Meus avós trabalharam até ela completar os dezoito anos. Meu pai é a mesma coisa, nem por isso são vagabundos. São pessoas de bem.

Pesquisador: No debate, você afirma que seu colega D.B., outro advogado no júri simulado, traz apenas o que consta no processo, sem nenhuma informação adicional. Por que você diz isso? De onde você traz essa ideia?

V.L.: Como eu falei, debater é trazer aquilo que você tem dentro de você, o que que que você sabe. Se eu falar só o que tem dentro do papel, vai ser monótono, todo mundo todo ali com aquele papel, tá vendo. Não vai adiantar nada, entendeu?

Pesquisador: E no caso do papel de um advogado, vocês representaram advogados, você acha que ele foi limitado? De onde você traz esse modelo de advogado?

V.L.: Ele se limitou... ele se limitou bastante aos... aos autos do processo. Por que? Eu sou uma pessoa que gosto bastante de ler. E eu gosto de ler casos criminais. Eu já li vários livros sobre advogados e os advogados eles tentam sempre trazer algo a mais pro debate pra dar um entusiasmo ao júri, entendeu?

Pesquisador: No debate, você afirma também que filhos de casais homoafetivos podem sofrer preconceito. E a palavra sofrimento é bastante enfatizada por você em sua argumentação. De onde você traz isso? Onde você viu/ouviu isso?

V.L.: Freud já dizia que tudo que uma criança vê e sente, do zero aos sete anos, influencia a sua vida pessoal no futuro. E também, hoje no Brasil, por ser um país que não tem... não tem governo, vamos botar assim: a criança tem pais homoafetivos. Ela é a única da sala que tem pais homoafetivos. Todos os pais são casados ou separados. Será que essa criança não vai sofrer um...um abuso, um assédio, até pelos próprios professores, que existe. E também muito pelos alunos que vão buscar criticar ela. Eh, D.B. enfatizou que nós devemos combater o preconceito. Sim, nós devemos combater um preconceito, mas vamos combater o preconceito cortando o preconceito pela raiz, entendeu?

Pesquisador: De onde você traz a ideia de que o advogado não pode expor sua vida pessoal no júri, como você disse a sua colega M. A., outra advogada no júri-simulado?

V.L.: Eh, quando nós debatemos, agente trazemos tudo, tudo aquilo que agente... que nós sabemos. Mas, num debate jurídico, ficaria como eu..., uma palavra que eu posso botar aqui, ficaria... eh... ficaria difícil, vamos lá. Ficaria difícil pro próprio júri, por quê? Se eu dou um exemplo meu, eu tô falado na... na primeira pessoa "eu". Eu poderia usar a terceira pessoa "ele", "ela", e assim por diante. Então, eu falando de mim, o júri "eh, aconteceu com ele", o júri vai se conscientizar, e ali não. Ali não. Ali nós não estamos debatendo o caso dela... dela, da família. Ali o que está em pauta é o caso da menina Isabela.

Pesquisador: No debate você diz que um executivo não viaja muito e que ele viaja duas vezes por semestre, uma vez no mês. Onde você viu esse modelo de executivo?

V.L.: Não, consta nos autos o que? Que ele viaja muito. Lá não especifica a quantidade de viagens. Então eu expus... então eu expus o que? Como eu queria ganhar o caso, eu botei que ele poderia viajar uma vez... uma vez na semana, duas vezes no mês, uma vez no semestre e assim por diante. Foi estratégia.

Pesquisador: Você diz que o candidato à adoção, o qual você representa, tornar-se gerente na empresa onde trabalha, ele não precisará viajar tanto. Onde você viu esse modelo de gerente?

V.L.: Como eu falei agora, é... é mais uma estratégia porque assim, agente... nós sabemos que... que o júri não era um júri informado porque também eles não vinham com o processo, não tinha um processo em mãos, não era pautado. Então essa foi mais uma estratégia que eu usei pra mostrar ao júri que o pai sim era cabível, era compatível à criança.

Pesquisador: Você traz para o debate a possibilidade de uma das candidatas à adoção, a lésbica, estar sensível por ter perdido uma filha e, por isso, quer adotar Isabela. Como você construiu essa associação da sensibilidade de uma mãe que perdeu um filho com o desejo de adotar uma criança?

V.L.: Vamo lá. Eh, agente sabe que toda mulher é sensível, ponto. Mas, quando perde um filho, eu tenho exemplos na família, a mãe fica muito mais sensível. Então, o que que poderia ter ocorrido? Não sabemos. Ela, sensível, comovida com o caso da menina, pensou "eu perdi minha filha, vou usar isso

pra adotar a criança". Mas ela foi imprudente nisso porque o júri não ia julgar se ela perdeu o filho, que está no passado. O júri vai julgar aquilo pro futuro, pra o futuro da menina Isabela.

Pesquisador: Você mencionou o conceito de casal do Código Civil de 2002, que define o casal como a união entre um homem e uma mulher. O que você pensa sobre a união homoafetiva?

V.L.: Preconceito nenhum. Eu penso assim: Deus deu o corpo a cada um e cabe a cada um fazer aquilo que achar certo. Isso.

Pesquisador: Você acha que casal é homem e mulher?

V.L.: Não. Pra meu... meus princípios casal, pra mim, é homem e mulher, mas o mundo vive em constante mudanças. Então, eu... eu não tenho preconceito, entendeu? Eu sou...eu sou contra qualquer...qualquer tipo de benefícios, mas preconceito nenhum.

Pesquisador: E esse conceito de casamento e a união entre o homem e mulher você traz de onde?

V.L.: Da minha família, a minha família sempre me instruiu bem. Graças a deus eu tenho uma família que me instrui bem.

Pesquisador: Em família, o que vocês falam quando conversam sobre esse assunto?

V.L.: Minha família sempre... sempre me... me... me apoiou, me deu, me deu os caminhos certos. E, graças a Deus, eu continuo firme. Mas preconceito também não tenho nenhum. Minha família é assim: ninguém é preconceituoso. Minha família diz assim, ó: "cabe a cada um seu corpo e faz do seu corpo o que lhe... o que cabe a ser certo". Nunca, nunca me falaram "ah, não seja ou seja". Eu escolhi a minha opção sexual. Eu sei daquilo que é certo e daquilo que é errado. Minha família me instruiu bem.

Pesquisador: No debate você questiona o fato de o casal homoafetivo ter escondido sua orientação sexual por muito tempo e vê isso como um problema. De onde você traz a ideia de que isso é um problema?

V.L.: Bem, vamos começar por pontos. O primeiro ponto diz o que? Consta lá nos autos, que eles esconderam sua opção homoafetiva por oito anos, se eu não estou equivocado, me corrija. Por oito anos. Bem, eu trouxe à tona por quê? Vamos, vamos... Segundo ponto: será que não foi por causa do... do medo do preconceito e trouxe também à tona: será que essa criança não vai sofrer o mesmo preconceito? Como elas esconderam a relação, será que elas não vão querer esconder a criança pra aquela criança não sofrer o mesmo preconceito? Eu trouxe desse ponto, entendeu? Eu também pesquisei na internet alguns relatos e trouxe daí.

Pesquisador: Você conhece alguém que vive algo parecido em alguma família homoafetiva?

V.L.: Não.

Pesquisador: Você escolheu livremente o casal que representou no júri-simulado ou fez isso por outros motivos?

V.L.: Escolhi. Escolhi livremente.

Pesquisador: Você acredita que o casal que você representou é o mais adequado para adotar a menina Isabela? Sim ou não?

V.L.: Não.

Pesquisador: Qual é o casal que você acredita, hoje, ser o mais ideal para adotar a criança? Por que?

V.L.: Eu acho que o cinco. O casal negro. Seu eu estiver errado, me corrija. Oh, primeiro, o casal negro é o único que não tem, vamos botar entre aspas "problemas". Quase toda família tem seus problemas, mas não tem problemas o pai é ex-jogador de futebol e a mãe modelo. Mas vamos botar assim: num tô falando que o meu tamém não seja capaz de cuidar dessa criança, mas o pai é ex-jogador de futebol aposentado, ganha bem, e a mãe modelo profissional, ganha bem do mesmo jeito. Viaja, mas como eu falei viajar não é um problema, não vai virar vagabundo entre aspas, num vai virar vagabundo. Tem o pai pra cuidar. Tem avó, tem babá, não importa. Vai...vai ter quem cuidar. E o meu casal, vejo que no meu casal consta lá que ele viaja bastante. Não, não que ele viaje bastante, que ele viaja. Isso poderia ser um problema por causa do tempo, mas também o meu casal consta que a mãe é a única de todo o processo que diz que largaria tudo pra cuidar do filho. Então eu acho assim: entre o quatro e o cinco eu preferiria o cinco, mas o quatro é bastante compatível. O meu também é bastante compatível.

Pesquisador: Então você hoje escolheria o cinco por quê, pode repetir?

V.L.: Porque eh, porque é o casal, um dos casais, o casal mais apropriado porque o pai, ex-jogador de futebol, ganha bem e a mãe, modelo profissional. Então o pai vai tá em casa sempre e essa criança vai ter uma estabilidade financeira boa no futuro.

Pesquisador: Você concorda com todas as declarações que você fez durante o debate?

V.L.: Sim. Tudo o que eu fale lá foi comprometido com o meu cliente.

Pesquisador: Então, ao fazer as suas afirmações, você levou em consideração que você tinha de dizer coisas que defendessem o casal. Se há algo que você disse, mas que você não concorda, você pode falar aqui.

V.L.: Não, vamos botar em pontos. Quando eu... quando eu comecei a defender o casal, eu não assumi responsabilidade nenhuma com a verdade. Assumi responsabilidade com o ... com o meu casal não com a verdade. Mas não, tudo o que eu falei ali foi de livre expressão. Falei tudo que eu tinha de falar.

Pesquisador: Por que você acha que o casal evangélico e o casal negro obtiveram a maior parte dos votos dos seus colegas que foram membros do corpo de jurados?

V.L.: Vamos lá. Nas condições que o país... é um país laico... o Brasil é um país vamos botar laico, é um pais católico, cristão. Vamos botar um pais cristão, que acredita em Cristo. Se tem lá, se consta no auto no processo Cristo, a palavra cristo, vai chamar atenção. Agora, se... se isso aqui ocorresse na Ásia, na África e alguns países da Europa ou da Oceania, seria um resultado bem diferente pela expressão cultural e pela religiosidade dos locais.

Pesquisador: E por que, nessa turma, esses dois casais obtiveram a maior parte dos votos?

V.L.: Eu acho que por causa disso, por causa da... do... do cristianismo que é muito forte no país.

Pesquisador: E na sua turma essa questão é muito forte?

V.L.: Muito forte também. Quase ninguém... todos tem uma religião fixa. Então falou em Cristo...

Pesquisador: A maioria da turma é evangélica ou católica?

V.L.: Católica. Creio que seja católica.

Pesquisador: Mas há bastantes evangélicos em sua turma?

V.L.: Tem. Bastante.

Pesquisador: Em sua opinião, por que nenhum de seus colegas, membros do corpo de jurados, votaram nem no casal número 1, o casal homoafetivo, nem no casal número 2, cujo esposo é usuário de maconha?

V.L.: Ó, pelo preconceito. Os dois, nos dois casos. No caso homoafetivo, o preconceito é maior. E no casal que... que fuma maconha, a legislação cobre o casal, não sei se você anotou. Eu acho que eu trouxe ou foi um colega meu que trouxe, dizendo que a constituição artigo 16 ou é o 19, proíbe que criança seja adotada por.... por usuários de drogas. E o casal homoafetivo, é um preconceito recorrente no país. Cê pode ver que 0,3% da popu.... da ... do...das adoções ocorridas no Brasil são feitas pelos casais homoafetivos, então não é comum e também não está previsto.

Pesquisador: Você lembra onde você viu essa porcentagem?

V.L.: Na internet. Eh, e também pela... pela... como eu posso falar, pela cultura do pais que não é comum casal e também a lei não prevê, não prevê na lei que casal homoafetivos eh, registrem crianças em seu nome. Por que? Fica a... fica a cargo do juiz, o juiz que decide, entendeu?

Entrevista 5

Pesquisador: O que você entende por debate?

B.R.: Debate é.... acontece em locais em que pessoas expõem suas ideias. Cada uma expõe sua ideia argumentando e contra-argumentando a do... da outra pessoa, afim de tentar convencê-la.

Pesquisador: Onde você viu esse modelo de debate?

B.R.: Debate agente vê em todo lugar. Vê debates políticos, nós vemos estudantes, em redação, português na escola, entendeu? Até debates familiares, cê senta numa mesa numa casa, casa um vai expor sua opinião, eh, de acordo a cada devido assunto.

Pesquisador: Em sua opinião, como o debate que realizamos contribuiu para que os estudantes envolvidos interagissem mais dentro da escola e fora dela?

B.R.: Eh, esse debate foi importante porque, além de trabalhar a oralidade da gente, eh, acabou que... agente até pesquisou mais né, um pesquisou aqui, outro pesquisou ali. Isso foi unindo tudo e é tanto que na hora do debate agente até ria uns com os outros. Não teve nenhum atrito, entendeu? No debate todo e a relação da gente foi só ampliando, tiramos fotos e tudo. Pois foi bom, muito bom.

Pesquisador: vocês se comunicaram mais durante esse processo, aproximaram-se mais uns dos outros. Você pode dar exemplos?

B.R.: Um exemplo. Eh, agente ficava brincando com o outro " rapaz, eu vou pegar leve com você por que não sei o que, não sei o que, porque e eu sou seu amigo tal", eu brincava com Vini. Outra vez o... o advogado do casal de universitários, eh, me mostrou o esboço dele bem grosso, muitas folhas. Eu

fiquei até com medo. Cheguei em casa peguei o computador e fui pesquisando e deu no que deu né. Ele num... ele teve um voto, eu tive os três. E e é um alivio né. Nem sempre o que a maior quantidade....

Pesquisador: Então, a turma, de fato, se aproximou mais?

B.R.: Aproximou muito mais.

Pesquisador: Dentro e fora da escola?

B.R.: Aproximou porque essa turma aí é só dos novatos. Ela é formada de alunos do Piaget, da Abelhinha e da Moderna. Então acabou que criou vínculos, entendeu? Porque teve advogados de todas as escolas. Acabou criando vínculo. Agente se conheceu mais. Perdeu a timidez de conversar um com o outro, entendeu? Tá todo mundo unido hoje.

Pesquisador: Em sua opinião, quais são os benefícios da realização de debates na escola, em geral e, em particular, nas aulas de língua portuguesa?

B.R.: Eh, como eu já disse, eh, trabalhar a capacidade de argumentação do aluno, a capacidade de pensar e expor esse pensamento contra-argumentando outra pessoa, entendeu? Tipo, ela vai ter uma ideia ali, a ideia que tá nela, eh, opinião formada, e a pessoa que vai contra-argumentar, ela vai usar seu argumento pra tentar convencer ela e o público. Então, isso é muito importante, eh, ajuda também na capacidade de persuasão, que agente precisa disso pro dia-a-dia, precisando disso num...numa entrevista de emprego. Agente tem que argumentar. Agente precisa disso até pra discutir mesmo, com... com pessoas no trabalho apresentar ideias. Então, o debate, ele vai auxiliar tanto na oralidade da gente aqui na escola quanto na formação da gente no futuro.

Pesquisador: Em sua argumentação no debate, você afirma que algumas crianças que vivem em favelas, em subúrbios, não tiveram pais que investissem na educação delas e que por isso, tornaram-se traficantes ou pessoas, como você mesmo disse " sem uma ideologia boa para a nossa sociedade. Onde você viu/ouviu isso? De onde você traz essa ideia?

B.R.: Nós lemos isso em jornais. Sempre passa e, eh, traficante que agente sabe que não tem a mesma oportunidade que agente tem. Pra você ter uma ideia, eu pesquisei e 90 % dos alunos de faculdades federais vieram de escolas públicas, entendeu? Então agente não vai ter uma oportunidade dessa pessoa ser alguém que venha contribuir pra sociedade. Pessoa ser, eh, um médico, um engenheiro, de qualquer forma você vai tá auxiliando pra girar dinheiro e tal. Vai tá auxiliando, enfim, pra sociedade. No caso dos médicos, até a salvar vidas. Então, no caso desse... dessa pessoa, que ela vai pra favela, agente não tem um ensino público de qualidade, entendeu? A oportunidade que ela vai ter é muito menor do que uma pessoa que tem, pode investir no seu filho. Entendeu? A triste realidade é essa e é o que vemos todos os dias nos jornais, eh, noticiários e quem passa... quem mora lá já relatou sobre isso.

Pesquisador: No debate você também diz que a baixa escolaridade dos pais não influencia o nível de escolaridade dos filhos. Você traz exemplos de catadores de latinhas, lixeiros que têm filhos que estudaram e se tornaram advogados e médicos. De onde você traz isso? Onde você viu/ouviu isso?

B.R.: Ah, tem vários, tem vários exemplos na internet. Eu até falei no debate que não queria citar da minha vida pessoal, mas, por exemplo, eu tenho um tio que ele só fez até a quarta série e hoje o filho dele acho que tá no quarto semestre de arquitetura e urbanismo e a namorada do filho dele, que praticamente moraram juntos com os pais e tudo, tá fazendo Direito. Então, agente vê que se um filho, o pai vai chegar e vai falar pra ele "meu filho você tem que estudar. Eu não estudei, mas você tem que estudar, tal". É aquela questão "faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço". Se o pai, eh, ensinar esse filho a andar nesse caminho, o filho no futuro ele vai se esforçar pra atingir o que ele quer, entendeu? Tem... tem vários exemplos, isso. É só pesquisar na internet, etc.

Pesquisador: No júri simulado, você também afirma que a mãe é a principal imagem para uma criança. De onde vem essa ideia?

B.R.: Eh, eu trago isso do... tanto do cotidiano quanto do que nós sabemos. A... a.... a criança ela sempre, eh, no início, ela sempre é mais apegada à mãe. Ainda quando bebê, claro que isso vai divergindo. No exemplo, os homens tendem a ser mais apegados ao pai né, mas isso é só depois que eles já tão grandinhos, entendeu? Geralmente a mãe é que vai ficar em casa cuidando, as que não trabalham. Geralmente é o pai que vai trabalhar. Vai chegar todo dia à noite, por exemplo. É a mãe que vai dar todo um ensinamento. Tem coisas até que o pai permite, mas que a mãe não permite justamente pro bem do filho, entendeu? Então acaba que o filho cria um afeto maior com a mãe.

Pesquisador: E isso foi o que aconteceu na sua família?

B.R.: Em parte sim porque meu pai ele trabalhava como representante, e aí ele só chegava à noite em casa, entendeu? Eu fui criado minha inteira por minha mãe. Ela trabalha de oito às duas da tarde e ficava a tarde toda e o resto da noite lá em casa. Eu peguei muito afeto com ela. Eu sou muito íntimo da minha mãe como também sou de meu pai. Mas essa ausência, entre aspas, eh, dele, acabou influenciando no meu afeto com minha mãe, entendeu? Depois ele passou a ser supervisor. Viajava na segunda, chegava na sexta de noite, entendeu? E assim foi criando um vínculo maior com minha mãe.

Pesquisador: Você traz para o debate o fato de crianças brincarem de boneca e de casinha por ter o instinto de serem pais. Explique de onde você traz isso.

B.R.: Eu... eu tive uma irmã e sempre fiquei presente. A casa de minha vó, pra você ter ideia, é no fundo de minha casa. Em cima é a casa dos meus tios. Então, eu sempre convivi com primos, primas e até minha irmã. E agente pode ver isso que uma criança ela já nasce meio que premeditada a ser uma mãe, entendeu? Ela já brinca de boneca, ela brinca de casinha, entendeu? Tem algumas exceções? Tem exceções? Tem. Eu tiro isso de minha irmã, eu tiro isso de minhas primas que sempre brincaram de casinha com minha irmã, tal, entendeu? E isso acaba que influenciando. Claro que tem as exceções. Tem menina que brinca de carrinho, tudo, mas isso não é um problema, entendeu? A questão é que a maioria, por instinto, sempre vai focar em ser mãe.

Pesquisador: Você também traz para o debate o fato de o Estado brasileiro ser laico e que, por isso, os pais não podem obrigar os filhos a seguirem uma religião. De onde você traz essa informação? Há alguma vivência pessoal nesse respeito? Você já viu isso acontecer em algum lugar?

B.R.: Eh..., eu vejo isso porque a nossa constituição diz, né, que todos têm o direito, tal. E como... eu sou evangélico, mas como o meu opositor, ele tava defendendo o casal evangélico, eu, mesmo sendo contra algum argumento, eu tinha que dar esse argumento entendeu? Pra tentar ganhar ele. E o argumento que eu usei foi justamente esse: o Estado laico. A religião ela sempre foi causadora de guerras, conflitos. Hoje vemos..., claro que a religião não é algo ótimo, entendeu? A religião é como o senhor mesmo disse: "uma pessoa que é boa, é boa com ou sem religião, e uma pessoa má, ela é má com ou sem religião", entendeu? Então, religião é é é... gera até discussão na escola. Gera até preconceito. Uma pessoa tem preconceito da outra porque ela segue uma religião, entendeu? E eu tive que usar essa argumentação pra debater com meu opositor, que o casal dele não poderia meio que forçar uma criança a seguir uma religião, entendeu? A mesma coisa do casal de lésbico, por exemplo, que eu... eu iria citar que eles não poderiam influenciar uma criança a ser homoafetiva no futuro.

Pesquisador: Você diz no debate que a religião é o que causa as principais guerras no mundo e dá exemplos: a guerra entre Israel e a Palestina, as fogueiras onde queimavam pessoas por causa de questões religiosas no passado, as Cruzadas. Onde você aprendeu isso?

B.R.: Eh, aprendi em História, li relatos, notícias, entendeu? Agente aprende isso sempre na escola. (Incisão) na época, que pessoas que eram consideradas bruxas e.... e.... tudo mais, eram queimadas nas fogueiras. As cruzadas, que foram pra retomar Terra Santa, né, que era a cidade de Jerusalém, que a Igreja Católica chegou lá e... e criou uma guerra mesmo, entendeu? E hoje agente vê... isso eu aprendi na história, mas hoje agente vê casos de terrorismo no mundo todo, entendeu? Por causa do extremismo da religião, a pessoa chega "não, se ele não segue minha religião tenho que matar ele de todo jeito", entendeu? E acabou ocorrendo atentados à embaixadas, eh, atentados em países, entendeu? Isso acaba prejudicando e manchando a imagem de uma religião. Porque como nós vemos o terrorismo, não é todo mulçumano que é terrorista. Tem várias pessoas muçulmanas que moram no Brasil, que moram na Europa. A Europa tá... tá... tem muito mulçumano na Europa, entendeu? Não são todos esses que são extremistas. Tem alguns que usam da fé pra se beneficiarem, entendeu? Seguir o que é bom. Que é o principal.

Pesquisador: Você escolheu livremente o casal que representou no júri-simulado ou fez isso por outros motivos?

B.R.: Olhe, eu escolhi livremente como também escolhi... eu analisei todos os casais e vi... eu não achei nenhum defeito no meu, entendeu? Eh, não achei defeito, então falei "bom, eu vou pegar esse porque até vai facilitar pra mim, pra minha argumentação".

Pesquisador: Você acredita que o casal que você representou é o mais adequado para adotar a menina Isabela? Sim ou não?

B.R.: Sim, sim, justamente por isso que eu escolhi. Eu não vi defeitos nem contra-argumentações que pudessem, eh, tirar eles do... do rumo da adoção.

Pesquisador: Você concorda com todas as declarações que você fez durante o debate?

B.R.: Sim. Não retiro nada do que eu disse nem também adiciono.

Pesquisador: Por que você acha que o casal evangélico e o casal negro obtiveram a maior parte dos votos dos seus colegas que foram membros do corpo de jurados?

B.R.: Bom, primeiro, foi a argumentação, né, dos dois advogados e segundo, que o Brasil, apesar dele ser laico, eh, 90% da população se diz cristã, entendeu? Então, o pessoal aceitou o meu casal também porque eu usei da persuasão. Eu falei sobre qual a chance que eles teriam de ter um filho, falei que eles tinham boas condições e tudo. E no caso do casal evangélico, as pessoas escolheram muito por ter alguma influência cristã na família, entendeu? Ou evangélica ou católica, porque a ideologia é a mesma. E aí acabou que até a juíza, eh, por exemplo ela deveria se mostrar laicista, mas ela falou que Jesus é a luz e tal. Eu sei que Jesus é a luz, tal. Eu sou evangélico, mas ela não deveria ter falado isso, entendeu? É a.... a minha opinião.

Pesquisador: Essa ideia de que ela não deveria ter falado isso vem de onde?

B.R.: Porque ela tem que se mostrar neutra de acordo com religião. Se tivesse um casal espírita, um casal, eh, de umbanda lá, ela não poderia falar que por exemplo algum nome de algum santo lá, " ah não sei quem é a luz".

Pesquisador: E você aprendeu isso onde?

B.R.: Não é questão de aprender, é questão de que tem que seguir um Estado laico, entendeu? Agente vê isso no Senado, na Câmara de Deputados, entendeu? Tem que seguir um Estado laico. É tanto que quando um candidato ele se mostra, eh, querer privilégios pra uma religião, o pessoal desce a madeira mesmo sendo daquela religião.

Pesquisador: Em sua opinião, por que nenhum de seus colegas, membros do corpo de jurados, votaram nem no casal número 1, o casal homoafetivo, nem no casal número 2, cujo esposo é usuário de maconha?

B.R.: Apesar de o mundo hoje todo mundo tá... tá dizendo "ah, porque o amor ganha, não sei o que, não sei o que", tá tendo todas esses manifestações LGBT e tudo, eh, passeatas a favor da liberação da maconha, eh, agente de cidade pequena, isso é fato: no interior, as pessoas são muito conservadoras, entendeu? Isso aí é mais pra pessoas que moram em cidade grande que não tem um convívio como nós temos aqui. Porque agente fica na rua até duas horas da manhã sem problemas, apesar de que aconteceram alguns crimes. Eh, então o pessoal ele foi pelo pensamento porque os pais deles,eu acredito, vem influenciando isso na mente deles, entendeu? A... a família tradicional e o pessoal conservador, eh, é o pessoal basicamente de cidades pequenas, entendeu? É o pessoal que não vai se deixar abalar por discurso, passeatas e manifestações. Eu acredito que isso tenha influenciado nas decisões do júri.

Pesquisador: Você quer dizer mais alguma coisa?

B.R.: Não, eu ia dizer sobre a maconha. Não, sobre a maconha, eh, todo mundo sabe que a maconha não vicia, que a maconha é isso, é isso... eles dizem que tem benefícios pra saúde, mas continua sendo uma droga ilícita. Se você chegar pra qualquer idoso, eh, daqui da cidade, pra qualquer adulto, eh, ele vai... ele vai ser contra isso, entendeu? Eh, se você... geralmente quem pede essa liberação são os

jovens, entendeu? Pessoas de...de alta sociedade, jovens de classe média alta, entendeu? Então, se você vier fazer uma pesquisa aqui na cidade, eu creio que uma porcentagem muito baixa vai apoiar a liberação da maconha. E isso reflete também no júri por causa dos seus pais, avós e amigos, etc.

Entrevista 6

Pesquisador: O que é um debate para você?

E.O.: Debate é, ou seja, debater com os colegas sobre algum certo tipo de tema.

Pesquisador: Que tipo de debate você conhece?

E.O.: Júri, como o próprio que agente fez, e também conversas se tornam debate.

Pesquisador: Em sua opinião, como o debate que realizamos contribuiu para que os estudantes envolvidos interagissem mais dentro da escola e fora dela?

E.O.: Isso pode ajudar muito agora e no futuro, como numa entrevista de emprego porque usa muito a oralidade.

Pesquisador: Em sua turma, essa atividade promoveu maior interação entre os alunos?

E.O.: Sim. Eh, como exemplo, agente debateu após o debate como, expondo suas opiniões sobre o que cada um falou.

Pesquisador: Em sua opinião, quais são os benefícios da realização de debates na escola, em geral e, em particular, nas aulas de língua portuguesa?

E.O.: Como por exemplo, os que são tímidos podem perder a timidez, eh, ganham mais...ganham mais...

Pesquisador: Você quer dizer que os alunos tímidos passam a se desenvolver melhor partir de um debate?

E.O.: Sim, e a linguagem abrange mais, entra mais... pega...perde a timidez e...

Pesquisador: Então na sua opinião, é benéfico?

E.O.: Isso.

Pesquisador: Você vê outro benefício de promovermos debates na escola?

E.O.: Sim, ajuda muito o próprio aluno.

Pesquisador: OK. Você acha que as aulas ficam mais interessantes?

E.O.: Sim, perde aquele... tipo de aulas... só atividade, quadro.

Pesquisador: No debate, você coloca a importância de os pais proporcionarem a realização profissional dos filhos. De onde você traz essa ideia?

E.O.: Todos os pais tentam proporcionar o melhor pros seus filhos. E também, no caso, os senhores tavam querendo proporcionar o melhor, tanto educação como saúde, lazer.

Pesquisador: E você conhece pais que fizeram isso com os filhos?

E.O.: Não.

Pesquisador: Em sua argumentação no debate você também afirma que o uso das drogas pelos pais pode trazer sérios problemas no futuro da criança, inclusive afetá-la psicologicamente. Você já viu isso acontecer? Onde? De onde você traz isso? Onde você aprendeu isso?

E.O.: O uso das drogas, assim nesse caso, eh, pode se tornar um vício no futuro e aí a criança, quando ela crescesse, ela podia sofrer bullying na escola ou qualquer outro tipo de coisa. Na minha família não há esse... não há esse tipo de caso. Só que ouço muito falar em jornais, revistas sobre esse caso.

Pesquisador: Você escolheu livremente o casal que representou no júri-simulado ou fez isso por outros motivos?

E.O.: Não, outro... outros motivos assim...

Pesquisador: Você acredita que o casal que você representou é o mais adequado para adotar a menina Isabela? Sim ou não?

E.O.: Após eu vi os argumentos, eu preferi outro. No começo, eu achava que era o meu.

Pesquisador: Qual é o outro que você acredita ser o mais ideal para adotar Isabela e quais são os seus motivos?

E.O.: O de V.L. Do casal de jovens. V.L.

Pesquisador: V.L. representou o casal de jovens que um é executivo e viaja bastante...

E.O.: Os argumentos dele foram muito bons.

Pesquisador: Fale um pouco sobre isso. Porque esse é o casal ideal para adotar a menina?

E.O.: Porque, embora eles trabalhem muito, mas como ele disse, eh, ele não vai sempre viajar. Ele pode sim ajudar a mulher a criar a criança.

Pesquisador: O que mais chamou a sua atenção nesse casal?

E.O.: O amor que eles dizem dar à criança.

Pesquisador: Você concorda com todas as declarações que você fez durante o debate?

E.O.: Não, eu concordo.

Pesquisador: Por que você acha que o casal evangélico e o casal negro obtiveram a maior parte dos votos dos seus colegas que foram membros do corpo de jurados?

E.O.: No caso do casal de evangélico, é porque a senhora não podia ter filhos e já no casal de negros, é porque eles tinham condição financeira boa para a criação da criança.

Pesquisador: Havia algum outro motivo para os jurados terem escolhidos esses dois casais?

E.O.: Não.

Pesquisador: Em sua opinião, por que nenhum de seus colegas, membros do corpo de jurados, votaram nem no casal número 1, o casal homoafetivo, nem no casal número 2, cujo esposo é usuário de maconha?

E.O.: Já no casal homoafetivo, a sociedade não aceitaria assim... bem, haveria também bullying na escola com a criança. Já no casal de jovens, eh, por causa do uso das drogas.

Pesquisador: Você acredita que a turma pensa dessa maneira?

E.O.: Sim.

Pesquisador: E de onde você acha que eles trazem essa ideia de que a homoafetividade dos pais vai fazer com que ela sofra bullying na escola e de que o uso das drogas pelos pais seria um outro um problema para a criança?

E.O.: A sociedade de hoje, em geral, são muito preconceituosos ainda. Então quase ninguém aceita esse caso.

Pesquisador: Você acha que a religião dos seus colegas influenciou a decisão deles, o voto deles, enquanto membros do júri?

E.O.: Acho que não.